UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

ÊÇA PEREIRA DA SILVA

O Centro de Altos Estudos Militares (Peru) e a Escola Superior de Guerra
(Brasil) 1948-1968

São Paulo
2016
versão corrigida

ÊÇA PEREIRA DA SILVA

O Centro de Altos Estudos Militares (Peru) e a Escola Superior de Guerra
(Brasil) 1948-1968

Tese apresentada ao Programa de História Social do
Departamento de História da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo para obtenção do título de Doutora em História.

Área de Concentração: História Social

Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena Rolim Capelato

São Paulo
2016
versão corrigida

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo

SILVA, Êça Pereira da.

O Centro de Altos Estudos Militares (Peru) e a Escola Superior de Guerra (Brasil) 1948-1968

Tese apresentada ao Programa de História Social do
Departamento de História da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo para obtenção do título de Doutora em História

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof.Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Agradecimentos

Agradeço à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo imprescindível financiamento sem o qual esta pesquisa não teria sido realizada.

Agradeço à Profa. Dra. Maria Helena Rolim Capelato que desde minha Iniciação Científica tem – pacientemente – me orientado pelos caminhos da História da América Latina. Foi um privilégio ser orientada por uma intelectual engajada no trabalho pela Universidade pública e de qualidade.

Agradeço à Profa. Dra. Gabriela Pellegrino Soares pela leitura cuidadosa e pelas sugestões durante o Exame de Qualificação desta tese. À Profa. Dra. Maria Lígia Coelho Prado agradeço pelo incentivo, pelo exemplo intelectual e pelas leituras e sugestões tanto na Qualificação quanto na Defesa deste trabalho. Na Defesa contei ainda com as leituras tão atentas quanto generosas e as críticas assertivas e necessárias dos professores Dr. Vanderlei Vazelesk Ribeiro, Dr. Francisco Cesar Ferraz e Dra. Elizabeth Cancelli.

À profa Dra. Stella Maris Scatenna Franco Vildardaga pela oportunidade de convivência durante a realização do estágio PAE (Programa de Aperfeiçoamento do Ensino) durante o qual tive a oportunidade de conhecer um pouco mais dos bastidores da montagem de uma disciplina no ensino superior público e por contar com seu incentivo e interesse por esta pesquisa. Agradeço também às sugestões e bibliografia de história do Brasil indicadas pelo prof. Dr. Marcos Napolitano. Agradeço as conversas e sugestões bibliográficas do prof. Dr. Nilo Dias de Oliveira.

Agradeço a todos os colegas do LEHA (Laboratório de Estudos de História das Américas) que mesmo à distância continuaram torcendo pelo sucesso desta pesquisa. Agradeço especialmente aos colegas Ricardo Streich, Alexsandro Silva e Eliel Cardoso pela torcida e incentivo.

As fontes da parte brasileira desta pesquisa foram obtidas sobretudo em arquivos e bibliotecas do Rio de Janeiro. Agradeço aqui à prestatividade e atenção dos funcionários da biblioteca General Cordeiro de Farias da Escola Superior de Guerra na Praia Vermelha, Silvana, Mariana, Natalia e Luana e aos funcionários da xerox. Lá também pesquisei o arquivo do CPDOC (Centro de Pesquisa de Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas) e as bibliotecas Nacional, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e da Universidade Federal Fluminense. Nesta parte carioca da pesquisa contei com o abrigo, carinho e alegria de minha família no Rio: à Gizele, Clara e Christina minha gratidão.

No Peru, na biblioteca do *Centro de Altos Estudos Nacionais* (CAEN) contei com e a

ajuda das funcionárias Olga e Jéssica e os esclarecimentos do Major Danilo Miguel Donayre Hart. E no *Centro de Estudios Histórico-Militares del Perú* agradeço a ajuda imprescindível do senhor Matute para encontrar as fontes para este trabalho nas duas instituições também contei com a boa vontade dos funcionários da xerox. E na *Comisión Permanente de Historia del Ejército del Perú* agradeço ao historiador Roberto Mendoza Policarpo e ao coronel Jorge Felipe Albarracín Chávez. No IEP (*Instituto de Estudios Peruanos*) agradeço à Virgínia Susan. Na Universidade Católica sou grata pelo auxílio, os conhecimentos e as indicações bibliográficas do Prof. Dr. Carlos Contreras e também pelas as sugestões e indicações do Prof. Dr. Antonio Zapata. Agradeço a gentileza e os esclarecimentos do sr. Javier Tantaleán Arbulú. Agradeço também aos funcionários da biblioteca da *Universidad Nacional Mayor de San Marcos* e da *Biblioteca Nacional del Perú*.

Não tenho palavras para agradecer aos amigos, sem os quais não teria terminado este trabalho: a Dra. Viviane Alves de Moraes, fundamental pelos ouvidos, paciência, incentivo e a leitura atenta de todo o texto, pelas sugestões e sobretudo pelo exemplo de coerência e capacidade hercúlea de trabalho; a Madalena Dias Marques pelos ouvidos, pela afeição e leitura. Pelo carinho e pelas palavras estarão sempre no coração: Alex Roda Maciel, Fernanda Spósito, Maria de Fátima Gomes Carlos, Michele Cirnes, Priscila Raga. Em minha trajetória o exemplo de seriedade e compromisso com a educação pública de qualidade da Professora Eulália Brasil é fundamental, e também contei com o carinho e o afeto de sua família.

Na elaboração deste trabalho tive a felicidade de encontrar apoio em famílias que incorporei como minhas em meu coração e que se tornaram referências afetivas: aos Moraes dos Santos D'Alloio (Clara, Lino, Fernanda e Rafael) e Kiritschenko (Bete, Cida e Felipe).

Agradeço ao apoio dos Fujita e dos Rocha.

Faltam palavras para agradecer à altura a afeição dos meus pupilos que corroboram a ideia de que o conhecimento muda vidas.

A todos os professores e funcionários que desde a Escola Estadual Caetano de Campos, passando pelo Liceu de Artes e Ofícios até a Universidade de São Paulo colaboraram para minha formação.

Aos meus clãs de origem, graças aos quais cheguei até aqui, agradeço aos Pereira, em especial à minha mãe Ivoneide e à minha tia Valdenora; aos Silva, com muito carinho ao meu pai Cícero e ao meu irmão Pedro.

E aos Pequenos e Grandes Milagres cotidianos que tornaram este tese possível!

Obviamente as eventuais falhas e insuficiências deste trabalho são absoluta responsabilidade minha.

Resumo

SILVA, Êça Pereira. **O Centro de Altos Estudos Militares (Peru) e a Escola Superior de Guerra (Brasil) 1948-1968**. 2015. 241f. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015 (2016 versão corrigida) .

Esta tese de doutoramento compara o Centro de Altos Estudos Militares (CAEM) do Peru e a Escola Superior de Guerra (ESG) do Brasil desde suas fundações (fim da década de 1940) até os golpes militares nos dois países (1968 e 1964 respectivamente). O objetivo é compreender diferenças e semelhanças nas doutrinas de segurança elaboradas nestas escolas que reuniram militares e civis, com o argumento de estudarem temas relativos à segurança nacional e ao desenvolvimento de seus países. A partir da comparação de como os temas da segurança nacional e do desenvolvimento foram abordados nas duas escolas verificamos como militares brasileiros e peruanos propuseram soluções diferentes para um problema comum aos militares dos dois países: a “subversão comunista”. Enquanto no Peru a doutrina de “segurança integral” difundiu o desenvolvimento sob a direção do Estado com vistas à distribuir renda e assim desacreditar as ideias comunistas como solução dos problemas da população; a doutrina de “segurança nacional” promovida no Brasil, denunciava as liberdades democráticas como um entrave ao combate às ideias subversivas, mas não vinculou tão diretamente quanto à doutrina peruana, combate ao comunismo e medidas de distribuição de renda.

Palavras-chave: militares, Centro de Altos Estudos Militares, Escola Superior de Guerra, anticomunismo, doutrinas militares, Peru, Brasil

Abstract

SILVA, Êça Pereira. O Centro de Altos Estudos Militares (Peru) e a Escola Superior de Guerra (Brasil) 1948-1968. 2015. 241f. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015 (2016 versão corrigida).

This doctoral thesis compares the Advanced Military Studies Center of Peru (CAEM) and the Superior School of War (ESG) of Brazil from its foundations (end of the 1940's) to the military coups in the both countries (1968 and 1964 respectively). The aim is comprehend differences and similarities in security doctrines developed in these schools that met military and civilian , on the grounds studying issues related to national security and the development of their countries. From the comparison of how the national security and development issues were discussed at the two schools we verify how Brazilian and Peruvian military have proposed different solutions to a common problem to the military of both countries: a "communist subversion". While in Peru the doctrine of " integral security" spread development under the direction of the State in order to distribute income and so discredit the communist ideas as a solution to population problems; the doctrine of "national security" promoted in Brazil, denounced the democratics freedom as a obstacle to the fight against subversive ideas, but not linked as directly as the Peruvian doctrine, anti- communism and income distribution measures.

Keywords: military, Advanced Military Studies Center, Superior School of War, anti-communism, military doctrines, Peru, Brazil

Resumen

SILVA, Êça Pereira. **O Centro de Altos Estudos Militares (Peru) e a Escola Superior de Guerra (Brasil) 1948-1968**. 2015. 241f. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015 (2016 versão corrigida)

Esta tesis doctoral compara el Centro de Altos Estudios Militares (CAEM) de Perú y la Escuela Superior de Guerra (ESG) del Brasil, desde sus orígenes por sus inicios (finales de los años 1940) a los golpes militares de ambos países (1968 e 1964 respectivamente). El objetivo es entender las diferencias y similitudes en las doctrinas de seguridad desarrolladas en estas escuelas que cumplieron con militares y civiles, con el argumento de estudiar temas de la seguridad nacional y del desarrollo de sus países. Desde la comparación de cómo se trataron los temas seguridad y desarrollo nacional en las dos escuelas verificamos como los militares brasileños y peruanos han propuesto diferentes soluciones a un problema común a ellos: la “subversión comunista”. Mientras que en el Perú la doctrina de la “seguridad integral” propagó el desarrollo bajo dirección del Estado con la meta de distribuir el ingreso y así desacreditar las ideas comunistas como una solución a los problemas de la población. La doctrina de “seguridad nacional” promovida en Brasil, denunció las libertades democráticas como obstáculos para la lucha contra las ideas subversivas, pero no vinculó tan directamente como la doctrina peruana el combate al comunismo y medidas de distribución de ingresos.

palabras llave: militares, Centro de Altos Estudios Militares, Escuela Superior de Guerra, anticomunismo, doctrinas militares, Perú, Brasil

Índice

Introdução

Abordagens teórico-metodológicas: história comparada e história das ideias	p.1
Discussão historiográfica: os militares	p.3
As fontes	p.8
Os capítulos	p.14
	p.15

Capítulo I: Criação da Escola Superior de Guerra e do Centro de Altos Estudos Militares

1.1- O contexto de criação da ESG e do CAEM	p.17
1.2 - A crise dos anos 1930 e sua contribuição para o surgimento da ESG e CAEM	p.19
1.3 - A Segunda Guerra e suas consequências no Peru e Brasil	p.25
1.4 - A criação da ESG e do CAEM	p.29
1.4.1 A criação da ESG no Brasil	p.29
1.4.2 A criação do CAEM no Peru	p.32
1.5 O impacto da Revolução Cubana na ESG e no CAEM	p.34
1.5.1 O contexto político brasileiro após a Revolução Cubana	p.34
1.5.2 O contexto político peruano após a Revolução Cubana	p.36
1.6 Trajetórias das instituições brasileira e peruana	p.39
1.7 O funcionamento das Escolas	p.40
1.8 Os civis nas escolas militares	p.49
1.9 Os artífices do CAEM e da ESG e suas referências	p.54

Capítulo II: Doutrinas de Segurança Nacional: influências externas e problemas internos

2.1 Doutrinas militares: um debate bibliográfico	p.66
2.2 França e EUA: referências da guerra total à guerra revolucionária	p.82
2.2.1 O caso peruano	p.83
2.2.2 O caso brasileiro	p.88
2.2.3 A influência militar dos EUA na América Latina	p.89
2.2.4 A presença dos franceses na formação dos militares peruanos e brasileiros	p.92
2.2.5 A aproximação dos militares peruanos e brasileiros dos norte-americanos	p.93
2.2.6 Os legados francês e norte-americano na formação dos militares peruanos e brasileiros	p.96
2.3 Segurança Integral x Segurança Nacional: duas soluções para o mesmo problema	p.97
2.3.1 A formulação de doutrinas militares no Peru e no Brasil	p.100
2.3.2 Atuação política da ESG	p.104
2.3.3 Atuação política do CAEM	p.105
2.3.4 Distinções entre as formulações da ESG e do CAEM	p.106

Capítulo III: Combate à subversão

3.1 A subversão comunista: um velho problema com novos desafios	p.112
3.1.1 O comunismo antes da revolução cubana no CAEM	p.112

3.1.2 O comunismo antes da revolução cubana na ESG	p.113
3.1.3 A Revolução cubana: a “materialização do fantasma” na ESG e no CAEM	p.115
3.1.4 Os manuais de guerra revolucionária	p.118
3.1.5 Os teóricos subversivos	p.119
3.1.6 As fases da guerra revolucionária e o “imperialismo comunista”	p.120
3.1.7 As condições de vida da população na América Latina e o comunismo	p.123
3.1.8 O medo da penetração comunista nas Forças Armadas	p.128
3.2 Os movimentos nacionalistas e as reivindicações sociais	p.131
3.2.1 O perfil do subversivo	p.134
3.2.2 Desigualdades sociais ou contradições internas	p.136
3.2.3 Ações Cívicas	p.140
3.3A Guerra Psicológica ou de Propaganda na ESG e no CAEM	p.144
3.3.1A guerra psicológica na ESG	p. 146
3.3.2 A guerra psicológica no CAEM	p.149
3.4 As instituições democráticas e o combate à subversão	p.151

Capítulo IV – Mobilização, Planejamento e Desenvolvimento **p.162**

4.1Mobilização nacional – o elo entre a guerra e o desenvolvimento	p.162
4.1.2 A mobilização nacional: para o bem- estar geral ou para a segurança nacional?	p.165
4.1.3 Mobilização e projetos de sociedade	p.168
4.2 Planejamento e desenvolvimento no CAEM e na ESG	p.171
4.2.1 O planejamento e o desenvolvimento no CAEM	p.174
4.2.2 O debate sobre planejamento desenvolvimento na ESG	p. 180
a) A defesa do planejamento na ESG	p.183
b) Os liberais na ESG	p.184
c) Os liberais defensores do planejamento	p. 185
d) Os militares e o planejamento na ESG	p.187
4.2.3 Semelhanças e diferenças nos debates das duas intuições	p. 190
4.3 As questões do desenvolvimento regional na ESG e no CAEM	p.193
4.3.1 Planejamento regional na ESG	p. 194
4.3.2 Planejamento regional no CAEM	p.195
4.3.3 Duas experiências de planejamento regional	p.198
4.3.4 A região amazônica no CAEM e na ESG	p.201

Conclusão **p.208**

Bibliografia **p.214**

Fontes **p.221**

Brasil p.221

Peru p.226

Introdução

A ideia para a presente pesquisa surgiu com a leitura de *O Estado Militar na América Latina*, obra do cientista político Alain Rouquié, editada no Brasil pela Alfa-ômega em 1984¹. Para este autor, as Forças Armadas são atores fundamentais para a compreensão da história latino-americana, pois tomaram o poder do Estado em quase todo o continente na segunda metade do século XX a fim de resolver os conflitos sociais pela força para manter a ordem social. Nesta obra, o autor diferenciou os governos militares que ascenderam em nosso continente a partir da década de 1960: de um lado, “as repúblicas pretorianas e os partidos militares”, entre as quais estava o Brasil; de outro, “os estados-maiores revolucionários”, entre os quais situou o Peru.

No Brasil, a instituição militar que desde a proclamação da República participava das crises políticas, gradual e paralelamente à sua profissionalização, a partir de 1930, passou a posicionar-se no jogo político defendendo projetos próprios para a nação, tal qual um partido político, mas sem assumir o ônus do debate, alegando a pretensa legitimidade da defesa nacional. Assim, um grupo defensor de um projeto modernizador autoritário tomou o poder em 1964.

No Peru, uma geração de militares progressistas dissolveu o governo reformista de Belaúnde Terry em 1968, que antes ajudara a eleger, justamente porque ele não realizou as mudanças prometidas, ou seja, os militares tomaram o poder com objetivo de efetivar projetos reformistas populares. Em ambos os casos, Rouquié destacou o papel de escolas que reuniram militares e civis – a Escola Superior de Guerra no Brasil (ESG) e o Centro de Altos Estudos Militares (CAEM) no Peru, onde diferentes projetos de desenvolvimento nacional foram traçados.

Esta tese visa compreender, por meio da análise comparativa, as diferenças e semelhanças entre os projetos nacionais elaborados pelo CAEM no Peru e pela ESG no Brasil, desde a criação destas instituições no final dos anos 1940 até os golpes militares na década de 1960. A hipótese é que estas escolas que reuniram militares e civis, influenciadas pelas doutrinas de segurança francesas e estadunidenses, elaboraram projetos próprios expressos em suas doutrinas nacionais, que visavam, acima de tudo, responder às questões nacionais do período, que diziam respeito sobretudo à superação do subdesenvolvimento.

1 ROUQUIÉ, Alain. **O Estado militar na América Latina**. São Paulo: Alfa- Ômega, 1984. Tradução Leda Rita Cintra Ferraz

Na documentação sobre as doutrinas militares elaboradas para combater a subversão comunista, especificamente no que tange a relação entre segurança e desenvolvimento, foi constante a referência ao dilema “manteiga x canhão”², isto é, priorizar o bem-estar da população ou o preparo para o enfrentamento bélico. A este dilema, os brasileiros optaram pelo “canhão”, uma vez que afirmavam defender a sobrevivência da pátria, enquanto os peruanos escolheram a “manteiga”, porque nenhum cidadão pegaria em armas para defender uma nação que não lhe proporciona condições de uma vida digna. A partir da comparação entre os temas centrais das doutrinas das duas escolas, compreenderemos as motivações destas diferentes escolhas.

A tese aqui proposta é que os militares peruanos do CAEM viam na “ausência de Estado” o principal motor que levaria a população a aderir à “subversão comunista” enquanto na ESG, o papel a ser ocupado pelo Estado era o de planejador e reorganizador da sociedade para manutenção da ordem capitalista, mas mantendo a capacidade operativa do Estado, pois, enquanto os militares preocupavam-se com setores considerados estratégicos para o fortalecimento de sua eficácia bélica, não deixaram de criticar o que consideravam excessivo dirigismo estatal que caracterizava a política varguista.

Cabe lembrar a distinção conceitual entre desenvolvimento e modernização. Segundo Samuel Huntington, destacado teórico do Departamento de Estado estadunidense, a modernização consiste num processo que apresenta, em graus variáveis, algumas características relacionadas ao fenômeno da revolução industrial, tais como, além da própria industrialização, a urbanização, ampliação do letramento da população, fortalecimento da integração territorial, ampliação da infra-estrutura, meios de comunicação de massa entre outras³. O desenvolvimento, na acepção do termo difundido pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), consiste em, mais que transformar a estrutura produtiva no sentido da industrialização, internalizar os centros de decisão de investimentos de capitais, promover a distribuição de renda fortalecendo o mercado interno⁴. A distinção entre modernização e desenvolvimento é importante para compreendermos os projetos das duas escolas militares: enquanto na ESG foram promovidos debates entre posições desenvolvimentistas e outras modernizadoras, no CAEM prevaleceram posições mais

2 LINDENBERG, José Sinval. **Planejamento do Fortalecimento do Potencial Nacional**. Rio de Janeiro: ESG, 1959 p. 17

3 HUNTINGTON, Samuel P. Political development and political decay. **World Politics**, v. 17, n. 03, 1965 p. 386-430.

4 COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA. **El pensamiento de la CEPAL**. Santiago: Editorial Universitaria, 1969

desenvolvimentistas. No entanto, nas conferências e manuais das escolas militares, muitas vezes o termo desenvolvimento aparece no sentido de crescimento econômico, de modo que no decorrer deste trabalho seu significado será sempre pontuado.

É preciso salientar algumas características que distinguem os militares dos civis, mesmo que esta pesquisa foque escolas que reuniam as duas categorias, a tônica das instituições era posta pelos fardados. Os militares são membros de organizações armadas, legitimadas pelo Estado, baseadas no princípio da hierarquia e, conseqüentemente, exige a rígida obediência a esta. A obediência hierárquica se torna tanto mais forte quanto mais coesa for a instituição, de modo que uma das características observadas nas histórias dessas instituições é a constante luta pela dissipação das divergências internas em nome da coesão institucional; divergências essas que na maioria dos casos dizem respeito às disputas acerca de temas políticos que extrapolam o espaço da caserna. Outra constante observada nas histórias dessas instituições diz respeito às suas relações com as instituições que definem a natureza do Estado: ela detém o monopólio das armas para garantir a proteção do território do Estado e a vigência das leis dentro deste território e, no limite, utilizam tais atributos para explicar suas ingerências nas instituições civis quando os dirigentes destas questionam a hierarquia social.

O presente trabalho compara ideias acerca de segurança nacional e de desenvolvimento, no sentido de crescimento econômico, que circularam em duas instituições militares latino-americanas, entre o fim da década de 1940 e os anos 1960. Por esta razão faz-se necessário remeter-nos tanto à história das ideias quanto à história comparada.

Abordagens teórico-metodológicas: história comparada e história das ideias

A presente tese compara duas instituições similares no Brasil e no Peru, portanto é imprescindível a referência ao artigo-manifesto de Marc Bloch *Por uma história comparada das sociedades europeias*, de 1928⁵. A comparação entre o CAEM peruano e a ESG brasileira no mesmo período – fim dos anos 1940 até os golpes dos anos 1960, identifica-se ao critério comparativo proposto por Bloch: sociedades distantes geograficamente que recebem as mesmas influências, têm problemas semelhantes e apresentam soluções distintas.

Todavia, o estudo comparativo não se propõe apenas a apontar as semelhanças, ao contrário, há principalmente “*un interés especialmente vivo por la percepción de diferencias, sean originales o resulten de caminos divergentes, respecto de un mismo punto*”

⁵ BLOCH, Marc. Por una historia comparada de las sociedades europeas. In: **Una historia viva**. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1992 p. 63 – 98.

de partida”⁶. As diferenças entre as respostas dadas ao tema da subversão comunista pela ESG e pelo CAEM devem-se a fatores diversos, como a relação entre os militares e os governos, o jogo de forças que levou à criação dos institutos, a fragilidade que percebiam a presença de seus Estados nos respectivos territórios, entre outros abordados neste trabalho.

A historiadora Maria Lígia Prado em seu artigo sobre história comparada da América Latina⁷, destaca que a comparação deve ser elaborada a partir de um problema comum que estruture a análise. Neste artigo a historiadora destacou o risco de elaboração de hierarquias como um importante problema a ser evitado pelos historiadores que se propõem à análise comparativa.

Outra importante indicação do artigo de Maria Lígia Prado está no uso de conceitos ou teorias que tendem a explicar de maneira generalizante realidades muito distintas. Segundo a autora este procedimento foi comum nos anos 1960 e 1970 na adoção do conceito de subdesenvolvimento para explicar a realidade latino-americana. E, na sombra desta explicação, o eurocentrismo, pois significa adotar os países da Europa Ocidental ou os EUA como modelos de desenvolvimento.

Nas instituições militares objetos desta pesquisa foram promovidos debates que visavam sobretudo encontrar soluções para os problemas nacionais, mas sempre partindo do diagnóstico de “subdesenvolvimento”. Entre estes problemas, estavam a crescente propaganda comunista, as mobilizações populares, as greves e quaisquer outras formas de demonstração de descontentamento popular, compreendidas naquela conjuntura como sinais de infiltração comunista, especialmente depois da Revolução Cubana em 1959.

Há ainda outros historiadores que debateram limitações e avanços do método comparativo: Michel Espagne enfatizou o valor da comparação, mas denunciou o perigo de valorização das divisões nacionais⁸. O maior risco seria, para além do estabelecimento de hierarquias já apontadas por Bloch e Maria Lígia Prado, a reafirmação de abstrações decorrentes das construções das identidades nacionais. Nesta pesquisa de doutoramento, as diferenças nacionais são inerentes ao objeto, pois, um dos principais sustentáculos das instituições militares é o nacionalismo, mas ao mesmo tempo, verificamos como absorveram

6 Ibid. p. 76

7 PRADO, Maria Lígia Coelho. Repensando a História Comparada da América Latina. **Revista de História** - Depto. de História da Universidade de São Paulo n°153, 2º semestre de 2005. São Paulo: Humanitas. p.11-33

8 ESPAGNE, Michel. Sur les limites du comparatisme en histoire culturelle. **Genèses**. Paris, n.17, septembre 1994.

as mesmas influências francesas e estadunidenses, de acordo com as demandas internas que respondiam. Entretanto, em ambos os casos, atentando sempre para a preservação da coerência institucional.

No artigo *The case for comparing histories*, o historiador Raymond Grew analisou uma série de possíveis elementos de comparação sistematicamente testados pelos historiadores e, para cada um, fez observações às quais o pesquisador deveria atentar⁹. Interessa-nos aqui as instituições como elementos de comparação devido à natureza de nosso objeto – escolas militares. Para Grew, cabe ao historiador atentar que em muitos casos as mesmas instituições podem exercer diferentes funções em períodos e sociedades diversos. Aqui, investigamos duas instituições semelhantes – escolas militares que elaboraram e difundiam doutrinas de segurança nacional na conjuntura da Guerra Fria, mas devido às distintas circunstâncias locais, tais como a presença ou não de movimentos armados, a presença ou ausência de instituições do Estado junto à população, a existência ou não de um parque industrial, entre outras circunstâncias, direcionaram suas doutrinas e propostas por diferentes caminhos.

O historiador José D'Assunção Barros publicou em 2014 o livro *História Comparada* no qual retomou os debates acerca da comparação entre diferentes culturas desde o século XVIII até outras proposições metodológicas recentes, decorrentes da comparação como a história conectada, a história transnacional e a história global entre outras. Para o autor: comparar :

“Comparar” era o gesto historiográfico fundador que – ao confrontar as atitudes do isolamento e da compartimentação não comunicante – permitia recolocar e uma adequada relação complexa dois ou mais recortes espaçotemporais, diversas realidades históricas a serem examinadas, ou vários personagens e agentes históricos diferenciados que, ao mesmo tempo em que precisam ser apresentados nos seus próprios termos, não podem em absoluto ser separados das relações que os situam uns em relação aos outros e todos em relação ao ambiente e contexto histórico que os une.”¹⁰

Portanto ao propormos uma comparação entre as ideias desenvolvidas e disseminadas por duas instituições militares pretendemos analisar o papel destas ideias nos contextos específicos do Peru e do Brasil mas, também, no contexto mais geral da Guerra Fria.

No artigo-manifesto *Os intelectuais*, de Jean François Sirinelli, onde foi destacada a importância deste grupo para a História Política Renovada, há dois conceitos importantes para

9 GREW, Raymond. The Case for Comparing Histories. **The American Historical Review**, vol. 85, nº4 Oct., 1980 p. 763-778

10 BARROS, José D'Assunção. **História Comparada**. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 163

pensarmos a ESG e o CAEM: geração e locais de sociabilidade¹¹. De acordo com o historiador francês, fazem parte da mesma geração homens marcados pelos mesmos eventos e que receberam as mesmas influências. Os acontecimentos que marcaram o grupo que passou por estas escolas desde o fim dos anos 1940 até o meio dos anos 1960 podem ser gerais – que marcaram tanto brasileiros como peruanos – e específicos a cada país. Assim, os eventos gerais foram a Guerra Fria, a Conferência de Bandung e a Revolução Cubana. E os específicos, para os brasileiros da ESG, a experiência da Força Expedicionária, a reorganização do Estado pós-Getúlio em 1955 e o golpe de 1964; enquanto que para os peruanos, o golpe de Odría em 1948, o governo da Junta Militar (1962-3), a luta contra as guerrilhas em 1965 e o golpe de 1968.

Para Sirinelli, os locais de sociabilidade eram locais “onde os laços se atam”¹², o que pode incluir instituições de ensino com turmas de cerca de cinquenta pessoas frequentadas diariamente, em período integral, por um ano letivo. Assim, as instituições objeto desta pesquisa, a ESG e o CAEM, funcionaram como locais de sociabilidade de grupos de militares e civis onde circularam diversas ideias sobre doutrinas de segurança, combate à subversão e desenvolvimento nacional.

A implicação da adoção desta abordagem nesta pesquisa é analisar as ideias que circularam na ESG e no CAEM, não apenas como advindas do “braço armado do Estado-burguês”, mas como resultados de elaborações intelectuais de civis e membros das Forças Armadas que participaram ativamente dos debates mais importantes das décadas de 1950 e 1960 em instituições que elaboraram projetos políticos que, anos depois, foram implementados pela força.

No mesmo livro-manifesto *Por uma história política*, organizado por René Rémond, o historiador Michel Winock analisou a renovação da história das ideias em seus aspectos políticos. Aqui particularmente nos interessa a ampliação dos estudos das ideias políticas para além dos “filósofos e dos teóricos, mas também as do homem comum”¹³. Os “homens comuns”, neste trabalho, são militares e civis que elaboraram e difundiram doutrinas de segurança e planos de desenvolvimento como ideias políticas.

Para o historiador chileno Eduardo Devés, o desenvolvimentismo foi uma das

11 SIRINELLI, Jean François. Os Intelectuais. In REMOND, René. (org) **Por uma História Política**. 2º ed Rio de Janeiro: FGV, 2003. p 231-269 Tradução Dora Rocha

12 Ibid.p 248

13 WINOCK, Michel. As ideias políticas. In REMOND, René. (org) **Por uma História Política**. 2º ed Rio de Janeiro: FGV, 2003. p 271-291 Tradução Dora Rocha

principais correntes de pensamento da segunda metade do século XX na América Latina¹⁴. De modo a estabelecer um divisor na história das ideias latino-americanas, pois significou a prática de pesquisas e planos que visavam um crescimento econômico autossustentado, apoiado na industrialização, urbanização, distribuição de renda e consequente melhora dos padrões de vida da população.

O economista brasileiro Ricardo Bielschowsky escreveu uma obra referencial sobre o desenvolvimentismo brasileiro, na qual definiu o desenvolvimentismo como “uma ideologia de transformação da sociedade brasileira”¹⁵, composta por uma industrialização planejada, ordenada e executada pelo Estado de modo a integrar diversos setores econômicos. Esta definição pode também ser aplicada para pensarmos os projetos elaborados no CAEM para a sociedade peruana

A história das ideias foi uma das primeiras manifestações da verdadeira revolução que reestruturou a historiografia no início do século XX. Segundo Gabriela Pellegrino Soares¹⁶ (2011), as obras de Lucien Febvre, sobre *Lutero* (1929) e *Rabelais* (1942), que levantaram a questão da existência de mentes a frente de seu tempo, ou se as grandes proposições estavam alinhadas ao seu contexto social de elaboração. De modo que o trabalho do historiador das ideias seria compreender “as estruturas de pensamento de cada época, comandadas pelas evoluções sócio-econômicas que organizam as construções intelectuais”¹⁷.

Assim, as instituições militares podem ser compreendidas como: “produtoras de discursos e estratégias que prescrevem práticas de apropriação, legitimam ou não repertórios, e franqueiam caminhos para a difusão de determinados conteúdos (...)”¹⁸.

O sociólogo holandês Dirk Kruijt em sua obra *La revolución por decreto: el Perú durante el Gobierno Militar* (1989 reeditada em 2008), apresentou o conceito de “intelectuais militares” para definir os oficiais produtores da ideologia militar em diversas instituições, entre as quais mencionou o CAEM peruano e a ESG brasileira¹⁹. A constituição de tal

14 DEVES, Eduardo. **El pensamiento latinoamericano em el siglo XX** Tomo II. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2003.

15 BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento economico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004 p.7

16 SOARES, Gabriela Pellegrino. “História das idéias e mediações culturais: breves apontamentos” In FRANCO, Stela Maris Scartena JUNQUEIRA, Mary Anne (orgs.) **Cadernos de Seminário de Pesquisa**. São Paulo. Depto de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP/ Humanitas, 2011 Volume2. p.87- 97

17 Ibid p. 89

18 Ibid p.91

19 KRUIJT, Dirk. **La revolución por decreto: el Perú durante el gobierno militar**. 2ª edición. Lima: INP, 2008.

ideologia se daria na elaboração de informações sobre o “inimigo interno” e sobre os meios de combatê-lo; neste ponto, se estabeleceria o interesse dos militares pela política econômica e pelas estratégias de desenvolvimento de suas respectivas nações.

A adoção da categoria “intelectual” para militares não é unanimidade: a concepção de intelectual adotada pelo palestino Edward Said não contempla membros das Forças Armadas²⁰. Por outro lado, o marxista italiano Antonio Gramsci, ao definir os intelectuais como os responsáveis por fornecer certa homogeneidade ideológica aos grupos que pertencem e dividi-los, grosso modo, entre: os orgânicos, defensores dos interesses das classes trabalhadoras, e os tradicionais, vinculados às elites, que afirmariam e difundiriam a ideologia do poder em escolas, igrejas²¹ e, por que não, nos quartéis. De modo que os intelectuais participantes dos debates na ESG e no CAEM podem ser identificados como grupo dos intelectuais por fornecerem unidade ideológica à sua instituição, parte armada do Estado.

Discussão historiográfica: os militares

A história militar passou por uma grande renovação como demonstra a obra *Nova História Militar Brasileira*, organizada por Celso de Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay²². Segundo os autores, a produção de uma história militar começou ainda no século XIX, como parte da historiografia tradicional, e notabilizou-se pela produção de biografias dos heróis, memórias de batalhas e histórias de guerras e conflitos internos. Portanto, a *Nova História Militar Brasileira* – à qual se refere a coletânea, começou nos anos 1990, quando os historiadores passaram a produzir uma história militar vista “de baixo” e preocupada com os desvios das normas institucionais, abordando temas até então silenciados como o cotidiano dos praças, homossexualidade, deserções e revoltas. Tais abordagens são muito significativas para ampliar a compreensão das instituições armadas, a partir do que sua cúpula entende como “desvios”. Nossa pesquisa não se enquadra nesse perfil historiográfico porque aborda as idéias que circulavam oficialmente nas instituições, produzidas por oficiais superiores e civis que ocupavam posições de poder e se expressavam tanto no CAEM como na ESG.

20 Para o crítico literário palestino Edward Said, o atributo intelectual jamais poderia ser aplicado aos militares, uma vez que sua definição para este adjetivo somente seria aplicável a quem ousasse “dizer a verdade ao poder” a partir da atuação na esfera pública, defendendo ideais universais de justiça e igualdade. Portanto, militares que elaboram e debatem planos a partir de instituições oficiais seriam burocratas, não intelectuais, segundo Said. SAID, Edward. **Representações do Intelectual: as conferências de Reich de 1993**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2005 trad. Milton Hatoum.

21 GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

22 CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Victor e KRAAY(orgs.) **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV/ Bom Texto, 2004

A historiografia que se dedica ao estudo das instituições armadas conquistou mais espaço a partir os anos 1960. O crescente interesse pela história militar resultou na abertura de diversos centros de pesquisa²³ em importantes universidades do país. Dentre as numerosas pesquisas sobre as instituições armadas, destacaremos as que forneceram subsídios importantes para a elaboração do presente trabalho.

A pesquisa pioneira de Eliézer Rizzo de Oliveira *Forças Armadas: política e ideologia no Brasil:(1964-1969)*²⁴, enriqueceu este trabalho ao analisar a criação e a organização da ESG e ao demonstrar o caráter ideológico da doutrina de segurança nacional. Rizzo de Oliveira foi um dos pioneiros a apontar o lugar central que a ESG e sua doutrina ocuparam na aglutinação de forças políticas para derrubar o governo Goulart.

A pesquisa de Edmundo Campos Coelho intitulada *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira* foi publicada em 1976 e ganhou nova edição em 2000²⁵. Coelho propôs uma nova abordagem sobre as organizações armadas, especificamente o Exército: ao invés de analisá-lo como um instrumento dos civis na luta pelo poder, procurou compreender como a instituição gradualmente se fortaleceu enquanto corpo dentro do Estado, constituindo reivindicações próprias, a ponto de concentrar forças capazes de apoderar-se do poder Executivo. Obviamente, a gradual institucionalização e fortalecimento das Forças Armadas tem como paralelo o poder civil e suas transformações, como mostra o autor.

Sua obra demarcou um novo campo de entendimento sobre os militares – a perspectiva organizacional –, que consiste em analisá-los enquanto instituição, verificando suas demandas e especificidades em relação aos civis. Contudo, levando em consideração as relações entre estes e os civis, uma vez que a identidade militar somente existe na relação de alteridade com os civis. A contribuição da obra de Coelho para esta pesquisa foi nos mostrar que a ESG – e também o CAEM – por mais que se tratassem de institutos diferenciados dentro dos moldes tradicionais das Forças Armadas, continuavam sendo parte do aparato militar, respondendo aos problemas próprios destas instituições mesmo agregando temas antes prioritariamente civis. Essa pesquisa é importante para este trabalho porque mostra a

23 Os principais centros de pesquisas sobre temas militares são: Laboratório de Estudos sobre Militares na Política (LEMP) na UFRJ; Laboratório de Estudos sobre Militares no CPDOC/ FGV; Grupo de Trabalho sobre o Pensamento Militar Brasileiro (Universidade Salgado Oliveira); Grupo de Estudos da Defesa e Segurança Internacional (UNESP/Franca); e o Grupo de Trabalho Estudos Políticos e Militares Contemporâneo (UEL) de acordo com FERRAZ, Francisco et. Al (orgs) **História Militar: novos caminhos e novas abordagens**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015 p.14.

24 OLIVEIRA, Eliezer Rizzo. **As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)**. Petrópolis: Vozes, 1976

25 COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. (2ªed.) Rio de Janeiro: Record, 2000.

possibilidade de estudar as instituições militares em suas particularidades, sem perder de vista os vínculos com os grupos civis.

A perspectiva frente a qual Coelho diferenciou sua pesquisa foi a que chamou concepção instrumental, que consiste na interpretação dos militares como instrumentos de ação de uma classe social: ora a burguesia, ora a classe média, de acordo com o tipo de intervenção política que executam. Este tipo de interpretação valoriza as relações dos militares com os grupos civis, ao coloca-los como “braço armado” dos civis, minimizando as características que fazem das Forças Armadas um grupo específico dentro da sociedade.

Cabe destacar também a coletânea de artigos de José Murilo de Carvalho *Forças Armadas e política no Brasil*²⁶. Situada entre a produção mais tradicional que vincula os militares estritamente às questões do poder e da política, e as mais atuais focadas no cotidiano dos quartéis, as reflexões do autor foram decisivas para abrir novas possibilidades para o estudo dos “homens de farda”, pois contribuíram para colocar em xeque os estereótipos incorporados, inclusive pela academia, sobre os militares, tais como “braço armado da burguesia” ou “fantoques dos imperialistas”, ao destacar as contradições e os debates internos próprios da instituição.

A ESG foi analisada por diversos autores sob distintos aspectos: Maria Selma de Moraes Rocha²⁷, que analisou as mudanças no conceito de doutrina da ESG de sua fundação até o final da década de 1970, Celso Figueiredo Filho²⁸, que em seu mestrado comparou as orientações da doutrina produzida pela escola em relação às posições políticas do jornal *O Estado de São Paulo* e José Luiz Niemeyer dos Santos Filho²⁹, que investigou a instituição como produtora de uma ideologia de segurança nacional em seu doutorado. Deve ser destacado também o artigo de João Roberto Martins Filho *Forças armadas e política 1945-1964: a antessala do golpe*³⁰, no qual o autor discorreu sobre as disputas políticas que envolveram a ESG e o Clube Militar, que culminaram na radicalização política dos militares;

26 CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005

27 ROCHA, Maria Selma de Moraes. **A evolução dos conceitos da doutrina da Escola Superior de Guerra nos anos 70**. Dissertação de Mestrado em História Social/FFLCH. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

28 FIGUEREDO FILHO, Celso Ramos. **A Escola Superior de Guerra e o jornal “O Estado de São Paulo” na passagem do regime democrático para o regime militar: afinidades e discordâncias (1963-1965)**. Dissertação de Mestrado em História Social/FFLCH. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

29 SANTOS FILHO, José Luiz Niemeyer. **Ideologia de segurança vs política de defesa: uma análise histórica e conceitual**. Tese de doutorado em Ciência Política/FFLCH. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

30 MARTINS FILHO, João Roberto. *Forças armadas e política 1945-1964: a antessala do golpe* In FERREIRA, Jorge DELGADO, Lucília A.N. (orgs.) **O tempo da experiência democrática : da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. O Brasil Republicano vol3**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p.97-126

e o artigo de Shiguenoli Miyamoto *Escola Superior de Guerra: mito e realidade*³¹, onde o autor demonstra que após o golpe de 1964, muitos pesquisadores atribuíram demasiado destaque à instituição que somente teria tido grande influência no governo Castelo Branco (1964-1967); porém, o autor não coloca em dúvida a importância da escola no período abarcado por esta pesquisa para o Brasil (1949-1964), devido ao seu papel na articulação do golpe; questiona, sim, a manutenção da importância decisória ao longo do regime militar.

Entre os muitos trabalhos que tiveram a Escola Superior de Guerra como objeto de estudo, a dissertação de mestrado de Francisco César Alves Ferraz *À sombra dos carvalhos: militares e civis na formação e consolidação da Escola Superior de Guerra (1948-1955)*³² é a obra que mais fornece subsídios para compreendermos a conjuntura da formação da ESG e como esta instituição se projetou politicamente dentro das Forças Armadas, valendo-se de sua influência junto ao meio civil e às outras instituições do Estado. A pesquisa de Ferraz é fundamental para todo pesquisador que visa compreender o papel desempenhado pela ESG quanto local de articulação entre civis e militares, mas sob a organização e as demandas destes.

Os militares peruanos também foram objetos de diversas pesquisas tanto de seus compatriotas como de “peruanistas”, especialmente depois da intervenção de 1968. Em 1983, o cientista político porto-riquenho Jorge Rodríguez Beruff publicou *Los militares y el poder – un ensayo sobre la doctrina militar en el Perú: 1948-1968*³³, obra que serviu de subsídio para muitos trabalhos posteriores, inclusive este, devido ao seu vasto levantamento documental e bibliográfico que apoiou uma análise apurada sobre as condições em que foi gestado o projeto de governo que o grupo de oficiais liderados por Velasco Alvarado tentou implementar. Este livro mostra como no Peru surgiu uma doutrina militar desenvolvimentista, intervencionista e que tinha a distribuição de riquezas como um de seus pilares.

Mais recentemente, o historiador Eduardo Toche Medrano escreveu *Guerra y Democracia*³⁴, cujo foco é a relação entre os militares e as instituições democráticas desde a trágica Guerra do Pacífico (1879) até o relatório da Comissão de Verdade de Reconciliação

31 MIYAMOTO, Shiguenoli. Escola Superior de Guerra: mito e realidade. **Revista de Ciências Sociais**. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS. Porto Alegre v 2, nº1 p.3-29 1988

32 FERRAZ, Francisco Cesar Alves. *À sombra dos Carvalhos: a Escola Superior de Guerra e política no Brasil: 1948-1955*. Londrina: Editora da UEL, 1997.

33 RODRIGUEZ BERUFF, Jorge. **Los militares y el poder: un ensayo sobre la doctrina militar em el Peru: 1948-1968**. Lima: Mosca Azul Editores, 1983

34 TOCHE MEDRANO, Eduardo. **Guerra y Democracia – los militares peruanos y la construcción nacional**. Lima: CLACSO/ DESCO, 2008.

(2000), quando foram esclarecidos e publicadas as atrocidades sofridas pelos civis, especialmente os indígenas em meio à guerra entre o Estado, o Sendero Luminoso e o narcotráfico nas décadas de 1980 e 1990.

As Forças Armadas peruanas foram objeto dos estudos dos estadunidenses Abraham Lowenthal³⁵, Daniel Masterson³⁶ e das canadenses Liisa North e Tanya Korovkin³⁷. Estes trabalhos visavam explicar como o grupo de militares reformistas (ou revolucionários para alguns autores) tomaram o poder em 1968 e se concentram no período do governo militar peruano e nas reformas que levou à cabo. Todas elas tocam, superficialmente, no papel do CAEM como fomentador do progressismo deste grupo.

Uma importante fonte a todas as obras que se remetem ao CAEM é o trabalho pioneiro de Victor Villanueva *El CAEM y la revolución de la Fuerza Armada*³⁸, onde o autor, um militar afastado por envolvimento na tentativa de golpe em 1948, investigou a história da instituição e, até mesmo, traçou alguns paralelos com a Escola Superior de Guerra brasileira, ao analisar algumas das funções do Centro.

Houve outros trabalhos que compararam tangencialmente a Escola Superior de Guerra brasileira e o Centro de Altos Estudos Militares peruano depois do próprio Villanueva, entre os quais estão Einaudi & Stepan³⁹, Joseph Comblin⁴⁰ e João Quartim de Moraes⁴¹. No livro já citado de Villanueva, a breve comparação entre as duas escolas consta nos anexos, sob o argumento de que tinham a mesma matriz doutrinária estadunidense e que serviram para preparação dos militares para o exercício do poder. Esta argumentação pode soar um tanto teleológica, se julgarmos que as escolas iniciaram suas atividades nos anos 1950 e os golpes somente aconteceram na metade da década seguinte, além disso, para tomar o poder, fizeram uso do monopólio do uso da violência – próprio da função que detinham e não de eleições onde poderiam expor seu suposto preparo político.

35 LOWENTHAL, Abraham (Ed.) **The peruvian experiment: continuity and change under military rule**. New Jersey: Princeton University Press, 1975.

36 MASTERSON, Daniel. **Fuerza Armada y sociedad en el Perú moderno: um estudio sobre relaciones civiles y militares 1930-2000**. Lima: Instituto de Estudios Políticos y Estratégicos, 2001.

37 KOROVKIN, Tanya NORTH, Liisa. **The peruvian revolution and the officers in power 1967-1976**. Montreal: Centre for Developing-Area Studies McGill University, 1981.

38 VILLANUEVA, Victor. **El CAEM y la revolución de la Fuerza Armada**. Lima: IEP, 1972

39 EINAUDI, Luigi STEPAN, Alfred. **Latin American Institutional Development: Changin Military Perspectives in Peru and Brazil**. Santa Mônica: Rand, 1971

40 COMBLIN, Joseph. **A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980 trad. Veiga Fialho

41 MORAES, João Quartim de. Desenvolvimento e legitimidade na ideologia dos militares no Brasil e no Peru. In _____ **Liberalismo e Ditadura no Cone Sul**. Campinas: Unicamp/IFCH, 2001 p. 17-56

O estudo de Luigi Einaudi & Alfred Stepan *Latin American Institutional Development: Changing Military Perspectives in Peru and Brazil*⁴², consiste num relatório feito pela *Rand Corporation* sob encomenda para o departamento de Estado estadunidense, onde há uma primeira parte sobre o Peru, escrita por Einaudi, e outra sobre o Brasil, assinada por Stepan, com introdução e conclusão comuns de modo que não pode ser qualificada como um estudo comparativo no sentido do termo. Este relatório traça um panorama sobre as Forças Armadas dos dois países, mostrando os perfis das organizações militares que tomaram a direção do Estado em ambos, de modo que a ESG e o CAEM são referidos pontualmente neste relatório. Estes pesquisadores afirmam que escolas militares como o CAEM e a ESG foram responsáveis pelo “novo profissionalismo militar”, ou seja, por uma formação mais ampla, própria para estadistas, e que os teria fortalecido para o exercício do poder. Apesar das muitas críticas feitas a esta elaboração, que veremos adiante, não se pode negar que nestas escolas militares o desenho de projetos de Estado era uma de suas principais funções.

Ainda sobre as comparações entre militares brasileiros e peruanos, o teólogo belga Joseph Comblin⁴³ publicou, no fim dos anos 1970, uma análise sobre a doutrina de segurança nacional e seu papel nos vários governos militares instalados no Cone Sul. Numa passagem desta obra, o autor comparou a ESG com o CAEM, no que tange a formação das escolas e das doutrinas difundidas. Para Comblin, a ESG era apenas uma reprodução do *National War College* estadunidense, importado por ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira, que, junto com a ideia de fundar uma instituição, trouxeram o anticomunismo obtuso que justificava a doutrina de segurança nacional — mera tradução para o português da doutrina estadunidense — e todos os seus desdobramentos. Diferentemente do CAEM, que teria sido fundado devido a uma necessidade intrínseca do Peru, e o fato de não terem lutado sob o comando estadunidense, garantiu-lhes maior independência para criarem uma doutrina própria. O teólogo belga credita o fracasso da “Revolução Peruana” ao fato de não terem rompido radicalmente com a influência da doutrina de segurança nacional estadunidense. Apesar de fortemente influenciada pelos estadunidenses, não se pode negar a originalidade da doutrina brasileira, especialmente no tocante à importância atribuída ao Estado para o desenvolvimento nacional, especialmente das empresas estatais, o que revela certa diferença do liberalismo anglo-saxônico.

Há também uma comparação entre militares brasileiros e peruanos no artigo

42 EINAUDI, Luigi STEPAN, Alfred, op. cit.

43 COMBLIN, Joseph op. cit

Desenvolvimento e legitimidade na ideologia dos militares no Brasil e no Peru, do filósofo João Quartim de Moraes⁴⁴, que coteja as medidas adotadas pelos governos militares no Brasil e no Peru. Em um trecho de seu artigo, Moraes esboçou uma comparação entre as doutrinas criadas e difundidas pelo CAEM e pela ESG, porém, o autor se aprofundou apenas na análise da ESG, pois para o CAEM citou apenas dois trabalhos de Victor Villanueva e o livro de Luigi Einaudi & Alfred Stepan *Latin American Institutional Development: Changing Military Perspectives in Peru and Brazil*, comentado acima.

As fontes

As fontes utilizadas nesta tese são principalmente conferências proferidas na ESG e manuais utilizados no CAEM, desde suas aberturas até os golpes nos respectivos países. O problema da relação entre as doutrinas de segurança e desenvolvimento orientou a proposta comparativa desta pesquisa e, por consequência, a seleção e leitura das conferências da ESG e dos manuais do CAEM.

Há uma diferença fundamental entre os caminhos das duas instituições que foi determinante para a disponibilidade destas fontes: enquanto a ESG brasileira é ciosa de sua memória institucional e guarda em sua biblioteca as conferências de todos os anos; o CAEM passou por muitas mudanças e em sua biblioteca não se encontram trabalhos anteriores à década de 1980, como se a instituição quisesse apagar sua memória. Os textos do CAEM que nos serviram de fontes foram encontradas principalmente no Centro Histórico Militar, graças ao auxílio do sr. Matute, funcionário que lembrou de um conjunto de apostilas que foram doadas por familiares de um ex-participante do ano de 1967. Para nossa sorte, havia em meio àquele material, discussões de anos anteriores (desde 1959), o que nos permitiu constatar que alguns temas e textos foram recorrentes.

Cabe esclarecer a utilização de conferências da ESG e de manuais do CAEM. As conferências na ESG consistem em exposições mais formais feitas por especialistas sobre determinados temas, e em muitas ocasiões, estranhos à instituição. Estas conferências forneciam dados e informações a serem posteriormente utilizados em outras atividades. Além disso, verificamos que os temas das conferências se repetiam ao longo dos anos e, em muitos casos, trechos eram idênticos, quando não todo o texto era o mesmo, apesar de diferentes autorias. O que indica que muitas das ideias expostas nas conferências se repetiam ao longo de vários anos letivos.

44 MORAES, João Quartim de, op. cit.

Quanto aos manuais do CAEM, encontramos grandes pastas datadas de 1967, dentro das quais estavam textos, conferências, manuais e anotações datados de anos anteriores, sendo os mais antigos de 1959. O que nos indica também a continuidade de certas ideias debatidas na instituição. Além disso, a colêctanea de textos do general Jose del Carmen Marín Arista, fundador e primeiro diretor do CAEM⁴⁵, nos deram importantes indicações do que era debatido no centro em seus primeiros anos.

Portanto, a partir do problema comum das doutrinas de segurança e sua relação com as ideias de desenvolvimento, analisamos principalmente conferências da ESG e manuais do CAEM, verificando que muitos dos argumentos expostos naqueles materiais eram retomados, reelaborados e/ou repetidos ao longo dos anos.

Os capítulos

Esta tese está dividida em quatro capítulos: o primeiro, intitulado *Criação da Escola Superior de Guerra e do Centro de Altos Estudos Militares*, remonta os contextos brasileiro e peruano, desde as discussões para a abertura das duas escolas militares até os golpes militares nos dois países. Neste capítulo mostramos como questões específicas dos contextos brasileiro e peruano foram importantes para a decisão de abertura de escolas militares que deveriam contar com a participação de civis para discutirem os problemas nacionais.

O segundo capítulo, *Doutrinas de segurança nacional: influências externas e problemas internos*, consiste numa discussão sobre as doutrinas militares desenvolvidas nas duas escolas e no peso das ideias francesas e estadunidenses para a elaboração de cada uma delas. Esta parte da tese consiste numa discussão bibliográfica acerca do papel das doutrinas para as instituições militares brasileira e peruana, seguida de uma análise das principais características de cada uma das doutrinas com base nas conferências ministradas nas escolas militares sobre este tema.

O terceiro capítulo, *Combate à subversão*, apresenta como a subversão foi abordada nas duas escolas militares e enfatiza as diferentes soluções encontradas para o problema da subversão comunista. Destacamos aqui a Revolução Cubana como marco comum para ambas as escolas militares quanto à nova dimensão que o “perigo comunista” ganhou na América Latina, e consequentemente, a elaboração de respostas pelos membros do CAEM e da ESG

⁴⁵MARÍN ARISTA, Jose del Carmen. **La defensa nacional: procesos fundamentales**. Centro de Altos Estudios Militares. Lima: CAEM, 1972 e Idem, **La defensa nacional: conceptos básicos**. Centro de Altos Estudios Militares. Lima: CAEM, 1972

que correspondiam suas avaliações tanto ao contexto externo como interno. Para a este capítulo foram analisadas as conferências ministradas em ambas as escolas que abordavam o tema da subversão.

E, no quarto e último capítulo, *Mobilização, Planejamento e Desenvolvimento*, há uma discussão sobre como era abordado o tema do desenvolvimento nacional em cada instituição a partir de conferências ministradas sobre este tema. Aqui destacamos os diferentes papéis reservados para o Estado em cada uma das propostas de desenvolvimento debatidas nas escolas militares. Além disso também deve ser destacado o peso das grandes desigualdades regionais brasileiras e peruanas para a elaboração de planos de desenvolvimento nacionais debatidos nas duas escolas militares. Brasil e Peru tem, proporcionalmente, grande parte de seus territórios na região amazônica, que, nas escolas militares dos dois países foi tema de discussões sobre como desenvolvê-la e integrá-la às dinâmicas nacionais.

Em suma, este trabalho de pesquisa analisou comparativamente a bibliografia e as fontes sobre a Escola Superior de Guerra no Brasil e o Centro de Altos Estudos Militares no Peru para compreender as diferenças e semelhanças entre as doutrinas de segurança e as ideias de desenvolvimento nacional que contribuíram para mobilizar o golpes militares nos anos 1960.

Capítulo I – Criação da Escola Superior de Guerra e do Centro de Altos Estudos Militares

Neste capítulo será mostrado o processo de formação da ESG e do CAEM levando em conta os respectivos contextos que permitiram o aparecimento dessas instituições. Abordaremos o funcionamento destas escolas militares e ideias que nortearam os criadores dessas Instituições e dos que nelas se destacaram no período estudado.

As referências à década de 1930 se justificam pelo fato de que, nesse período ocorreram revoltas com participação dos militares nos dois países, revoltas essas que são importantes para se compreender os objetivos que levaram à criação dessas Instituições e as diretrizes que orientaram a atuação tanto da ESG como do CAEM. A pesquisa se estende até a década de 1960, período no qual a Guerra Fria teve consequências importantes no Continente Americano, sobretudo no que se refere ao advento da Revolução Cubana em 1959. Os golpes militares que ocorreram no Brasil, em 1964, e no Peru, em 1968 estão relacionados aos conflitos entre as duas potências que emergiram no Pós-Segunda Guerra: EUA e União Soviética. Ambas disputavam hegemonia no controle econômico e político dos países da América Latina.

1.1- O contexto de criação da ESG e do CAEM

Essas duas instituições militares - ESG e CAEM - foram fundadas no fim dos anos 1940, ou seja, no início da Guerra Fria.

Cabe esclarecer que, durante a Segunda Guerra, grande parte dos militares do continente latino-americano se alinhou aos EUA na defesa da “liberdade” contra o “totalitarismo nazi-fascista”. Portanto, a criação dessas instituições militares está relacionada às contendas internacionais produzidas pela divisão do mundo entre capitalismo e comunismo no pós-guerra, mas também às especificidades nacionais que devem ser consideradas na análise dessas duas instituições.

No Peru, segundo o ex-major do exército e pesquisador Víctor Villanueva⁴⁶, as primeiras propostas para a criação de um instituto para a elaboração de uma doutrina militar nacional remontam aos anos 1930 e início da década de 1940. A ideia surgiu a partir de

46 Víctor Villanueva (1902-1990) era major do exército peruano e militante da Aliança Peruana Revolucionária Americana – APRA. Ele se envolveu numa tentativa frustrada de revolução em 1948, que serviu para justificar a ditadura do general Manuel Odría. Anos depois, sendo um entusiasta do governo de Velasco Alvarado, dedicou-se a pesquisar a história das Forças Armadas peruanas. Seus livros são muito bem documentados, mas repletos de impressões e julgamentos pessoais que reforçam o caráter testemunhal do que foi escrito. VILLANUEVA, Víctor. **El CAEM y la revolución** ...op. cit, p23-7

conflitos fronteiriço entre Peru e Colômbia, em 1932, e, foi retomada quase dez anos depois, em 1941, durante o conflito entre Peru e Equador. Após a vitória nesse segundo embate, a proposta de autonomia intelectual do alto comando, que surgira após o primeiro conflito, foi reforçada. Os dois enfrentamentos ocorreram na região amazônica do país, distante do centro e poder e, apesar da importância estratégica, era até então pouco destacada no que se refere à defesa territorial. Tanto as autoridades civis, como as militares responsáveis pela segurança nacional não tinham um controle preciso sobre as características dessa região de fronteiras com Equador, Colômbia e Brasil.

No Peru, a modernização das Forças Armadas foi feita sob a influência de uma missão francesa que, em 1904, inaugurou uma escola para a formação de oficiais chamada Escola Superior de Guerra (ESG-Peru). Contudo, seu funcionamento era distinto da ESG brasileira que viria a existir a partir de 1949 e do CAEM de 1950 – a ESG-Peru era direcionada para formação técnica (operação em combates). Segundo o historiador peruano Eduardo Toche Medrano, no final da década de 1950, na ESG-Peru, um grupo de militares organizou as primeiras atividades na área de inteligência antissubversiva⁴⁷. Muitos formados no CAEM lecionaram na ESG-Peru e vice-versa, entre eles um dos principais teóricos da geopolítica peruana nos anos 1970, o general Edgardo Mercado Jarrín. Toche Medrano sustenta que o núcleo militar desenvolvimentista, que pleiteava maior atuação do Estado para o crescimento do país, concentrou-se no CAEM, o que reforça a proposta comparativa desta pesquisa.

Segundo os autores que pesquisaram tanto a ESG brasileira como o CAEM peruano, a criação destes institutos também foram influenciadas pela necessidade de planejar a defesa nacional nos moldes de um novo tipo de guerra que surgiria com o avanço da industrialização decorrente da Primeira Guerra.

Lembramos que, desde as guerras napoleônicas no século XIX, as Forças Armadas eram moldadas de acordo com a concepção de uma “nação em armas”, ou seja, uma multidão de homens armados, treinados e profissionalmente imbuídos da defesa de um ideário nacionalista⁴⁸. Contudo, a tecnologia militar empregada a partir da Primeira Guerra Mundial mas, sobretudo, na Segunda Guerra Mundial, na qual foram usados aviões para lançamento de bombas e armas químicas demandava cada vez mais a presença de civis na preparação e atuação dos conflitos, e também os militares passaram a se dar conta da importância do

47TOCHE MEDRANO, Eduardo. **Guerra y Democracia** ...op. Cit. p.121

48 RODRIGUEZ BERUFF, Jorge. **Los militares y el poder**...op cit p 66

desenvolvimento econômico, que exigia a existência de um parque industrial avançado com capacidade para a produção de material bélico em cada país.

Além disso, as duas Grandes Guerras e o conflito entre dois mundos divididos decorrente delas, provocou o surgimento da “doutrina de guerra total”. Ela acabou se tornando a principal referência das Forças Armadas nacionais. De acordo com esta concepção de guerra total todo o aparato produtivo (bélico, principalmente) e todas as instâncias da sociedade deveriam estar preparadas para a eventualidade de um conflito armado. Em decorrência dessa ameaça, a sociedade como um todo, em suas múltiplas esferas, passou a ser considerada como de interesse militar. Assim, segundo esta nova doutrina, que teve grande repercussão nos anos 1950, os militares deveriam incorporar e manejar conhecimentos em diversas áreas, além da militar: a Psicologia, a Sociologia e a Economia passaram a ser valorizadas nesse sentido⁴⁹. Nesse contexto, os institutos que tinham o perfil da ESG-Brasil e do CAEM, no Peru foram criados com objetivo de fornecer aos militares e civis envolvidos com as questões de segurança, uma formação mais abrangente.

Além de motivos especificamente ligados à esfera militar, havia também razões de natureza política interna e externa para a fundação do CAEM e da ESG.

1.2 A crise dos anos 1930 e sua contribuição para o surgimento da ESG e do CAEM

Para a melhor compreensão do surgimento dessas instituições militares nos dois países latino-americanos, cabe retomar, ainda que brevemente, alguns aspectos da história das duas nações nas décadas que antecederam a grande crise que provocou transformações muito importantes na América Latina.

O início do século XX no Peru foi marcado pela luta de grupos que defendiam reformas econômicas e sociais que aumentassem direitos e renda da população mais pobre, majoritariamente indígena e camponesa, que iniciara um movimento migratório rumo à capital que se tornava cada vez mais intenso; contra setores conservadores que lutavam pela

⁴⁹ As doutrinas militares, inclusive a da guerra total serão mais aprofundadas no Capítulo 2. Os autores que se referem às Forças Armadas nos anos 1950 para o Peru: RODRIGUEZ BERUFF, Op cit; TOCHE MEDRANO, op cit; VILLANUEVA, op cit; Idem, **100 años del ejercito peruano: frustraciones y cambios**. Lima: Editorial Juan Mejia Baca, 1971; KRUIJT, op cit. Para o Brasil: ARRUDA, Antonio de. **A Escola Superior de Guerra** 2ª ed. São Paulo/ Brasília: GRD/Instituto nacional do livro, 1983; FERRAZ, op cit; CARVALHO, op cit e SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. 2ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

manutenção de seu poder político e econômico⁵⁰. Desde o início do século XX, houve uma série de disputas e intervenções militares, muito distintas entre si. No entanto, o poder continuou concentrado nas mãos das elites vinculadas à exportação agrícola e de minérios⁵¹.

Com relação ao Brasil, o início do século XX foi marcado pelas tentativas de consolidação da República, preparada por um movimento idealizado por civis e proclamada a partir da intervenção dos militares. As primeiras décadas do novo regime foram marcadas pelas disputas de privilégios entre as oligarquias regionais em relação ao poder central, comandado pelos estados de maior poderio econômico, que também detinham hegemonia política.

Os primeiros tempos da República foram tumultuados por rebeliões em vários cantos do país e conflitos entre civis e militares que, até o início do século assumiram o poder executivo central. Nesse período, aconteceram algumas rebeliões de militares de baixo estrato, mas que não chegaram a abalar o poder das elites regionais e nacionais. Do ponto de vista econômico, o Brasil se caracterizava por uma forte economia agro-pecuária exportadora, mas também contava com uma indústria nascente mas significativa⁵².

A crise de 1929 teve sérias consequências em todo continente americano. No Brasil e no Peru, as soluções para os impasses apresentaram similaridades: repressão violenta às organizações autônomas dos trabalhadores, acompanhada de algumas concessões e de um aumento gradual do papel do Estado na regulamentação das relações sociais. Essa política, que tinha inspiração no modelo norte-americano (keynesiano/rooseveltiano), teve maior efetividade no Brasil e menor no Peru.

No Peru, a crise internacional abalou gravemente a economia: quase dois terços de suas exportações eram de minérios (cobre, petróleo) cuja exploração era efetuada por grandes empresas internacionais e, o terço restante composto produtos agrícolas (açúcar, algodão e lã)

50 Para o contexto peruano: CONTRERAS, Carlos; CUETO, Marcos. **Historia del Perú Contemporáneo**. 4ª ed. Lima: IEP, 2007; SOARES, Gabriela Pellegrino. **Projetos Políticos de Modernização e Reforma no Peru: 1950-1975**. São Paulo: Annablume/ Fapesp, 2000 e COTLER, Julio. **Peru: classes, Estado e Nação**. Brasília: FUNAG, 2006. trad. Sérgio Bath

51 Os principais produtos agrícolas eram o algodão e a cana-de-açúcar; e os minérios eram o cobre e o petróleo, estes últimos extraídos em verdadeiros enclaves estrangeiros. COTLER, op cit p159-160.

52 Para o contexto brasileiro: CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005; COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. (2ª ed.) Rio de Janeiro: Record, 2000, MCCANN, Frank. D. **Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro, 1889-1937**. São Paulo: Cia das Letras, 2007 trad. Laura Teixeira Motta. E SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

que sofriam com baixos preços e a concorrência de outros países da América, mas estavam nas mãos das elites locais. As consequências da crise foram a quebra do maior banco peruano Banco de Perú y Londres, desvalorização da moeda e a suspensão do pagamento da dívida externa que durou até 1949⁵³.

A classe trabalhadora reagiu às demissões e aos cortes de salários com grandes mobilizações às quais o governo respondeu com intensa repressão e algumas medidas como distribuição de alimentos para população urbana miserável e a proibição de despejos. Sucederam-se os governos dos militares Sánchez Cerro (1930-33), Óscar Benavídes (1933-1939) e do civil Manuel Prado (1939-1945). Segundo Villanueva, o período Sánchez Cerro começou com intensas sublevações militares seguidas por dura repressão⁵⁴.

No ano de 1932, dois episódios marcaram profundamente as Forças Armadas peruanas: a rebelião aprista em Trujillo e o confronto com a Colômbia, que acarretou na perda de parte de seus territórios amazônicos para este país.

A entrega desses territórios fora acertada num tratado de 1922, que garantia à Colômbia acesso ao rio Amazonas, porém somente foi efetivado em 1930, ainda durante o governo de Augusto B. Leguía (1919-1930). Segundo Víctor Villanueva, a entrega dos territórios teria contribuindo para o afastamento entre militares e as elites civis, e para o respaldo militar ao golpe de Sánchez Cerro, mesmo sendo este “apenas” um comandante, o que era grave do ponto de vista institucional, pois se tratava de uma subversão hierárquica numa instituição fundamentada na obediência à hierarquia.

Deste modo, em 1932, um grupo de civis e militares peruanos situados na cidade de Letícia, sem ordens do governo, decidiu reaver a região. Depois de algumas manobras e escaramuças, o Peru entregou-a à Colômbia. Villanueva, para descrever esse evento, baseou-se numa compilação de documentos produzida pelo Estado Maior do Exército, e concluiu que, por culpa dos “políticos”, e não dos militares, o Peru perdera mais uma parcela de seu território, o que teria agregado mais uma razão para o afastamento entre militares e políticos civis⁵⁵. Este ex-militar e pesquisador expôs claramente sua predileção seus companheiros de farda, enquanto defensores dos “interesses nacionais” em detrimento dos políticos civis que agiriam sobretudo movidos por “interesses particulares”.

53CONTRERAS & CUETO. *Historia del Perú...* op cit p.251

54VILLANUEVA, *100 años del Ejército peruano...*op cit p 81-90

55Ibid.p91-100

No mesmo ano de 1932, militantes do APRA⁵⁶ alegaram fraude nas eleições presidenciais de 1931, na qual seu candidato, Victor Raúl Haya de la Torre, foi derrotado pelo general Sánchez Cerro. Organizaram um levante na cidade de Trujillo (norte do país): os militantes conseguiram controlar a cidade por alguns dias, durante os quais dez oficiais da polícia e das Forças Armadas foram presos e assassinados. Contudo, nem a direção do APRA nem seus militantes assumiram a autoria das mortes. A repressão ao levante aprista chegou dias depois de forma brutal: mais de duas mil pessoas foram assassinadas acusadas de participação na revolta.

O “levante de Trujillo” foi um divisor de águas na relação entre este partido e as Forças Armadas⁵⁷. Para Villanueva, a partir deste episódio teria se definido o veto militar ao APRA e um distanciamento entre as Forças Armadas e as elites, responsabilizadas pela ausência do Estado e miséria da população que, segundo eles, aumentaria os contingentes apristas⁵⁸. Para o sociólogo Julio Cotler, foi o inverso: este episódio teria distanciado as Forças Armadas das camadas populares, pois, até a década de 1960, serviu de propaganda da capacidade de mobilização do aprismo mostrando como este partido, com sua grande militância popular configurava uma ameaça ao Estado tal qual estava estruturado⁵⁹.

Os governos militares de Sánchez Cerro (1930-1933) e de seu sucessor Óscar Benavides (1933-1939) foram marcados por um lado pela forte repressão às mobilizações populares que reivindicavam que o Estado se ocupasse das camadas mais pobres e, por outro, por medidas que visavam atender minimamente tais reivindicações para arrefecer o aprismo⁶⁰.

O general Benavides passou a faixa para o civil Manuel Prado, cujo mandato coincidiu, no plano externo, com o período da Segunda Guerra Mundial. No plano interno, enfrentou novo conflito fronteiriço, dessa vez com o Equador em 1941.

O conflito com o Equador, mais uma vez, colocou o exército peruano às voltas com

56 APRA – Aliança Popular Revolucionária Americana. Partido fundado em 1920 por Victor Raúl Haya de la Torre (1895-1979), de propostas reformistas, mantendo o sistema capitalista. Teve importante papel na política peruana ao longo do século passado devido a sua imensa militância, aos levantes que promoveu e pelo temor que provocou nas elites mais conservadoras, apesar de sua gradual guinada conciliatória com as oligarquias, especialmente nos períodos da convivência (1956-1962) e no governo Belaúnde Terry (1963-68), que culminou no esvaziamento de seu projeto reformista e rompimento de muitos de seus quadros, que aderiram à luta armada formando o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* em 1965. RENIQUE, Jose Luis. **A Revolução peruana**. São Paulo: Unesp, 2009. Trad. Magda Lopes.

57TOCHE MEDRANO, **Guerra y Democracia...** op cit p. 87-100

58VILLANUEVA, **100 años del Ejército peruano...** op cit p.85

59COTLER, **Peru: classes, Estado ...** op cit p 203

60 Sánchez Cerro foi assassinado por um militante aprista em 1933; Óscar Benavides assumiu o governo em meio ao conflito com a Colômbia e sob fortes protestos internos organizados pelo APRA. Ibid p204.

um teatro de operações na região amazônica. Victor Villanueva lembrou que este foi o primeiro conflito vencido pelo Peru desde a tentativa da Espanha de reaver parte de seu território em 1866. O pesquisador atribuiu esta vitória ao fato dos oficiais terem se distanciado das lideranças políticas; ao descrever os momentos decisivos dos enfrentamentos, creditou a vitória a uma desobediência que levou em conta critérios militares em detrimento das ordens pautadas pela política⁶¹. Esta explicação de Villanueva, numa publicação de 1971, pode ser parte de um esforço para diferenciar as atuações políticas de civis e militares no Peru, visando justificar o governo militar de Velasco Alvarado (1968-1975). A vitória do Peru nesse conflito foi muito importante por recuperar o orgulho da instituição militar, e foi particularmente festejada pelo Presidente Manuel Prado que pode se valer desse “feito” para redimir a memória familiar: seu pai, Mariano Ignacio Prado, era Presidente do Peru quando ocorreu a Guerra com o Chile (1879-1883) desastrosa para os peruanos.

Assim como no Peru, as Forças Armadas no Brasil disputaram o poder no rescaldo da crise de 1929. Em 1930, um novo grupo, sustentado por setores intermediários das Forças Armadas, entre os quais se encontravam ex-tenentistas⁶² como Miguel Costa e ex-opositores do tenentismo como Góes Monteiro, capitaneado por Getúlio Vargas, apeou as oligarquias dos Estados hegemônicos, particularmente de São Paulo, do governo central.

A resposta dada pelo grupo que tomou o poder em 1930 aos efeitos da crise de 1929 no Brasil consistiu num conjunto de medidas que culminaram na maior integração do mercado interno e no aumento da produção industrial. Assim, segundo Wilson Cano, a crise de 1929 apenas acelerou um processo de redirecionamento da produção que já estava em marcha, para o qual a centralização e o papel diretivo do Estado encampados por Vargas foram fundamentais⁶³.

Segundo José Murilo de Carvalho⁶⁴, o sucesso da “Revolução” deveu-se, entre outras causas, à omissão dos oficiais superiores que não deram sustentação ao governo do Presidente

61 VILLANUEVA, **100 anos...** op cit p111-124

62 O Tenentismo foi um momento de radicalização de um grupo de oficiais de baixa patente contra as práticas corruptas das oligarquias paulistas e mineiras que se alternavam no poder no início do século XX. Suas reivindicações mais gerais como o voto secreto e a liberdade de imprensa estavam alinhadas ao pensamento liberal. Esta radicalização resultou em diversos levantes armados durante a década de 1920, sendo o mais espetacular a coluna Miguel Costa-Prestes (1925-27), a segunda maior marcha militar da contemporaneidade, que percorreu aproximadamente 25 mil km em território brasileiro, sem ser derrotada e tampouco sem alcançar seus objetivos de levantar a população contra o governo. SODRE, **História militar...** op cit p253-284

63 CANO, Wilson. A crise de 1929, soberania na política econômica e industrialização. In BASTOS, Pedro Paulo Zahluth e FONSECA, Pedro Cezar Dutra (orgs) **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: UNESP, 2012 p. 121-157

64 CARVALHO, **Forças Armadas...** op cit

Washington Luis Pereira de Sousa, eleito em 1926.

No Brasil, a relação entre as Forças Armadas e o governo instaurado em 1930 foi muito tumultuada, assim como no Peru. No entanto, aqui os militares não tomaram a direção do executivo naquele momento e, quando um deles, o general Eurico Gaspar Dutra o fez, foi por meio das urnas, apenas em 1946. Neste período, alguns movimentos políticos contaram com a presença de representantes das Forças Armadas brasileiras. Cabe mencioná-los para melhor compreendermos o papel das instituições militares posteriormente e, sobretudo, a criação e natureza da Escola Superior de Guerra.

Estes movimentos políticos que contaram com a participação de militares foram, primeiro, denominada com sentido positivo, *Revolução de 1932*, liderada pelas elites paulistas contra o Governo Provisório de Getúlio Vargas; e, o segundo, denominada pejorativamente *Intentona Comunista*, ocorreu em novembro de 1935, liderada por membros do Partido Comunista e ex-tenentistas. Mas foi na articulação do golpe de 1937 que as Forças Armadas assumiram papel proeminente ao garantirem a presença de Getúlio Vargas à frente da Ditadura do Estado Novo e o sustentarem no poder até 1945.

O historiador Jose Murilo de Carvalho afirma que as Forças Armadas estavam muito fragmentadas, entre 1930 e 1945, como mostram os 94 movimentos contestatórios contabilizados pelo autor, dos quais participaram Exército, Marinha e polícias⁶⁵. Neste quadro, teve início um movimento de reorganização institucional liderado pelo general Pedro Aurélio de Góes Monteiro que visava fortalecer a hierarquia institucional, a ideia era eliminar os debates internos por constituírem séria ameaça à hierarquia e fazer com que a instituição militar atuasse de modo monolítico no espaço público. Tratava-se, segundo as palavras de Góes Monteiro: “fazer a política do Exército e não a política no Exército”⁶⁶.

Assim para construir tal coesão institucional, a figura do inimigo a ser combatido foi fundamental. Se no Peru, o levante *aprista* de 1932 foi o primeiro a se valer dessa estratégia, no Brasil, a “intentona” comunista de 1935, foi o movimento privilegiado. A repressão resultou em prisões, torturas e grandes expurgos nas Forças Armadas; neste caso, a medida servia de pretexto para semear, no meio dos oficiais, o terror em relação à infiltração, em suas fileiras, de ideias alógenas à instituição armada. Como mostra José Murilo de Carvalho, entre 1931 e 1938, foram expulsos por razões políticas 624 oficiais e 1875 praças com o

⁶⁵ Ibid.p. 65

⁶⁶Apud COELHO, **Em busca da identidade...** op cit p115

objetivo de uniformizar e, assim, fortalecer a corporação⁶⁷.

Outra demonstração importante do temor do comunismo no Brasil foi a promulgação da primeira Lei de Segurança Nacional em 4 de abril de 1935 (Lei 38⁶⁸); e, após a “intentona comunista” realizada em novembro, substituída pela Lei nº136 em 14 de dezembro do mesmo ano. O que mais chama atenção nesta lei é que diversos artigos foram dedicados a indicar punição especialmente às infrações cometidas por militares e mesmo a tentativa de aliciá-los contra a “ordem” já era considerada criminosa. O temor de um Exército vermelho foi alardeado à exaustão servindo de instrumento para a depuração ideológica das fileiras castrenses⁶⁹.

Deve ser destacada a resistência militar a esta primeira lei de segurança nacional, expressa no manifesto de oficiais do Exército e da Armada, originalmente publicado no jornal *A Platéia* em 25 de março de 1935, e reproduzido na coletânea documental de Edgard Canone *A segunda república 1930-1937*⁷⁰. Este manifesto remete a uma tradição das Forças Armadas enquanto “defensoras eternas do povo oprimido em todas as horas críticas de nossa história” e acusa o governo de trair os ideais de 1930 e cercear a liberdade de imprensa e os movimentos populares⁷¹. Entre os assinantes do manifesto estavam um coronel, um major, dois comandantes e dois capitães, totalizando seis oficiais; poucos, mas demonstraram que, era possível expor opiniões e participar de polêmicas enquanto oficiais das Forças Armadas até o golpe de Estado Novo, a partir do qual qualquer manifestação contrária ao governo foi duramente reprimida.

1.3 - A segunda guerra e suas consequências no Peru e Brasil

No plano externo, a Segunda Guerra marcou um período de incentivo ao desenvolvimento do setor industrial, expansão das exportações e aproximação com as Forças Armadas estadunidenses nos dois países. No Peru, os EUA instalaram bases militares no porto

67 CARVALHO, **Forças Armadas...** op cit p 85

68 Segundo o site do CPDOC da FGV, a “lei de Segurança Nacional foi promulgada em 4 de abril de 1935 e definia os crimes contra a ordem política e social”. Legislava sobre crimes contra a segurança do Estado e teria sido uma resposta à criação da Aliança Nacional Libertadora em março daquele ano. <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/LeiSegurancaNacional>, acessado em 09 de outubro de 2014 às 15h16.

69 ADERILDO, Vanda Maria Costa. **A Escola Superior de Guerra: um estudo de currículos e programas**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. IUPERJ, Rio de Janeiro, 1978

70 CARONE, Edgard. **A segunda República 1930-1937**. São Paulo: Difel, 1973.

71 Ibid p 64.

petroleiro de Talara, na província de Piura, norte do país; e, no Brasil, elas foram instaladas em Natal, capital do Rio Grande do Norte, litoral nordestino. No caso brasileiro, não se tratava de uma questão relacionada ao petróleo, produto fundamental para a sustentação da guerra, mas a escolha foi feita devido à posição privilegiada do Estado no Atlântico Sul.

A aproximação do governo peruano em relação aos Aliados se explica pela preocupação em garantir a legitimidade democrática pautada pelo *corolário rooseveltiano*. Esta preocupação contribuiu para a manutenção de uma certa estabilidade interna que, por sua vez, favoreceu crescimento econômico, sobretudo no que se referia ao setor manufatureiro⁷². Entre os setores que almejavam o fortalecimento de uma indústria nacional e a ampliação do mercado interno, o que contava com maior participação popular no Peru era o APRA.

Em 1945, assumiu o poder o advogado José Luis Bustamante y Rivero, apoiado por uma Frente Democrática que visava implantar um programa reformista moderado. Esta Frente era apoiada pelo APRA (rebatizada então para fins legais de Partido do Povo). Apesar do forte veto dos militares em relação a este partido, foi tolerado na coalização governista desde que mantido na retaguarda.

O programa de governo de Bustamante pretendia reforçar a presença do Estado ampliando o acesso à saúde, à educação, aumentar o mercado interno e ampliar direitos trabalhistas. Algumas medidas neste sentido foram implementadas: o congelamento dos aluguéis e o controle de preços; além disso, promulgou a lei de *yanacónaje*⁷³, criando uma medida de terras obrigatória que os latifundiários deveriam ceder ao trabalhador para plantação particular (subsistência). O controle de preços não funcionou e as medidas redistributivas de Bustamante começaram a ser corroídas por uma crescente inflação.

A crise econômica emparedou o governo entre o APRA à esquerda e, à direita, pelas oligarquias agroexportadoras liberais concentradas na Sociedade Nacional Agrária, e ambos os setores buscaram nos militares apoio para resolver a disputa a seu favor, de modo que os oficiais das Forças Armadas se dividiram: havia aqueles favoráveis às reformas, desde que não lideradas pelo APRA, reunidos em torno do general do Exército Jose del Carmen Marín Arista, considerado um militar intelectual. E havia também um segundo grupo alinhado com

72 COTLER, **Peru: classes** ...op cit

73 Os *yanacónas* eram trabalhadores rurais que trabalhavam em troca da cessão de um pedaço de terra para que pudessem manter uma plantação de subsistência COTLER, op cit p 217-218 e CONTRERAS&CUETO, op cit p.290.

os setores liberais agroexportadores, mais próximos ao também general do Exército Manuel Odría, “herói” da Guerra de 1941 contra o Equador. Ambos ocupavam ministérios no governo Bustamante, o primeiro da Guerra e o segundo de Governo e Polícia; por último, havia ainda grande contingente de marinheiros, militares de baixa patente e jovens oficiais militantes do APRA.

Na tentativa de diminuir a influência dos oficiais contrários ao APRA, no final de 1945, parlamentares apristas propuseram um projeto de lei para diminuir a idade mínima de aposentadoria para os militares e aumentar o salário dos jovens oficiais e soldados rasos. Esta tentativa foi muito mal vista pelos altos oficiais e apoiada pelos jovens, aprofundando a divisão política dentro das Forças Armadas⁷⁴.

O impasse político foi resolvido pela força: em fevereiro de 1948, um grupo de militares apristas liderados pelo major Victor Villanueva tentou uma sublevação, mesmo sem terem sido diretamente autorizados pelo comando do partido, que ao ser comunicado, emitiu ordens para conter o movimento, facilitando a repressão. Rapidamente os rebeldes foram contidos e presos, de modo que a tentativa de golpe de militares apristas foi abafada.

Dias depois, o prefeito da cidade mineira de Cerro Pasco foi assassinado e militantes do APRA foram acusados pelo crime⁷⁵. O presidente Bustamante foi fortemente pressionado a declarar o APRA ilegal e desencadear uma repressão violenta não só contra este partido, mas contra toda esquerda, pela ala mais conservadora das Forças Armadas lideradas pelo general Odría.

O mandatário resistiu, mas mudou o gabinete e retirou o general Marín (acusado de ser aliado do APRA) do ministério da Guerra, e deu mais poderes a Odría. O conflito durou até a madrugada de 3 de outubro de 1948, quando setores militares apristas tentaram um novo golpe de Estado, e novamente não contaram com apoio da direção do partido; na manhã seguinte, o saldo era de 70 militares e 175 civis mortos, centenas de presos, o APRA e todos os partidos de esquerda declarados ilegais.

Em meio à crise econômica e de imposição de obediência militar, no dia 27 de outubro de 1948, o general Odría, expressão do grupo conservador, sublevou-se na cidade de Arequipa; no dia seguinte, os outros oficiais lotados em Lima, decidiram não combatê-lo e

⁷⁴MASTERSON, *Fuerza Armada y sociedad* op cit... p.137

⁷⁵ Cerro Pasco é uma cidade peruana que funcionava como um enclave da International Petroleum Company, uma empresa da Standart Oil. Na região há jazidas de cobre COTLER, op cit p 130-134

destituir o presidente Bustamante. Começou assim uma ditadura que duraria oito anos⁷⁶.

Este episódio, somado à rebelião de Trujillo de 1932, fortaleceu a rejeição ao aprismo entre o oficialato peruano. Se, no Brasil, a rejeição dos militares era em relação ao comunismo, no Peru, o APRA carregou por muitos anos o peso de ser uma ameaça à instituição militar e, portanto, à ordem e à segurança do país. Os militares peruanos também eram anticomunistas, mas o aprismo, por sua capacidade de mobilização, era percebido como uma ameaça potencial maior, apesar do discurso cada vez mais conciliador de suas lideranças, ao ponto de, na década de 1960, aliar-se a UNO (*Unión Nacional Odríista*), e também por isso teria sido rechaçado pelos “oficiais radicais” do general Velasco Alvarado, que o julgavam conservador e aliado às oligarquias.

Deste modo, segundo a interpretação de Villanueva e Rodríguez Beruff, a criação do CAEM foi também uma maneira que o então ditador general Odría encontrou para isolar e tirar do comando de tropas um grupo de oficiais de alta patente favorável às reformas econômicas e sociais e que criticava a manutenção do poder nas mãos dos grupos liberais do setor exportador que o apoiavam⁷⁷.

No Brasil, o ambiente de disputa internacional que antecedeu a Segunda Guerra foi aproveitado pelo governo Vargas para conseguir incrementar as exportações e avançar com a implantação de uma indústria de base, apesar do grande poder que as oligarquias agrárias ainda detinham. Neste contexto, as Forças Armadas conseguiram pressionar o governo e conquistar exigências para o fortalecimento institucional em troca de apoio.

O período entre 1937 e 1945, que abarcou a Segunda Guerra Mundial, ficou conhecido por Estado Novo. José Murilo de Carvalho referiu-se a esse período como “Lua de Mel” entre os militares e Vargas⁷⁸. Foi nessa época que teve início um processo definido por estudiosos do período como “modernização conservadora”, que ocorreu com participação intensa dos militares na administração das empresas estatais por eles consideradas estratégicas, e como interventores na administração pública. Além disso, neste período houve também a ampliação das Forças Armadas – em parte devido à formação da Força Expedicionária Brasileira – cujo engajamento na Segunda Guerra foi acompanhado de empréstimos dos EUA e compra de armamentos. Isto foi fundamental para a reunião de um grupo coeso, com uma marca

76MASTERSON, **Fuerza Armada y sociedad** op cit...p175

77RODRÍGUEZ BERUFF, **Los militares y el poder...**op cit VILLANUEVA,**El CAEM y la revolución...**op. cit.

78CARVALHO, **Forças Armadas...**op cit p109

geracional comum que trabalhou pela formação da ESG⁷⁹.

Segundo Francisco Cesar Ferraz, o envio da FEB envolveu diversos interesses como armamentos, industrialização, fornecimento de matérias-primas, hegemonia continental/hemisférica e o fortalecimento da interação entre capitalismo periférico e central⁸⁰. Além disso, o autor apontou que já no momento do embarque das tropas havia divisões quanto ao apoio à ditadura varguista, e o grupo de oficiais embarcados formava já oposição potencial à ditadura do Estado Novo. Assim, ao retornarem, os ex-combatentes rapidamente se organizaram em oposição ao governo e contribuíram decisivamente para sua derrubada. Essa participação na abertura política ampliou o campo de ação política de representantes das Forças Armadas⁸¹.

1.4 - A criação da ESG e do CAEM

As duas escolas militares foram estruturadas no final dos década de 1940, e receberam seus primeiros alunos em 1950 no Brasil e, em 1951 no Peru. Naquele momento, o governo estadunidense havia acabado de promulgar o National Security Act (1947) que criou a CIA (Central Intelligence Agency) e oficializou a “caça ao comunismo” especialmente na figura do “inimigo interno”. No Brasil a ESG foi objeto de diversos estudos, especialmente depois do golpe de 1964. No Peru, o CAEM, apesar de sua importância para a formação de um grupo desenvolvimentista, que ocupou o poder executivo entre 1968 e 1975, não foi tão pesquisado quanto à ESG brasileira.

1.4.1 A criação da ESG no Brasil

A criação da ESG ocorreu no final o governo do general Eurico Gaspar Dutra (1945-1950), um interregno liberal em meio a um período de grande expansão do Estado brasileiro conhecido como Era Vargas (1930-1964). Ao longo desse período, que vai além da presença de Vargas no poder e inclui o governo de Juscelino Kubitschek, a política econômica brasileira se orientou por uma perspectiva desenvolvimentista que contava com a presença do Estado, tanto no plano econômico, como social (apoio e controle dos sindicatos dos trabalhadores).

Segundo René Armand Dreifuss, a ESG foi um grande centro de convergência de

⁷⁹ A relação entre a FEB e a formação da ESG será aprofundada no segundo capítulo, no qual abordaremos o tema da doutrina.

⁸⁰FERRAZ, *À sombra dos Carvalhos...* op cit

⁸¹Ibid, p 140.

oficiais antigetulistas e de membros da burguesia – chamados tecno-empresários – donos de grandes empresas ou executivos de multinacionais que se organizavam para pressionar o Estado a atender seus interesses, e que conquistaram grande poder durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-60)⁸².

Dreifuss se valeu da definição gramsciniana de intelectuais orgânicos para caracterizar as atividades de economistas como Eugênio Gudin, Otávio Bulhões e Roberto Campos, entre outros, que conferenciavam na Escola Superior de Guerra, defendendo que o Estado incorporasse suas concepções de organização e administração⁸³.

Convém lembrar aqui, conforme Eliézer Rizzo de Oliveira, que antes da criação da ESG, os oficiais brasileiros se dividiram publicamente entre favoráveis e contrários ao monopólio estatal do petróleo⁸⁴, e que a nova instituição acabou reunindo aqueles que se opunham ao monopólio estatal, sendo o maior expoente deste grupo o general Juarez Távora⁸⁵. Para Eliézer R. Oliveira, a ESG significou um movimento de um grupo de militares liberais de aproximação a outras estruturas de poder dentro do Estado e de uma elite civil, enquanto que, o grupo que defendia o monopólio estatal, identificado como nacionalistas, começou a se mover para fora da máquina do Estado buscando apoio na sociedade civil⁸⁶.

A ESG, segundo seu decreto de abertura, estava destinada “a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários ao exercício das funções de direção e ao planejamento da segurança nacional”⁸⁷. Lembrando que naquele momento, início dos anos 1950, estava em

82DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. 3ªed. Petrópolis: Vozes, 1981 Trad. Else Ribeiro Pires Vieira et alli p.72

83Ibid p.75

84 Em 1951, Vargas enviou ao Congresso um projeto que previa a criação de uma empresa de capital misto para exploração de petróleo. Porém, a discussão em torno do projeto foi muito ampla e dividiu a sociedade entre os nacionalistas – favoráveis ao monopólio do Estado, e os chamados de entreguistas – favoráveis à presença das multinacionais. Segundo Skidmore, a adesão à causa nacionalista foi tamanha que mesmo setores que sempre combateram o nacional desenvolvimentismo de Vargas, defenderam publicamente o monopólio. SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. 14ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007 Trad. Ismênia Tunes Dantas. p. 129-132. Segundo Eliézer Rizzo de Oliveira, a partir de 1947, o clube militar foi cenário de uma acirrada disputa entre os generais Juarez Távora (antimonopólio) e Horta Barbosa (pró-monopólio) O grupo de Távora, derrotado em 1953, encontrou na ESG um canal para ampliar sua influência dentro do aparato de Estado OLIVEIRA, **As Forças Armadas: política e ideologia ...** op cit p19-21.

85 Juarez Távora (1898-1975) apareceu na cena política brasileira ainda nos anos 1920 como destacado membro do movimento tenentista, que pressionava os governantes por reformas para a moralização das disputas eleitorais. Apoiou Getúlio em 1930 e ajudou a derrubá-lo em 1945, fez parte do grupo que fundou a ESG, e era uma importante liderança entre os oficiais brasileiros. CARVALHO, op cit 130.

86 OLIVEIRA, **As Forças Armadas: política e ideologia ...** op cit p.20

87 BRASIL. Decreto -lei nº 785 de 20 de agosto de 1949. Cria a Escola Superior de Guerra e da outras providências. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1949. disponível em

vigência a doutrina de guerra total, já explicada anteriormente, segundo a qual os militares deveriam ter conhecimentos em diversas áreas para preparar a nação em caso de conflito. Nas palavras do general Cordeiro de Farias:

“Criar lideranças civis e militares para enfrentar a eventualidade de um novo estilo de guerra não mais circunscrita à frente de batalha e ao palco de lutas, mas transformada em fato total, que afeta a sociedade por inteiro e toda a estrutura de uma nação. Dentro dessa orientação, os civis das mais diversas profissões precisarão estar prontos para exercer papéis talvez até mais decisivos que os militares na guerra.”⁸⁸

Pouco depois da criação da ESG, Dutra passou a faixa presidencial para o Presidente eleito Getúlio Vargas. Conforme comentou Skidmore, Getúlio teve sua presença no Catete sombreada pelos militares todo o tempo: alçado ao poder pela primeira vez em 1930, apoiado como ditador em 37 e deposto em 45. Vargas, antes de candidatar-se, teria se aproximado do general Góes Monteiro, responsável pela reorganização das Forças Armadas após a tomada de poder em 1930, para dirimir possíveis oposições entre os uniformizados⁸⁹. Caberia completar que, ao ser eleito Presidente em 1950, contou com o apoio de militares nacionalistas mas a sombra dos militares opositores continuou vagando pelo Catete.

Atualmente a ESG segue em funcionamento oferecendo diversos cursos de pós-graduação lato-sensu em nível de especialização na área de defesa nacional⁹⁰. Sua página oficial afirma que a instituição não formula nem executa a Política do país, e que “seus trabalhos são de natureza exclusivamente acadêmica, sendo um foro democrático e aberto ao debate.”⁹¹

Em 2011 a instituição ganhou um novo campus em Brasília, que funciona temporariamente no edifício do Ministério da Defesa até que a sede própria seja concluída. De acordo com o site da instituição, esta nova sede deverá aproximar os trabalhos da escola com o governo federal e também com os meios acadêmicos, visando aperfeiçoar a formação dos quadros em relação aos assuntos da Defesa⁹².

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L785.htm acesso em 15 de janeiro de 2015

88 FARIAS, Osvaldo Cordeiro de. **Meio Século de Combate: diálogo com Cordeiro de Farias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981. p. 413 Entrevista concedida a Aspásia Camargo e Walter de Góes.

89SKIDMORE, op cit p.102

90Atualmente os cursos oferecidos pela ESG são: Curso Avançado de defesa Sul-americano, Curso de Altos Estudos Política e Estratégia, Curso de Estado Maior Conjunto, Curso de Gestão e Recursos de Defesa, Curso de Logística e Mobilização Nacional, Curso Superior de Política e Estratégia, Curso Superior de Defesa, Curso Superior de Inteligência Estratégica, Curso de Direito Internacional e Conflitos Armados, Programa de Atualização da Mulher e Curso de Diplomacia de Defesa. Informações disponíveis em <http://www.esg.br/index.php/br/cursos/cursos-regulares> acessado em 10 de julho de 2015

91 Informações disponíveis em <http://www.esg.br/index.php/br/2014-02-19-17-51-50/apresentacao> acessado em 10 de julho de 2015

92 Informação do site da ESG : <http://www.esg.br/index.php/br/2014-02-19-17-54-22/brasil> acessado em 10 de

1.4.2 A criação do CAEM no Peru

O historiador peruano Eduardo Toche Medrano sustenta que o núcleo militar desenvolvimentista, que pleiteava maior atuação do Estado para o crescimento do país, concentrou-se no CAEM⁹³. O desenvolvimentismo presente nas duas escolas militares reforça a proposta comparativa desta pesquisa.

O sociólogo porto-riquenho Jorge Rodríguez Beruff, enumerou três razões para a criação do CAEM: a) o desejo de autonomia em relação aos franceses, b) a necessidade de integrar conceitos e estratégias das três armas e c) o planejamento da defesa no contexto do surgimento de um novo tipo de guerra. O autor atribuiu à excessiva dependência da influência francesa na ESG-peruana a limitação aos aspectos técnicos verificados nesta instituição, que era subdividida em Academia Superior de Guerra Aérea e Escola Superior de Guerra Naval. Tal análise ratifica a leitura de Villanueva, que afirma que a formação dos oficiais peruanos era prioritariamente técnica até então, além disso, credita o desejo de autonomia em relação aos franceses devido à derrota e ocupação que estes sofreram na Segunda Guerra⁹⁴.

A criação de uma instituição que deveria integrar as três armas se justificava devido à ausência de um pensamento comum para, até mesmo, coordenar ações conjuntas. Havia também o problema da desconfiança dos representantes da Aeronáutica e da Marinha em relação ao Exército, pois o contingente deste era muito maior, o que aumentava seu poder político, apesar da existência de ministérios separados para cada uma das armas. Assim, a criação do CAEM atendia também a um desejo de integração institucional de uma parcela dos militares⁹⁵. Este era também um problema das Forças Armadas brasileiras, segundo Francisco César Ferraz, o tema da união das três armas estava presente já no primeiro artigo do decreto de 1948 que estabelecia as normas para a organização da ESG no Brasil⁹⁶.

O CAEM foi criado pelo decreto lei 11.432 de 14 de julho de 1950 e era chamado inicialmente de Centro de Altos Estudos do Exército (CAEE). Naquele momento, deveria apenas preparar o Alto Comando do Exército; mas sua configuração institucional já abria espaços para o estudo de campos não exclusivamente militares, ao propor a relação entre Defesa Nacional e os “problemas nacionais”⁹⁷. Durante seus primeiros anos de existência, ou

julho de 2015

93TOCHE MEDRANO, **Guerra y Democracia...** op cit p. 122

94 RODRIGUEZ BERUFF, Jorge. **Los militares y el poder ...** op. cit p.42-62

95 Ibid. p.45

96 FERRAZ, Cesar Francisco Alves. **À sombra dos Carvalhos...** op cit.p.21

97VILLANUEVA, **EL CAEM y la revolución...** op cit p33

até o fim da ditadura de do general Odría, segundo Rodríguez Beruff, o CAEE era conhecido como *huesero*⁹⁸, pois os critérios de ingresso privilegiavam os coronéis de maior antiguidade na instituição, logo, os que estavam mais próximos à reserva. Villanueva informou que dos dez coronéis que participaram do Primeiro Ciclo em 1951, seis foram para a reserva no ano seguinte⁹⁹; neste ciclo, apenas um participante pertencia à Força Aérea, os demais faziam parte do Exército.

Em 1954, houve a primeira mudança significativa: o CAEE passou a ser CAEM – Centro de Altos Estudos Militares, de modo que passou oficialmente a abarcar todas as armas e cumprir a missão de integrá-las, para o qual foi idealizado.

Entre 1951 e 1965, o CAEM ofereceu unicamente o *Curso Regular de Desarrollo y Defensa Nacional*; a partir de então ofereceu também o *Curso de Estado Mayor Conjunto*, que até 1978 formou também funcionários do Ministério da Guerra e, depois, este curso foi dirigido exclusivamente para militares¹⁰⁰.

No final da década de 1980, o CAEM passou a ser submetido a um órgão auxiliar do ministério da Defesa – a *Secretaría de Defensa Nacional* (SEDENA). Em 1997, houve grande mudança institucional, que começou pela nomenclatura – de Centro de Altos Estudos Militares para Centro de Altos Estudos Nacionais; o perfil da instituição foi transformado: aumentou a participação de ingressos do setor privado, os cursos passaram a ser pagos e a ter equiparação de extensão universitária, mestrado e doutorado, além de serem oferecidos em outras partes do país. Devemos esclarecer que estas mudanças tão profundas ocorreram cerca de trinta anos depois do período de nosso interesse. O CAEM foi completamente transformado ao ponto de que o modelo institucional que formou um perfil de militares reformistas e progressistas que participaram do governo de Velasco Alvarado não existe mais, apesar da existência do instituto até a atualidade¹⁰¹.

98Ossário em português. RODRIGUEZ BERUFF, *Los militares y el poder*. op cit p.50

99VILLANUEVA, *EL CAEM y la revolución...* op cit p41

100CAEN... op cit

101 Recentemente, em 28 de maio de 2013, o *Instituto de Defensa Legal* (IDL) publicou uma reportagem sobre problemas no CAEN. Mais informações em: <https://idl-reporteros.pe/las-ideas-se-exponen-los-cargos-se-imponen/>, acessado em julho de 2014.

1.5 O impacto da Revolução Cubana na ESG e no CAEM

A década de 1950 terminou sob os efeitos da Revolução Cubana, sua vitória em janeiro de 1959 repercutiu muito fortemente em toda América Latina.

No campo militar, houve um rápido redirecionamento das doutrinas de guerra: se, no início dos anos 1950, a doutrina da Guerra Total alimentara a preocupação dos militares com questões econômicas, mais especificamente o tema o desenvolvimento nacional, a partir do momento que os guerrilheiros derrotaram o exército regular cubano, a prioridade dos militares em todo o continente passou a ser “o inimigo interno” e como combatê-lo. Assim, ganhou destaque em nosso continente a doutrina da guerra antissubversiva ou guerra revolucionária que vigorou no Brasil até o fim do governo militar em 1985, e no Peru, até início do século XXI, por conta do fenômeno do *Sendero Luminoso*¹⁰² nos anos 1980 e da ditadura fujimorista na década seguinte.

Durante a década de 1950, segundo o historiador Vanderlei Vazelesk Ribeiro¹⁰³, a crescente organização e combatividade dos movimentos camponeses no Brasil e no Peru contribuíram para aumentar a periculosidade da representação do “inimigo interno” em ambos os países. Tanto no Peru como no Brasil as mobilizações camponesas, após a Revolução Cubana despertavam o fantasma da revolução comunista.

1.5.1 O contexto político brasileiro após a Revolução Cubana

O Brasil adentrou a década de 1960 numa conjuntura muito delicada¹⁰⁴. Depois de muitas acusações e pressões de grupos liberais e ruralistas vinculados à União Democrática Nacional (UDN), Getúlio suicidou-se em 1954, resultando numa verdadeira revolta popular contra setores que o encurralaram. Naquele clima de grande tensão política, aconteceu a

102 O PCP-SL, *Partido Comunista del Perú – Sendero Luminoso*, foi uma tendência do PC peruano que adotou a linha maoísta por identificarem similaridades entre a situação do campesinato chinês pré-revolucionário e o peruano. Este grupo guerrilheiro surgiu em Ayacucho, ao sul do país, numa das províncias mais pobres. Inicialmente contou com a adesão de importante parcela da população local, mas suas práticas extremamente violentas e autoritárias nas localidades em que conquistou o poder fez com que perdesse apoio. O início da feroz repressão levada a cabo pelas Forças Armadas, e a presença do narcotráfico na região marcaram a chamada “guerra suja”, na qual morreram cerca de 70 mil pessoas, sendo 70% indígenas. Em 2000, a Comissão Nacional da Verdade e Reconciliação Nacional investigou as ações de militares, senderistas e narcotraficantes RENIQUE, *A Revolução peruana*. op cit. TOCHE MEDRANO, *Guerra y Democracia...* op cit.

103 RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk Fazendas e quartéis a questão agrária sob ótica militar no Brasil e no Peru: (1961-1988). *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, Rio de Janeiro: vol. 2 no.4, maio-agosto 2010, p. 94-129

104 Sobre a conjuntura brasileira nos anos 1950 e 1960: SKIDMORE, *Brasil de Getúlio...* op cit; DREIFUSS, **1964: a conquista...** op cit; e MARTINS FILHO, *Forças armadas e política 1945-1964*: op cit. BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976

eleição presidencial de 1955, na qual os “herdeiros” do getulismo representados por Juscelino Kubitschek (JK) e João Goulart enfrentaram os liberais representados pelo general esguiano Juarez Távora.

A aliança entre JK e Goulart representava a união de uma fração do setor empresarial e do sindicalismo visando a ampliação da industrialização brasileira. Mais uma vez, os militares voltaram ao centro do cenário político: percebendo as manobras da UDN, unida aos membros da ESG, para tentar anular o pleito e não empossar o candidato vitorioso Kubitschek, militares nacionalistas liderados pelo general Henrique Lott deram um “golpe preventivo” para garantir a posse do presidente eleito.

O período Kubitschek foi marcado pela bandeira do desenvolvimentismo como ideário e pela abertura do Estado aos grandes grupos da iniciativa privada para acelerar a modernização brasileira. Segundo Dreifuss, foi neste período que a influência nos tecnopresários foi mais sentida na ESG¹⁰⁵.

O período que se seguiu, entre a eleição e a renúncia de Jânio Quadros (1960-1961), foi conturbado e de perplexidade em muitos os setores da sociedade. Sua renúncia foi uma surpresa e abriu uma disputa política que beirou as vias de fato entre setores das Forças Armadas a favor e contra a posse do seu vice João Goulart. Os setores que defenderam a legalidade se organizaram em torno do general Machado Lopes, comandante do Terceiro Exército do Rio Grande do Sul, estado natal de Goulart. Outros ministros militares vetaram a posse de Jango em nome da “segurança nacional”.

A contenda durou dias durante os quais a maioria do Congresso resistia contra a alteração da Carta Magna para impedir a posse de Goulart. Ao final, o Parlamento alterou o regime político do Brasil de presidencialista para parlamentarista e empossou Jango. A crise desencadeada pelo veto dos ministros militares à posse de Goulart deixou claro que se havia um grupo poderoso disposto a rasgar a constituição caso julgasse a segurança nacional ameaçada, havia também setores legalistas. Teve início assim uma disputa ainda mais acirrada por posições de poder dentro das Forças Armadas.

O governo de João Goulart enfrentou, desde o início forte oposição militar e civil liderada pelo mesmo grupo político que em 1954 forcara sua saída do Ministério do Trabalho e exigia a renúncia de Vargas. A oposição militar tinha na ESG um centro organizado pelo

105DREIFUSS op cit

coronel Golbery do Couto e Silva, e também se opusera a sua ascensão a presidente com plenos poderes.

A situação política foi se tornando cada vez mais polarizada e os espaços para o diálogo e a negociação se tornavam cada vez menores: de um lado, a direita conspirando de modo cada vez mais aberto em instituições como o Instituto de Pesquisas Econômicas e Ciências Sociais (IPES), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)¹⁰⁶ e a própria ESG; de outro “as esquerdas”: as ligas camponesas ocupando terras e exigindo reforma agrária, os estudantes da UNE, a Ação Popular, os brizolistas, as comunidades eclesiais de base, entre outros, enfim, cada grupo com suas prioridades e reivindicações.

À medida que o Presidente fracassava em suas medidas de contenção da crise econômica e tentativas de negociação política, na segunda metade de 1963, Goulart decidiu apoiar-se nas esquerdas mobilizando as reivindicações sintetizadas na campanha pelas reformas de base: agrária, bancária, fiscal, educacional, administrativa e urbana.

O período foi marcado pelo conflito aberto e cada vez mais virulento entre aqueles que queriam reformar o Estado para melhor distribuir os dividendos da modernização ampliando os direitos dos trabalhadores e o grupo conservador, que identificava os anseios populares ao prelúdio, quando não a própria concretização do comunismo no Brasil. Naquele contexto de crescente radicalização política, o presidente acabou por afrontar um sustentáculo da coesão militar: o respeito à hierarquia. No momento em que o presidente foi solidário com cabos e marinheiros insubordinados, colocou contra si toda a oficialidade das Forças Armadas. Era o mote que esperavam aqueles que, pelo menos desde 1959, julgavam que o Brasil vivia uma crise revolucionária: começava a ditadura militar em 1964.

1.5.2 O contexto político peruano após a Revolução Cubana

No início da década de 1960, a conjuntura peruana havia mudado significativamente¹⁰⁷: a ditadura de Manuel Odría acabara em 1956 quando a ampliação dos

106 O Instituto de Pesquisas Econômicas e Ciências Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foram criados entre fins da década 1950 e início de 1960; reuniram representantes do empresariado, militares reformados (o mais eminente era Golbery do Couto e Silva) e da ativa e congressistas formando uma verdadeira elite orgânica na acepção gramsciniana do termo, com contatos com a CIA. Suas ações eram públicas (reuniões, publicações) e encobertas (redes de infiltração e influência em sindicatos, movimentos estudantil, camponeses; formação de opinião através da imprensa). O que os unia era o anticomunismo militante e um programa de modernização conservadora que deveria ser implantado a partir do Estado, seus membros ocuparam importantes cargos no governo implantado com o golpe de 1964 DREIFUSS, op cit p 161-172.

107 Sobre a conjuntura peruana dos anos 1950 a 1968: RODRÍGUEZ BERUFF,op cit; MASTERSON, op cit;

gastos estatais com medidas assistencialistas para cooptar as crescentes massas das *barriadas* limenhas¹⁰⁸, contrariou as elites liberais colocando-as na oposição ao governo.

Entre 1956 e 1962, o Peru foi governado por Manuel Prado apoiado por uma coalizão que ficou conhecida como *La convivencia*, por incluir o APRA em sua aliança. Este período foi marcado por uma crescente radicalização dos camponeses, acossados pela seca, pelos latifúndios e pelos enclaves petrolíferos da *International Petroleum Company* (IPC), e, gradualmente, os grupos mais organizados abandonaram o APRA e partiram para formas mais radicais de luta, como as ocupações de terras. Deste modo, grupos políticos peruanos protagonizaram um cenário curioso: os conservadores se aliaram ao APRA acreditando que este poderia controlar as massas, e quanto mais o APRA se aproximou dos setores tradicionais, menos poder tinha de dirigir as organizações populares¹⁰⁹.

As eleições presidenciais de 1962 mostraram o acirramento da disputa política no Peru, no entanto os dois candidatos mais votados, eram expressões de forças políticas modernizadoras em alguma medida: Victor Raul Haya de la Torre do APRA ficou com 32,98% dos votos, seguido pelo arquiteto Fernando Belaúde Terry da *Acción Popular* (apoiado pelas Forças Armadas) com 32,13%, e em terceiro Manuel Odría, com 28,44%, que fundou o personalista *Unión Nacional Odriísta*.

Com este resultado estreito, caberia ao Congresso eleger o presidente, de modo que os candidatos começaram a disputar apoio entre os parlamentares. Belaúde iniciou sua campanha denunciando fraudes em favor de Haya de la Torre, e este procurou Odría para tentar uma aliança. A possibilidade de um governo APRA-Odría despertou o tradicional veto dos militares conservadores ao APRA, desde o já comentado levante de Trujillo.

Também se opôs a esta aliança um grupo de oficiais progressistas críticos a Odría, por sua aproximação aos setores oligárquicos exportadores, responsabilizados pela pobreza da população e, conseqüentemente, pelo ambiente fértil para o comunismo. Assim, em 18 de julho, o general Ricardo Perez Godói desfechou um golpe, impedindo o Congresso de escolher o futuro presidente, e anunciando novas eleições para o ano seguinte.

O período da Junta Militar de Governo (JMG), curiosamente assim como a ditadura

SOARES, op cit; CONTRERAS & CUETO, op cit e RENIQUE, op cit.

108 *Barriada* é o termo peruano para favela.

109 RODRIGUEZ BERUFF, **Los militares y el poder...** op cit p 30-37

que começaria no Peru em 1968, foi marcada por uma primeira fase progressista e um segundo momento mais conservador.

Entre 18 de julho de 1962 e 3 de março de 1963, o general Ricardo Perez Godói criou o Banco de Habitação, o Instituto Nacional de Planificação – antiga reivindicação do CAEM –, fez uma minirreforma tributária e também organizou o projeto de uma reforma agrária localizada na região de *La Convención* (Cuzco, sul do país), como resposta ao forte movimento de ocupações promovidas por sindicatos camponeses organizados por Hugo Blanco¹¹⁰.

Logo no início do segundo período, a JMG, agora presidida pelo general Nicolás Lindley López, lançou o projeto de reforma agrária e preparou as eleições de 1963, vencidas pelo candidato Fernando Belaúnde Terry, cujo programa previa amplas reformas e era apoiado pelas Forças Armadas. Durante o governo da JMG, o CAEM, segundo Rodríguez Beruff, adotou uma postura mais desenvolvimentista¹¹¹, e seu currículo incorporou mais disciplinas das ciências humanas, com cuidado especial para a Economia. Além disso, neste momento o governo apoiou a ida ao Peru de técnicos da missão do padre Lebre¹¹², cuja doutrina preconizava o desenvolvimentismo estatista justificado pelo humanismo cristão, e declaradamente anticomunista.

O governo de Belaúnde Terry (1963-1968) decepcionou seus eleitores e principalmente seus apoiadores fardados, pois não contava com aliados suficientes no Congresso para implantar as reformas prometidas em campanha e, no dia de sua posse, comprometeu-se a resolver um problema caro aos militares em 90 dias: nacionalizar a *International Petroleum Company*. Esta empresa tinha um enclave na região sul do país e, segundo laudos feitos pelos militares, obtinha altíssimos lucros explorando recursos

110 Hugo Blanco Galdós (1934), nascido em Paruro, província de Cuzco, era filho de um advogado aprista e sua língua materna era o quécha. Foi a Buenos Aires estudar Agronomia, não se formou e tornou-se adepto do trotskismo. Ao retornar a Cuzco, foi preso pela organização de uma mobilização que paralisou a cidade. Na cadeia, conheceu líderes camponeses que se organizavam contra os latifundiários, e então ao aproximar-se deste movimento, conseguiu organizar os sindicatos camponeses e logo, em 1962, as primeiras ocupações de terras RENIQUE, op cit. p81-88.

111 RODRÍGUEZ BERUFF, **Los militares y el poder** ...op cit p.57-59

112 O padre franco-belga Louis Joseph Lebre¹¹² estudou na escola naval francesa e participou da Primeira Guerra, graduou-se em Economia entrou na ordem dos dominicanos. Em 1942, fundou o grupo Economia e Humanismo, que tinha uma influente publicação com o mesmo nome. Lebre¹¹² criticou tanto o liberalismo por ampliar as desigualdades sociais quanto o comunismo, por ser autoritário, materialista e anti-cristão baseando-se sobretudo no universalismo iluminista e na doutrina social cristã, cujo marco é a encíclica *Rerum Novarum* (1891) na qual o papa Leão XIII (1810-1903) criticou veementemente a exploração dos trabalhadores do capitalismo, mas também rejeitava o socialismo. BOSI, Alfredo. Economia e humanismo. **Estudos avançados**, v. 26, nº75, 2012 p. 249-266 Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142012000200017&script=sci_arttext&tlng=es Acesso em 10 de julho de 2015.

energéticos nacionais considerados estratégicos, de modo que os setores militares mais nacionalistas exigiam sua expropriação, tanto que este foi o principal ponto de disputa que acarretou na troca na direção da JMG em 1963: o general Pérez Godói fora destituído por almejar radicalizar as reformas, expropriar a petroleira e não encontrar apoio suficiente entre seus companheiros de governo, que o acusaram de querer impor uma ditadura personalista.

Além do não cumprimento das promessas de reforma, sobretudo a que se referia à expropriação da Cia petrolífera, o governo Belaúnde enfrentou um novo problema em 1965. Nesse ano, surgiram dois grupos guerrilheiros no sul do país: *Ejército de Liberación Nacional* (ELN), uma dissidência do Partido Comunista, liderado por Héctor Béjar e o *Movimiento de Izquierda Revolucionario* (MIR), dissidência do APRA, liderado por Luiz de la Puente Uceda¹¹³. A postura progressista de parte dos militares peruanos não os impediu de reprimir violentamente os movimentos guerrilheiros. Em poucos meses, os militares eliminaram os focos guerrilheiros, que não contaram com adesão da população, em parte por conta da reforma agrária feita durante o governo da JMG.

Em 1968 o governo anunciou a nacionalização da IPC alardeada como grande vitória nacional. No entanto, dias depois, foi publicada na imprensa a página 11 do contrato de nacionalização, onde constavam os valores que o Estado deveria pagar à multinacional: a soma estava acima do valor do mercado. Tal informação acirrou a insatisfação que vinha sendo manifestada por um grupo de militares nacionalistas e representou a gota d'água para o desencadeamento de um golpe liderado pelo general Velasco Alvarado. Em 3 de outubro, tanques ganharam as ruas de Lima, enquanto os militares escoltavam Belaúnde Terry para fora do Peru. Começava assim uma ditadura militar desenvolvimentista e nacionalista.

1.6 Trajetórias das instituições brasileira e peruana

Algumas aproximações devem ser feitas entre as trajetórias peruana e brasileira da crise dos anos 1930 à ascensão dos governos militares na década de 1960: levantes populares, respondidos com forte repressão do Estado, sendo que alguns deles contaram até mesmo com a participação de militares de baixa patente, como foi o caso da “intentona” de 1935 no Brasil, e a tentativa de revolução aprista em Callao em 1948. Devemos, porém, demarcar um importante contraste nos dois países, aqui quando Vargas adentrou o cenário político nacional

113RENIQUE, op cit p99-104

em 1930 e implantou um aparato de Estado centralizado, com o qual as oligarquias regionais tinham que minimamente negociar, atendendo assim algumas demandas e reconhecendo direitos das classes trabalhadoras, mesmo que fosse para controlá-las e desmobilizá-las; no Peru, esta implantação do aparato estatal pouco avançou no mesmo período, houve apenas algumas medidas assistencialistas na ditadura do general Manuel Odría, restritas à contenção das massas pobres que habitavam as periferias limenhas.

A ESG e o CAEM tiveram importante papel nos regimes que se seguiram aos do golpe de 1964, no Brasil, e 1968, no Peru. A instituição brasileira contribuiu para a articulação de interesses entre militares e empresários para a elaboração do programa implantado a partir de 1964; enquanto que a instituição peruana desenvolveu forte crítica à inoperância das elites liberais que dirigiram o Estado até 1968. Interessa-nos aqui analisar as instituições quanto ao desenvolvimento de suas doutrinas, as ideias de subversão e os debates sobre planejamento e desenvolvimento realizados desde as aberturas até os golpes. Cabe agora alguns esclarecimentos sobre o funcionamento destas instituições.

1.7 O funcionamento das Escolas

A França foi a grande referência para a constituição das Forças Armadas tanto no Brasil como no Peru, entre o final do século XIX e o início do século XX. No entanto, gradualmente após a Primeira Guerra, e de modo claro, após a Segunda, esta influência foi somada à das Forças Armadas estadunidenses¹¹⁴. Tanto a criação do CAEM no Peru quanto da ESG no Brasil foram antecedidas por visitas de missões militares estadunidenses. Segundo o livro comemorativo de 50 anos do CAEN¹¹⁵, a missão tinha como propósito assessorar os militares peruanos a se inserirem no novo tipo de guerra, a Guerra Total, à qual nos referimos antes, e não teria sido determinante para a criação do CAEM¹¹⁶, como foi para a ESG no Brasil.

Quanto à influência dos EUA na ESG, os próprios fundadores apontam como

114 Abordaremos mais detidamente o grau de influência de cada uma destas Nações nas doutrinas desenvolvidas tanto na ESG no Brasil quanto o CAEM no Peru no capítulo 2 desta tese.

115 Em 1997, houve mudança no nome da Instituição: de *Centro de Altos Estudios Militares* passou a denominar-se *Centro de Altos Estudios Nacionales*. Este livro é uma importante fonte para esta pesquisa, trata-se de uma publicação institucional do ano 2000 para comemorar meio século da criação do CAEM. A obra coloca cronologicamente alguns temas enfrentados pelo instituto e sua relação com a conjuntura peruana e mundial CAEN **50 años del CAEN**. Lima: CAEN, 2000.

116Ibid. p.25

determinante o contato com os militares estadunidenses e da doutrina de segurança nacional formulada e difundida na instituição. A relação foi explicitada já no subtítulo do depoimento do general Cordeiro de Farias: “A ESG é filha dos americanos, mas naturalizou-se brasileira”¹¹⁷.

O historiador Francisco Cesar Ferraz mostrou que as duas grandes referências para a ESG foram em primeiro lugar o *National War College* nos EUA e, depois, o *Institute de Hautes Études de la Defense Nationale* na França, lembrou ainda que no momento da criação da ESG, outras escolas similares foram abertas na América Latina, entre elas o próprio CAEM, com a diferença de que estas “não desenvolveram *corpus* doutrinário similar e o envolvimento americano foi mais modesto”¹¹⁸. Mostraremos no próximo capítulo que o *corpus* doutrinário desenvolvido no CAEM, apesar das mesmas bases, rumou outros caminhos. Para Victor Villanueva, a ESG brasileira e o CAEM estudavam matérias similares ao *War College* estadunidense, mas dirigidas à política interna de seus países. O pesquisador fez questão de salientar que apesar disso, os dois institutos influenciaram governos que conduziram políticas diametralmente opostas após os golpes¹¹⁹. Nesta tese, analisaremos como tais diferenças se constituíram da abertura dos institutos até os golpes.

Tanto a ESG como o CAEM ofereciam cursos anuais e em tempo integral, portanto, aqueles selecionados para os frequentarem deveriam afastar-se de outras funções no período. A instituição brasileira oferece desde seu início o curso Superior de Guerra e, em 1953, foi criado o curso de Comando e Estado-Maior das Forças Armadas, de menor duração e exclusivo para militares; ainda no mesmo ano, e, depois, em 1959, foram realizados os cursos de Mobilização Nacional e de Informações; sendo que este último foi reaberto em 1965, e em 1973, desligado da ESG e transferido para a Escola Nacional de Informações criada em 1971 e subordinada ao Serviço Nacional de Informações¹²⁰. O curso Superior de Guerra e o curso de Estado-Maior, ao longo dos anos 1950, passaram a ser pré-requisito para ascensão na instituição: de opcional, a formação esguiana passava a ser obrigatória para alcançar o Estado Maior, mais uma vez, uniformizando as lideranças das Forças Armadas¹²¹. O Curso Superior de Guerra, que ainda é o mais importante da instituição por promover a integração entre civis e militares – fulcral para o objetivo de formar elites, tinha a duração de 40 semanas (ou um

117FARIAS, *Meio século...* op cit p412

118FERRAZ, *À sombra dos carvalhos...* op cit p.41

119VILLANUEVA, *El CAEM y la revolución de ...* op cit p 37

120ARRUDA, *A Escola Superior...* op cit p.XXVII e ROCHA, *A evolução dos conceitos ...* op cit p42

121 FERRAZ, op cit p.161

ano letivo), assim como o curso oferecido pelo CAEM no Peru, ao término do qual os participantes/estagiários deveriam apresentar uma monografia. O curso de Defesa Nacional do CAEM não chegou a ser obrigatório para ascensão dos oficiais, mas muitos dos que exerceram funções no governo militar passaram pelos seus bancos. Talvez o fato desta instituição não ser passagem obrigatória para a ascensão militar e tampouco para o acesso aos cargos de poder tenha contribuído para que sua influência tivesse uma permanência menor sobre as futuras gerações de oficiais; de modo que a formação do grupo progressista nos anos 1950, e principalmente na década de 1960, fosse um momento ímpar na instituição.

Nas duas escolas militares, os cursos consistiam em conferências, palestras¹²², discussões, viagens técnicas e elaboração de monografias. No curso da ESG, as conferências e palestras estavam organizadas em divisões (disciplinas) contidas no Departamento de Estudos, sendo que estas divisões sofreram algumas alterações no período abarcado por esta pesquisa. Segundo Vania Aderaldo e Selma Rocha, a instituição passou por mudanças curriculares em 1949, 1954, 1961, 1963 e 1973¹²³. Interessa-nos aqui os primeiros anos da instituição, especificamente até 1964, de modo que as áreas de estudo eram as seguintes: em 1949, havia três divisões (ou disciplinas): Assuntos nacionais, internacionais e militares; em 1954, um novo regulamento reorganizou o curso, dividindo-o em Poder nacional, Assuntos políticos, econômicos e psicossociais e militares; em 1961, foram agregados Assuntos científicos e tecnológicos e de doutrina e coordenação; em 1963, foram retirados Assuntos científicos e tecnológicos e incluídos Logística e mobilização e Informação e contrainformação¹²⁴.

Quanto ao CAEM, a estrutura do curso foi pouco alterada no período que abordamos. Para Rodríguez Beruff, o CAEM cresceu e ganhou grande projeção entre 1957 e 1960. Neste interregno, a instituição aumentou a quantidade de participantes da força aérea e marinha, e abriu-se aos participantes civis, pois já contava com docentes e conferencistas civis desde 1953. O tempo dedicado a disciplinas socioeconômicas ou “não militares” foi crescente na década de 1950 e estabilizou na década seguinte, de acordo com documentos publicados por Villanueva: nenhum em 1951 e 1952; 15% em 1957; 28% em 1958; 47 % em 1959; 17% em 1961; 25% em 1962; 34% em 1963; 38% em 1964; 22% em 1965 e 20% em 1968¹²⁵.

122 São estas conferências e palestras as principais fontes que utilizaremos nos próximos capítulos.

123 ADERALDO, *A Escola Superior de Guerra...* op cit, e ROCHA, *A evolução dos conceitos ...* op cit

124 ADERALDO, *A Escola Superior de Guerra...* op cit, p130; ARRUDA, *A Escola Superior...* op cit p XXVIII

125 VILLANUENA, *El CAEM y la revolución de ...* op cit p219

Em 1960, durante o governo liberal de Manuel Prado, o CAEM foi acusado de nasserismo¹²⁶ pela imprensa, nomeadamente pelo jornal *La Prensa*, dirigido pelo economista, arauto do liberalismo e então ministro da Fazenda e Comércio Pedro Beltrán. Rodríguez Beruff creditou à pressão exercida sobre a instituição a diminuição de horas dedicadas às disciplinas não militares em 1961¹²⁷. Tal campanha pública contra o currículo de uma escola militar se explicaria porque dois anos antes (1959), o então diretor do CAEM, general Romero Pardo Marcial, apresentou ao presidente um Plano de Desenvolvimento da Serra Central, produto das leituras, pesquisas e trabalhos do CAEM. O plano foi recusado, pois atribuía ao Estado mais ações e responsabilidades do que os governantes liberais julgavam adequado.

O destaque atribuído à realização de trabalhos em grupo é um importante dado comum quanto à metodologia empregada nas duas escolas. O desembargador Antonio Arruda, membro do corpo permanente da ESG, enfatizou o pioneirismo desta instituição no desenvolvimento de trabalhos em grupo. Relatou que a dinâmica dos cursos alternava conferências (com especialistas, não vinculados à instituição), palestras (com especialistas que faziam parte do corpo docente) e debates. Ao contrário do CAEM, onde se pregava a exposição e debate de ideias, na ESG, o procedimento era outro, segundo o próprio Antonio Arruda: para “evitar tumultos”, os debates aconteciam a partir de um esquema de “perguntas e respostas” e era proibido “apontar falhas na exposição”, ou seja, questionar qualquer aspecto da exposição. Além disso, para verificar o andamento dos trabalhos havia um “controlador de debates”, a quem cabia resolver qualquer tipo de problema e até mesmo podia “cassar a palavra” do debatedor¹²⁸. O general Cordeiro de Farias afirmou ter afastado quatro estagiários da escola por não se adaptarem à metodologia de trabalho em grupo, e relatou, inclusive, que um deles teria, durante uma discussão de trabalho, posto seu revólver sobre a mesa, ameaçando seu interlocutor¹²⁹.

O historiador Francisco Cesar Ferraz mostra que a metodologia empregada na ESG estava em consonância com outras escolas militares criadas na mesma época, projetadas para

126 Referência ao general egípcio Gamal Abdel Nasser (1918-1970), que implantou um governo nacionalista no Egito, pôs limites à ingerência colonialista europeia na região ao retomar o Canal de Suez. O Egito perdeu a Guerra dos Seis dias para Israel (1967) e com ela parte de seu território. Foi um dos líderes do movimento Terceiro Mundo, junto com os militares peruanos, que governaram com o general Velasco Alvarado e pertenciam à mesma geração.

127 RODRIGUEZ BERUFF, **Los militares y el poder...** op cit p. 58-59

128 ARRUDA, **A Escola Superior...** op cit XXXII

129 FARIAS, **Meio século...** op cit p. 411

as demandas da Guerra Fria: *Industrial College of the Armed Forces* (1924), *National War College* (1946) e *North Atlantic Treaty Organization Defense College* (1951); mas o autor enfatiza a originalidade da ESG em relação a estas escolas: maior atenção aos problemas de desenvolvimento interno e de crescimento das esquerdas, justamente o que a aproxima do CAEM peruano. Um dos principais objetivos da ESG era promover a integração entre as elites militar e civil, daí a grande importância da realização dos trabalhos em grupo, para que a Escola cumprisse a função de integração entre militares e civis. Para Ferraz, mais que a doutrina, eram nos debates onde as posições e as “ações políticas para objetivos em comum” se alinhavam¹³⁰.

Ferraz, baseado nos “princípios fundamentais da ESG”, redigido pelo general Idílio Sardenberg em 1949, mostra a crítica que os esguianos faziam ao que chamavam “método dos pareceres” que consistia na elaboração de soluções personalistas e muitas vezes conflitantes para os problemas brasileiros. Para Ferraz, por trás de tal autocongratulação pela “inovação” do trabalho em grupo, naquele momento está o distanciamento que os membros da ESG marcavam do conhecimento produzido nas universidades que existiam no Brasil¹³¹. De outro ponto de vista, especificamente o organizacional, a cientista política Vanda Aderaldo afirma que os primeiros regimentos da ESG estavam orientados para a “organização didática”, inclusive a junta consultiva deveria ser formada também por “personalidades do ensino superior”, além de definir a ESG como “instituto de altos estudos”¹³². Deste modo, a autora mostra que a proposta da instituição visava colocar-se como um centro de formação mais ampla que a esfera castrense e, em seus primeiros anos, era mais aberta ao diálogo, e, conforme desenvolveu uma doutrina própria, passou a oferecer uma formação mais repetitiva.

Para Vanda Aderaldo, a metodologia da ESG, mais que seu conteúdo, permite compreender o sentido do ensino naquela instituição. A cientista política afirma que os documentos que sofreram menos alterações ao longo do tempo foram os que explicam os métodos e processos didáticos da instituição¹³³. Após descrever cada tipo de trabalho elaborado para a instituição e mostrar as limitações impostas aos debates, a autora conclui que até 1954 havia liberdade para o debate de ideias e que, gradualmente, foram fechados e adequados aos interesses das Forças Armadas como instituição política¹³⁴.

130FERRAZ, À **sombra dos carvalhos...** op cit 125.

131Ibid p28

132ADERALDO, **A Escola Superior...** op cit p.107

133Ibid...p.118

134Ibid p. 128

Logo, embora analisando a ESG sob prismas diferentes, de um lado Ferraz sob a perspectiva de um partido militar e, Aderaldo, da perspectiva organizacional, ambos concordam que os trabalhos em grupo tinham por finalidade evitar o pensamento individual e a possibilidade de crítica, além de “formatar” os estagiários dentro de um determinado corpo doutrinário, a partir do qual deveriam pensar e agir sobre os problemas locais e internacionais.

A elaboração de trabalhos em grupo também era um dos eixos da metodologia de ensino desenvolvida no CAEM. Segundo a explicação oficial, a ideia era adequar as individualidades ao interesse coletivo¹³⁵. Na documentação do instituto aparece a divisão de tarefas para cada grupo antes das conferências, inclusive com a data e hora de entrega destas tarefas que consistiam na elaboração de pesquisas, orientadas por um questionário conectado ao tema da conferência.

As duas instituições também promoviam viagens técnicas pelo interior de seus respectivos países e pelo exterior, especialmente visitando outras academias militares congêneres. No quinto ciclo do CAEM, em 1955, os peruanos foram visitados por uma delegação do *War College*, que foi recebida pelo então diretor general Marín Arista.

Em 1959, aconteceu a primeira viagem de estudos do CAEM, sob a direção do general Romero Pardo Marcial. A ideia era promover o conhecimento da “realidade nacional”, pois se o objetivo da instituição era planejar o desenvolvimento nacional, deveria minimamente conhecer a realidade a ser planejada¹³⁶. Quanto às viagens internacionais, em 1961, os participantes do CAEM passaram 20 dias visitando escolas militares nos EUA e na Zona do Canal do Panamá, segundo notícia da Revista Militar Peruana¹³⁷ durante a década de 1960, o CAEM também recebeu delegações como do *Industrial War College*, do Exército Argentino e da França; consta apenas que em 1971, os participantes do CAEM visitaram a Escola Superior de Guerra Brasileira¹³⁸.

Na ESG também foram realizadas visitas técnicas tanto para o interior do país quanto para o exterior. Segundo o general Cordeiro de Farias, no período em que comandou a ESG (1949- 1952), priorizava as viagens pelo interior do país e seu objetivo era “dar um banho de Brasil” nos estagiários, mas o general aponta a mudança nesta opção entre a ESG que dirigiu

135CAEN op cit p.45

136Ibid p54

137 Delegación del Centro de Altos Estudios Militares viajó a los Estados Unidos de N. A. y a la Zona del Canal de Panamá. **Revista Militar del Perú** n °667 Lima nov./dez. 1961, ano LVII, p.160-161

138CAEN op cit

àquela da época de sua entrevista, pois no momento de sua fala eram priorizadas as viagens ao exterior¹³⁹, e devido ao vínculo, podemos inferir que preferencialmente aos EUA.

As duas escolas militares contaram também com o auxílio de associações de ex-estagiários, no caso da ESG, e de ex-participantes, no caso do CAEM. Tais associações chamam-se respectivamente ADESG (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra) e ADECAEM (*Asociación de Egresados del Centro de Altos Estudios Militares*). Ambas têm a finalidade de manter e fortalecer os vínculos institucionais e difundir os trabalhos realizados nas escolas.

A ADESG foi fundada em dezembro de 1951, para multiplicar as ideias difundidas pela ESG e está presente em todos os Estados da federação desde 1976. A ADESG formulou proposições que foram encaminhadas a ESG, tais como o “plano de regeneração moral do país” de 1954, em resposta à crise final do governo Vargas, entre outros, inclusive com a colaboração de Universidades, destacamos dois realizados em colaboração com a reitoria da Universidade de São Paulo: em 1959 “o problema da organização administrativa brasileira” e “potencial nacional e poder nacional”¹⁴⁰.

O ADECAEM foi fundado apenas em 1971, com a mesma ideia de ser um centro agregador daqueles que passaram pelos bancos do CAEM, e ao mesmo tempo irradiar seus debates¹⁴¹. Esta associação conta com uma publicação anual e a bibliografia não lhe atribui papel significativo.

Ao pesquisarmos duas instituições militares de ensino, fundadas em meio aos debates e disputas que surgiram com a Guerra Fria, e cujos quadros protagonizaram os golpes militares de 1964 no Brasil e 1968 no Peru, nos deparamos com o conceito de “novo profissionalismo militar”. Para os pesquisadores Luigi Einaudi & Alfred Stepan¹⁴², tanto a ESG quanto o CAEM foram instituições que prepararam intelectualmente os militares para o exercício do poder, isso explicaria o fato de que, mesmo os dois países terem atravessado diversas crises, com curtas intervenções militares ao longo do século XX, apenas tomaram o poder enquanto instituição em 1964 (no Brasil) e em 1968 (no Peru). Segundo os autores, estes últimos golpes se diferenciariam dos demais por ser resultado do “novo profissionalismo

139FARIAS, *Meio século...* op cit p 416

140ROCHA, , *A evolução dos conceitos* ... op cit p.44-48

141ANUARIO DE LA ASOCIACIÓN DE EGRESADOS DEL CENTRO DE ALTOS ESTUDIOS MILITARES. ADECAEM. LIMA, 1976

142EINAUDI, Luigi STEPAN, Alfred. *Latin American Institutional Development: Changing Military Perspectives in Peru and Brazil*. Santa Mônica: Rand, 1971

militar”; assim, partem do pressuposto de que os militares tomaram o poder após terem aperfeiçoado suas habilidades para o exercício da administração pública e da política a partir dos ensinamentos recebidos nessas instituições, onde adquiriram os conhecimentos necessários para o manejo da máquina do Estado.

Einaudi & Stepan apresentam a proximidade entre militares brasileiros e norte-americanos como um caso ímpar na América Latina, o que explicaria o fato de os brasileiros terem priorizado a segurança em detrimento do desenvolvimento, enfatizado pelos peruanos. Estes, por sua vez, teriam percebido os problemas sociais e econômicos de seu país como uma ameaça, pois reconheciam como legítimas as aspirações das mobilizações populares dos anos 1950 e das guerrilhas dos anos 1960, mas não os seus métodos. Daí uma das explicações das diferenças entre os governos militares do Brasil e do Peru.

Esta tese do “novo profissionalismo militar” tem origem na obra de Samuel Huntington *The Soldier and the State: the theory and politics of civil-military relation*, de 1957¹⁴³. Para este teórico norte-americano, quanto mais profissionais fossem os militares, menos interviriam na política, entretanto, a onda de golpes militares que se seguiu nas décadas de 1960 e 1970, particularmente no então chamado Terceiro Mundo, mostrou que profissionalização não era sinônimo de apolitismo. Desta forma, para Einaudi & Stepan, o “novo profissionalismo” era obtido em escolas como o CAEM e a ESG, que forneciam competência técnica para o exercício do governo; enquanto o “profissionalismo” - velho, de Huntington, seria a formação estritamente militar e apolítica”.

Para o advogado chileno e ministro da justiça do governo socialista de Allende, Jorge Tapia Valdés, a formação dita técnica que os militares latino-americanos passaram a receber dos estadunidenses depois da Segunda Guerra, nada mais era que um meio de doutrinação política¹⁴⁴. O autor analisou materiais didáticos oferecidos aos militares na zona do Canal do Panamá e verificou que por trás do discurso técnico-profissionalizante estava uma ideologia liberal e uma retórica agressivamente anticomunista. Para o autor, havia o “profissionalismo clássico” que afastou os militares da política e foi característico da ascensão das democracias, e o “neoprofissionalismo” militar, que os reaproximou da política a partir de um entendimento pretensamente “técnico” de seu trabalho e da doutrinação recebida em novos treinamentos em

143 Aqui utilizamos a tradução. HUNTINGTON, Samuel P. **O soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996. Tradução José Lívio Dantas.

144 TAPIA VALDÉS, Jorge A. **El terrorismo de Estado: la doctrina de la Seguridad Nacional en el Cono Sur**. México DF: Nueva Imagen, 1980.

escolas como a ESG no Brasil. Assim, Tapia Valdés, mesmo que de modo mais crítico, reproduz o cerne da tese de Stepan & Einaudi.

Há uma grande produção na área de sociologia militar a respeito das relações entre profissionalização e politização das Forças Armadas, especialmente nos anos 1970, quando proliferavam ditaduras militares. A cientista política Vanda Aderaldo destacou os principais aspectos desta discussão quanto à profissionalização: trata-se de um grupo cujo monopólio de ação é assegurado pelo próprio Estado, deve apresentar competência técnica, sentimento de corporação (coesão) e controles internos; todas estas características seriam consolidadas em sua formação, daí a importância das academias militares. Para Aderaldo, o discurso liberal sobre a neutralidade política militar estava incorporado ao discurso da instituição no início do XX, o problema era que tal discurso, por um lado, impedia a organização enquanto grupo com interesses específicos perante a sociedade e o Estado e, por outro, abria espaço às divisões internas. Daí, para a autora, a centralidade da reforma de Góes Monteiro, ao construir a política “do Exército”, a partir da reestruturação da formação da instituição, fez com que o oficialato desenvolvesse uma consciência de interesse institucional, passando a atuar de modo monolítico em defesa de seus interesses¹⁴⁵.

Para os estudiosos do tema que se orientam pela linha dos partidos militares, como é o caso de Francisco Ferraz, não há distinção entre militares “políticos” e “profissionais”, pois a politização é um “requisito estrutural” para a própria institucionalização militar. O autor também destaca as características próprias do ofício (monopólio da violência, coesão, disciplina, hierarquia etc.); no entanto, lembra que não era apenas por meio da tomada do poder que os militares intervêm na política, mas também por interferências, pressões, discursos, manifestos, entre outras tantas formas de marcar posição¹⁴⁶.

Tanto no Brasil quanto no Peru, as instituições armadas participaram ativamente do cenário político no século XX. Há um intenso debate sobre a relação entre profissionalização e politização das Forças Armadas, que está profundamente relacionado com o papel de institutos como a ESG no Brasil e o CAEM no Peru, que formavam as elites da organização militar e também civis. A diferença quanto à nomenclatura do dirigente diz muito sobre as escolas: enquanto na ESG o responsável recebia o nome de “comandante”, no CAEM, ele era chamado de “diretor”. Este dado indica que os fundadores da ESG, embora valorizassem a

145ADERALDO, *A Escola Superior...* op cit.

146FERRAZ, *À sombra dos carvalhos...* op cit p48

presença de civis, orientavam-se pelos atributos e valores característicos da corporação militar, ou seja, era evidente que o comando da Instituição criada para formular e difundir a doutrina de segurança nacional entre os civis estava nas mãos dos militares; já o CAEM manteve inicialmente distância em relação ao poder que, no momento de sua criação, era ocupado pelo general Odría, responsável pelo golpe que instaurou uma ditadura militar no país. Como o general Marín, fundador do CAEM, não estava alinhado com o general Odría, então ditador, esse fato talvez explique as razões pelas quais o instituto peruano era “dirigido” e não “comandado” pelo militar responsável pelos cursos, ou seja, a escolha do título evidencia uma preocupação do fundador da Instituição em diferenciar a natureza das funções de “diretor” e “comandante”, ou seja, a segunda caracteriza claramente um poder militar que o General Diretor procurava amenizar. Outro aspecto interessante é como as instituições nomeiam seus alunos: na ESG são estagiários, enquanto no CAEM são participantes. A explicação para os eufemismos nas duas instituições é que os “alunos” seriam selecionados, que os civis ocupariam cargos de direção na sociedade e agregariam suas experiências aos ensinamentos das escolas, portanto, o termo “aluno” - ou “sem luz” - não seria adequado às relações ali desenvolvidas¹⁴⁷.

1.8 Os civis nas escolas militares

É a presença de civis entre os estagiários da ESG e os participantes do CAEM a particularidade que fez esses centros de ensino militar se destacarem dos demais em seus respectivos países. A razão que levou os militares peruanos a incorporarem civis nesta instituição foi a mesma dos brasileiros da ESG, ou seja, difundir a doutrina de segurança nacional na sociedade¹⁴⁸. No entanto, há uma diferença importante: o termo “formação de elites dirigentes” é quase ausente no discurso produzido pelo CAEM, ou seja, não atribuem àqueles que passam pelos seus bancos o papel de dirigir a sociedade, o que acontecia na ESG.

Segundo os autores Einaudi & Stepan, o número de civis no CAEM foi insignificante até o final da década de 1960¹⁴⁹, os autores creditam esta dificuldade inicial de aproximação ao fato dos militares peruanos culparem as elites do país pelos problemas econômicos, políticos e sociais do país¹⁵⁰. Todavia, como vimos antes, a própria instituição enfrentou

147Sobre a ESG: ARRUDA, **A Escola Superior...** op cit pXXVI e sobre o CAEM: CAEN, **50 años...** op cit p45

148 CAEN, **50 años...** op cit p48

149STEPAN, EINAUDI, **Latin American Institutional Development...**op cit p25

150Ibid p 22

obstáculos para se fortalecer dentro das Forças Armadas durante o início da década de 1950, pois a ditadura do general Odría via com desconfiança o grupo reunido no CAEM.

Segundo um manual do CAEM, provavelmente publicado em 1977, os critérios de seleção para ingresso de civis eram os seguintes: ter entre 35 e 55 anos, ser psicológica e fisicamente apto, ter mais de 15 anos de atividades profissionais, ter experiência em atividades da empresa a qual pertence, ter sido aceito pelo Comando Conjunto das Forças Armadas; para o setor privado, as alocações de vagas eram feitas às entidades representativas (sindicatos, associações, colégios etc.); para o setor público, as vagas eram ofertadas a ministérios e empresas públicas; o postulante deveria ainda pagar uma quantia referente aos gastos acadêmicos fixada a cada ano¹⁵¹. Verificamos que no período pesquisado (1950-1968), esta instituição formou 98 civis, sendo 91 funcionários de ministérios e apenas 4 do setor privado, e os 3 se dividem em 1 do Legislativo e 2 da empresa de eletricidade, o que mostra a prioridade do CAEM em formar quadros da administração pública¹⁵².

Quanto aos conferencistas civis no CAEM, segundo Villanueva¹⁵³, estiveram na instituição desde a primeira turma em 1951 e, de acordo o livro do cinquentenário do centro, os primeiros docentes civis foram contratados pelo segundo diretor, o general Romero Pardo Marcial, e teriam contribuído para a elaboração do plano de desenvolvimento da Selva, apresentado pela instituição para o então presidente da república Manuel Prado. O pesquisador Rodríguez Beruff relativizou o peso da influência dos professores civis sobre a doutrina elaborada pelo CAEM, pois seriam contratados justamente por estarem de acordo com a ideias da instituição. Ademais, os temas discutidos eram escolhidos pelo CAEM, por esta razão Rodríguez Beruff argumenta que o reformismo do CAEM estava mais relacionado à formulação doutrinária militar que a influência de docentes civis¹⁵⁴.

Na ESG, a incorporação de civis foi considerada essencial desde o início e neste aspecto diferenciou-se do CAEM. O critério de seleção dos civis também era diferente nas duas instituições; na ESG, eram escolhidos por sua “notável competência e atuação destacada na formulação ou execução da política nacional, principalmente a exterior”¹⁵⁵. Segundo o

151 CAEM – CENTRO DE ALTOS ESTUDIOS MILITARES. **El Centro de Altos Estudios Militares**. Lima: CAEM, s/d. p. 18 e 19

152CAEM... op cit p. 153-155

153VILLANUEVA, **El CAEM**... op cit

154RODRIGUEZ BERUFF, **Los militares**... op cit p.129

155 BRASIL. Decreto lei nº 27 264 de 28 de setembro de 1949. Aprova e manda executar o regulamento da Escola Superior de Guerra. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1949, Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-27264-28-setembro-1949-452591->

depoimento do general Cordeiro de Farias, a ESG primeiro divulgava a existência de vagas indicando as exigências específicas, tanto para os membros dos órgãos governamentais, como para os representantes de setores empresariais e, a seguir, eram divulgados os nomes contemplados com seus respectivos currículos. Como havia mais candidatos que vagas, cabia ao Estado Maior fazer a seleção dos futuros estagiários da escola¹⁵⁶.

Segundo Francisco Cesar Ferraz, os civis recrutados pela ESG também eram majoritariamente ligados à administração pública¹⁵⁷. Aqui cabe uma ressalva na comparação entre as duas instituições: no Brasil, a máquina pública era significativamente maior que no Peru, contando com mais e maiores empresas estatais (tanto na União quanto nos estados), que iam desde bancos a fornecimento de luz, e atendimento de saúde, universidades etc., por isso, aqui, as instituições de origem dos estagiários eram mais diversificadas, mesmo dentro do Estado. Além da “notável competência”, os critérios para seleção dos estagiários civis eram os seguintes: ter no mínimo 35 anos, nível superior e ser indicado por alguma instituição; deste modo, a própria seleção dos estagiários limitava o acesso àquela “escola” às pessoas que já estavam de alguma forma identificadas com as ideias da instituição. Havia também interesse em incorporar pessoas que ocupassem cargos diretivos, logo possivelmente pertencentes a uma elite econômica e, certamente, com poder de decisão. Francisco Ferraz explicou o interesse destas pessoas em frequentar a instituição durante um ano, por período integral, pela vontade de participarem de um novo espaço político, capaz de construir um novo projeto modernizador, que visava o desenvolvimento econômico e a disciplinarização das massas cada vez mais combativas, mobilizadas por Vargas e seus herdeiros políticos¹⁵⁸.

A incorporação de civis como participantes do CAEM ocorreu em 1955, na quinta turma. Os primeiros selecionados eram altos funcionários do Ministério das Relações Exteriores, Fomento e Fazenda; em 1957, ingressaram na instituição funcionários de outros ministérios e também os primeiros docentes civis e, no ano seguinte, pela primeira vez, civis oriundos da iniciativa privada participaram de seu curso¹⁵⁹. Para explicar a abertura do CAEM aos civis, Villanueva recorreu à justificativa do segundo diretor da instituição, o general Romero Pardo Marcial, para quem a presença dos civis era importante para que informassem a instituição sobre “as realidades nacionais” e também incorporassem conhecimentos sobre a

[publicacaooriginal-1-pe.html](#) acesso em 15 de janeiro de 2015

156 FARIAS, *Meio século...* op cit.

157 FERRAZ, *À sombra...* op cit p154

158 Ibid p 162

159CAEN, op cit p. 153

doutrina ali desenvolvida, visando adaptarem-se aos fins da defesa nacional. Villanueva afirma ainda que para vencer a relutância que teriam os civis em se aproximarem de uma instituição militar, o CAEM já havia formulado novos conceitos sobre diversos temas, além disso, os civis não estudariam assuntos referentes à guerra, exclusividade dos militares, e sim, problemas da política de Estado, que antecedem a guerra¹⁶⁰. Estas informações trazidas por Villanueva diferem da interpretação de Rodríguez Beruff, que a incursão dos militares em temas tipicamente “civis” resultaria no apagamento da divisão entre os campos civil e militar¹⁶¹: os militares tinham necessidade e a liberdade de se apropriarem de “conhecimentos civis” como sociologia, economia, psicologia, política etc., mas, aos civis, continuava vedada a apropriação de “conhecimentos militares” como tática, estratégia, entre outros.

Com base na listagem informada pelo CAEM no livro comemorativo de seu cinquentenário, obtivemos alguns dados sobre os formandos no período pesquisado¹⁶². Destaca-se o fato de que a instituição que mais indicou participantes civis para o CAEM foi o Ministério da Educação (18 participantes), seguido pelo ministério das relações Exteriores (15) e, em terceiro, o Ministério do Fomento e Obras Públicas (14). A maior parte dos formandos civis (50 de 98 no total), foi identificada na listagem como “doutores”, de modo que não foi possível especificar a área de atuação, seguidos por 27 engenheiros e 9 “senhores”, que acreditamos não possuírem nível superior, pois se o tivessem, teriam sido identificados na lista pela valorização que agrega ao participante e à instituição, possivelmente tratavam-se de funcionários de carreira. Com base nestes dados, verificamos que o acesso dos civis ao CAEM estava mais relacionado aos membros da burocracia do Estado.

Assim, diferentemente do CAEM, cujo objetivo inicial era a formação de quadros das Forças Armadas peruanas e apenas anos depois incorporou civis, a ESG foi projetada para articular civis e militares em torno do tema segurança nacional, o que aconteceu no CAEM depois de algumas mudanças. A ESG, segundo Antonio de Arruda: “mais do que a preparação para a guerra, a tarefa prioritária seria formar as elites para a solução dos problemas do País, em tempo de paz”¹⁶³. Enquanto o CAEM, segundo um manual, tinha como missão “*capacitar en las funciones inherentes a la preparación y ejecución de la Defensa Nacional, a Personal*

160 VILLANUEVA, *El CAEM y...* op cit p 48

161 RODRIGUEZ BERUFF, *Los militares...* op cit p.83-84

162 CAEN, *50 años* op cit

163ARRUDA, op cit p XXII

Militar, Pocial y Civil seleccionado”¹⁶⁴. Por mais que houvesse uma seleção quanto ao ingresso, o fato de não focarem o discurso quanto a uma formação de uma elite dirigente, mas quanto à qualificação de um corpo burocrático, marca uma importante diferença quanto aos objetivos das duas instituições.

Outra diferença importante é a proporcionalidade entre civis e militares formados nas duas instituições se contabilizarmos apenas os cursos que eram abertos aos civis: enquanto que o CAEM, entre 1955 (quando os civis passaram a ser aceitos) e 1968, formou 98 civis e 180 militares; a ESG formou, entre 1950 e 1964, 523 civis e 525 militares; salta aos olhos a proporcionalidade entre civis e militares nos bancos da escola brasileira, enquanto que a peruana, manteve-se majoritariamente militar. Há algumas hipóteses para explicar este distanciamento dos civis desta escola militar: em primeiro lugar, a já acima referida explicação de Einaudi & Stepan de que os militares culpavam os civis pelo “atraso” peruano, outra explicação possível está na proposta da escola em projetar e propor políticas de Estado numa sociedade onde a ausência ou a fraqueza destas políticas de Estado, desde o século XIX, desenvolveu uma cultura em grande parte da população de responder aos problemas conjunturais independentemente do Estado, ou porque a estrutura deste não alcançava ou por acreditarem que a estrutura estatal não tinha capacidade para solucioná-los¹⁶⁵.

Quanto à estreita relação da ESG com os civis estagiários, conferencistas ou membros do corpo permanente, o cientista político uruguaio René Armand Dreifuss aponta que a escola era um lugar privilegiado para a articulação de interesses entre militares e tecno-empresários¹⁶⁶. Sua tese visa demonstrar o papel do empresariado multinacional na articulação do golpe de 1964, por isso, o autor ao analisar a instituição militar, focou-se nos interesses empresariais ali em ação. Para Dreifuss, a ESG era um reduto “político ideológico” de compartilhamento de ideias entre militares e tecno-empresários. Estes são definidos como homens com formação superior que acumulavam postos em multinacionais e acessavam pontos decisórios no Estado via serviço de assessorias, usando-os para fazer valer seus

164 CAEM, *El Centro de Altos Estudios Militares...* op cit p 6

165 Segundo Gabriella Pellegrino Soares, há três grandes teses sobre a modernização peruana: a primeira é a que nega a modernização peruana, afirmando a continuidade, desde a colônia, da situação de exploração imperialista; a segunda é a de que os migrantes do altiplano “peruanizaram” Lima a despeito das elites, que criaram nichos na cidade para inserir sua modernidade europeizada; e, por último, os que defendem que a migração rompeu os laços comunais dando lugar à livre iniciativa da população, e caberia ao Estado e às elites acatarem a livre iniciativa já imposta pela população. A autora discorda em partes destas teses e propõe que a modernização peruana seja analisada em suas especificidades: impulsionada pelos setores populares e pela tentativa da elite de dirigir o processo SOARES, *Projetos Políticos de Modernização...* op cit.

166 DREIFUSS, 1964... op cit.

interesses, especialmente no período JK (1956-1960). De modo que, para este autor, a ESG funcionava mais como um centro em que grupos econômicos internacionais disseminavam suas propostas e militares as incorporavam, fosse por seu anticomunismo (alimentado pelos estadunidenses) ou por identificação com o pensamento das elites brasileiras.

Verificamos assim que a ESG esteve mais aberta à presença civil, fosse para influenciá-la ou ser influenciada por ela, enquanto que o CAEM permaneceu, ao menos no período estudado, predominantemente militar. Como instituições de ensino, tinham a finalidade de difundir ideias e projetos que forneceram certa homogeneidade ao “pensamento da escola”. Por isso, no próximo tópico, analisaremos o papel de alguns representantes do pensamento de cada uma das academias militares.

1.9 - Os artífices do CAEM e da ESG e suas referências

Mostraremos agora como altos oficiais vinculados ao CAEM e a ESG exerceram grande influência ao estruturar ou reformar as instituições, e também ao criar bases teóricas que mantiveram a coesão e, portanto, a identidade de grupo daqueles que passavam pelos bancos destas escolas. Os militares da ESG e do CAEM não eram apenas homens fardados, detentores do monopólio do uso da violência do Estado, mas também produtores de projetos de desenvolvimento nacional. Os organizadores destes Institutos, através de conferências (que foram publicadas) e livros, fizeram circular ideias sobre segurança e desenvolvimento nacional, articulando aspectos do ideário liberal com as concepções nacionalistas e intervencionistas.

O sociólogo holandês Dirk Kruijt, pesquisador das Forças Armadas latino-americanas, utiliza o conceito de “intelectuais militares” para se referir ao novo perfil de oficiais formados com currículos mais abrangentes, como era o caso da ESG e do CAEM. Para o autor, justamente o Peru e o Brasil foram os países cujos modelos de formação de oficiais mais se aproximaram do modelo projetado pelos estadunidenses.

O intelectual militar, segundo a definição de Kruijt, era o responsável pela produção da ideologia militar, elaborada e difundida em instituições como o CAEM e a ESG, articuladas aos serviços de inteligência e institutos de planejamento. Estes intelectuais militares elaboraram suas próprias concepções de segurança nacional, ou melhor, suas doutrinas eram formulações próprias que expressavam “estratégias nacionais de

desenvolvimento” sustentadas por concepções geopolíticas, econômicas, sociais e políticas. Para este pesquisador, os intelectuais militares latino-americanos construíram suas próprias estratégias de desenvolvimento/segurança nacional, apropriando-se ou distanciando-se do ideário estadunidense à medida que lhes interessava, conforme a dinâmica política interna de cada um dos países¹⁶⁷.

A partir de um conjunto de teses (mais eclético no caso do Brasil), formularam projetos orientados pelo objetivo de garantir “segurança e desenvolvimento nacional ou desenvolvimento nacional e segurança”; a ordem de prioridades faz toda diferença para a elaboração e implantação de tais projetos nos regimes militares. Nesses projetos, o planejamento (especialmente o econômico, mas também de infraestrutura etc.) era considerado a chave mestra para que os países pudessem se desenvolver economicamente e logo tivessem melhores condições para enfrentar possíveis ameaças internas e externas. Assim, os militares destas escolas, em parceria com civis, também defenderam, de formas diversas, a intervenção do Estado no sentido de tornar possível a concretização das propostas.

No Peru, foram referências para o pensamento institucional do CAEM, os generais Jose del Carmen Marín Arista, Romero Pardo Marcial e Edgardo Mercado Jarrín; no Brasil, a ESG foi resultado de um conjunto de reformas implementadas pelo general Góes Monteiro, mas o foi o coronel Golbery do Couto e Silva que se tornou o principal expoente das formulações institucionais.

No Peru, o general Marín, idealizador do CAEM, foi o responsável pela articulação do pensamento planificador do Instituto. Sua atuação à época ficou gravada na memória construída sobre a Instituição: ele foi o único diretor do CAEM homenageado com um capítulo biográfico na publicação comemorativa do cinquentenário da instituição em 2000. Segundo a narrativa biográfica, o general, nascido numa província amazônica, orgulhava-se de sua procedência humilde e sempre se interessara pelos estudos: além da academia militar, graduou-se bacharel e, depois, doutor em Matemática pela *Universidad Mayor de San Marcos*. Estudou na França por dois períodos: em 1927, na Escola de Engenharia de Versalhes e, entre 1937 e 1939, na Escola Superior de Guerra de Paris¹⁶⁸.

Daniel Masterson, professor da academia naval estadunidense, que pesquisou a história das relações entre civis e militares no Peru do século XX, afirmou que o general

167 KRUIJT, *La revolución por decreto: el Perú durante el gobierno militar*. 2ª edición. Lima: INP, 2008. p92-93

168 CAEN, op cit p28

Marín era o oficial de “mais puro sangue indígena do Exército peruano”, além de seu de seu reconhecimento intelectual como matemático (lecionou na Universidade San Marcos) e engenheiro¹⁶⁹. No contexto da disputa entre reformistas e conservadores nos últimos anos da década de 1940, conforme já exposto, este general ocupou o Ministério da Guerra e manteve distância dos conservadores que pressionavam para que o então presidente Bustamante y Rivero autorizasse uma dura ação contra as forças populares concentradas no APRA. Em fevereiro de 1948, militares de baixa patente partidários do APRA, mesmo sem o aval da cúpula partidária, tentaram um golpe a partir da cidade portuária de Callao (próximo a Lima). O intento frustrado, vindo de dentro das Forças Armadas, colocou sob suspeita setores que manifestavam apoio a qualquer tipo de reforma social, de modo que, suspeito de “aprismo”, o general Marín foi afastado do Ministério da Guerra e incumbido de elaborar o projeto de uma escola para formação de oficiais das três armas. Masterson defende a ideia de que havia ligação do general Marín com a direção do APRA, indicando como fontes relatórios do serviço de inteligência estadunidense¹⁷⁰.

As opiniões sobre a necessidade de reformas dividiam os altos oficiais no Peru, de modo que, quando o general Odría, líder do setor conservador, desfechou seu golpe em 27 de outubro de 1948, houve uma reunião que teria durado cerca de três horas entre 25 altos oficiais para decidirem se seguiriam leais ao presidente e reprimiriam o colega ou se não levantariam armas e obrigariam Bustamante y Rivero a renunciar. Venceu o segundo grupo e o presidente foi escoltado até a Argentina. O general Marín, como todos os seus companheiros de armas que se opuseram ao golpe de Odría, foi afastado do comando de tropas e colocado na direção do o CAEM, instituto que ajudou a projetar¹⁷¹. Isso explicaria o fato do instituto ser pouco prestigiado em seus primeiros anos.

Em 1949, pouco antes da abertura do CAEM, durante o Ciclo de Conferências do Círculo Militar do Peru, o general Marín expôs algumas de suas posições quanto às tarefas necessárias para a defesa nacional, e depois discutiu a demanda por uma instância de aproximação entre as três armas. Na primeira conferência, pronunciada em 07 de julho de 1949, Marín argumentou que a potência militar de um país seria composta de suas Forças Armadas e de suas forças vivas: o conjunto formado por população civil, infraestrutura e

169 MASTERSON, Daniel. **Fuerza Armada y sociedad en el Perú moderno: un estudio sobre relaciones civiles y militares 1930-2000**. Lima: Instituto de Estudios Políticos y Estratégicos, 2001. p.145

170 Ibid p.162

171 Ibid p145-166

aparato produtivo¹⁷². Para Marín, as guerras eram resultado da condição das nações de serem interdependentes quanto aos recursos necessários para a manutenção do bem-estar de suas populações e, ao mesmo tempo, do fato de almejarem obter o máximo de recursos, cedendo sempre o mínimo. Logo, em situação de disputa, o Alto Comando das Forças Armadas seria o responsável pelos meios materiais de sustentação do conflito, portanto, também cabia ao Alto Comando o incentivo ao desenvolvimento das forças materiais da nação, ou melhor, de seu aparato produtivo¹⁷³.

Para o general Marín Arista, a defesa nacional, responsabilidade do Estado, também tinha outros aspectos: liberdade econômica, progresso e bem-estar material da nação. Nesse sentido, enfatizava que a industrialização do país era uma questão impostergável, cabendo ao Estado assumir um papel de proa, fornecendo condições para que a iniciativa privada pudesse desempenhar, com sucesso, a sua tarefa de promover o crescimento¹⁷⁴.

Os projetos elaborados pelo general Marín quando esteve à frente da direção do CAEM, podem ser conhecidos por meio da obra *La defensa nacional*, publicada em 1972 em dois volumes intitulados *Conceptos basicos* e *Procesos fundamentales*. A obra consiste numa compilação de textos dos anos 1950, escritos para as aulas ministradas pelo general no CAEM¹⁷⁵.

Em um dos textos desta coletânea, o general Marín afirmou que o Peru, como outras nações subdesenvolvidas, não se industrializaram por falta de capitais e deveriam aumentar sua produtividade: aumentar ao máximo o rendimento da pequena indústria existente no país. Para tanto, o Estado teria um papel central: o de planejador, e assim deveria auxiliar, através de pesquisas e levantamentos, a iniciativa privada a dirigir seus investimentos para áreas mais necessitadas, de modo a garantir igualmente os lucros e a utilidade social das empresas¹⁷⁶. Para tanto general propôs a criação do *Organismo Nacional de Planificación*, regido pela finalidade suprema de garantir o bem-estar da nação. Caberia a este órgão promover pesquisas para levantar necessidades e possibilidades de desenvolvimento

172 MARÍN ARISTA, José del Carmen. Nociones sobre las bases en que reposa el proceso preparación integral de las fuerzas vivas y las Fuerzas Armadas de la nación. In: **Ciclo de Conferencias en el Círculo Militar del Perú**. Lima, 1949 p.3-44

173 Ibid p.7

174 Ibid p.9

175 MARÍN ARISTA, Jose del Carmen. **La defensa nacional: procesos fundamentales**. Centro de Altos Estudios Militares. Lima: CAEM, 1972 e Idem, **La defensa nacional: conceptos básicos**. Centro de Altos Estudios Militares. Lima: CAEM, 1972

176 Ibid p.128-129

(potencialidades econômicas de cada região do país), e assim articular interesses do Estado aos da iniciativa privada: o primeiro visando ao bem-estar nacional e o segundo o aumento de sua produção, mercado consumidor e riqueza.

Nesse texto, cuja publicação data de 1972, há uma nota explicativa afirmando que esta proposta de um órgão de planejamento existia desde 1956, portanto era muito anterior ao *Instituto de Planificación Nacional* criado em 1962, durante o governo da Junta Militar. Na proposta do general Marín, o órgão deveria ser dirigido por um *Grupo Alto Nivel* (GAN), formado por profissionais de diversas áreas (juristas, engenheiros, biólogos etc.), suas orientações deveriam ser seguidas por todos os governos, independentemente de sua orientação política¹⁷⁷. No documento aparece uma concepção que separa conhecimento técnico de projeto político de sociedade, como se o primeiro fosse isento e neutro e pudesse existir independentemente do segundo; além disso, transparece a ausência de preocupação com qualquer debate mais amplo das orientações que pudessem ser feitas pelo GAN.

O historiador peruano Eduardo Toche Medrano criticou as ideias do general Marín por não ter reservado espaço para o exercício do debate ou da política em seu projeto de organização estatal¹⁷⁸. Tendo em vista seu papel de militar – executor da violência do Estado, esperar que privilegiasse o exercício da política, da divergência em sua concepção de Estado pensada na década de 1950, parece improvável. O fato de Marín colocar o bem comum acima e como motivador da Segurança Nacional já era muito progressista para um fardado de sua época.

Não apenas o general Marín, mas também seu substituto, que assumiu a direção do CAEM em 1957, o general Romero Pardo Marcial, idealizou planos de desenvolvimento nacional. O novo diretor formou-se na turma do CAEM de 1954, e segundo o cientista político porto-riquenho Jorge Rodríguez Beruff, era um defensor da posição “terceirista” (nem capitalismo, nem comunismo), fortemente influenciado pela obra do padre francês Louis Joseph Lebre¹⁷⁹. Outro pesquisador, o ex-major do Exército e ex-militante aprista, Victor Villanueva, afirmou que a admiração de Romero Pardo pelo pensamento de Lebre¹⁸⁰ era tamanha que convidou um sacerdote membro da “missão Lebre” para palestrar no CAEM sobre as “bases doutrinárias da guerra revolucionária”¹⁸⁰.

177 Ibid. p133-138

178 TOCHE MEDRANO, **Guerra y Democracia...** op cit p. 108

179 RODRÍGUEZ BERUFF, op cit p.56

180 VILLANUEVA, **El CAEM...** op cit p55-61

Segundo Villanueva, Rodríguez Beruff e Eduardo Toche Medrano, durante o período em que Pardo Marcial esteve à frente do CAEM, houve modificações no currículo do instituto que passou a ser direcionado, mais especificamente, para temas econômicos com vistas a contribuir para o desenvolvimento do potencial nacional. Essa mudança de enfoque foi responsável pelo prestígio alcançado pelo instituto durante a década de 1960. A partir desse período, um grande número de ministros de Estado, especialmente os que ocuparam pastas nos governos militares de 1962/3 e 1968/75 passaram pelos bancos do CAEM.

Apesar da importância assumida pelo instituto a partir da direção de Romero Pardo Marcial, o general não foi homenageado, como o general Marín, na publicação comemorativa dos 50 anos da criação do CAEM em 2000. Uma explicação possível para tal ausência seria sua postura marcada pela defesa de um plano de desenvolvimento nacional capitaneado pelo Estado, a publicação datada de 2000, no ápice do neoliberalismo, não lhe rendeu homenagem porque suas ideias iam na contramão das que eram hegemônicas na passagem do milênio na maioria dos países latinoamericanos. Há, no entanto, outra explicação: o general era visto e até mesmo “catalogado” como antiamericano, em suas próprias palavras: “(...) *Yo ante todo soy catalogado en el Pentágono como antiamericano. ¿Y por qué soy antiamericano? Porque no acepto las cosas fácilmente...*”¹⁸¹.

Diferentemente do CAEM, na criação da ESG não houve protagonismo individual como ocorreu no Peru. A instituição brasileira foi fruto de um projeto de uma equipe composta por oficiais que fizeram parte da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra e outros que se opunham à política de aproximação das massas de Vargas. Segundo o general Cordeiro de Farias, fizeram parte deste grupo: Golbery do Couto e Silva, César Obino, Idílio Sardenberg, Juarez Távora, Góes Monteiro, e os irmãos Orlando e Ernesto Geisel¹⁸².

No entanto, segundo alguns pesquisadores, especialmente aqueles orientados pela perspectiva organizacional, a ESG e sua doutrina (que detalharemos no próximo capítulo) nada mais foram que a sistematização do pensamento que o general Pedro Aurélio Góes Monteiro introduzira nas Forças Armadas Brasileiras na década de 1930.

Para o cientista político Edmundo Campos Coelho, a ESG simplesmente reelaborou o pensamento de Góes Monteiro para adequá-lo às novas circunstâncias. Góes Monteiro era

181 PARDO MARCIAL apud RODRIGUEZ BERUFF...op cit p. 89

182 FARIAS,op cit p. 409-410

alagoano de família humilde e ingressou na carreira militar em busca de trabalho. Aos 20 anos, tornou-se aspirante ao oficialato, especializou-se em cavalaria e foi aluno da missão francesa¹⁸³. Combatera, ao lado do governo, as revoltas militares dos anos 1920, especialmente a coluna Miguel Costa-Prestes; em 1930, na posição de tenente-coronel, foi chamado a liderar as tropas rebeldes da “revolução”. Até então, esse militar se orientara pelos princípios da doutrina francesa, segundo a qual o Exército não deveria intervir na política; mas, o contato de juventude com o grupo rio-grandense de Vargas e as possibilidades abertas pela proximidade com o poder o fizeram encampar a causa, tornando-se um dos principais articuladores da ditadura do Estado Novo e, posteriormente, da nova “ordem democrática” iniciada em 1945 após a derrubada da ditadura varguista¹⁸⁴.

A ação de Góes Monteiro enquanto chefe militar foi marcada pela reestruturação institucional, visando fortalecê-la e autonomizá-la em relação às oligarquias civis que até então dominavam o país. Segundo Vanda Aderaldo¹⁸⁵, a ação de Góes Monteiro foi orientar o referencial de atuação política do Exército, antes externo, para a própria organização; a lealdade deveria prestar-se, acima de tudo, à instituição. A proposta de reforma de Góes Monteiro partia de uma crítica muito dura em relação às oligarquias brasileiras e ao liberalismo, que culpava pelo caos no qual o país imergira nos anos 1920 e 1930. Esta crítica, nutrida pelo contexto pós-crise de 1929, estava influenciada pelos intelectuais conservadores Alberto Torres e Oliveira Vianna.

Para Góes Monteiro, a saída de tal situação do país passaria pelo fortalecimento do nacionalismo, do poder central, da hierarquia e da ordem; sendo as massas guiadas por um governo firme, e não por oligarquias que comprometiam a unidade nacional em suas disputas econômicas e políticas.

É interessante notar que esse diagnóstico relativo à incompetência das oligarquias que exerciam liderança, tanto no Peru, quanto o Brasil, as posições de Marín e Góes Monteiro eram similares; as divergências apareciam nas soluções propostas. Enquanto que, para o general peruano, a solução seria a adoção de uma política de planejamento de Estado definida a partir de pesquisa orientada “por técnicos”, para o general brasileiro, a solução era fortalecer a única instituição verdadeiramente nacional – as Forças Armadas – para que, como

183 Sobre Góes Monteiro: COELHO,... op cit p110-129; ADERALDO,... op cit p37- 50; CARVALHO, ...op cit p 102-110.

184 CARVALHO, op cit...p 103 e COELHO,... op cit p121-129

185 ADERALDO, op cit...p 41

instituição hierárquica e disciplinada, tivesse condições de enfrentar e disciplinar as oligarquias.

As duas soluções eram autoritárias, mas a crença de Marín na eficiência da “técnica” sobre a “política” reservava espaço para a ação de instituições republicanas e meritocráticas, já, Góes Monteiro, que se empenhara em transformar as Forças Armadas em núcleo do Estado, não abria possibilidade de interferência de setores da sociedade no poder de Estado.

Em 1952, o general Góes Monteiro fez na ESG a conferência “coordenação das Forças Armadas”¹⁸⁶. Na abertura de sua fala, o conferencista enfatizou o clima da Guerra Fria e o risco que corria a identidade ocidental brasileira sob ameaça do perigo comunista. Para o general, o grande impasse a ser superado dizia respeito à democracia: ao mesmo tempo em que as massas deveriam participar da formação e orientação do Estado, os dirigentes deveriam ser mais especializados no manejo do mecanismo governamental moderno; e nesta contradição destaca o papel das Forças Armadas naquele contexto:

“Enquanto não se logra a solução desse grave impasse, que está na raiz de todas as crises do sistema representativo, as Forças Armadas, com seu mecanismo mais isento, mais fechado, menos adstrito, pela formação de elites especializadas, ao desgaste das competições eleitorais e facciosas, têm o dever, perante a Nação e perante a História, de se prepararem seriamente, compensadoramente, suplementariamente como órgãos de informação e cooperação da máxima importância na conduta política geral do país e na coordenação de suas forças vivas para o emprego eventual na batalha e a coordenação de forças operativas durante o desenrolar da luta armada.”¹⁸⁷.

Logo, para o General Goes Monteiro, o problema era que “as maiorias” não escolhiam seus dirigentes conforme os critérios que as elites especializadas julgavam adequados, e que estas também se descredenciavam para o papel de garantidores da unidade nacional devido às suas disputas no plano eleitoral. Assim, cabia às Forças Armadas, única instituição imbuída da defesa dos “interesses nacionais”, cooperar na condução política do país.

Esse texto publicado em 1952, deixa implícita a preocupação do general Góes Monteiro com a volta de Vargas ao poder por meio do voto popular. E também chama atenção porque mostra que já era parte da retórica organizacional os argumentos utilizados mais de dez anos depois para justificar a derrubada de Goulart.

Poucos anos depois da fundação da ESG, ou seja, em meados da década de 1950,

186 MONTEIRO, Pedro Aurélio de Goes. **Coordenação das Forças Armadas**. Rio de Janeiro:ESG, 1952

187 Ibid p.6

Golbery do Couto e Silva alcançou destaque como grande ideólogo e teórico da geopolítica da instituição¹⁸⁸. O pensamento de Golbery pode ser condensado e dividido em duas fases ou momentos, expressos em duas obras: *Planejamento Estratégico*¹⁸⁹ e *Geopolítica do Brasil*¹⁹⁰.

A sua primeira obra, *Planejamento Estratégico*, foi fruto das conferências elaboradas para a ESG entre 1952 e 1955, nas quais apresentou suas concepções sobre segurança e desenvolvimento nacional e tornou-se a referência mais importante para os estagiários da Escola. Destaca-se nessa obra o artigo “entre a anomia e o totalitarismo”, no qual o autor criticou tanto o liberalismo pela negação do direito ao Estado de planejar suas ações, quanto o comunismo pelo excesso de intervenção estatal. Acreditamos que, naquele momento, por mais que o autor fosse liberal e crítico do legado intervencionista de Vargas, percebia, como militar, que certos setores, como a infraestrutura para os transportes, exigiam altos investimentos iniciais e, outros ainda, como a geração de energia, considerados estratégicos para a defesa nacional, não poderiam ficar nas mãos da iniciativa privada sem ao menos um controle do poder público. Além disso, não desejaria contrariar empresários que se beneficiaram com o impulso industrialista e o controle sobre os sindicatos promovidos pelo varguismo. A preocupação que predomina nesse primeiro livro é a definição do lugar do Estado e da iniciativa privada nas ações que deveriam promover o desenvolvimento do Brasil ou, segundo o jargão militar imperante, “o fortalecimento do potencial nacional”.

A segunda obra, *Geopolítica do Brasil*, de 1967, também foi pautada em conferências ministradas na ESG, de 1952 até 1960. Neste trabalho, o oficial Golbery demonstrou um alinhamento muito mais firme às questões hemisféricas impostas pela Guerra Fria: seus argumentos relacionam a soberania do país à defesa do ideário Ocidental/ Hemisférico; deste modo conciliava a retórica nacionalista, um dos pilares do discurso militar, aos interesses estadunidenses. Para tanto, elaborou uma concepção geopolítica do Brasil, área do conhecimento definida pelo militar da seguinte forma:

“Para nós, a Geopolítica nada mais é que a fundamentação geográfica de linhas de ação políticas, quando não, por iniciativa, a proposição de diretrizes políticas formuladas à luz dos fatores geográficos, em particular de uma análise calcada,

188 Golbery do Couto e Silva (1911-1987) fez parte da FEB e foi um dos fundadores da ESG. Desempenhou importante papel na implantação da ditadura em 1964 e, segundo o jornalista Élio Gaspari, guardião de sua documentação pessoal, teria sido também o “feiticeiro” por trás da abertura “lenta, segura e gradual” que culminou na redemocratização. GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Cia das Letras, 2004

189 SILVA, Golbery do Couto e. **Planejamento Estratégico**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1955

190 Idem, **Conjuntura política nacional: o poder executivo & Geopolítica do Brasil**. 3ªed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981. Esta publicação consiste na compilação das obras *Geopolítica do Brasil* de 1967 mais o ensaio *Conjuntura política nacional: o poder executivo* de 1980.

sobretudo, nos conceitos básicos de espaço e posição. Um dos ramos, portanto, da política, como imaginara o próprio Kjellén e sempre a qualificou, entre nós, o mestre Backheuser: ‘política feita em decorrência das condições geográficas.’”¹⁹¹

Decorre daí que o território ocupava um lugar central e, porque não, determinante nas decisões políticas. No caso brasileiro, internamente, era de fundamental importância a integração territorial, especialmente a ocupação da “deserta” região norte, notadamente da Amazônia; e, externamente, deveríamos atentar às nossas fronteiras especialmente no Sul, devido a um possível “imperialismo platino”, e cuidarmos do Atlântico Sul e, para tanto, teríamos a “dádiva” do golfo formado pelo litoral nordestino e contaríamos com a ajuda dos “irmãos do Norte” caso fosse necessário, mas não desinteressadamente, já alertava o militar.

No CAEM, nome referencial para a produção do ideário da Escola é o do general Edgardo Mercado Jarrín, tido como o mais destacado discípulo do já referido general José del Carmen Marín.

Mercado Jarrín formou-se no CAEM na turma de 1963, porém sua produção ganhou destaque a partir de 1968, quando fez parte do grupo que tomou o poder com o general Velasco Alvarado. Mercado Jarrín ocupou a chancelaria peruana entre 1968 e 1973, e depois foi primeiro ministro entre 1973 e 1975. Como responsável pelas relações exteriores, foi um dos promotores de uma verdadeira revolução diplomática. Juntamente com o general Miguel De la Flor, colocou o país pioneiramente entre os não alinhados, reatou relações com países considerados “vilões” pelo “Ocidente” como Cuba e a União Soviética, e ainda aproximou seu país do Chile, então em plena transição ao socialismo sob o governo de Salvador Allende (1971-73). Segundo o cientista político holandês Dirk Kruijt, era um dos nomes fortes à sucessão de Velasco, mas foi gradualmente afastado dos núcleos decisórios até ir para a reserva em 1975¹⁹².

Quanto à sua obra, assim como o coronel Golbery, Mercado Jarrín tratou da geopolítica, mas em período bem posterior – final da década de 1970 –, e, ao contrário daquele, defendia a posição que ficou conhecida como Terceirista, isto é, defendia maior autonomia para o então chamado “terceiro mundo”¹⁹³. O general Mercado Jarrín propôs uma nova leitura para as relações internacionais: no lugar do conflito Leste (comunismo) x Oeste (capitalismo), destacou a oposição Norte (ricos) x Sul (pobres).

¹⁹¹ Ibid, p. 64

¹⁹² KRUIJT...op cit p.263-264

¹⁹³ Atualmente utiliza-se o eufemismo “países em desenvolvimento”, como se este fosse certo e seguro.

Ao contrário do teórico peruano da geopolítica, o coronel Couto e Silva qualificava o *terceirismo* de máscara para oposição aos Estados Unidos, líder do hemisfério Ocidental¹⁹⁴.

Cabe notar que, tanto o alinhamento ao Ocidente defendido por Golbery quanto o *terceirismo* privilegiado por Mercado Jarrín partiam de premissas de geográficas que caracterizam a geopolítica. O autor peruano explicava sua proposta de oposição entre Norte x Sul:

*“En efecto, em el hemisferio Norte, más de 60% de su superficie se halla bajo el agua, en tanto que em el hemisferio Sur, el 80% de su area queda cubierta por los oceanos. Dicho de outro modo, al hemisferio Norte corresponde un 40% de continentes e islas; mientras que em el hemisferio Sur, continentes e islas ocupan tan sólo 20%. No es, pues, casual que em el Hemisferio Boreal se encuentre el mayor numero de potencias y países industrializados. Esto se explica aún más claramente si se tiene em cuenta que la zona templada del hemisferio Norte – cuyas características climatológicas ejercieron em el pasado gran influencia estimulante em el desarrollo de la civilización em el Viejo Mundo – abarca una superficie muchísimo más grande que la correspondente a la zona templada del hemisferio austral.”*¹⁹⁵

Como se pode notar, o que sustenta a tese *terceirista* na leitura geopolítica de Mercado Jarrín não era a leitura da histórica que permitia explicar a colonização e a exploração dos recursos dos países colonizados de diversas formas e ao longo de muito tempo. O fator determinante em sua tese é o geográfico que deveria ser levado em conta na elaboração de políticas de Estado com vistas ao desenvolvimento dos países.

Em suas análises geopolíticas, tanto Couto e Silva como Mercado Jarrín abordaram o mesmo problema: o “vazio” verde da Amazônia.

Ambos foram influenciados pelo filósofo espanhol Ortega y Gasset (1883-1955), mas somente este último chegou a conceber um “Peru invertebrado”, cujo eixo de vertebração constia na conquista do interior e ocupação da Amazônia. Enquanto que, para Couto e Silva, o Brasil tinha duas prioridades: de um lado, o olhar para o continente focalizando a região amazônica e, de outro, as relações atlânticas, especialmente como os EUA.

Tanto Couto e Silva como Mercado Jarrín ganharam projeção política no ápice da capacidade de influência das instituições de onde começaram suas reflexões, respectivamente a ESG, no Brasil, e o CAEM, no Peru. A diferença que o segundo foi afastado dos núcleos decisórios por almejar mais reconhecimento e poder, enquanto o brasileiro permaneceu como eminência parda da ditadura até seu ocaso.

Neste capítulo, procuramos mostrar como se deu o processo de formação dessas

194 SILVA, **Conjuntura política nacional...** op cit p 50

195 MERCADO JARRÍN, Edgardo. **Geopolítica**. Lima: Escuela Superior de Guerra, 1979 p.2

escolas a partir de fatores internos mas relacionados a uma conjuntura histórica comum. Ao comparar os dois processos procuramos mostrar aspectos comuns e diferenças importantes.

No plano interno, a comparação entre os debates políticos que ocorriam no Brasil e no Peru, permitiu mostrar que nos dois países a necessidade de formação conjunta entre as três armas e alocação de um grupo particular de militares e civis dentro do Estado resultou na criação da ESG e do CAEM.

No Peru, o CAEM foi construído como centro de reunião de militares reformistas que se opunham ao golpe do General Odría e sua aliança com setores liberais exportadores de matérias-primas; já no Brasil, a ESG reuniu justamente os militares que se identificavam ideologicamente aos setores liberais que haviam se oposto à campanha getulista pelo monopólio petrolífero estatal que caracterizou o governo vargas na década de 1950.

Uma das funções comuns atribuídas às duas escolas era formar intelectuais militares que desenvolvessem e difundissem uma doutrina de segurança nacional. No próximo capítulo, procuraremos analisar as referências que pautaram a elaboração de tais doutrinas, os valores que as moldaram e quais objetivos orientaram suas ideias e ações.

Capítulo II – Doutrinas de Segurança Nacional: influências externas e problemas internos

Neste capítulo compararemos as doutrinas de segurança nacional desenvolvidas no CAEM peruano e na ESG brasileira. Primeiramente, apresentaremos um panorama bibliográfico sobre as doutrinas militares do Brasil e do Peru, em seguida, mostraremos como as influências francesa e estadunidense atuaram em cada uma das escolas militares. A seguir, analisaremos como fontes as apresentações realizadas nas academias militares sobre suas respectivas doutrinas, verificando como as circunstâncias e as demandas sociais percebidas pelos militares acarretaram em diferentes soluções para o problema da segurança-defesa: de um lado, a doutrina da segurança integral e, de outro, a segurança nacional.

2.1 - Doutrinas militares: um debate bibliográfico

Há um intenso debate sobre o papel das doutrinas nos golpes militares dos anos 1960-1970. Aqui apresentaremos as principais linhas interpretativas a fim de situarmos o papel particular do CAEM e da ESG na elaboração das doutrinas militares peruana e brasileira que, segundo a bibliografia, embasaram os golpes de 1964 e 1968, respectivamente.

Em primeiro lugar, é preciso diferenciar os dois conceitos: de segurança e de defesa. O primeiro está ligado à precaução contra perigos que ameaçavam o território de um Estado, enquanto o segundo se referia às ameaças externas ao território. Deste modo, tradicionalmente, as Forças Armadas dos Estados-nações foram instituídas para agir em defesa do território do Estado, no entanto, após o fim da Segunda Guerra e o início da disputa pela hegemonia mundial entre EUA e URSS, a segurança passou a ser vista como um problema militar.

Samuel Huntington, um dos principais assessores de Washington, ao investigar as relações entre os poderes civil e militar em seu clássico *The soldier and the State* (1957), afirmou que a segurança deveria ser estruturada em três instâncias: a militar, que objetiva minimizar ou destruir ameaças à segurança nacional externas às instituições e/ou território; a interna, cujo foco deve ser a subversão e aqueles que visam destruir o Estado de dentro de seu território ou de suas instituições; e, por último, a situacional, que deveria combater as mudanças políticas drásticas que reduziriam o poder do Estado¹⁹⁶.

Na obra em questão, Huntington concentrou-se na formação das instituições militares

196 HUNTINGTON, *O soldado e o Estado...* op cit.

e na lógica de poderes que as submete às instâncias políticas, isto é, civis. Todavia, por esta primeira forma de apresentar as instâncias de atuação das políticas de segurança, percebemos que esta ultrapassa em muito as atribuições militares e resvalavam para a esfera civil, especialmente quanto à política de segurança interna e situacional; a segurança nesta obra foi posta acima do debate político e da democracia.

Devemos frisar que para alguns pesquisadores, como René Armand Dreiffus, Francisco C. Ferraz, Nilo Dias Oliveira, Eliezer Rizzo de Oliveira, entre outros, as doutrinas de segurança nacional (DSN) são discursos ideológicos construídos nas escolas militares, no sentido de que representam uma leitura particular da realidade apresentada como universal. Para Dreiffus, a ESG era um reduto político e ideológico de compartilhamento de ideias entre militares e tecno-empresários¹⁹⁷ e a doutrina de segurança nacional, seria o elo de articulação de interesses militares e civis, ou seja, defender a nação do comunismo e implantar um projeto de desenvolvimento capitalista subordinado aos interesses multinacionais.

Segundo o historiador Francisco C. Ferraz, a DSN elaborada na ESG consistia numa nova roupagem para embasar uma prática antiga: a aliança entre elites civis e militares para o controle do Estado. Para o autor, a ESG foi um lugar de reunião de pessoas e articulação das ideias estadunidenses trazidas da experiência da FEB junto às ideias autoritárias nacionais dos anos 1920 e 1930, cujas matrizes eram o pensamento de Oliveira Vianna e Alberto Torres. Os principais pontos da DSN seriam: a mobilização das potencialidades econômicas e psicossociais brasileiras e a militarização e fortalecimento do Estado – dirigido por uma elite, pois a população seria incapaz de governar-se¹⁹⁸. Deste modo, para o autor, a DSN interessou às elites civis porque sedimentava uma aliança com setores politizados das Forças Armadas, abrindo possibilidades para a tomada do poder político; e por outro lado, interessava aos militares porque fortalecia a unidade institucional. Para Ferraz, a DSN era uma ideologia, pois consistia na defesa de uma série de interesses de um grupo particular, apresentados como universais. Por isso, o autor propõe compreender a DSN como uma forma de conhecer os sujeitos que a difundiam e seus interesses¹⁹⁹.

O historiador Nilo Dias de Oliveira analisou a DSN gestada na ESG como uma ideologia que reunia ideias autoritárias que visavam submeter a classe trabalhadora, intensamente mobilizada especialmente nos últimos anos do governo eleito de Vargas, e o

197 DREIFUSS, 1964... op cit p.78

198 FERRAZ, *A sombra...* op cit p 35

199 Ibid p36

fortalecimento dos vínculos econômicos com os centros capitalistas internacionais²⁰⁰. Para Nilo Oliveira, quanto mais acentuada a dependência de tais centros do capitalismo, mais o aspecto coercitivo da DSN foi enfatizado para manter ordem, enquanto o modelo de desenvolvimento implantado pós-1964 aprofundava a concentração de renda.

Na mesma linha, Eliezer Rizzo de Oliveira, afirmou que a DSN serviu de base para a elaboração de um projeto de hegemonia política do grupo reunido em torno da ESG²⁰¹. Deste modo, ao justificarem suas ações pela “segurança nacional”, apontando “objetivos, meios e fins nacionais”, procuraram legitimá-las. No entanto, como o próprio autor salienta, a ilegitimidade tornou-se cada vez mais clara à medida que, ao longo da ditadura militar, a DSN era cada vez menos referida. O autor menciona um de seus principais articuladores, Golbery do Couto e Silva, num escrito de 1981, afirmando que quando uma parte do instrumento do poder nacional o assumia na totalidade, empregando-o em benefício próprio, tratava-se de uma usurpação de tal poder²⁰². Rizzo de Oliveira conclui que a DSN, por utilizar a segurança para justificar a restrição dos debates sobre os rumos da nação às elites, gradualmente acabou por servir para justificar a forte centralização do poder no executivo federal, esvaziando as demais esferas de poder.

A historiadora Maria Selma de Moraes Rocha investigou em seu mestrado a *Evolução dos conceitos de doutrina da ESG durante os anos 1970*²⁰³. A proposta da autora consistiu em analisar o discurso doutrinário da Escola – definido como o discurso oficial da instituição – e nele verificar a presença das forças em disputa, notadamente na década de 1970. A autora informa que a doutrina impressa e acabada foi compilada e publicada apenas em 1975 e reeditada, em 1979, momento em que a distensão da ditadura começava. O trabalho de Rocha, apesar de apresentar um recorte temporal posterior ao nosso – anos 1970 –, que se refere ao auge da repressão da ditadura militar, contribui muito para o nosso trabalho por enfatizar que a dinâmica da DSN mesmo “nos marcos conservador e autoritário” sofreu transformações ao longo da década de 1970 para adaptar-se às necessidades conjunturais identificadas pelos militares e, mesmo indiretamente, responder ao discurso opositor.

Rocha apresenta duas grandes linhas às análises sobre a atuação política das Forças Armadas no Brasil. De um lado, o trabalho de Dreifuss e dos demais pesquisadores que

200 OLIVEIRA, Nilo Dias de. Os primórdios da Doutrina de Segurança Nacional: a Escola Superior de Guerra. *História (São Paulo)*, v. 29, n. 2, 2010 p. 135-157.

201 OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. A Doutrina de Segurança Nacional: pensamento político e projeto estratégico. In _____ (org) **Militares: pensamento e ação política**. Campinas: Papirus, 1987.

202 Ibid p 77

203 ROCHA, *A evolução dos conceitos* ...op cit.

seguem a orientação de valorizar os interesses econômicos civis presentes da ESG, ou seja, os conflitos sociais externos à instituição, em detrimento dos interesses militares, são as interpretações do militarismo classificadas como instrumentais, ou seja, as Forças Armadas teriam sido um instrumento de ação da burguesia ligada às multinacionais, sendo suas motivações principalmente econômicas. De outro, os trabalhos que valorizam as dinâmicas internas às Forças Armadas, abordando-as em sua autonomia em relação à sociedade, em detrimento de suas relações com os civis – a chamada perspectiva organizacional²⁰⁴. A principal referência desta linha é a pesquisa de Edmundo Campos Coelho, *Em busca da identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*, originalmente publicado em 1976, na qual o autor expõe, logo de início, esta divisão do campo de estudos sobre os militares.

O sociólogo Campos Coelho define doutrina militar da seguinte forma:

“Designamos aqui, por doutrina militar, um conjunto de ideias sistematizadas a respeito de: a) concepção de guerra; concepção geral de operações; c) finalidade das Forças Armadas ou dos componentes dela; d) bases de organização das Forças Armadas ou de seus componentes; e) métodos de ensino e comando. O elemento fundamental em torno do qual se organizam os demais está constituído pela concepção a respeito das finalidades da organização militar. Esta concepção incorpora, na verdade, uma teoria sobre a natureza da organização e da sociedade, inclusive, definindo, por outro lado, as relações entre ambas.”²⁰⁵.

Para Campos Coelho, a DSN tinha como função primeira produzir o consenso dentro das Forças Armadas, de modo a eliminar questionamentos que levassem às disputas internas ou à quebra de hierarquia. Outra função importante da DSN, na perspectiva de Campos Coelho, era fazer com que os governos se comprometessem em manter a segurança nacional, invertendo a lógica democrática de que as Forças Armadas deveriam lealdade ao governo eleito fosse qual fosse, deste modo, sutilmente, a criação da DSN inverteu os valores da própria democracia. Outra função da DSN foi a de congregar valores militares tradicionais (honra, coragem, heroísmo) a uma nova pauta colocada pela perspectiva dos novos conhecimentos adquiridos no contato com os estadunidenses durante a Segunda Guerra, associados à ideia da modernização, da tecnologia e do saber técnico²⁰⁶.

Além de todas estas funções da DSN, Campos Coelho destaca o fato de que ela legitima, de certa forma, um lugar para os militares participarem da organização política, uma vez que as noções de segurança e desenvolvimento aparecem atreladas. Assim, a DSN estabeleceu os lugares sociais de militares e civis e também como deveriam ser as relações

204 Ibid p 9-11

205 COELHO, *Em busca...* op cit p.130

206Ibid. p.170-173

entre ambos²⁰⁷.

O sociólogo porto-riquenho Jorge Rodríguez Beruff publicou em 1983 *Los militares y el poder: un ensayo sobre la doctrina militar en el Perú 1948-1968*, obra referencial para quem estuda os militares peruanos no século XX. Para o autor, a ideologia militar pode ser percebida nas formulações mais abstratas da doutrina, sendo que essa define de modo específico o papel político da instituição militar no Estado e, ao mesmo tempo, apresenta parâmetros de como dirimir legitimamente diferenças ideológicas internas às Forças Armadas²⁰⁸.

Rodríguez Beruff afirma que a doutrina militar é uma parte específica da ideologia da classe dominante, assim articula os interesses mais gerais às especificidades da instituição militar, culminando num determinado projeto de Estado, segundo o autor, cerne de toda doutrina militar. Para o sociólogo, as duas leituras extremas sobre os militares são nocivas à compreensão de seu papel no todo da sociedade: de um lado, aqueles que analisam os militares dentro de suas próprias questões institucionais e se esquecem que estas só existem em relação às demais questões da sociedade; de outro, aqueles estudiosos que entendem as questões da caserna como parte dos debates sociais mais amplos, ignorando ou minimizando o fato que os militares formam um grupo com particularidades em meio à sociedade²⁰⁹.

Mencionamos as distintas perspectivas sobre a DSN para melhor compreendermos a função que as doutrinas aplicadas nas escolas militares e suas especificidades conforme propôs Samuel J. Fitch:

“Um conjunto de ensinamentos, com frequência um conjunto de princípios ou um credo. No jargão militar, usa-se tipicamente doutrina num sentido mais limitado, para referir-se a sentidos estratégicos ou táticos particulares, como a doutrina de retaliação maciça. Por outro lado, define-se comumente ideologia como um conjunto generalizado de ideias políticas, uma visão de mundo, como o liberalismo ou o comunismo. Tratar doutrina, especialmente doutrina militar, e ideologia, como termos mais ou menos intercambiáveis, obscurece a questão da relação entre os dois.”²¹⁰

Nesta pesquisa, procuramos compreender, tanto a doutrina de segurança nacional desenvolvida pela ESG no Brasil, quanto a doutrina de segurança integral, produzida pelo CAEM no Peru, como um conjunto de ideias que se remetem a um projeto de organização social, fruto de concepções ideológicas de seus produtores, mas que, para além disso, organizam e explicitam um projeto político.

207 Ibid p.173

208 RODRIGUEZ BERUFF. **Los militares y el poder...** op cit pXI

209 Ibid.

210 FITCH, Samuel J. Apud. MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 67, 2008 p. 40

Todos os autores que escrevem sobre as DSN's acabam de algum modo referindo-se aos estudos de Alfred Stepan, apesar das muitas críticas sobre suas teses do antigo “poder moderador” e o papel do “novo profissionalismo” das Forças Armadas. Este cientista político da Universidade Columbia pesquisou o papel político dos militares em diversos países da América Latina e escreveu três obras que se remetem diretamente às instituições estudadas nesta tese: *The military in politics: changing patterns in Brazil* (1971), *The State and society: Peru in comparative perspective* (1978) e, em parceria com Luigi Einaudi, *Latin American Institutional Development: changing military perspectives in Peru and Brazil* (1971)²¹¹.

Stepan, ao se referir ao papel político dos militares, tanto no Brasil como no Peru, afirma que eles teriam exercido uma espécie de poder moderador desde o início das repúblicas, intervindo de modo pontual para apaziguar os conflitos entre os diversos grupos políticos e depois devolvendo o poder aos civis por não se sentirem capacitados para governar.

Segundo o autor, esta situação teria mudado a partir da criação de instituições como o CAEM no Peru e a ESG no Brasil, projetadas para a formação de estadistas – esta nova formação (que incluía Sociologia, Economia, Demografia, Psicologia etc.) foi chamada de “novo profissionalismo militar”. E conclui que foram esses oficiais com uma formação mais ampla que se sentiram preparados, não só para dirimir conflitos, mas para tomar o poder e assim o fizeram porque tinham planos próprios de governo.

O autor estadunidense aponta algumas especificidades nos casos do Brasil e do Peru. No caso do Brasil, a ESG, Stepan explica que a doutrina:

*“La doctrina de la ESG propugnaba la teoría de que el moderno arte de la guerra, tratárase de una contienda de tipo tradicional, como la segunda Guerra Mundial, o revolucionaria, como em Indochina, comprometía la voluntad, unidad y capacidad productiva de toda la nación. Por consiguiente, los encargados de formular e implementar políticas de seguridad nacional ya no podían limitar su enfoque a la protección de fronteras u otras misiones corrientes del ejército. Para la ESG la seguridad nacional se daba, en gran medida, en función de la maximización racional de la producción económica y la minimización de todas las causas de división o desunión dentro del país. Como consecuencia, se acentuó sobremedida la necesidad de un gobierno fuerte y una planificación sólida.”*²¹².

O autor prioriza os aspectos do planejamento econômico desenvolvido a partir da

211 As edições aqui utilizadas são respectivamente: STEPAN, Alfred. **Brasil: los militares y la política**. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1974 trad. Inés Pardal; Idem, **Estado, corporativismo e autoritarismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. trad. Marina L. Teixeira e Viriato de Medeiros e EINAUDI, Luigi STEPAN, Alfred. **Latin American Institutional Development: Changing Military Perspectives in Peru and Brazil**. Santa Mônica: Rand, 1971

212 STEPAN, **Brasil: los militares y la política...** op cit p.211

doutrina de segurança nacional. Por esta leitura, Stepan mostra como a apropriação por parte dos militares de conhecimentos não tradicionalmente associados à arte da guerra teria resolvido o “sentimento de inferioridade” destes em relação aos civis, e a partir dessa formação mais completa, segundo o autor, os militares passaram a se sentir em condições de criar planos de governos próprios e se dispuseram a assumir o poder.

Para o caso peruano, Stepan focou-se no papel do Estado dentro do projeto de governo militar. Para o autor, o CAEM serviu como formulador de uma filosofia geral responsável por certo consenso entre os militares, mas não como base organizadora do grupo que tomou o poder em 1968, pois o núcleo deste grupo articulou-se a partir do Serviço de Inteligência. Tal filosofia consistia numa concepção de governo que o autor chamou de “estatista orgânica”, ou seja, um projeto de sociedade organizada pelo Estado que formaria uma unidade não conflitante²¹³.

Já o relatório *Latin American Institutional Development: changing military perspectives in Peru and Brazil*, produzido por Stepan e Einaudi em 1971 para o Departamento de Estado do governo estadunidense, consiste em dois textos, um sobre o Peru, assinado por Einaudi, e o outro sobre o Brasil, assinado por Stepan, com uma introdução e uma conclusão comuns. Esta obra apresenta dois panoramas gerais sobre as instituições militares e aponta as mudanças que resultaram em governos militares de perfil institucional novo nos anos 1960 nos quais se destacam aspectos estruturais comuns.

Dentre estes aspectos estruturais comuns, destaca-se a criação de uma doutrina que relacionou subdesenvolvimento e comunismo, e sustentou a intervenção militar nos governos, justificada pela “incompetência” dos civis em realizarem o desenvolvimento econômico e a estabilidade política, para manter seus respectivos países a salvo do comunismo.

Segundo Stepan e Einaudi, os formuladores das doutrinas militares deveriam encontrar respostas para as seguintes questões: o subdesenvolvimento era em si mesmo uma ameaça à segurança? Era uma ameaça em si mesmo ou em suas consequências? Qual papel os militares deveriam exercer no desenvolvimento da nação? Qual seria a melhor estratégia de desenvolvimento para a nação? Qual seria o equilíbrio ideal entre desenvolvimento e segurança?²¹⁴.

Para os autores, alguns fatores diferenciaram a maneira como os militares brasileiros e peruanos projetaram a atuação do Estado nas políticas de segurança-desenvolvimento, sendo

213 Idem, **Estado, corporativismo** ... op cit

214 EINAUDI, STEPAN. **Latin American Institutional Development**... op cit p.4

que, para eles, no Brasil, a prioridade recaiu sobre o fator segurança e, no Peru, sobre o desenvolvimento.

A diferença entre os direcionamentos doutrinários são explicadas neste relatório pela luta antiguerrilheira dos peruanos em 1965; e também pelo fato de que os brasileiros contavam com um aparato estatal mais sólido, construído por Vargas, que inclusive abarcava as organizações de trabalhadores, e tal aparato era apenas incipiente no Peru dos anos 1960.

O que levou os peruanos a considerarem a justiça social uma das funções primordiais do Estado era seu afastamento das oligarquias. Enquanto no Brasil, apesar da diferença de origem entre os altos oficiais (maioria nordestinos e gaúchos) e a elite econômica (concentrada no sudeste), os militares viam as reivindicações populares como ameaças à ordem, logo, à segurança nacional.

A questão da origem social dos militares peruanos foi destacada por Einaudi em seu relatório da *Rand Corporation* ao departamento de Estado estadunidense²¹⁵. Segundo o pesquisador, 56% dos oficiais que ascenderam ao generalato do Exército entre 1955 e 1965 eram originários da Serra ou da Selva, o que é um forte indicativo que não pertenciam às elites tradicionais do país, concentradas na Costa, e que possivelmente tinham ascendência indígena, o que é muito significativo no Peru²¹⁶.

As principais críticas feitas às interpretações sobre a atuação dos militares na política latino-americana de Stepan focam-se em sua orientação teórica: para Campos Coelho, a função moderadora não passa de um mito, uma vez que tal conceito é tão elástico que se tornaria inútil, servindo apenas para justificar as intervenções militares no governo, movidas por interesses outros²¹⁷. Para Francisco Ferraz, a tese do novo profissionalismo de Stepan não se sustenta porque separa militares “profissionais” e “políticos”, esquecendo-se que a própria instituição militar é política à medida que é parte legítima do Estado, logo, qualquer atividade institucional sua é política por natureza, mesmo que não seja necessariamente um golpe²¹⁸.

Para Rocha, o maior problema no trabalho de Stepan era a afirmação que a doutrina teve a função de preparar profissionalmente os militares para o exercício do governo, apesar desta autora – como os demais – concordar com o pesquisador estadunidense quando este defende o papel centrípeto institucional da doutrina²¹⁹.

215EINAUDI, Luigi. **The peruvian military: a summary political analysis**. Santa Monica: Rand Corporation, 1969

216 Ibid. P 6

217COELHO, **Em busca...** op cit p.83

218 FERRAZ, **À sombra...** op cit p. 48

219 ROCHA, **A evolução...** op cit12

Apesar de toda polêmica em torno de suas contribuições, especialmente por conta das vinculações políticas de suas publicações ao Departamento de Estado estadunidense, as pesquisas de Einaudi e Stepan nos interessam particularmente por relacionarem as doutrinas militares às posições modernizadoras dos governos militares.

Ainda na década de 1970, o filósofo João Quartim de Moraes também criticou a tese de Stepan – segundo a qual quanto mais “profissionalizados”, melhores condições os militares teriam de intervir no poder político; e também a de Samuel Huntington, para quem quanto mais profissionalizados fossem os militares, menos interviriam na política²²⁰. Para Quartim de Moraes, assim como para Francisco Ferraz, a função primária das Forças Armadas – fazer uso da violência para defender o Estado – já é política em si mesma²²¹. Ao comparar o papel da ESG brasileira e sua doutrina no golpe de 1964 ao do CAEM e sua doutrina no golpe de 1968, Moraes concluiu que aquele foi mais significativo que este, uma vez que os responsáveis pela tomada de poder no Peru não se organizaram no CAEM e tampouco teriam participado diretamente da elaboração do *Plan Inca* – contudo, muitas das ideias contidas no plano coincidem com temas que havia mais de uma década eram debatidos no CAEM.

Para Quartim de Moraes, os oficiais peruanos que tomaram o poder em 1968 seriam mais comparáveis aos militares nacionalistas brasileiros dos anos 1950, que mobilizaram a campanha pela nacionalização do petróleo, justamente contra o grupo da ESG. Este argumento é válido se, somente consideramos apenas o aspecto nacionalista destes dois grupos; mas ao comparar-se a formação oferecida pelas duas escolas – O CAEM e a ESG, é justamente a diferença como incorporaram os mesmos pressupostos militares que nos interessa aqui.

O autor foca-se na comparação nas ações dos dois governos militares: se os militares peruanos tomaram o poder contra o controle estrangeiro de um recurso natural considerado estratégico (petróleo), os brasileiros o teriam feito em meio a uma situação de crise política, e contra o “inimigo interno”. Assim, enquanto o governo militar brasileiro teria uma legitimidade estática – no momento da tomada do poder – que se desfez conforme rasgaram a constituição de 1946 e passaram a governar para as elites por meio de atos institucionais; os militares peruanos, para Quartim de Moraes, teriam uma legitimidade dinâmica à medida que não tomaram o poder em meio a qualquer crise, mas suas medidas, por visarem o benefício das massas populares, os legitimariam.

220 MORAES, João Quartim de. Desenvolvimento e legitimidade na ideologia dos militares no Brasil e no Peru. In _____ **Liberalismo e Ditadura no Cone Sul**. Campinas: Unicamp/IFCH, 2001 p. 17-56

221Ibid. p.21

O problema da comparação estabelecida pelo autor consiste no fato de que não leva em conta a situação de divisão interna dos militares peruanos ao tomaram o poder, — claramente cindidas a partir da crise que antecedeu o golpe de Odría em 1948 e da mudança de comando da Junta Militar em 1963 —, apenas para citar os episódios mais críticos. O autor se detém nas medidas dos governos deixando de lado aspectos importantes que poderiam esclarecer a atuação das instituições militares. Além disso, privilegiou os dados de que dispunha sobre o Brasil o que não ocorreu em relação ao Peru.

Ainda no que se refere às análises sobre nosso tema de pesquisa, cabe mencionar o estudo do teólogo belga Joseph Comblin sobre as DSN na América Latina²²². Comblin parte do pressuposto de que o anticomunismo era o motor da construção da doutrina militar em nosso continente que foi elaborada devido à grande influência dos EUA, sobretudo no Brasil, a partir dos anos 1940. Segundo o autor:

“A Doutrina de Segurança Nacional é uma extraordinária simplificação do homem e dos problemas humanos. Em sua concepção, a guerra e a estratégia tornam-se a única realidade e a resposta a tudo. Por causa disso, a Doutrina de Segurança Nacional escraviza os espíritos e os corpos. Sendo um sistema muito aplicado na América Latina, a Doutrina de Segurança Nacional ultrapassa esse continente para ameaçar todo o Ocidente. Na verdade, a guerra parece ter se tornado a última palavra, o último recurso da civilização contemporânea; vemos, assim, os defensores da Doutrina de Segurança Nacional inverterem perniciosamente a fórmula de Clausewitz: a política, para eles, seria a continuação da guerra por outros meios.”²²³.

Na leitura de Comblin, a grande objeção à DSN estaria no fato de reduzir os problemas sociais à lógica do enfrentamento bélico, transportando-a para a política, instância que deveria servir para a negociação e diálogo. Para Comblin, a DSN brasileira não passou de uma nacionalização daquela produzida no *War College* estadunidense. Ao comparar a doutrina militar brasileira à peruana, o autor verificou que a grande diferença entre ambas estaria no fato de que a primeira seria completamente tributária das ideias estadunidenses, enquanto a segunda ter sido resultado de autêntica elaboração dos peruanos. No entanto, o próprio autor indica que o ideário estadunidense, de certo modo, pesou sobre a doutrina andina que se limitou à defesa da Terceira Via, mantendo-se na esfera de ação do capitalismo por temer aprofundar as reformas empreendidas pelo governo entre 1968 e 1975 e resvalar para o comunismo²²⁴.

Deve-se esclarecer que as reflexões de Comblin sobre a doutrina de segurança integral

222 COMBLIN, Joseph. **A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980 trad. Veiga Fialho

223 Ibid p .17

224 Ibid.

(DSI) peruana, pautam-se, sobretudo, nos escritos do general Edgardo Mercado Jarrín que, como indicamos no primeiro capítulo, foi um dos principais nomes do governo velasquista.

Mercado Jarrín cursou e posteriormente lecionou tanto no CAEM²²⁵ como na ESG peruana²²⁶, além disso, seus escritos sobre segurança e geopolítica são do final da década de 1960 e, sobretudo, dos anos 1970. Portanto, Comblin baseia sua reflexão em textos elaborados cerca de vinte anos depois das primeiras formulações do CAEM e da difusão da DSI peruana e, mais importante, depois que a geração a qual pertencia Mercado Jarrín tomou o poder em 1968. Neste trabalho enfatizamos o período de formação da geração de militares, ou seja até o golpe de 1968.

O professor de direito constitucional e doutrinas políticas da Universidade do Chile, Jorge A. Tapia Valdés publicou no México, em 1980, *El terrorismo de Estado: la doctrina de seguridad nacional en el Cono Sur*²²⁷. Esta obra tornou-se uma importante referência para os estudos de doutrina de segurança nacional (DSN), especialmente no que tange o papel do judiciário – lugar onde o contraditório deveria ser debatido – no estabelecimento de regimes autoritários. Nela, Tapia Valdés analisou o papel da DSN para a formação de estados militares na América Latina, especialmente no Brasil, por ter se configurado, segundo sua análise, uma espécie de centro irradiador desta doutrina para o continente e, no Chile, seu país natal, onde a DSN em sua análise foi um dos sustentáculos do pinochetismo. De acordo com Tapia Valdés, a DSN consiste numa “*mezcla de teoria leninista del Estado, de teoria fascista de la sociedad y del concepto liberal-socialista de movilización general para la guerra*”²²⁸.

Segundo Tapia Valdés, a DSN manifestava um projeto político-econômico-militar que é diferente, mas não antagônico ao projeto de dominação burguesa, que se daria pela via democrática. Este autor pauta sua crítica à DSN contrapondo-a a uma teoria da segurança nacional ideal que fosse legítima e que deveria considerar fatores como o desenvolvimento social e econômico e a estabilidade das instituições. O jurista chileno acredita que uma teoria de segurança ideal deveria integrar as Forças Armadas à sociedade, mas cada uma deveria preservar sua especificidade: a sociedade civil não poderia ser militarizada e tampouco os militares deveriam se politizar enquanto instituição²²⁹.

Logo, a DSN, para este autor, consistia num conjunto de ideias que informavam as ações políticas dos militares, de modo que determinaria os meios a partir dos quais as Forças

225 Mercado Jarrín cursou o CAEM em 1963. CAEN. **50 años** ... op cit p 154.

226 A diferença entre o CAEM e a ESG no Peru foi explicada no capítulo I p 17

227 TAPIA VALDES, **El terrorismo de Estado**... op cit

228 Ibid p 25

229Ibid. p 38

Armadas pretendiam militarizar a sociedade. Tal militarização da sociedade explicava-se pela relação teórica da DSN com a geopolítica – ciência do Estado, determinado pelo espaço que pretendia abarcar as demais – e seus primeiros teóricos, Mackinder e Ratzel, que, não por acaso, teriam sido as referências que serviram de arcabouço às teorias expansionistas do nazismo. Deste modo, a DSN seria, sobretudo, uma doutrina política, que sustentaria um regime autoritário com capacidade de ação policial e visava o crescimento econômico baseado na livre iniciativa e na propriedade privada. Para o autor, o maior impacto dos regimes de DSN ocorreu em países cujas populações haviam optado por mudanças dentro dos marcos democráticos, no caso Brasil (com Goulart) e Chile (com Allende), deste modo, um dos resultados mais significativos da implantação dos regimes de DSN seria a exclusão do povo da arena política²³⁰.

Para Tapia Valdés, o caso do regime militar peruano instalado em 1968 não se aplicaria aos regimes militares tributários da DSN, sendo melhor classificado como “militarismo populista”, pois, para o autor, no Peru os militares formaram uma nova elite que, para ganhar a competição com as elites tradicionais pela direção do Estado, apelaram à mobilização popular visando a imposição de uma nova direção política ao país. No entanto, o autor reconhece que o caso peruano poderia apresentar alguns princípios da DSN²³¹.

Através da análise de fontes, encontramos argumentos para contradizer a análise do autor, pois constatamos que havia, de fato uma doutrina de segurança integral peruana. Constatamos, também que os peruanos se valeram dos mesmos conceitos que serviram de base para a DSN brasileira (objetivos nacionais, potencial nacional, planificação, entre outros). Acreditamos que, por se pautarem numa leitura específica dos problemas sociais de seu país e por estarem inseridos numa estrutura produtiva menos industrializada, os peruanos elaboraram, de forma distinta dos brasileiros, a relação entre Forças Armadas e sociedade.

Victor Villanueva, em seu livro sobre o CAEM, esboçou em forma de anexo um paralelo entre a doutrina peruana e a brasileira. Utilizando principalmente a obra de Stepan e Einaudi (1971) como referência e o texto de Umberto Peregrino *O pensamento da Escola Superior de Guerra* (1966) como fontes sobre a doutrina brasileira, Villanueva apontou como similaridade mais evidente o objetivo do desenvolvimento nacional, além do marcado anticomunismo militar – generalizado pela América Latina, mas “patológico”, segundo o autor, no caso brasileiro²³². Com o objetivo de chamar atenção para as especificidades,

230Ibid.

231Ibid p. 36

232VILLANUEVA, **EI CAEM...** op cit p 237

principalmente quanto ao exercício do poder após os golpes, afirma: que a ESG brasileira tem uma aproximação clara das elites, posicionamentos liberais e decididamente pró-“yankees” e capitalistas, inclusive com posturas autoritárias – por não representarem os anseios populares – e ambições subimperialistas no continente; e que o CAEM teria marcado uma distância das oligarquias e enfrentado o imperialismo estadunidense assumindo um discurso “neutro” de “nem capitalismo, nem comunismo” e implementado reformas sociais e econômicas para atender às demandas populares²³³.

A pesquisa desenvolvida pelo historiador peruano Eduardo Toche Medrano²³⁴, cujo cerne é compreender o papel das Forças Armadas na organização do Estado-nação, trouxe uma contribuição importantíssima para pensarmos a DSI desenvolvida pelo CAEM. Para Toche Medrano, a elaboração de uma doutrina que priorizava o desenvolvimento nacional está relacionada à história do Exército peruano, especialmente quanto a sua presença nos extremos do país, notadamente nas regiões dos Andes e da Amazônia. De modo que as Forças Armadas incorporaram o papel de agente modernizador da nação, ou seja, deveriam “civilizar” as populações que não estavam inseridas nas instituições estatais e tampouco no discurso nacional. Tal inserção se dava através do serviço militar obrigatório, onde se ensinava desde a língua oficial (até 1968 apenas o espanhol), até mesmo noções de higiene. Portanto, o papel do CAEM como instituição elaboradora e promotora de uma doutrina militar focada no desenvolvimento, nada mais foi que a radicalização de uma função que a instituição tomara para si desde o fim do XIX, por influência da missão francesa.

Para Toche Medrano, o principal problema da DSI desenvolvida pelo general Marín no CAEM, era justamente o fato de não preocupar-se com um lugar para a sociedade civil/política no projeto de desenvolvimento nacional²³⁵. Conforme já indicamos, para o historiador peruano, a construção dos projetos políticos sustentados por argumentos “técnicos” que visavam o “bem comum”, apontava para uma leitura dos debates políticos – realizados pelos civis – como mera disputa por interesses particulares das oligarquias, que menosprezavam os interesses nacionais, dos quais os militares e técnicos seriam os verdadeiros conhecedores, pois agiriam em nome do desenvolvimento que beneficiaria a todos, especialmente as camadas mais pobres da população.

Para Dirk Kruijt, especialista em governos militares na América Latina na segunda metade do XX, para os quais cunhou o conceito de “exércitos políticos”, que corresponde às

233Ibid. p 229-240

234 TOCHE MEDRANO, **Guerra y democracia...** op cit

235 Ibid. p 108

Forças Armadas que acreditam que assuntos de governo são partes essenciais de suas funções e identificam o destino da nação ao da própria instituição armada, protegem a ordem, ou seja, o Estado e, por fim, incorporaram o desenvolvimento como objetivo fundamental de sua doutrina²³⁶. Em sua obra *La revolución por decreto: el Perú durante el gobierno militar* (2008), Kruijt investigou o governo militar progressista de Velasco Alvarado (1968-1975) desde a formação do grupo que tomou o poder, suas ideias, a luta pela implementação das reformas, até a ascensão de Morales Bermúdez em 1975 e a mudança radical e orientação do governo, retomando uma linha liberal até as eleições de 1980.

Para Kruijt, a doutrina militar peruana foi resultado do trabalho dos intelectuais militares, figuras surgidas após a Segunda Guerra Mundial que ocupavam as direções das escolas de formação para oficiais e dos serviços de inteligência, cuja função principal seria forjar a ideologia militar, conforme já vimos. Deste modo, o CAEM, seria uma instituição responsável pela elaboração doutrinária, tributária do pensamento do general Marín, inspirado pelas críticas ao capitalismo da Teologia da Libertação e da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), enquanto que a ESG brasileira teria sido sobretudo tributária do pensamento militar e do liberalismo estadunidense.

No entanto, embora o autor salientasse o caráter progressista da doutrina militar peruana, não deixava de ressaltar que esses militares, ao tomarem o poder em 1968, fizeram uma “revolução por decreto”, devido ao receio da mobilização popular e transpuseram a lógica de lealdades e hierarquias do quartel para as instituições burocráticas de governo, o que dificultou a identificação da população com a pauta doutrinária revolucionária.

Para o cientista político colombiano Francisco Leal Buitrago, a doutrina de segurança nacional (DSN) consiste numa “concepção militar do Estado e do funcionamento da sociedade, que explica a importância da 'ocupação' das instituições estatais por parte dos militares”²³⁷. Na América do Sul, segundo Leal Buitrago, esta doutrina não teria sido sistematizada de modo claro, contudo suas manifestações contribuíram para defini-la e, logo, compreendê-la. O autor colombiano destacou que o Brasil foi o primeiro país a elaborar uma lei de segurança nacional ainda em 1935, contudo, foi apenas nos anos 1950, que o oficial Golbery do Couto e Silva teria lançado uma definição de DSN.

Cabe mencionar a definição apresentada pelo coronel Golbery em 1955:

“Limitemo-nos, pois, ao âmbito mais restrito da política de segurança nacional,

²³⁶KRUIJT, *La revolución por decreto...* op cit p10-11

²³⁷ LEAL BUITRAGO, Francisco. La doctrina de Seguridad Nacional: materialización de la Guerra Fría en América del Sur. *Revista de Estudios Sociales*. Nº15 junio de 2003 p74-87

aquela já tantas vezes definida como visando a salvaguardar a consecução dos objetivos vitais permanentes da Nação, contra quaisquer antagonismos tanto externos como internos, de modo a evitar a guerra se possível fôr e empreendê-la, caso necessário, com as maiores probabilidades de êxito.”²³⁸

Esta definição de DSN de Golbery foi resultado de uma conferência na ESG em outubro de 1954, dois meses após o suicídio de Vargas, ou seja, durante forte comoção nacional. Este contexto pode ajudar a compreender o porquê do então tenente-coronel, ao mesmo tempo em que atribui a máxima responsabilidade do Estado pela SN, criticou a concentração de poderes nas mãos de um homem sob a justificativa de ameaça estrangeira. Outros exemplos dados por ele de concentração de poder sob a mesma justificativa de ameaças externas foram o bolchevismo soviético e o macarthismo²³⁹. Numa crítica velada ao intervencionismo getulista, o então tenente-coronel brasileiro afirmou que o Estado deveria concentrar-se no planejamento da segurança nacional e defendeu o planejamento democrático, que seria “a planificação ordenada e coerente, duradoura, flexível, compreensiva e, acima de tudo, honesta”²⁴⁰.

Para Leal Buitrago, durante os anos 1960 e 1970, diversos setores sociais latino-americanos denunciaram as DSN's como responsáveis pelos crimes e violações realizadas por militares, sem compreenderem de fato o significado de tais doutrinas. Em seu artigo, o autor apontou como as origens da DSN no Cone Sul: a influência dos EUA e seu *National Security Act* (1947)²⁴¹, o pensamento autoritário do espanhol J.A. Primo de Rivera²⁴² e a teoria da guerra revolucionária francesa e do impacto da revolução cubana. Explica ainda que a ideia de segurança nacional teve diferentes funções em cada país do Cone Sul: no Brasil, justificou o golpe contra o governo de João Goulart em 1964. No Peru, uma exceção, frisa o colombiano, os militares do CAEM criaram uma variante desenvolvimentista da DSN, que justificou os golpes de 1962 e 1968 contra o poder das oligarquias tradicionais atreladas ao capital internacional.

238SILVA, Golbery do Couto e. **Planejamento Estratégico...** op cit p25-26

239Ibid p.27

240 Ibid p.30.

241 O ato de Segurança Nacional, publicado em 1947, pode ser considerado a “declaração de Guerra Fria” estadunidense. Ele criou a CIA e estabeleceu um sistema de segurança responsável por vigiar dentro e fora das fronteiras estadunidenses a “ameaça” comunista. CONGRESS, U. S. The National Security Act of 1947. Decisions of the Highest Order: Perspectives on the National Security Council, approved July 26, 1947. disponível em: <https://legcounsel.house.gov/Comps/National%20Security%20Act%20Of%201947.pdf> acesso em 20 de setembro de 2014.

242José Antonio Primo de Rivera y Sáenz de Heredia (1903-1936) foi advogado e fundador da Falange Espanhola, grupo fascista que lutou ao lado do general Francisco Franco na Guerra Civil (1936-39). Fundação Nacional Francisco Franco - http://www.fnff.es/Jose_Antonio_capitan_de_Juventudes_1115_c.htm Acesso em 10 de novembro de 2014.

O cientista político Mario Monteforte Toledo foi enviado pelo Instituto de Investigaciones Sociales da Universidade Nacional Autônoma do México ao Peru em 1970 com o objetivo de compreender as transformações levadas a cabo pelo governo militar instalado em 1968. O resultado desta investigação foi o livro *La solución militar a la peruana 1968-1970*²⁴³, no qual o autor negou que o CAEM tivesse influenciado decisivamente os golpes de 1962 e 1968. Monteforte Toledo dissertou sobre o CAEM, amparado sobretudo em informações que lhe foram fornecidas pelo fundador da instituição – o general José del Carmen Marín Arista; logo, o trecho do livro dedicado à instituição quase que reproduz o discurso oficial.

Segundo o sociólogo mexicano, o CAEM contou com professores civis de diversas orientações ideológicas, porém não se tratava de um centro de doutrinação, mas de introdução aos problemas da realidade nacional. Os participantes do curso, depois de um período de dois meses em que estudavam conceitos básicos de economia, sociologia, teoria do Estado e métodos de pesquisa, focariam em um problema nacional a ser investigado a fundo, e o resultado de tal investigação deveria ser considerado para o planejamento de políticas públicas. E, ainda segundo Monteforte Toledo, até 1968 tais investigações eram solenemente ignoradas pelo governo, de modo que o trabalho desenvolvido pelo CAEM prestava-se sobretudo para a formação da consciência crítica sobre a realidade do país, fortalecendo a ideia de que a defesa nacional dependia do desenvolvimento socioeconômico. Para Monteforte Toledo, a contribuição do CAEM foi indireta ao ampliar os conhecimentos gerais dos militares e conduzir a uma postura mais questionadora. Segundo o autor, para muitos militares que participaram do governo instalado em 1968, o CAEM, enquanto instituição, fora superado pelas medidas da “revolução” e ficado à direita do processo; mas é justamente o CAEM antes da “revolução” que nos interessa aqui²⁴⁴.

Como verificamos o tema das doutrinas militares, é fulcral para a compreensão das políticas adotadas pelos regimes militares. Se alguns autores, amparados por arcabouço teórico gramsciniano, situam as doutrinas como ideologias e as escolas militares como centros produtores da tal ideologia; outros optam por compreendê-las dentro do universo da dinâmica das casernas, e de como se relacionaram aos projetos políticos encampados pelos militares quando estes tomaram o poder. No entanto, a partir dessas leituras, optamos por pensar as doutrinas como projetos que foram postos em prática e transformaram o processo histórico

243 MONTEFORTE TOLEDO, Mário. *La solución militar a la peruana 1968-1970*. México D. F.: Instituto de Investigaciones Sociales UNAM, 1973

244 Ibid p.43

dos dois países.

A bibliografia é unânime em vincular as doutrinas de segurança ao colonialismo francês e ao anticomunismo estadunidense, por isso analisaremos a relação entre a doutrina de segurança integral peruana e a de segurança nacional brasileira e àquelas desenvolvidas pelas Forças Armadas de França e EUA no próximo tópico.

2.2 - França e EUA: referências da guerra total à guerra revolucionária

Na virada do século XIX para o XX, diversos países da América Latina recorreram às missões europeias para organizar seus exércitos e marinhas nos moldes mais modernos de então. Naquele momento, tanto o Brasil como o Peru, por diferentes razões, optaram por missões militares francesas, o que não significa que foram unânimes e tampouco que corresponderam exatamente às expectativas dos anfitriões, mas nem por isso sua contribuição deixou de ser significativa.

No Brasil, a influência intelectual francesa começou ainda no XIX e contribuiu para a disseminação do positivismo e do republicanismo entre os militares; eram os oficiais chamados “doutores” ou “bacharéis”, segundo José Murilo de Carvalho, homens como Benjamin Constant ou Euclides da Cunha, que não lutaram no Paraguai, como Deodoro, mas que possuíam grande letramento, preocupação científica e um pacifismo militante, algo contraditório com a farda²⁴⁵.

A missão militar francesa, propriamente dita, chegou ao Brasil em 1920, após uma indecisão de cerca de quinze anos do governo brasileiro entre estes e os prussianos/alemães. A disputa entre as duas potências europeias pelo envio da missão militar explica-se pelo objetivo de colocar em sua zona de influência o maior país do Cone Sul e um mercado consumidor para os materiais bélicos²⁴⁶. A principal obra da missão francesa foi a profissionalização do oficialato, ao criarem cursos para o acesso ao Estado-Maior, colocaram efetivamente nas mãos dos militares o planejamento e o controle dos currículos para o acesso à carreira militar²⁴⁷.

Segundo Frank D. McCann, a missão francesa deixou os militares brasileiros com a sensação que haviam se modernizado, e lhes dera ainda o “endosso às suas inclinações a

245 CARVALHO, Forças Armadas e política...op cit p26

246 DOMINGOS, Manuel. A disputa pela missão que mudou o Exército. In: **Estudos de História**. Franca, vol8 nº1 2001 p197- 216

247 SANTOS, Miriam de Oliveira. **Berços de heróis: o papel das escolas militares na formação de “salvadores da pátria”**. São Paulo: Annablume, 2004.

intervir na sociedade a fim de moldar melhores filhos para a pátria” e ainda a “convicção de que poder militar e desenvolvimento nacional eram intimamente ligados”²⁴⁸. No entanto, segundo o mesmo autor, posteriormente, o treinamento francês foi criticado por não ter sido útil na contenção da Coluna Costa-Prestes nas décadas de 1920-30 e também por ter desviado a atenção brasileira da fronteira amazônica, especificamente da Guiana Francesa, convencendo os militares brasileiros a concentrarem-se numa possível ameaça argentina²⁴⁹.

2.2.1 O caso peruano

No Peru, a missão francesa chegou em 1896, após o fim da Guerra do Pacífico (1879-1881), na qual, junto com os bolivianos, foram derrotados pelo Chile. Esta guerra foi seguida de uma série de conflitos internos até 1895, ao cabo dos quais teve início o processo de modernização das Forças Armadas peruanas. Segundo o historiador peruano Eduardo Toche Medrano, a opção pela França teve motivações diversas, somaram-se: a transposição para a América da rivalidade franco-prussiana, uma vez que o Chile havia escolhido antes a Prússia como referência modernizadora, a doutrina militar francesa que defendia o afastamento dos militares da política – este envolvimento era apontado como importante fator da derrota para os chilenos e também pela idêntica reivindicação de retomada dos territórios perdidos, no caso francês, a Alsácia-Lorena e, para os peruanos, todo o território ao sul de Tacna, perdido para o Chile²⁵⁰.

Toche Medrano mostra ainda como a ação colonialista francesa estava sintonizada com o desejo dos militares peruanos de “nacionalizar” o Peru. Uma das explicações para a derrota que sofreram para os chilenos foi a ausência de nacionalismo nas populações indígenas, que não se engajaram no conflito em nome de sua “pátria”, assim cabia às Forças Armadas, especificamente ao Exército, única instituição do Estado que abarcava todo o território, desenvolver este sentimento nos indígenas, pois segundo a ótica militar, as oligarquias falharam em fazê-lo. Deste modo, os militares peruanos tiveram de manejar os conceitos de nação – cívico-territorial e étnico-genealógico – para, a partir de sua presença na Amazônia e nos Andes, “levar a presença Estado” aos índios e tentar incorporá-los à “nação”²⁵¹.

248MCCANN, Frank. D. **Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro, 1889-1937**. São Paulo: Cia das Letras, 2007 trad. Laura Teixeira Motta. p.326

249Ibid p.273

250 TOCHE MEDRANO, **Guerra y democracia...** op cit p 25.

251 Ibid p.42

Segundo Villanueva, os manuais franceses eram traduzidos e ensinados acriticamente no Peru, o que não significa que fossem assimilados desta forma pelos oficiais²⁵². O autor aponta que o maior problema era a ausência de orientações sobre estratégias de combate em condições locais. O exemplo emblemático citado por ele era a ausência de discussões sobre combates em territórios selváticos, apesar do fato de a França, no início do XX, possuir colônias na Indochina – Villanueva aponta esta falha justamente uma das causas da perda daquelas colônias. Deste modo, as orientações francesas, que priorizavam a utilização de grandes e pesadas unidades, não eram adequadas à realidade dos contingentes peruanos e, ademais, não consideravam as especificidades de combate tanto na selva como nos Andes.

Segundo o autor, o embate no deserto foi o único tipo de teatro de guerra dominado pelos franceses útil para os peruanos, na avaliação de Villanueva, pois os franceses desenvolveram técnicas para a ocupação do norte da África e os peruanos almejavam retomar os territórios desérticos perdidos para o Chile.

Neste aspecto, cabe salientar que a interpretação de Villanueva vai de encontro à versão contida na publicação oficial – *Compendio de la Historia General del Ejército del Perú: 3000 anos de historia* – produzida pela Comissão Permanente de História do Exército em 2001. Segundo esta obra, a contribuição dos franceses teria se somado à tradição peruana, possibilitando as vitórias nas escaramuças de *La Pedrera* (1911), contra a Colômbia e *Zarumilla*, contra o Equador (1941), ambas ocorridas em territórios selváticos²⁵³.

No entanto, Villanueva atribui o “espírito econômico” do Exército à influência francesa, que aprendeu a economizar recursos materiais, pois seus tutores lhes transmitiram o trauma da falta de abastecimento sofrido em 1914-8, de modo que os peruanos aprenderam a maximizar os recursos materiais e humanos e também a analisarem a atuação do Estado de maneira mais ampla e como esta influía nas condições materiais do Exército, mas, segundo o autor, se ressentiam de uma ampla leitura estratégica²⁵⁴.

Para o professor emérito de história da Universidade de Portland, Frederick Nunn, a doutrina desenvolvimentista dos militares peruanos foi consequência da influência francesa²⁵⁵.

252 VILLANUEVA, *El CAEM y la revolución...* op cit p24-25

253 COMISSIÓN PERMANENTE DE HISTÓRIA DEL EJÉRCITO. *Compendio de la história general del Ejército del Peru: 3000 años de Historia*. Vol2. Lima: Oficina de Información del Ejército, 2001 p.239

254 Muitos autores fazem as mesmas referências às consequências da influência francesa no exército peruano: KRUIJT, *La revolución...* op cit p.85-87; RODRÍGUEZ BERUFF, *Los militares...* op cit p.42-47; TOCHE MEDRANO, *Guerra y democracia* p 25-34 e VILLANUEVA, *El CAEM y la revolución* op cit p 24-29.

255 NUNN, Frederick. M. Professional Militarism in Twentieth-Century Peru: Historical and Theoretical

Para Nunn, a ideia de que os militares deveriam ser agentes modernizadores surgira na França, especialmente em sua ação colonizadora no norte da África e no sudeste asiático, de modo que os peruanos teriam incorporado esta idéia, adaptando-a a seu próprio contexto. Assim, os indígenas e camponeses conscritos seriam “civilizados” nos quartéis, onde teriam acesso a cultura (nacionalismo) e a democracia (igualdade de oportunidades para ascensão). Além disso, o progresso material da nação via reforma agrária e integração nacional (construção de estradas) seriam alcançados pelo engajamento militar. Nunn percebeu a influência exercida em muitos militares peruanos pela obra do oficial francês Louis Hubert Gonzalve Lyautey “*Du rôle social de l'officier*”, publicada em 1891 na *Revue des Deux Mondes*; já o primeiro divulgador da função social do Exército no Peru foi o tenente-coronel Manuel Morla Concha que em 1933 publicou o ensaio “*Funcion social del ejercito peruano en la organizacion de la sociedad*”²⁵⁶.

Consideramos o artigo do tenente-coronel francês Lyautey uma importante fonte para a compreensão da “missão civilizatória” que se autoincumbiu o Exército peruano. O militar respondeu a uma importante questão para o Estado francês no fim do século XIX: qual aspecto da empresa colonialista merecia mais atenção: o militar ou o civil-administrativo? Para o tenente-coronel, a empresa colonial tinha demandas próprias que perpassavam tanto a organização militar quanto as necessidades do administrador civil, de modo que eram tão particulares devido às condições de cada colônia que deveriam ser tratadas sob um ponto de vista específico, nem exclusivamente militar, tampouco apenas civil-administrativo, mas diretamente como questões coloniais que abarcariam as duas formas de organização sem hierarquizá-las, utilizando-as à medida que se fizessem necessárias²⁵⁷.

Para Lyautey, a empresa colonialista deveria levar o desenvolvimento a outras terras, de modo que os colonizados pudessem aproveitar e, portanto, defender os benefícios da presença francesa. Além disso, o próprio soldado francês seria beneficiado, à medida que aprenderia novos ofícios em terras estrangeiras, sendo aproveitado também como mão de obra, e assim teria um ofício quando desmobilizado²⁵⁸. Estes aspectos da missão colonizadora francesa que aparecem no artigo de Lyautey articulam-se perfeitamente com as ações do Exército peruano nas regiões de fronteira nas décadas de 1920 e 1930 apontadas por Toche

Background to the Golpe de Estado of 1968. *The Hispanic American Historical Review*, vol. 59, nº3 August, 1979, p. 391-417

256 Ibid.

257 LYAUTEY, Hubert. Du rôle colonial de l'armée. *Revue de Deux Mondes*. Janvier, 1900 p.308-328

258 Ibid.

Medrano²⁵⁹.

No que se refere ao CAEM, a influência francesa pode ser identificada pelo pensamento de seus dois primeiros diretores, os generais Jose del Carmen Marín Arista e Romero Pardo Marcial. Segundo Toche Medrano, a grande marca carregada por Marín em sua formação francesa e transmitida ao CAEM foi seu método científico para a compreensão dos problemas nacionais, nas palavras do historiador:

*“Desde aquél momento, podría decirse que Marín adquirió conocimientos que transmitían los franceses, seguramente a comportarse de acuerdo con sus reglas, pero también, y fundamentalmente, a pensar como ellos. En ese sentido, fue talvez el producto más cercano al oficial perfecto que imaginaban sus instructores. Lo paradójico de la situación es que haya sido un oficial de este corte el que construyera los instrumentos doctrinarios a partir, precisamente, de los límites insuperables a los que había llegado el modelo impuesto por los franceses, y que generara una doctrina que se fundamentaba en la autonomía y la distancia que debía establecerse con las potencias extranjeras.”*²⁶⁰

Diferentemente de Toche Medrano, acreditamos que, justamente por ter compreendido a lógica militar colonialista francesa, o General Marín identificou claramente a falha da política de Estado peruana, ou seja, a ausência de planejamento para o desenvolvimento nacional decorrente, também, da profunda ignorância a respeito dos problemas vividos no interior do território. Daí a militância desse general no sentido de que os militares se dispusessem a conhecer profundamente a realidade nacional.

O segundo diretor do CAEM, o general Romero Pardo Marcial, também teve fortes ligações com o Exército francês: visitou a ocupação francesa na Argélia, onde teve contato com as práticas colonialistas, inclusive com a doutrina da guerra total, que difundiu no seu país. Em 1944, foi publicado um livreto de sua autoria intitulado *La Guerra Total*, contendo dois artigos, o primeiro de 1941 sobre *El concepto moderno de defensa nacional* e o segundo de 1942, *La guerra total y la movilización integral*, escritos anos antes mesmo da existência do CAEM, mostram que alguns temas já estavam candentes nos anos 1940 e, ao mesmo tempo, explicam algumas concepções doutrinárias posteriormente divulgadas pela escola²⁶¹. Para Romero Pardo, a guerra total era um fenômeno novo, que envolvia não apenas os Exércitos, mas toda a nação em caso de conflito:

“Políticos, militares, homens de negócios, publicistas, proclaman a una voz que la defensa nacional es hoy día “total” y que para asegurarla es indispensable preparar la entrada en acción de todos los recursos del país.

259 TOCHE MEDRANO, *Guerra y democracia...* op cit

260 Ibid p105.

261 PARDO MARCIAL, Romero. *La Guerra Total*. Lima: Imprensa de la Escuela Militar de Chorrillos, 1944

*He aquí, pues el interés que hay en divulgar los conocimientos sobre la guerra moderna; sobre esa guerra que se desarrolla hoy entre naciones enteras y que implica fundamentalmente una competencia de **materiales** em sus aspectos cualitativos y cuantitativos; sobre esa guerra que se há vuelto científica, sobre esa guerra que recurre a todos los medios, incluso a la mentira, el “chantaje”, la hambruna. Es preciso, pues, revisar y modernizar, por decirlo así, nuestra antigua concepción de la guerra, agrupando em una ciencia todos los conocimientos relativos a esse fenómeno. No basta ya con perseguir la educación militar y tecnica de los institutos armados; esto resulta hoy absolutamente insuficiente; es necesario propender, también hacia la **instrucción y la educación moral del pueblo**, a fin de fortificar en él la **convicción de que la defensa nacional, es condición absoluta de toda independencia política.**” (Grifos no original)²⁶².*

Nesta apresentação da doutrina de guerra total feita pelo general Romero Pardo Marcial, realizada originalmente na Revista Militar em 1941, ou seja, pouco menos de dez anos antes da abertura do CAEM, percebemos algumas características que marcaram o instituto anos depois, a começar com a preocupação em educar os cidadãos para a defesa nacional. O uso do conceito de “defesa nacional” também deve ser destacado, uma vez que no Brasil, desde 1935, a questão da segurança nacional, com consequente combate ao inimigo interno já estava em pauta, enquanto que, no Peru, havia a proposta em educar o cidadão para que ele se jogasse na defesa de sua nação em caso de necessidade. Outro aspecto destacado na própria publicação é a preocupação com a independência política do país – os peruanos, claramente, estavam desconsertados com a ocupação da França, pois se a nação que até então tinham como referencial para formação militar sofrera uma humilhação tão fragorosa, como procederiam dali por diante? Por esta razão, na sequência de seu texto, Romero Pardo ocupou-se da mobilização para a guerra, ou seja, da estruturação da sociedade para o esforço bélico.

Tal necessidade de encontrar alternativas para o Peru mediante o falimento do modelo francês, Romero Pardo, depois de analisar as quatro frentes de mobilização (militar, diplomática, econômica e interna), encerrou o segundo artigo da publicação *La guerra total*, analisando um trecho do teórico militar alemão Edwel Banze, de 1932, no qual este autor, no esteio das ideias nazistas, defendia o ensino da ciência militar e o valor da guerra para libertar sua pátria do jugo estrangeiro simbolizado pelo Tratado de Versalhes. Pardo Marcial criticou o que chamou de “programas semibárbaros” do nazismo, no entanto, colocando tal programa numa “escala humanizada”, a ideia de “formar uma consciência e lutar por seu ideais” lhe pareceu uma base concreta para a construção da nação²⁶³.

Segundo o sociólogo Rodríguez Beruff, a guerra total foi um conceito desenvolvido na

262Ibid. p10

263Ibid p.50

Europa durante a Primeira Guerra, mas divulgado na América Latina com força durante o segundo conflito mundial²⁶⁴. A ideia central consiste em planejar o direcionamento de todas as forças do país para o esforço bélico ainda nos tempos de paz; isso resultaria de um lado numa militarização cada vez maior da sociedade civil – radicalizado no caso do fascismo –, e, de outro, na ocupação por militares de tarefas governamentais administrativas, pois os esforços sociais e o aparato produtivo, pensados dali em diante, como definidores do sucesso bélico. Deste modo, naquele momento particular em que os franceses e americanos estavam mergulhados na mobilização da Segunda Guerra, os peruanos se apropriaram da doutrina da guerra total para, posteriormente no CAEM, desenvolver sua doutrina particular, a doutrina da segurança integral.

2.2.2 O caso brasileiro

A doutrina da guerra total também fez parte do arcabouço de ideias presentes na ESG, a partir do esforço de mobilização da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra. O conceito e o esforço de mobilização foram reforçados no treinamento oferecido pelos estadunidenses, que aproximou os brasileiros da dimensão do seu poderio militar. A consciência do poder bélico estadunidense despertou os brasileiros para um patamar mais elevado do desenvolvimento industrial e econômico para os novos enfrentamentos militares.

Assim como Rodríguez Beruff²⁶⁵ para o caso peruano, Francisco César Ferraz²⁶⁶ enfatizou a importância da mobilização, parte fundamental da doutrina da guerra total, para a formação doutrinária da ESG. Daí as muitas conferências ministradas ao longo das décadas de 1950 e 1960, intituladas “mobilização” econômica, financeira, industrial etc. – que analisaremos mais detidamente no capítulo sobre planejamento e desenvolvimento – terem sido fundamentais para relacionar desenvolvimentismo e o ideário liberal na ESG.

Se, diferentemente do CAEM, cuja influência francesa foi o embrião do pensamento desenvolvimentista, na ESG, a preocupação com aspectos da planta produtiva e do planejamento foi originado na experiência da Segunda Guerra, sob influência estadunidense. Segundo Francisco Ferraz eram o método e o nível de organização estadunidense que os brasileiros almejavam incorporar em primeiro lugar.

Os militares brasileiros, mesmo próximos aos estadunidenses, continuavam a ver a

264RODRIGUEZ BERUFF, **Los militares...** op cit

265Ibid.

266FERRAZ, **À sombra...** op cit

França como uma grande referência intelectual, ao ponto de chamarem a ESG de “*Sorbonne brasileira*”. Segundo Shiguenoli Miyamoto, o discurso que a instituição construiu sobre si mesma como reduto da *intelligentsia* brasileira, especialmente durante o governo Castelo Branco (1964-1967), influenciou de certo modo aqueles que a estudaram durante muitos anos²⁶⁷. A alcunha da escola superior militar causou estranhamento ao professor da *Sorbonne* francesa, Raymond Aron, que esteve no Brasil em 1969 e não teria compreendido o motivo de tal comparação²⁶⁸.

A maior aproximação entre militares brasileiros e estadunidenses, se comparados às outras Forças Armadas do continente, se explica pelo fato do Brasil ter sido o único país da América do Sul a enviar tropas para lutar sob seu comando na Segunda Guerra. De acordo com general Cordeiro de Farias, primeiro comandante da ESG, esta proximidade foi fundamental para a criação da Escola Superior de Guerra²⁶⁹. A ida do General César Obino, chefe do Estado Maior das Forças Armadas, ao *National War College*, nos EUA, para avaliar a possibilidade de implantação daquele modelo de formação aos militares brasileiros – que foi uma referência importante para um projeto, seguiu-se de uma visita da missão estadunidense ao Brasil entre setembro e outubro de 1948, para ajudar a organizar uma escola de formação para o Estado Maior. A proximidade dos militares estadunidenses da ESG era física: até a década de 1970 mantiveram um oficial norte-americano como parte do corpo docente permanente²⁷⁰.

2.2.3 A influência militar dos EUA na América Latina

A influência militar estadunidense na América Latina se fez sentir gradualmente, à medida que ganhava status de potência mundial. Para o oficial do Exército chileno e doutor em estudos americanos pela Universidade do Chile, Jonh E. Griffiths Spielman²⁷¹, a Doutrina Monroe, ainda em 1823, mesmo sendo uma declaração unilateral de política externa, foi uma primeira diretriz militar pensada para o continente: estava vedada a interferência europeia, caso se chocasse com os interesses estadunidenses, o que não foram os casos: da ocupação

267 MIYAMOTO, Shiguenoli. Escola Superior de Guerra: mito e realidade. *Revista de Ciências Sociais*. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS. Porto Alegre v 2, nº1 p.3-29 1988

268 CONTREIRAS, Hélio. Militares rejeitam antiga doutrina da ESG. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 9 de fevereiro de 1986. disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R09612.pdf> acesso em 15 de setembro de 2012

269 FARIAS, *Meio século...* op cit p410

270 ROCHA, *A evolução dos conceitos...* op cit p29

271 GRIFFITHS SPIELMAN, Jonh E. *Teoría de la seguridad y defensa en el Continente Americano*. Santiago: RIL, 2011. p83

britânica das Malvinas em 1833; a francesa nas repúblicas platinas em 1838 e no mesmo ano no México, e depois novamente em 1862; a espanhola no Peru em 1865; apenas para citar algumas ocupações europeias na América pós-doutrina Monroe. No início século seguinte, em 1904, o corolário Theodore Roosevelt, mais conhecido como política do “Big Stick”, era a declaração do monopólio da violência daquele país sobre o continente, especialmente sobre seus vizinhos mais próximos da América do Norte e Central²⁷². Décadas mais tarde, após a Crise de 1929, os EUA passaram a aspirar aos países latinoamericanos como mercados potenciais para seus produtos e também se esforçaram para convencer a classe trabalhadora de que a saída bolchevique não era melhor resposta à crise do capitalismo. Por essas razões, a partir de 1933, com a Política da Boa Vizinhança, as estratégias de aproximação dos estadunidenses com seus vizinhos foram mais diversificadas, atingindo áreas desde a cultura (com filmes, programas de rádio e revistas) até a militar, que nos importa mais aqui.

O período de vigência da política da Boa Vizinhança, dos anos 1930 até o final da Segunda Guerra, caracterizou-se pela intensificação do anticomunismo e do discurso da segurança hemisférica. Nesta época, aconteceu uma espécie de “divisão de tarefas” entre as Forças Armadas latino-americanas e a estadunidense: as primeiras se ocupavam cada vez mais do tema da segurança, enquanto a segunda dedicava-se à defesa. São marcos desta nova tarefa para as Forças Armadas latino-americanas: a Conferência Especial Interamericana para a Manutenção da Paz (1936), a Junta Interamericana de Defesa (1942), o Tratado Interamericano Assistência Recíproca (TIAR) e o *National Security Act* (ambos de 1947).

Neste quadro do pós-Segunda Guerra, no mesmo ano de 1947, despontou nos EUA a doutrina Truman, que reforçava a defesa da humanidade adepta do “mundo livre” contra a “ditadura comunista” e, em seu esteio, a concepção de que todo o continente americano se tornava área de segurança dos EUA. Surge então uma “estratégia de guerras limitadas e locais”, cujo principal instrumento era o conceito de “segurança nacional” visando combater o comunismo em outros países²⁷³.

Para Jorge Tapia Valdés, na segunda metade dos anos 1950, a política externa dos EUA se militarizou devido a três fatores: a) avanço tecnológico militar e, com ameaça de uma guerra nuclear, a diplomacia passou a ser instrumento principal impor interesses antes de chegar às vias de fato; b) a ascensão de novos atores no cenário internacional: China

²⁷²Ibid p.84

²⁷³ TAPIA VALDÉS, *El terrorismo de Estado...* op cit p49

Comunista, o Bloco Europeu e o “Terceiro Mundo”, com a conferência de Bandung²⁷⁴ e suas reivindicações por justiça, exibindo as contradições do liberalismo de 1789 e, ao mesmo tempo, os limites do socialismo de 1917; e, por último, c) a difusão e legitimidade do ideário de democracia e igualdade social que inspiraram a luta contra o Eixo, que a partir da criação da ONU em 1948, ganharam uma tribuna internacional²⁷⁵.

Após a Revolução Cubana em 1959 e o fracasso das tentativas estadunidenses de arrefecer os ânimos nacionalistas em Cuba (inclusive pela violência como em 1961, no caso *Playa Girón*), os EUA decidiram lançar uma nova frente de combate ao comunismo, incentivando o desenvolvimento nacional nos marcos do capitalismo; este era o eixo da Aliança para o Progresso. Todavia, o preço dos investimentos prometidos pela Aliança para o Progresso, segundo o militar-pesquisador chileno Griffiths Spielman, era a adesão à doutrina de segurança nacional (DSN). Griffiths Spielman destacou que a DSN e a Aliança para o Progresso compartilhavam o objetivo de conter o comunismo no continente considerado a área de segurança dos EUA, reforçando a ideia de segurança continental ou hemisférica, especialmente treinando as Forças Armadas do Continente para identificarem e combaterem conflitos de “baixa intensidade”²⁷⁶. O problema de identificar na Revolução Cubana de 1959 o estopim das políticas de segurança interna, como fez Griffiths Spielman, é que desconsiderar eventos como a “intentona” comunista de 1935 no Brasil ou o levante de Trujillo em 1932 no Peru, que nos mostram que os militares latino-americanos já tinham experiências de combate ao comunismo e, mais que isso, a consciência que tais movimentos eram ameaças à integridade institucional militar. Portanto, não foram os fuzilamentos de militares acusados de crimes contra o povo e a dissolução das Forças Armadas cubanas pré-revolucionárias que despertaram o anticomunismo nas Forças Armadas peruanas e brasileiras, o episódio cubano pode tê-lo amplificado, à medida que tornava a hipótese do “comunismo na América Latina” algo factível, mas era uma característica já presente nos militares.

274 A conferência de Bandung (Indonésia) aconteceu em 1955 e reuniu 29 chefes de Estado de países do chamado Terceiro Mundo, que demarcaram distância da Guerra Fria. Denunciaram o colonialismo e o racismo das potências hegemônicas e dos países desenvolvidos. Este evento marcou o surgimento de novos atores na política internacional: os países do “terceiro mundo” que buscavam defender seus interesses de maneira autônoma. Esta conferência foi o primeiro passo do bloco dos países não alinhados. KOCHER, Bernardo. De Bandung a Bagdá: cinquenta anos de história e economia política do Terceiro Mundo. **Anais Eletrônicos do XI Encontro Regional de História. Rio de Janeiro, ANPUH - RJ, 2004** disponível em: <http://www.hri.uff.br/textos/terceiro%20mundo/bernardo2.pdf> acesso 20 de setembro de 2013

275 TAPIA VALDÉS, **El terrorismo de Estado...** op cit p45-47

276 GRIFFITHS SPIELMAN, **Teoría de la seguridad...** op cit101

2.2.4 A presença dos franceses na formação dos militares peruanos e brasileiros

No entanto, apesar aproximação das Forças Armadas estadunidenses dos latino-americanos, a doutrina da guerra revolucionária ensinada nos anos 1950 e 1960, era também de origem francesa. Esta nova doutrina se constituiu durante a experiência francesa de luta no Vietnã e na Argélia e foi utilizada, junto ao ideário estadunidense da segurança hemisférica, para fomentar o golpismo militar na América Latina.

Segundo o artigo de João Roberto Martins Filho *A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos 1960*²⁷⁷, quando os estadunidenses declaradamente se engajaram na luta antissubversiva a partir do Memorando de Ação da Segurança Nacional 124 em 1962, na administração John Kennedy, militares brasileiros e argentinos – e também os peruanos – já estariam bem familiarizados com o tema. Mas, lembremos que os estadunidenses já agiam no sentido de derrubar governos acusados de comunismo havia algum tempo, por exemplo, o golpe sofrido pelo governo reformista de Jacobo Arbenz na Guatemala em 1954.

Martins Filho, explica que a partir de 1954, com a derrota em Dien-Bien-Phu e do início da guerra na Argélia (ambos no mesmo ano do golpe na Guatemala), o Exército francês formulou uma nova doutrina militar focada nos combates coloniais – era a doutrina de Guerra Revolucionária²⁷⁸. O marco da entrada de tal doutrina na ESG foi, segundo o autor, a conferência do coronel Augusto Fragoso em 1959, e, no CAEM, o primeiro manual encontrado sobre este tema é numa conferência de 1959, traduzida de um artigo publicado em 1957.

Esta doutrina, assim como a da guerra total, também contribui para certo apagamento – numa só via – de fronteiras entre militares e civis, à medida que legitimava àqueles a se apropriarem de tarefas destes a título de combaterem a subversão. Outra vantagem da doutrina da guerra revolucionária para os militares latino-americanos era colocar o continente no centro da Guerra Fria, atribuindo-lhes protagonismo na luta entre a “liberdade” e o “totalitarismo”.

O cientista social Martins Filho reproduziu a seguinte definição de guerra revolucionária, que consta originalmente no manual do Estado Maior das Forças Armadas:

277 MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, nº 67, 2008 p. 39-50

278 Ibid.

“É a guerra interna, de concepção marxista-leninista e de possível adoção por movimentos revolucionários diversos que – apoiados em uma ideologia, estimulados e, até mesmo auxiliados do exterior –, visam à conquista do poder através do controle progressivo, físico e espiritual da população sobre que é desencadeada, desenvolvendo-se segundo um processo determinado, com ajuda de técnicas particulares e da parcela da população assim subvertida.”²⁷⁹

Assim, as guerras total e revolucionária se complementavam: se a primeira permitia aos militares organizar a sociedade para prover a nação de meios materiais (indústria, estradas, infraestrutura etc.) e imateriais (patriotismo, orgulho) em caso de deflagração de conflitos externos, a segunda transpunha o conflito para plano interno às fronteiras, colocando a própria população como alvo, caso esta demonstrasse qualquer insatisfação com o capitalismo e/ou liberalismo. Dessa forma, a doutrina de guerra revolucionária, desenvolvida particularmente para conter as rebeliões nas colônias francesas, encontrou terreno fértil no ambiente da Guerra Fria fomentado pelos EUA na América Latina.

O historiador Rodrigo Nabuco de Araújo²⁸⁰ estudou a formulação da doutrina de guerra revolucionária pelos franceses como uma forma de reconquistarem o mercado latino-americano, uma vez que não era possível disputar em condições de igualdade com os estadunidenses, optaram por uma doutrina militar que garantia à América Latina um lugar de protagonismo na Guerra Fria, lutando contra o inimigo interno. Para Araújo, a doutrina francesa foi fruto de uma reflexão dos oficiais sobre a derrota que sofreram na Indochina, que a partir desta experiência passaram a reivindicar a valorização do Exército francês junto aos colonos (com ações cívicas), enfatizar a guerra psicológica, e a fundir as funções militares às de policiamento aumentando a vigilância sobre a população. Portanto, a influência da doutrina militar francesa harmonizou-se com a doutrina militar e o treinamento estadunidense.

2.2.5 A aproximação dos militares peruanos e brasileiros dos norte-americanos

Segundo os dados apresentados por Valdés Tapia, Rodríguez Beruff e Griffiths Spielman²⁸¹, Brasil e Peru estiveram entre os países que mais receberam verbas e ajuda militar estadunidense para a contenção de guerrilhas. O jurista Valdés Tapia informa que entre 1950 e 1976, 8657 brasileiros e 7201 peruanos foram treinados pelo South Command no Canal do Panamá; de acordo com o mesmo autor, os dois países também foram os que mais receberam

279 ESTADO MAIOR das FORÇAS ARMADAS APUD MARTINS FILHO,. A influência doutrinária francesa... op cit p. 44.

280 ARAÚJO, Rodrigo Nabuco de. A influência francesa dentro do Exército brasileiro (1930 – 1964): declínio ou permanência?. *Esboços-Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC*, v. 15, n. 20, 2009.p. 245-273,

281 TAPIA VALDES, *El terrorismo...* op cit; RODRÍGUEZ BERUFF, *Los militares...* op cit e GRIFFITHS SPIELMAN, *Teoría de la seguridad...* op cit

ajuda militar financeira: até 1966, o Brasil recebeu 374 milhões de dólares; enquanto o Peru, 134,3 milhões de dólares; entre 1965 e 66, os montantes de ajuda militar cresceram consideravelmente, o Brasil recebeu neste biênio 579 milhões de dólares e, o Peru, 187,6 milhões de dólares. Valdés Tapia utilizou como fontes de suas informações as obras de Alain Joxe *Las fuerzas armadas y el sistema político chileno* (1970) e Michael Klare *Supplyin repression* (1977). Valdés Tapia inclusive teceu a seguinte relação entre o desenvolvimentismo da Aliança para o Progresso e a DSN: o objetivo da primeira seria tornar o país autossuficiente na segunda, ou melhor, os investimentos estadunidenses para infraestrutura e industrialização visariam a sustentabilidade da repressão e também evitaria que a potência do norte assumisse o papel de interventora²⁸². No entanto, este posicionamento do autor minimiza a autonomia dos militares brasileiros e ignora o desejo de transformarem o país em potência, que ambicionavam pelo menos desde a Segunda Guerra.

Valdés Tapia²⁸³, assim como René Armand Dreifuss²⁸⁴, também enfatiza o uso do treinamento “técnico” dos estadunidenses para doutrinação política. A doutrinação política dos latino-americanos seria feita pela “inoculação do *american way of life*” por meio da convivência e da sociabilidade; além disso, da ratificação ideia de “incompetência” civil e da fraqueza dos regimes democráticos para conter o avanço comunista. No entanto, não podemos analisar os militares brasileiros e peruanos como tábulas rasas, nos quais estas ideias entrariam sem o mínimo de problematização. Assim, compararemos como o combate à subversão foi elaborado tanto no CAEM como na ESG.

Rodríguez Beruff também indicou que os países que mais receberam ajuda militar estadunidense nas décadas de 1950 e 60 foram, respectivamente, Brasil e Peru. O autor utilizou tabelas publicadas pela *Latin American and Empire Report* (1972) e o por outros autores²⁸⁵. Segundo os dados por ele apresentados, entre 1950 e 1968, 5671 oficiais brasileiros e 4444 oficiais peruanos foram treinados por estadunidenses, incluindo treinamentos oferecidos dentro destes países; havia ainda os créditos cedidos para estes países, especialmente para o setor militar – no mesmo período foram de 209,7 milhões de dólares e 81,9 milhões de dólares, respectivamente. Apesar de tanto investimento, Rodríguez Beruff

282TAPIA VALDES, **El terrorismo...** op cit p69

283 Ibid p.88

284 DREIFUSS, **1964...**op cit p 79

285 As referências dadas por Rodríguez Beruff são: “US Military and policy operations in Third World” in *Latin America and Empire Report*, vol 4, nº1 enero 1972; Milies D. Wolpin *Military aid and counter-revolution in third world*, DC Heath, Lexington, Massa, 1972 e Charles Wolf Jr *United States Polticy and Third World* Little Brown & Co. Boston y Toronto, 1967. RODRÍGUEZ BERUFF, **Los militares...**op cit p 86.

não acredita que o oficialato peruano tenha absorvido de modo acrítico as posições dos estadunidenses, ao contrário, para o sociólogo porto-riquenho, os peruanos usavam as posições estadunidenses sobre os perigos da subversão para legitimar as suas próprias concepções sobre como combatê-lo²⁸⁶.

Apesar da “ajuda” militar, cujos montantes só perdiam para os brasileiros, os militares peruanos tinham uma relação mais distante “dos irmãos do norte”. Rodríguez Beruff, Toche Medrano e Kruijd²⁸⁷, cada um a seu modo, compararam a influência que franceses e estadunidenses teriam tido na formação militar dos peruanos, mais especificamente, na geração de oficiais que organizou o golpe de 1968. Apesar das divergências, os autores são unânimes quanto ao peso do investimento financeiro em treinamento estadunidense e das ideias francesas. Especificamente sobre o CAEM, para Rodríguez Beruff, incorporava a doutrina estadunidense à medida que servia para legitimar a sua elaboração, apropriando as ideias seletivamente, diferentemente da ESG-Peru, onde as ideias estadunidenses eram hegemônicas e, curiosamente, os oficiais eram mais radicais, à medida que acreditavam que caso não fizessem as transformações sociais necessárias, os comunistas as fariam²⁸⁸. No entanto, Toche Medrano, ao verificar a formação dos “radicais” do governo Velasco, percebe que a maioria deles estava na ESG-Peru no momento do golpe, no entanto, muitos cursaram ou lecionaram no CAEM, de modo que o oficialato peruano circulou entre as duas instituições e em ambas havia francófilos e americanófilos; e a diferença entre as escolas era o objetivo e o perfil da formação²⁸⁹.

A influência estadunidense junto ao CAEM pode ser aferida na presença da mensagem do presidente John Kennedy ao Congresso de seu país no curso da escola peruana em 1967, com claros sinais de uma apropriação particular das orientações de sobre defesa vindas do país do norte. A mensagem de Kennedy data de 28 de março de 1961 e seu tema central é o orçamento de defesa. O participante do curso do CAEM de 1967 grifou uma série de passagens do discurso sobre o papel do desenvolvimento e do aumento da produção para a defesa da nação, uma das mais interessantes “*los problemas que el mundo se enfrenta hoy no son susceptibles de una solución militar.*”²⁹⁰.

286 Ibid p.87

287 RODRÍGUEZ BERUFF, **Los militares...**op cit; TOCHE MEDRANO, **Guerra y democracia...**op cit e KRUIJT, **La revolución por decreto...**op cit

288 RODRÍGUEZ BERUFF, **Los militares...**op cit p89

289 TOCHE MEDRANO, **Guerra y democracia...**op cit p.122

290 KENNEDY, John. Mensaje al Congreso de los Estados Unidos sobre el presupuesto de defensa. 28 de marzo de 1961 p.1

Vale a pena retomar uma situação concreta na qual o estranhamento entre peruanos e estadunidenses ficou claro. Em 1965, durante a campanha de combate às guerrilhas do ELN e do MIR, que estavam numa região próxima a Cuzco, o Exército requisitou *napalm* para encontrar os combatentes com mais facilidade. Os norte-americanos recusaram-se a fornecer a arma química aos peruanos, que decidiram então pressionar a *International Petroleum Company* (IPC), instalada no país para produzi-lo, assim o teriam utilizado no combate aos guerrilheiros²⁹¹.

2.2.6 Os legados francês e norte-americano na formação dos militares peruanos e brasileiros

Verificamos então que as influências estrangeiras sobre os militares do CAEM peruano e da ESG brasileira foram francesas e estadunidenses, de modo que os primeiros tiveram peso sobretudo intelectual, os segundos, além de ideias, também forneceram suporte material. Mais que influências, havia, irremediavelmente, as condições locais e como os militares leram suas conjunturas de acordo com as doutrinas que aprendiam, se sentiam na obrigação de conter/resolver as manifestações populares de insatisfação. Se o anticomunismo já estava presente tanto nas Forças Armadas peruanas como nas brasileiras desde os anos 1930, a doutrina da guerra total colocou a industrialização na lista de temas militares; e a influência comum francesa agregou também a preocupação com o desenvolvimento nacional, mas os brasileiros, após o contato com a tecnologia estadunidense na FEB, aumentaram suas ambições quanto ao desenvolvimento tecnológico e industrial do país.

Quanto à guerra revolucionária, franceses e estadunidenses contribuíram mostrando os perigos aos quais estavam expostos brasileiros e peruanos, que fizeram sua própria avaliação de conjuntura a partir dos quais construíram métodos de ação. Logo, como bem destacou Ferraz, a América Latina não foi passiva às ideias de DSN vindas dos EUA – ou mesmo da França –, houve, sim, as mais diversas apropriações²⁹². Sendo que a doutrina francesa, conforme Araújo²⁹³, foi fundamental para a valorização do papel dos militares latino-americanos na Guerra Fria combatendo o inimigo interno.

Ao término da Segunda Guerra, os peruanos se esforçaram por desenvolver uma doutrina de guerra nacional e independente, embora com forte influência francesa e menor norte-americana; enquanto os brasileiros, que lutaram na Guerra sob comando estadunidense,

291 MASTERSON, *Fuerza Armada y sociedad...* op cit p299, RODRÍGUEZ BERUFF, *Los militares...* op cit p182 e VILLANUEVA *100 años del Ejército peruano...* op cit 156

292 FERRAZ, *À sombra...* op cit p. 40

293 ARAUJO, A influência francesa dentro do Exército... op cit

os aproximaram ao pensamento militar deste país, curiosamente influenciados pelas mesmas doutrinas: a doutrina da guerra total e depois a da guerra revolucionária, os centros militares foram locais de elaboração projetos distintos para a crise dos anos 1960 em seus países, que tinham em comum baixo crescimento, alta inflação e movimentos sociais mobilizados, como as ligas camponesas no Brasil e os sindicatos rurais no Peru. Enquanto no CAEM era ressaltada a importância da ação estatal com vistas a garantir o bem-estar da população; para a ESG, o Estado deveria prioritariamente combater as manifestações internas do comunismo internacional.

Vejamos agora como cada uma das escolas militares, objetos desta tese, construíram a partir de tais referências e de suas leituras de conjuntura, doutrinas militares próprias.

2.3 Segurança Integral x Segurança Nacional: duas soluções para o mesmo problema

As doutrinas militares elaboradas tanto na ESG quanto no CAEM mudaram ao longo das décadas de 1950 e 1960, isto é, desde a fundação das escolas militares até os golpes. A partir das conferências ministradas no CAEM e na ESG, compararemos o conteúdo de cada uma destas doutrinas, destacando como exprimem as ideias expostas naquelas instituições a respeito da sociedade de seu período e de sua inserção naquele momento.

Ainda em maio de 1949, o primeiro comandante da nova instituição, general Osvaldo Cordeiro de Farias, palestrou aos oficiais das três armas na Escola de Estado Maior, para esclarecer os motivos da abertura da ESG. Sua exposição começou pela experiência da Segunda Guerra, pautando-se pelo sucesso das instituições estadunidenses que formavam e uniam militares e civis para solucionar problemas postos pelo entrelaçamento de guerra e produção industrial. O palestrante explicou ainda que a abertura da escola estava em consonância com o da Constituição de 1946, especificamente o artigo 179 – que tratava do Conselho de Segurança Nacional e com o Tratado Interamericano da Assistência Recíproca (TIAR, assinado em setembro de 1947), pois, na nova escola, o foco seria a segurança nacional – primeiro dever do Estado para o general²⁹⁴. Nesta explanação do general Farias, aparecem como pilares da SN assuntos nacionais (planejamento para desenvolvimento), assuntos internacionais (coordenação com segurança do hemisfério ocidental) e assuntos militares (coordenação das três armas e mobilização), que formaram os três departamentos

294 FARIAS, Osvaldo Cordeiro. **Escola Superior de Guerra**. Palestra sobre a organização da Escola Superior de Guerra realizada na Escola de Estado Maior. Rio de Janeiro, 18 de maio de 1949.

iniciais da ESG. Logo no início da palestra, salta aos olhos imersão na disputa ideológica da Guerra Fria e a posição de submissão e dependência que Farias situou o Ocidente em relação ao “irmão” do norte: “O mundo Ocidental gira hoje em torno da América do Norte”²⁹⁵.

Naquela toada de grande aproximação dos EUA, Farias valeu-se de um longo trecho do general Eisenhower para definir a política de segurança nacional:

“Um programa de segurança completo, deve cogitar do emprêgo eventual de todos os nossos recursos econômicos, do emprêgo dos homens de ciência, tanto quanto da massa dos homens e do armamento. As forças armadas são *apenas* o gume da máquina da nação, cuja força destruidora será empregada para derrotar o inimigo.

Segurança nacional não quer dizer militarismo, nem disto se aproxima. A segurança não pode ser medida pelo volume dos estoques e munições, nem pelo número de homens em armas, nem tampouco pelo monopólio de uma arma invencível. Mesmo durante a paz, o índice do poderio material é enganoso, pois o armamento torna-se antiquado e sem valor; grandes exércitos decaem imperceptivelmente, minando ainda o vigor das nações a quem apoiam; o monopólio de uma arma é logo rompido. Adequadas reservas morais somadas à compreensão das exigências do dia a dia, nos permitirão fazer face aos acontecimentos de nossa época.

Creio haveremos aprendido que a defesa nacional não é propriedade exclusiva, nem incumbência peculiar dos homens de farda, mas que sua responsabilidade deve ser compartilhada pelo trabalho, o capital, a agricultura, a indústria e outros grupos que contribuem para o mosaico nacional.”²⁹⁶ (itálicos no original)

Apesar de longa, a citação nos dá uma dimensão da explícita filiação da ESG ao pensamento estadunidense; além disso, o uso (ou a tradução) indiferenciado que Cordeiro de Farias fez dos conceitos de segurança e defesa, demonstram ainda a vontade de legitimar o discurso da segurança. Defender-se significa colocar o outro no lugar de atacante, de ofensor, de vilão; o discurso da segurança antecipa as medidas de defesa ao ataque, em nome de uma suposta ameaça, que justificou a perseguição aos “inimigos” internos.

Em comparação, no Peru, em julho do mesmo ano de 1949, o general José del Carmen Marín Arista discursou no Círculo Militar do Peru sobre a necessidade da elaboração de uma doutrina de guerra peruana que respondesse aos desafios da guerra na era industrial, o título de sua exposição era: “*Nociones sobre las bases en que reposa el proceso de preparación integral de las fuerzas vivas y fuerzas armadas de la nación*”²⁹⁷. Para o general Marín, o Estado tinha as seguintes responsabilidades, tão importantes quanto a defesa: “*liberidad*

²⁹⁵Ibid p.5

²⁹⁶ EISENHOWER apud FARIAS, *Escola Superior de Guerra...* op cit p 7

²⁹⁷ MARÍN ARISTA, José del Carmen. *Nociones sobre las bases en que reposa el proceso preparación integral de las fuerzas vivas y las Fuerzas Armadas de la nación*. In: **Ciclo de Conferencias en el Círculo Militar del Perú**. Lima, 1949

económica, progreso y bienestar materiales de la Nación”²⁹⁸. Nesta exposição, referiu-se sempre à defesa da pátria, não à segurança, o que denota sua prioridade com possíveis ameaças externas, objetivo tradicional das Forças Armadas, e não internas, potencializadas pelo tema da segurança hemisférica via EUA. Destaca-se ainda a diferença de prioridades do Estado entre os generais Cordeiro de Farias e Marín: se para o primeiro sua principal atribuição era a segurança, para o segundo, a liberdade econômica, progresso e bem-estar material da nação – entendida aqui como a população; é interessante verificar que, para o general peruano, a segurança é uma consequência do progresso material e não um fim em si mesma.

O general Marín, em sua exposição, entra no tema dos diversos problemas sociais do Peru e os relaciona à defesa do país. Assim, o desenvolvimento seria a solução dos problemas sociais e a base da força da mobilização necessária para a defesa da pátria, afinal, para o general, ninguém defenderia um país onde não vive bem. Quanto ao posicionamento internacional, o general Marín, diferentemente do general Cordeiro de Farias, não aponta o Peru como aliado *a priori* de nenhuma nação, ao contrário, afirmou que a situação internacional se constitui de cenários variáveis e que caberia a chancelaria de seu país avaliar e identificar possíveis aliados ou concorrentes²⁹⁹.

Em outro texto, retirado de uma coletânea do general Marín publicada em 1972, mas escritos durante sua docência no CAEM no início da década de 1950, e que são fundamentais para dimensionar a formação ministrada nesta instituição em seus primeiros anos, todavia, infelizmente, na obra não há indicação da data da primeira publicação dos textos³⁰⁰. Neste segundo documento, Marín já expôs claramente o que entendia por segurança:

“La Seguridad no constituye un fin en si misma sino que deriva de la acción que realiza el Estado en procura del Bienestar; pero es condición necesaria e ineludible de éste, puesto que para esa acción requiere ser soberano y al realizarla se le presentan las oposiciones que debe vencer con sus medidas de seguridad. Por consiguiente, el bienestar no solo origina y condiciona la Seguridad, sino que ambas son absolutamente interdependientes lo cual implica que para comprender la genesis, fines y objetivos de la Defensa Nacional, precisa analizar la Política de Bien Estar del Estado. Pero hay algo más, el bienestar es uno de os factores esenciales de la defensa, puesto que la satisfacción adecuada, oportuna y justa de las necesidades de la población suscitará en ella la alegría de vivir em la propia tierra y consecuente decisión de mantener y perfeccionar las estructuras, instituciones y sistemas de

298Ibid p. 7

299Ibid. p.22-24

300Podemos inferir que se tratam de textos dos anos 1950, pois parte deles foi publicada também em dois números da Revista Militar do Peru em 1956.

relaciones que han permitido alcanzar tal grado de Bienestar.”³⁰¹.

Para o fundador do CAEM, o bem-estar era condição para a segurança, o que resultaria numa elaboração doutrinária que considerava a qualidade de vida da população como fator de segurança. Para o general Marín, o bem-estar da população era o objetivo da Segurança Integral do Estado, que deveria considerar os campos interno e externo.

Especificamente sobre a conjuntura da Guerra Fria, o fundador do CAEM a via como um risco à soberania dos Estados nacionais, que seriam alvo da disputa de interesses das duas potências. De um lado, as potências capitalistas que não desejariam a autonomia econômica dos Estados, de outro, as potências comunistas, não desejariam a autonomia política dos Estados não comunistas e, para destruí-los, alimentariam a subversão interna:

“En la actualidad, una amenaza directa a la soberania de los estados proviene de las pugnas de intereses entre grandes potencias capitalistas y comunistas que disputan el predominio mundial. Cada grupo trata de incluir o de mantener en su esfera de influencia a los demais estados de su zona geográfica e incluso a los que se encuentran totalmente fuera de ésta, si es que los estiman útiles para acrescentar su poder o para mantener-lo.”³⁰²

A leitura do general Marín sobre aquele conflito que dilacerou as nações na segunda metade do século XX é muito particular se comparada com àquela feita pelo general Codeiro de Farias e outros oficiais da ESG. Por mais que depois declarasse seu anticomunismo, ele conseguia separar anticomunismo e submissão aos Estados Unidos, ao contrário de seu colega brasileiro, para quem a filiação ao hemisfério cristão ocidental estava acima de qualquer autonomia, e qualquer reivindicação desta poderia ser identificada como adesão ao comunismo (especialmente dentro do país).

2.3.1 A formulação de doutrinas militares no Peru e no Brasil

Uma fonte importante para compreender a doutrina da ESG é a obra do desembargador Antonio Arruda, *A Escola Superior de Guerra*³⁰³, espécie de “história oficial” da ESG, pois a proposta do autor – ex-estagiário e membro do corpo permanente – era difundir o pensamento da instituição. Para Arruda, a doutrina seria formada por um conjunto de conceitos, a saber: “segurança nacional, poder nacional, política nacional, estratégia nacional e objetivos nacionais”³⁰⁴. Nesta mesma obra, o autor fez questão de enfatizar que a doutrina esguiana era antidogmática, inspirada em princípios democráticos e humanistas, pois

301MARÍN ARISTA, Jose del Carmen. **La defensa nacional: conceptos básicos**. Centro de Altos Estudios Militares. Lima: CAEM, 1972 p. 81

302Ibid p.80

303ARRUDA, **A Escola Superior...** op cit

304Ibid, p XXX

seu objetivo seria o bem comum (tal qual no CAEM). Arruda explicou que, durante seus primeiros anos (1949-1952), o foco da escola foi o estudo da conjuntura e, apenas em 1953, a doutrina passou a ser o centro dos estudos. Neste ano, o general Juarez Távora, comandante da escola, propôs uma definição de segurança nacional, ainda baseada em manuais estadunidenses:

“(...) maior ou menor grau de garantia que, por meio de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, um Estado proporciona à coletividade nacional, para a consecução e salvaguarda de seus Objetivos Nacionais, contra ação adversa de fatores internos e externos.”³⁰⁵

No ano seguinte, o General Távora anunciou uma definição própria da doutrina de segurança nacional nos seguintes termos:

“grau relativo de garantia que, por meio de ações políticas (internas e externas) econômicas, psicossociais (inclusive atividades técnico-científicas) e militares –, um Estado proporciona à coletividade que jurisdiciona, para a consecução e salvaguarda de seus objetivos nacionais, a despeito dos antagonismos existentes.”³⁰⁶

Percebemos que, diferentemente do que afirmou o estudioso colombiano Francisco Leal Buitrago, a definição doutrinária antecede a elaborada pelo general Golbery, apesar de este ter sido seu maior divulgador em meios civis, por sua intensa atividade em institutos como o IPES e o IBAD³⁰⁷, além da própria ESG. Segundo Arruda, esta definição da DSN permaneceu até 1959, quando o próprio general Távora a alterou: trocou a expressão “ações políticas e militares” por “político-administrativas” – inserindo as Forças Armadas na esfera política³⁰⁸. Arruda mapeou ainda uma série de conceitos presentes nessa doutrina, que foram mudados desde a primeira formulação por Távora até o fim dos anos 1970, quando os ditadores já anunciavam a saída do Planalto.

A mais interessante das alterações explicadas por Arruda diz respeito à responsabilidade pela segurança nacional, que inicialmente era exclusiva do Estado, que no fim dos anos 1970, passou a compartilhá-la com a sociedade, de acordo com a mudança doutrinária. Outros destaques propostos pelo autor: relatividade do grau de segurança, continuidade (manutenção da nação), os aspectos subjetivos e objetivos da segurança (sensação/combate a possíveis ameaças)³⁰⁹.

Na apostila da turma do CAEM de 1967, encontra-se a informação de que a doutrina em voga foi elaborada pela turma de 1963. A doutrina era definida no CAEM como:

305TAVORA apud ARRUDA, **A Escola Superior...** op cit p6-7

306 TAVORA, Juarez do Nascimento Fernandes. **A Segurança Nacional e a ESG**. Rio de Janeiro: ESG, 1954 p.20

307Ver Capítulo I nota 100 p.34

308 ARRUDA, **A Escola Superior...** op cit p 8

309Ibid p 9-10

“conjunto de principios y su consecuente teoría que, aplicados a un medio determinado, teniendo en cuenta sus características y peculiaridades, genera métodos y procedimientos que norman las acciones destinadas a alcanzar una finalidad específica.”³¹⁰.

A doutrina de “bem-estar geral” estava acima das demais e era uma diretiva do Estado; assim consistia na “doutrina de defesa nacional”, que tinha como objetivo a segurança integral, isto é, em seus quatro níveis (diplomático/político, econômico, psicológico e militar). E desta doutrina de defesa nacional derivavam as doutrinas de guerra e das Forças Armadas. A doutrina de bem-estar geral consistia em:

*“conjunto de principios de Bienestar General y su consecuente teoría, que aplicados a una nación determinada, teniendo en cuenta sus características y peculiaridades, genera directivas, métodos y procedimientos que norman las acciones destinadas a alcanzar la satisfacción adecuada y oportuna de las necesidades espirituales y materiales de la persona humana, tanto de carácter coletivo como individuales, previendo las futuras.”*³¹¹.

Esta doutrina do CAEM, que foi aplicada desde 1963 até, pelo menos, 1967, também consta a ideia de que todas as nações buscam o bem comum, ainda que de diferentes pontos de partida. Tal ideia exposta em plena Guerra Fria sinalizava um espaço para diálogo com países que se orientassem por outros tipo de organização política, incluindo os que adotaram o comunismo no pós-guerra.

Segundo o livro *50 años del CAEN*, publicado em comemoração ao seu cinquentenário, a construção de uma doutrina militar que considerasse as condições nacionais e ao mesmo tempo o avanço industrial, tecnológico e estratégico ocasionado pelas duas guerras mundiais era o principal propósito desta instituição. Para tanto, o General Marín e seus continuadores dedicaram-se inicialmente a investigação do potencial nacional – capacidade de geração de recursos –, primeiro do ponto de vista militar e, depois, de modo mais amplo, de todo o Estado. Nesta obra, publicada pelo departamento de História do Exército, 50 anos depois da fundação do CAEM, a defesa nacional aparece como:

*“responsabilidad de todos os peruanos y que el fin primordial del Estado era la obtención del Bién Común que implicaba el Bienestar y Seguridad, cuya interrelación e interdependencia quedaba claramente establecida y se convirtieron em el sustento doctrinario de la Defensa Nacional”*³¹².

Na mesma obra, a doutrina de segurança integral foi definida da seguinte forma:

“El Bienestar General es definido como la situación en la cual las necesidades

310 CAEM – CENTRO DE ALTOS ESTUDIOS MILITARES. **Doctrina de Bienestar General**. Conferencia. XIII Promoción CAEM. Lima: CAEM, 1963 p.1

311 Ibid

312 CAEN, **50 años...** op cit p50

espirituales y materiales de la coletividad se satisfacen plenamente y em forma adecuada y oportuna. La Seguridad Integral es la situación em la cual el Estado tiene garantizada su existencia e integridad de su patrimonio, así como la facultad de actuar com autonomia em el campo interno y libre de toda subordinación em el campo externo. (...)

Para la doctrina del CAEM , el más alto grado de bienestar de una nación es la mejor garantía para la solidez de su frente interno. Sin bienestar no es posible pretender una seguridad nacional. Un país débil no puede sostener un ejército poderoso.”³¹³

Cabe chamar atenção para uma importante mudança em relação ao texto de 1963: de “defesa nacional ou bem estar” a doutrina passou a ser de “segurança integral”; o que mostra que as ameaças a serem combatidas passaram para dentro do território nacional, como o “inimigo interno”.

A alteração pode ser explicada porque, depois de 1963, as Forças Armadas peruanas enfrentaram em dois momentos movimentos guerrilheiros: em 1965 e de 1980 a 1992, que os teria direcionado ao tema da segurança interna.

Nas duas definições doutrinárias do CAEM, de 1963 e na publicada no livro oficial da história da instituição em 2000, aparecem dois elementos centrais dois que são periféricos na doutrina da ESG: a ideia de bem comum e coletividade.

Na ESG, o bem comum, de acordo com Arruda³¹⁴, é objetivo da nação, mas está subordinado à segurança, esta sim prioritária. Enquanto que a “coletividade nacional”, para a ESG era apenas objeto da ação do Estado, no CAEM deveria ter suas “necessidades materiais e espirituais plenamente satisfeitas de forma de forma adequada e oportuna”. O modo de abordar a “coletividade” demonstra como as populações das duas nações eram vistas pelas academias militares. Se na ESG a população significava elementos sobre os quais o Estado deveria agir; no CAEM, a população deveria ser atendida em suas necessidades reais.

Tanto na ESG como no CAEM as necessidades reais eram reconhecidas, mas nos dois casos, a população não era vista como sujeito ativo do processo. Acreditamos que tal leitura sobre a população deva-se a uma herança da interpretação da missão civilizatória que os militares brasileiros e peruanos se autoincumbiram a partir do final do XIX: o indígena, no Peru, e o caboclo ou o sertanejo, no Brasil não eram vistos como sujeitos, mas vítimas da história.

313 Ibid p.64

314ARRUDA, A Escola Superior... op cit

2.3.2 Atuação política da ESG

Os anos de 1954 e 1955 foram emblemáticos para a ESG, pois esta instituição ganhou os holofotes capitaneando o antigetulismo³¹⁵; e após as manifestações populares que se seguiram ao suicídio do presidente Vargas e, no ano seguinte, o golpe “preventivo” do general Lott que garantiu a posse de Kubitschek, teve que moderar, temporariamente, sua exposição política. Naquele momento, segundo Ferraz³¹⁶, a relação entre civis e militares na ESG passou a ser mal vista por parte do oficialato, como foco de indisciplina e o estabelecimento de um pequeno grupo de poder, com regras próprias, dentro da instituição; por isso, o comandante do Estado Maior, general Anor Teixeira dos Santos – que cursou a ESG em 1952 –, propôs que esta instituição fosse exclusiva para militares e os civis que quisessem discutir planejamento e desenvolvimento nacional cursassem o ISEB³¹⁷. Tal proposta foi derrotada após ampla mobilização dos ex-estagiários civis instalados nos três poderes do Estado e nas Forças Armadas³¹⁸.

Vânia Aderaldo apontou outros debates entre 1955 e 1957. A autora mencionou outra tentativa de mudança da ESG da esfera militar, ou seja, da subordinação ao Estado Maior das Forças Armadas e colocá-la sob o Conselho de Segurança Nacional sob controle civil, para que pudesse ampliar o escopo de seus debates para “temas mais genéricos referentes ao fortalecimento do poder nacional”. Para a autora, este debate sobre a “subordinação administrativa da ESG” indica que havia um descompasso entre seus “propósitos doutrinários e políticos” e sua condição de instituição militar, que limitaria seu raio de ação doutrinadora³¹⁹. Contudo, era justamente esta condição de instituição militar que permitia aos seus membros se organizarem politicamente em nome de propósitos “universais” como o bem-estar, o progresso da nação e o anticomunismo. Segundo Ferraz, a instituição se organizou como partido, sem arcar com o ônus público de ser apresentada como tal.³²⁰

Em 1955, a conferência “A Segurança Nacional e a ESG” foi proferida pelo então

315 A maior manifestação deste antigetulismo foi o episódio do memorial dos coronéis: um manifesto redigido por Golbery do Couto e Silva em fevereiro de 1954, no qual tecia severas críticas ao então ministro do Trabalho João Goulart que havia proposto um aumento de 100% no salário mínimo. Tal documento expôs publicamente a existência de um forte grupo antigetulista na cúpula das Forças Armadas e, ao mesmo tempo, a fraqueza do governo e do Ministro da Guerra, que não exoneraram os signatários FERRAZ, *À sombra...* op cit p167.

316 Ibid.

317 O ISEB foi um centro de estudos que fez da “teorização” do desenvolvimento nacional sua prioridade, aberto pouco antes da posse de Kubitschek; por seu posicionamento engajado foi fechado com o golpe militar. Segundo Toledo, os principais intelectuais do ISEB foram Hélio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré, Guerreiro Ramos, Roland Corbisier, Osny P. Duarte, entre outros. TOLEDO, Caio Navarro. **ISEB: fábrica de ideologia**. 2ªed. São Paulo: Ed Ática, 1978.

318 FERRAZ, *À sombra...* op cit p179

319 ADERALDO, *A Escola Superior...* op cit p104

320 FERRAZ, *À sombra...* op cit p.177

comandante da instituição, o vice-almirante Ernesto de Araújo. O conferencista apresentou os conceitos básicos da ESG, a saber: objetivo nacional, poder nacional e segurança nacional:

“No âmbito interno, organizamos e almejamos manter um Estado democrático e cristão em que, reconhecidos os direitos naturais do homem e respeitada sua dignidade, é possível estabelecer um ambiente de paz e justiça social e no qual, dentro da ordem e da lei, se deve propiciar a todos, sem distinção de raça, credo ou classe, um constante progresso no sentido de um máximo de bem-estar, moral e material.”³²¹.

Nesta descrição dos objetivos nacionais, saltam aos olhos do leitor o ideário liberal e sua defesa dos “direitos naturais” e a contradição entre um “Estado democrático e cristão” e a “indistinção de credo”. Além disso, os objetivos, ditos nacionais, deveriam ser debatidos num ambiente cujos presentes não tinham representatividade nacional. A seguir, as definições doutrinárias de segurança nacional e poder nacional:

“Torna-se, pois, necessário garantir a consecução e a manutenção do Objetivo Nacional, utilizando racionalmente contra esses antagonismos o Poder Nacional, isto é, o poder resultante da composição harmônica dos poderes de que dispõe o Estado em cada campo de atividade.

A essa garantia se dá o nome de Segurança Nacional e ao plano geral de aplicação do Poder Nacional para atingi-la em grau satisfatório, pois a garantia absoluta é ideal inatingível, constituirá a Política de Segurança Nacional.

Fixar uma Doutrina e estabelecer um método de planejamento que permitam a formulação de uma adequada política de segurança, eis o objetivo, fixado pelo regulamento, dos estudos da Escola.”³²² (grifos no original).

Eis que se verifica aqui como a ideia de segurança nacional era compreendida: sobretudo como uma garantia da manutenção do estado liberal, apresentado como objetivo nacional; sendo que cabia a ESG elaborar métodos e planos que possibilitassem alcançar tais garantias.

2.3.3 Atuação política do CAEM

No Peru, o biênio de 1962-63 foi marcado por uma primeira experiência de governo militar reformista. O general Ricardo Perez Godoy derrubou o governo de Manuel Prado em seus últimos dias, devido às circunstâncias em que seria decidido o segundo turno das eleições de seu sucessor: em votação indireta, no congresso nacional, numa possível aliança entre o APRA e a UNO, que na versão de alguns autores, levaria Odría e os conservadores de volta ao governo, desta vez aliado, surpreendentemente pelo APRA, apesar de todo seu passado de lutas sociais, agora tomado por um pragmatismo político extremo, que em nada contribuiu – ao contrário – para que os militares levantassem seu veto³²³.

321 ARAÚJO, Ernesto de. **A Segurança Nacional e a ESG**. Rio de Janeiro: ESG, 1955. p3

322Ibid .p 3-4

323 Os autores que afirmam que o golpe de 1962 foi dado pela recusa dos militares a um novo governo de Odría,

Foi naquele momento que as elaborações doutrinárias do CAEM ganharam projeção pública, com criação do *Instituto Nacional de Planificación* e com a reforma agrária no *Valle de La Convención*, Cuzco, onde os sindicatos camponeses organizados por Hugo Blanco³²⁴ ocuparam metade dos latifúndios, mesmo com a grande onda migratória da serra para o litoral.

No CAEM, as conferências sobre segurança integral continham um conjunto de conceitos similares aos da ESG brasileira (objetivos nacionais, potencial nacional, defesa nacional, entre outros); no entanto, percebemos uma atenção muito maior com os problemas da população pelo modo como formularam tais conceitos.

No mesmo ano de 1962, o engenheiro Jorge Bravo Bresani³²⁵ proferiu a conferência “*Principios y teoría para la determinación de objetivos nacionales de un Estado*”. Nesta conferência, Bravo Bresani definiu o objetivo nacional da seguinte forma:

*“Todo Objetivo Nacional se postula pues como una carencia, sentida como tal, es decir, que la población, el conjunto del país siente que hay algo que le falta, algo que le falta vitalmente para cumplir el concepto de bienestar, tal como, en esse momento lo concibe y siente la población.”*³²⁶

2.3.4 Distinções entre as formulações da ESG e do CAEM

Tal definição se diferencia em muito daquela que aparece nos manuais da ESG. No CAEM peruano o centro do objetivo nacional é o que falta à população; mais uma vez, o povo ocupa um lugar central nas atenções de civis e militares reunidos na Escola militar para pensar uma doutrina de defesa e desenvolvimento nacional.

A definição do objetivo nacional da ESG, feita pelo seu segundo comandante Juarez Távara foi formulada da seguinte nos seguintes termos:

“objetivos nacionais são realidades ou aspirações, relacionadas com a integração física, política, econômica ou social de uma nação, e que, consubstanciados objetivamente no espírito da elite, se transmitem à sensibilidade do povo-massa como hábitos ou necessidades unânimes ou generalizados da coletividade nacional.”³²⁷

Ao compararmos as duas definições, ambas tratam de algum modo do hiato entre o

aliado ao APRA e aos liberais são: VILLANUEVA, Victor. **O golpe de 1968 no Peru: do caudilhismo ao nacionalismo?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969 Trad. Álvaro Cabral p3; MASTERSON, **Fuerza armada...** op cit p246; COTLER, **Peru: classes...** op cit p 287; CONTRERAS& CUETO, **História del Perú...** op cit p316. O único que enfatiza a manutenção do veto ao APRA pelos motivos já explicados no 1º capítulo, e por sua aliança com setores conservadores, é RODRIGUEZ BERUFF, **Los militares ...** op cit p 133.

324 Capítulo I nota 104 p.36

325 O engenheiro Jorge Bravo Bresani lecionou no CAEM de 1963 a 1971, segundo VILLANUEVA, **El CAEM y la revolución ...** op cit p 221.

326 BRAVO BRESANI, Jorge. **Principios y teoría para la determinación de objetivos nacionales de un Estado**. XII Promocion. Lima: CAEM, 1962 p 1

327 TÁVORA, Juarez do Nascimento Fernandes. **A Segurança Nacional: sua conceituação e seu estudo na ESG**. Rio de Janeiro, 1959 p.4

que a nação “tem” e o que “lhe falta”. A grande diferença era que, para o engenheiro peruano Bravo Bresani, esta falta era sentida, sobretudo, pela população em busca de seu “bem-estar”; por outro lado, para o comandante brasileiro Juarez Távora, os objetivos nacionais deveriam servir para integrar a população ao Estado nacional, e serem formulados primeiramente pelas elites para depois serem transmitidos ao povo.

O que mais se destaca na conferência de Bravo Bresani é a maneira como os objetivos nacionais deveriam ser elaborados, de modo muito distinto daquele proposto na ESG. Tal elaboração começa pelo reconhecimento da existência de diversos indivíduos e grupos com interesses distintos e até mesmo divergentes no Estado nacional, e que os objetivos de cada grupo primeiro deveriam ser reconhecidamente políticos, isto é, serem legitimados pelo espaço público e depois, para se tornarem nacionais, tais objetivos deveriam convencer ampla maioria da população³²⁸. Havia no CAEM espaço para a legitimidade da política, contrariamente ao que acontecia na ESG.

Cabe mencionar outras diferenças importantes no que se refere às concepções dos objetivos nacionais que nortearam a ESG e o CAEM. Na ESG, estes objetivos nacionais eram divididos em permanentes (ONP) e atuais (ONA); sendo que os permanentes: “devem subsistir senão indefinidamente (...) ou como simples meta a ser atingida, sem prazo determinado” e seriam de natureza política³²⁹, como a unidade territorial ou sobrevivência da nação, por exemplo. Os objetivos atuais seriam as “necessidades ainda não satisfeitas, mas (...) ao alcance do poder nacional...” e seriam de “natureza estratégica”³³⁰. Assim, para a ESG, os objetivos nacionais permanentes, ou seja, políticos, elaborados pela elite, não abriam espaço para a população decidir, por exemplo, sobre a permanência da configuração nacional e, por outro lado, os objetivos atuais ou estratégicos, que dependeriam de uma avaliação de conjuntura, não colocavam em pauta as aspirações populares.

Muito diferente desta concepção esguiana, no CAEM, o professor Bravo Bresani reconhecia que todo objetivo nacional deveria ser uma espécie de pacto provisório de unidade nacional, sempre renegociado a cada troca de governo:

“Estes objetivos nacionales se pactan em certa forma, se llega a ellos por una especie de regateo, por un proceso por el cual se van estableciendo cuáles son las notas generales en que la mayoría está de acuerdo, y se eliminan las resistencias, los núcleos de interés contrario al interés general. Este carácter institucional hace que se deriven dos notas subordinadas a la institucionalidad. Estas dos notas son la permanencia y la generalidad.”

328BRAVO BRESANI, *Principios y teoría...* op cit

329TÁVORA, *A Segurança Nacional...* op cit p 5

330Ibid

Debe entender-se por permanencia, no lo hecho que los objetivos nacionales – como todas las instituciones –, sean eternos sino que permanecen como tales mientras dura la tregua, y en la realidad, la tregua se supone que dura a dos condiciones, mientras no e alcance el objetivo perseguido y mientras no surge outro objetivo de mayor fuerza, o de mayor valor, que cree o genere outros conflictos y conduzca a nuevas instituciones, o sea nuevas treguas. Pero mientras tal conyuntura no se produce permanece el objetivo, y el objetivo generalizado es compartido por todos en diversos grados, porque nunca se puede pensar en la unanimidad, sino debe pensarse en la concurrencia de voluntades en las cuales cada grupo, o cada persona, aporta un grado distinto de adhesión. Es por eso que los Objetivos Nacionales no pueden definirse como algo congelado, sino como algo que se transforma y que, aún mientras permanece, está dotado de dinamicidad.”³³¹.

A longa citação da conferência sobre objetivos nacionais no CAEM justifica-se pela necessidade de mostrar a articulação das ideias presentes nesta instituição que culminam na formulação dos objetivos nacionais. Em primeiro lugar, a ideia de que as instituições do Estado, assim como os tais objetivos nacionais, são frutos de disputas de diversos grupos, portanto são pactos, ou como prefere o autor, tréguas necessariamente provisórias, cuja duração está atrelada às condições de sua elaboração.

Outro tema importante ao qual o autor se remete é a ideia de que há os objetivos nacionais institucionalizados, ou melhor, aqueles dos quais se ocupa o Estado, e outros objetivos que são políticos e legítimos, mesmo quando não incorporados pelo Estado. Tal incorporação seria uma questão de disputa política, o que significava reconhecer o espaço da sociedade nas lutas políticas, o que não acontecia com relação à ESG.

Para o CAEM, o objetivo nacional era uma forma de valorizar os interesses mais gerais em detrimento das divergências entre os grupos, reconhecendo a existência e a permanência destes e assim, a própria democracia.

Nesta mesma exposição, Bravo Bresani diferenciou os países entre integrados e desintegrados: os primeiros seriam aqueles com claros objetivos nacionais, geralmente desenvolvidos, nos quais, apesar das divergências e disputas políticas, os objetivos nacionais seriam mais coesos e próximos a unanimidade; os exemplos de nações integradas dados por Bravo Bresani foram a Alemanha Ocidental, a União Soviética (URSS) e os EUA. Por outro lado, as nações desintegradas seriam aquelas subdesenvolvidas, entre as quais estava o Peru. Nestas, os grupos políticos teriam objetivos completamente diferentes e, muitas vezes, profundamente divergentes. Nestes contextos, os obstáculos apontados pelo autor para que os objetivos nacionais fossem construídos eram nesta ordem: “a ignorância das massas, a anarquia ideológica dos dirigentes e os pujantes interesses contrários ao interesse coletivo”³³².

331 BRAVO BRESANI, **Principios y teoria...** op cit p3

332Ibid p 6

Para o autor, as disputas para a construção de objetivos nacionais terminam por separar as sociedades em dois grandes grupos: progressistas e “*partidarios do estancamento*”, de modo que, ao final, os primeiros se aliariam à “massa primitiva” para lutar pelo que deveria ser o máximo objetivo nacional: “... *la solidaridad con los oprimidos para alcanzar el desarrollo general del país con su colaboración*”³³³. Esta leitura de Bravo Bresani, que pressupunha um alinhamento entre “primitivos” e “progressistas”, era uma interpretação da sociedade tão otimista quanto àquela feita aqui no Brasil por membros do ISEB, que acreditavam na existência de uma burguesia nacional que se aliaria às classes trabalhadoras para a implantação de um projeto modernizador mais democrático.

O professor do CAEM afirmou ainda que havia duas formas de realizar os objetivos nacionais: a via revolucionária, na qual o povo ascenderia ao governo para realizá-los; e a via da colonização, na qual uma minoria toma o poder e impõe transformações a população que, ao verificar melhorias em sua condição de vida aderiria aos novos princípios; surpreendentemente, o autor classifica a Revolução Russa como um exemplo de cumprimento de objetivos nacionais pela via da colonização, aparentemente pela ação colonizadora da vanguarda bolchevique sobre a população. Ao término de sua exposição, Bravo Bresani defendeu que para determinar os objetivos nacionais, em primeiro lugar, caberia fazer uma ampla “pesquisa de ordem cultural-sociológica” para que identificassem quais as “aspirações gerais das gentes”, suas raízes e motivações, e quais os recursos disponíveis para a realização de tais aspirações depois que fossem estabelecidos nexos entre as estruturas de poder e organização social vigentes e os “níveis de vida” encontrados e, a partir de então, verificar o que se pode fazer e como realizar com os recursos disponíveis. Acrescentava que, a partir dos objetivos nacionais, começaria o trabalho de planejamento.

Segundo Bravo Bresani, para que os objetivos fossem realizados pela via da planificação a longo prazo, sem que fossem impostos pela colonização, mas pela revolução – via espontânea – seria necessário que o plano fosse construído sobre uma “consciência coletiva” que, por nunca ser homogênea nas sociedades, caberia àqueles mais conscientes da necessidade de planificar informar os menos conscientes. Ao fim e ao cabo, o planejamento visaria “satisfazer as necessidades do povo”, o grande objetivo nacional³³⁴.

Pelo exposto, verificamos que as doutrinas militares pensadas no Brasil e no Peru a partir das influências estadunidenses e francesas, resultaram em concepções bem diferentes

333Ibid p.8

334Ibid. 11

acerca dos meios de elaboração e dos conteúdos dos objetivos nacionais. A influência das ideias francesas de guerra total como de guerra revolucionária estiveram presentes no CAEM e na ESG, mas foram incorporadas de formas diferentes.

No CAEM, a influência francesa foi mais duradoura e profunda e contribuiu para a construção de um ideal civilizatório, que consistia na ideia de que o Exército deveria exercer o protagonismo na ocupação dos territórios do interior e na formação do cidadão peruano. A instituição absorveu também o método francês de avaliação da conjuntura, especialmente através dos generais Marín Arista e Pardo Marcial. Este olhar mais cartesiano para a realidade resultou numa avaliação mais equidistante das disputas da Guerra Fria, pois fica claro que no CAEM, por mais que reverberassem o anticomunismo, como em todo continente, exceto em Cuba pós 1959, a sombra do imperialismo era vislumbrada a partir da percepção do interesse estadunidense na defesa do Hemisfério ocidental, explicitadas nos treinamentos e nos empréstimos direcionados a este fim.

Na ESG, a posição política dada *a priori*, antes mesmo da abertura desta instituição dada pela experiência da FEB na Segunda Guerra, suplantou inicialmente uma possível desconfiança acerca da postura imperialista estadunidense manifesta por meio de treinamentos e empréstimos. Diferentemente dos peruanos do CAEM, foi a proximidade dos estadunidenses que despertou os militares brasileiros para a importância do desenvolvimento industrial, e do seu papel para elevar o Brasil a condição de potência, era preciso planejar de modo “correto” os meios de explorar os recursos disponíveis e contar com o reconhecimento dos serviços prestados na defesa do hemisfério.

No Brasil, a opção política pelo posicionamento em relação ao “hemisfério ocidental liberal, cristão e capitalista” antecedeu e, portanto, contribuiu para a construção da doutrina militar com todos os seus desdobramentos. Já no Peru, mais que a política, foi a opção pelo conhecimento técnico em detrimento do político, que sustentou a doutrina de segurança integral. Os peruanos do CAEM acreditavam na “neutralidade” da técnica para superar as “disputas de interesses particulares” do político, resultando no objetivo almejado por todos os peruanos: havia a crença de que existia uma técnica neutra, acima da política, que aplicada com competência, levaria ao desenvolvimento do país, alcançando principalmente as massas.

Neste capítulo, procuramos analisar as doutrinas enquanto expressões de projetos de Estado, frutos de ideias que orientaram práticas políticas. Ao abordar cada uma delas buscamos comparar aspectos comuns e suas especificidades com o intuito de compreender, em maior profundidade as instituições objetos de estudo desta tese - o CAEM e a ESG.

Conforme procuramos mostramos, entre os anos 1950 e 1960, houve na ESG brasileira e no CAEM peruano, uma fusão original entre as teorias da guerra total e da guerra revolucionária, vindas da França e dos Estados Unidos, que contribuíram para a formulação de duas doutrinas diferentes: no Brasil, a *doutrina de segurança nacional* e no Peru, a *doutrina de segurança integral*.

Procuraremos mostrar, no próximo capítulo, como o tema da segurança contra a subversão interna foi abordado em cada uma das escolas militares com o intuito de analisar a natureza da formação que foi oferecida em cada uma das escolas.

Capítulo III – Combate à subversão

Neste capítulo, compararemos como o combate à subversão foi estruturado no CAEM peruano e na ESG brasileira, especialmente a partir da doutrina da guerra revolucionária. Com base nas conferências ministradas sobre este tema nas duas escolas militares, analisaremos como as ideias sobre o comunismo eram disseminadas naquelas instituições que uniram militares e civis. Observaremos as semelhanças e diferenças nos métodos de enfrentamento defendidos no Brasil e no Peru, como situavam as instituições democráticas e o lugar da guerra psicológica/propaganda neste combate, no qual se engajaram declaradamente desde os anos 1950.

3.1 A subversão comunista: um velho problema com novos desafios

O comunismo era um fantasma que rondava as Forças Armadas brasileira e peruana, constantemente desde os levantes da década de 1930. Nas duas escolas militares o tema foi abordado desde seus primeiros anos, mas de maneira muito mais enfática após a revolução cubana. Analisaremos como cada escola militar desenvolveu diferentes olhares para a atuação do Estado na contenção do comunismo: oras como agente distribuidor de recursos para evitar a miséria, oras como repressor da “subversão”.

3.1.1 O comunismo antes da revolução cubana no CAEM

O general Marín, primeiro diretor do CAEM, pensava que a formação de oficiais de alto comando deveria prepará-los para garantir tanto a “defesa da frente interna” como a “política externa de segurança” da nação. O tema da subversão interna, sob o ponto de vista da elaboração de métodos de combate militar às guerrilhas, não consta na coletânea de seus escritos, destacando em sua obra a necessidade de um aparato de Estado eficaz para planejar e implementar políticas de desenvolvimento como o cerne da defesa nacional. Conforme se verifica no trecho a seguir, o desenvolvimento econômico era uma necessidade por questões de segurança nacional:

*“Por outra parte ningún país de la tierra es autosuficiente y cada uno se ve forzado a recurrir a los demás por lo que no tiene o le falta todavía. La autarquía es inalcanzable. Pero si aquello de lo cual carece un país, constuye elemento esencial para su existencia, este hecho puede convertirse para otros en un medio de ejercer sobre aquél presiones económicas, por las cuales se llega a subyugar a los pueblos tan eficazmente como por la violencia. La seguridad de la Nación exige, pues alcanzar su **suficiencia económica**, en el sentido de la capacidad para satisfacer*

sus necesidades esenciales com sus propios medios” ³³⁵(grifo no original).

Na coletânea de seus escritos há análises sobre os problemas da defesa da frente interna, na qual o general Marín descreveu o processo da Revolução Russa como um exemplo malsucedido de defesa das instituições estatais. O autor criticou apenas o que seria a ação dos comunistas em atacar a soberania de outros Estados-nacionais, ao incentivarem outros povos a fazer a revolução, visando o predomínio político e econômico mundial, mas não desqualificou as ideias comunistas. De modo que a defesa da frente interna deveria se dirigir contra esta “ação” de fustigar a revolução comunista e não contra as ideias comunistas elas mesmas³³⁶.

O general peruano, declaradamente influenciado pelo padre Lebret, até mesmo reconheceu qualidades no comunismo, especialmente no que tange à crítica à exploração do homem pelo homem e na desigualdade crescente resultante desta exploração. O general Marín, apropriando-se do pensamento de Lebret, afirmou que *“no todo lo del comunismo es malo, pero lo que es, es inaceptable”*³³⁷. O problema seria o materialismo, que em última instância colocaria o “material” acima do “espiritual”, ou seja, iria de encontro aos valores do cristianismo. Outro problema do comunismo era a “promoção” da luta de classes, que resultaria na desagregação da sociedade. Estas ponderações do general Marín podem ter servido sustentar a acusação de aprismo que sofreu dos círculos militares mais conservadores próximos às oligarquias exportadoras, afeitos às teses do liberalismo econômico, que apoiaram o golpe de Odría em 1948.

3.1.2 O comunismo antes da revolução cubana na ESG

Nos primeiros anos da ESG, especificamente em 1954 e 1955, Mário Pedrosa, destacado crítico de arte com reconhecida militância política à esquerda, ministrou conferências na instituição sobre o tema das ideologias.

A primeira tinha como tema “a ideologia comunista”³³⁸, na qual o autor detalhou aos esguianos os conceitos de ideologia, luta de classes, dialética e materialismo histórico, entre outros temas basais para a compreensão do marxismo. Na segunda conferência, mais panorâmica, intitulada “as ideologias e sua significação para o poder nacional”³³⁹, Pedrosa relacionou sociologia, teoria política e história, mostrando a crescente centralização do Estado

335 MARÍN ARISTA, **La defensa nacional: conceptos básicos**. ...op cit p 79

336 Idem, **La defensa nacional: procesos fundamentales**... op cit p 31

337 Ibid p.35

338 PEDROSA, Mário. **A ideologia comunista**. Rio de Janeiro: ESG, 1954.

339 Idem, **O Poder Nacional: as ideologias e sua significação para o poder nacional**. Rio de Janeiro: ESG, 1955.

e sua importância para a burguesia.

Nas duas conferências pronunciadas por Pedrosa destacam-se fortes críticas à maneira como o comunismo fora implantado na URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), especialmente no tocante ao papel supercontrolador do Estado. Tais críticas ao poder que o aparato de Estado construiu na União Soviética coincidiam com aquelas que alguns membros da ESG fizeram a respeito do crescimento do aparato de Estado brasileiro sob o governo Vargas.

Na ESG, um ano antes da chegada de Fidel e seus companheiros ao poder, o então coronel Golbery do Couto e Silva, um dos fundadores e principal teórico desta instituição, defendia que a segurança hemisférica deveria ser garantida pelos estadunidenses, e que caberia aos militares brasileiros apenas se precaverem contra o perigo do “inimigo interno”. Assim definiu a guerra subversiva, num texto de 1958:

“A guerra subversiva (...) constitui a fronteira imprecisa entre a guerra propriamente dita, caracterizada pela entrada em ação efetiva das forças armadas, e a “guerra fria”, única paz que realmente nos é dada conhecer no mundo conturbado e agônico de nossos dias. Naquela, as forças armadas regulares têm apenas um papel, as mais das vezes episódico ou, pelo menos, cedem a primazia à ação dos guerrilheiros, dos sabotadores, dos *partisans*, de um lado, e a repressão quase de caráter policial, do outro (...).”³⁴⁰

Percebemos que o coronel Golbery, ao menos neste texto originalmente publicado em 1958, afirmava que a principal característica deste tipo guerra era a ausência de enfrentamento direto, o que daria aos guerrilheiros as vantagens da surpresa e da primazia ofensiva. Para escapar a este perigo, o coronel Golbery, assim como o general peruano Marín, acreditava que era necessário dar cabo das condições de pobreza que levariam o povo a aderir a tais movimentos. Porém, o meio de elevar as condições materiais de vida da população era, em nas palavras do brasileiro:

“... a América Latina – e em seu contexto, o Brasil –, por suas fraquezas econômicas, sua imaturidade política e seu baixo nível cultural, acha-se, sem dúvida alguma, extremamente vulnerável à agressão comunista, mascarada sob a forma de infiltração e subversão a distância e, pois reforçar-lhe a capacidade de resistência eliminando as condições locais tão propícias à final implantação, nesta região, de capital importância para todo o Ocidente, de uma cabeça de ponte comunista ou entreposto favorável aos vermelhos é tarefa das mais relevantes e de maior urgência que as grandes potências ocidentais e, em particular, os EUA tão próximos não poderiam nem deveriam, de forma alguma descuidar em nível muito inferior de sua ampla lista de prioridades estratégicas.”³⁴¹

A reflexão do coronel Golbery chama atenção por dois aspectos: o primeiro é que mesmo relacionando a pobreza à possibilidade de adesão ao comunismo, não coloca a

340 SILVA, *Conjuntura política nacional...* op cit p236

341 Ibid p 246-247

responsabilidade, portanto a possibilidade de mudar a situação, no raio de ação dos poderes locais. O segundo aspecto é a crença de que a miséria na América Latina, especialmente no Brasil, estivesse, mesmo que longinquamente, na lista de prioridades estratégicas das potências capitalistas e dos EUA, em particular. É claro que não se pode ignorar a existência de programas de ajuda econômica ou empréstimos, porém apontá-los como prioridade, e mesmo como meio privilegiado de saída para miséria demonstra elevado grau de confiança e dependência em relação aos centros do capitalismo, mais especificamente dos EUA.

Comparativamente à posição do general Marín, aponta para uma responsabilização do Estado peruano no combate às desigualdades sociais; enquanto que o oficial esguiano Couto e Silva coloca a desigualdade social brasileira como um problema internacional. A diferença entre os dois militares sobre onde deveria estar o centro capaz de tomar decisões efetivas pode ser uma chave para a compreensão de medidas tomadas por governos militares influenciados pelo pensamento das duas escolas.

3.1.3 A Revolução Cubana: a “materialização do fantasma” na ESG e no CAEM

Meses após a entrada das tropas de Fidel Castro, Che Guevara e Camilo Cienfuegos em Havana em janeiro de 1959, houve a primeira conferência sobre guerra revolucionária na ESG. Segundo o sociólogo João Roberto Martins Filho, a Revolução Cubana impactou fortemente os militares brasileiros da ESG, mas antes mesmo da vitória dos guerrilheiros, os setores mais anticomunistas das Forças Armadas dedicavam-se com afincado às teorias francesas da guerra revolucionária que já conheciam:

“Nesse momento, estávamos profissionalmente perplexos, sem saber que direção tomar. (...) Nessa ocasião, a literatura militar francesa (...) começa a formular um novo tipo de guerra. Isso entrou pelo canal da nossa ESG, e foi ela que lançou as ideias sobre a guerra insurrecional e revolucionária e passou a nelas identificar o quadro da nossa própria possível guerra. Para nós ainda não havia guerra nuclear, a guerra convencional já estava ultrapassada. Mas havia uma guerra que nos parecia estar aqui dentro. (...) Isso tudo contribuiu para a formulação de nossa própria doutrina de guerra revolucionária que resultou no movimento militar de 64.”³⁴²

Deste modo, para a ESG, a revolução cubana foi o sinal de que os militares deveriam preparar-se seriamente, pois naquele momento se realizava um temor que existia desde os anos 1920: uma revolução comunista na América.

A primeira conferência sobre a guerra revolucionária foi ministrada pelo coronel Augusto Fragoso, em 18 de maio de 1959, para o Curso de Estado Maior e Comando das

342 COSTA, Otávio apud MARTINS FILHO. *Forças armadas e política ...op cit* p110

Forças Armadas, exclusivo para militares, sendo depois repetida para os demais cursos da instituição, inclusive aqueles abertos aos civis³⁴³. O coronel Fragoso, cujo currículo destaca sua participação na Força Expedicionária Brasileira durante a Segunda Guerra, e então chefe de assuntos militares daquela instituição, utilizou como base para esta aula os livros “*Le Guerres insurrectionnelles et revolutionnaires*”, do Gal. Gabriel Bonnet e “*La guerre Revolucionnaire*” de Claude Delmas, ambos referências da ESG francesa.

Inicialmente, o coronel Fragoso apresentou o debate entre franceses e estadunidenses sobre a nomenclatura, indicando que os brasileiros optaram por acompanhar os franceses prevalecendo o termo guerra revolucionária, caracterizada da seguinte forma: movida por uma minoria atuante alimentada por uma ideia-força (ideologia adaptada para a conquista das massas) que utiliza as contradições, antagonismos e fraquezas do meio social e conta com ajuda externa para mobilizar as massas (pela persuasão ou pelo terror), usa intensamente a propaganda, o terrorismo e a guerrilha até o domínio da população. Deste modo, “o fim último da guerra não é nunca destruir, mas persuadir”³⁴⁴ (grifos no original).

Para o coronel Fragoso, a guerra revolucionária era uma:

“Doutrina de guerra elaborada pelos teóricos marxistas-leninistas e praticada por movimentos revolucionários diversos que visam à conquista do Poder através do controle progressivo, físico e psicológico, das populações, com a ajuda de técnicas particulares, apoiados numa mística e seguindo um processo determinado. Tal doutrina pode acomodar-se a todas as formas de guerra.”³⁴⁵

Esta definição de Fragoso em 1959 demonstra uma preocupação com o crescimento do movimento comunista internacional, sendo que naquele momento a revolução cubana sequer havia aderido ao socialismo, o que somente aconteceu em 1962. Os brasileiros da ESG começaram então a luta contra o comunismo, sem criticar as condições de miséria em que vivia a grande parte da população brasileira.

Naquele momento, no qual a revolução comunista tornava-se palpável em nosso continente, para abordar tal tema os militares peruanos do CAEM contaram com textos de militares franceses que lutaram na Indochina e no norte da África, pois, provavelmente acreditavam que analisando tais confrontos fosse possível identificar possíveis sinais revolucionários em território peruano. Os documentos encontrados são datados de 1959, mas estavam organizados numa apostila de 1962 e encontrados nos materiais da turma de 1967, o que indica que possivelmente foram utilizados pelas turmas que frequentaram o CAEM até

343 FRAGOSO, Augusto. **Introdução ao Estudo da Guerra Revolucionária**. Rio de Janeiro: ESG, 1959

344 Ibid p9

345 FRAGOSO apud ARRUDA, **A Escola Superior...** op cit p 251

aquela data. Assim, devido ao uso da mesma referência inicial francesa, os militares peruanos aprenderam a guerra revolucionária de modo similar aos brasileiros:

*“la guerra revolucionaria tiene por objetivo la captura del poder mediante la participación activa de la población – conquistada física y moralmente – y la aplicación de procedimientos técnicos, a la vez destructivos y constructivos, conforme un proceso preciso.”*³⁴⁶

Anos depois, em 1966, os manuais do CAEM eram desenvolvidos pelos próprios militares peruanos, que apesar de incentivarem a elaboração de respostas originais às suas questões, por meio de tarefas investigativas atribuídas às turmas, continuavam atentos aos conceitos utilizados internacionalmente. No caso da subversão, remeteram-se a uma reunião realizada em 1964 em Washington, segundo a qual, a subversão se caracterizaria quando houvesse qualquer forma de intervenção estrangeira, fosse por meio de auspício, financiamento, propaganda, treinamento ou abastecimento de qualquer tipo, entre outras. Esta forma de “agressão” seria comparável a uma agressão armada, de modo que a nação agredida teria garantido seu direito à legítima defesa³⁴⁷.

Deste modo, o manual do CAEM de 1966, definia subversão como:

*“La subversión es un esfuerzo organizado para derribar al gobierno legalmente constituido y cambiar las estructuras nacionales por otras de carácter comunista. La subversión se presenta em las sociedades estancadas o en aquellas otras que están en estado de transición, su base es una sociedad vulnerable, su motor es el descontento o frustracion popular y su dirección una minoria activa y fanática. La Subversión se desarrolla en tres etapas perfectamente definidas que comienza com la infiltración de una minoría, se desarrolla mediante la movilización del pueblo y el equilibrio de fuerzas y termina cuando se logra que el pueblo pierda la fè em el gobierno y la confianza de sus estructuras nacionales.”*³⁴⁸.

Assim, o comunismo seria uma estrutura de governo necessariamente internacional, que se manifestaria prioritariamente em sociedades onde a população tivesse condições de vida insatisfatórias, e por isso depositariam suas expectativas de uma vida melhor na alternativa apresentada por “uma minoria”. Diferentemente dos brasileiros, os peruanos do CAEM, priorizaram o combate às condições de pobreza, que fomentariam a expansão do comunismo.

346 XIMENES. **La Guerra Revolucionária y sus antecedentes fundamentales**. La Guerra Revolucionaria. IX Promoción CAEM. Lima: CAEM, 1959.p 9. Ximenes é o pseudônimo utilizado por algum teórico militar francês e seus escritos são citados como referências tanto na ESG brasileira quanto no CAEM peruano. Esta informação está m FRAGOSO, **Introdução ao Estudo...**op cit p.31

347 CAEM – CENTRO DE ALTOS ESTUDIOS MILITARES. **Teoria de la guerra contra la acción subversiva - plan de leccion**. XVI Promocion CAEM. Lima: CAEM, 1966. p 9

348 Ibid p.18

3.1.4 Os manuais de guerra revolucionária

Para compreendermos o papel central que a condição de subdesenvolvimento, ou melhor, de pobreza, ocupa na expansão do comunismo segundo o manual do CAEM peruano, e da menor importância que as chamadas “contradições internas” apresentam nos manuais sobre guerra revolucionária na ESG brasileira, atentemos a algumas condições das instituições e, por consequência, das fontes.

Os manuais sobre guerra revolucionária utilizados nos dois países em 1959 e início dos anos 1960 eram praticamente os mesmos: traduções dos manuais franceses. A diferença era que no CAEM havia a indicação dos autores franceses, enquanto que no Brasil, o coronel Fragoso os traduziu e incluiu avaliações pessoais sobre as condições pré-revolucionárias nas quais o Brasil se encontraria.

No CAEM, não há um acervo com a série completa de conferências oferecidas em todos os anos, mas nas apostilas de 1966 e 1967, encontradas no *Centro de Estudios Histórico Militares del Perú*, constavam documentos de outros anos, inclusive a conferência *Doctrina de Bienestar General* de 1963, junto com as anotações de alguns dos participantes. Depois do combate às guerrilhas em 1965, aparecem as elaborações próprias acerca da subversão no Peru, que apontam o desenvolvimento, no sentido de crescimento econômico com melhoria da qualidade de vida da população, como único meio seguro de combate à subversão.

Em contrapartida, na ESG brasileira, as diversas conferências, especificamente sobre o tema da guerra revolucionária³⁴⁹, percorrem outros caminhos que mal passam pelos motivos que levariam populares a aderirem ao programa comunista.

Na abertura no manual de 1966 do CAEM, há um informe sobre um trabalho de investigação a respeito das linhas de planejamento estratégico contra a subversão, iniciado pela XV Promoção em 1965³⁵⁰. Assim, no mesmo ano em que o exército peruano combatia os focos guerrilheiros que se instalaram no centro-sul da Serra andina, a turma do CAEM deveria pesquisar e apresentar planos para desenvolver aquela região e impedir que as idéias subversivas encontrassem território fértil.

349 Especificamente sobre o combate à subversão, encontramos duas conferências em 1959, uma em 1960, duas em 1962 e uma em 1964. Existe a possibilidade da biblioteca Cordeiro de Farias na ESG não ter a série completa de conferências.

350 Ibid p.1

3.1.5 Os teóricos subversivos

Nas duas instituições, nos primeiros manuais, a guerra revolucionária foi exposta principalmente a partir dos exemplos das guerras de libertação colonial – chamadas subversivas ou revolucionárias – na África e na Ásia. E, mais que Marx & Engels, Lênin ou Trotsky, era Mao Tsé-Tung a grande referência para a compreensão do “pensamento subversivo”; acreditamos que isso se deva ao fato de que, na ESG e no CAEM, a primeira referência sobre contrarrevolução era o pensamento militar francês, e também porque a Revolução Chinesa fora realizada com o apoio da população camponesa, caso então da maioria dos habitantes do Brasil e do Peru.

Em 1960, o já então general Augusto Fragoso afirmou que a guerra revolucionária teria sido resultado da síntese de conhecimentos militares de teóricos como Clausewitz e Lawrence por comunistas como Lênin e Mao Tsé-Tung, uma vez que revolucionários entenderiam “a guerra como continuação da política por outros meios” e também poderiam se valer de “todos os meios desde que conduzissem ao fim almejado”³⁵¹.

No ano seguinte, o contra-almirante Murillo Vasco do Valle e Silva, em sua conferência na ESG, chegou até mesmo a atribuir ao líder da Revolução Chinesa a invenção da guerra total, que seria sinônimo desta vez de guerra revolucionária, e explica a “totalidade” da guerra por objetivar “cada indivíduo na massa humana, na sociedade, no mundo”³⁵². O mesmo conferencista apontou como os grandes males do comunismo a hierarquização e o rígido controle do Estado sobre a sociedade, que culminaria com o fim da família e obediência total ao partido³⁵³. O contra-almirante Valle e Silva foi responsável na ESG por apresentar a guerra revolucionária em 1961 e 62; suas posições possivelmente se explicam por sua proximidade dos EUA: foi membro do Estado Maior da Junta Interamericana de Defesa, estagiou na esquadra do Pacífico estadunidense e fora oficial de ordens de Eisenhower, logo, seu anticomunismo exarcebado, provavelmente, está relacionada à sua trajetória curricular.

No mesmo ano, o general de brigada Aurélio de Lyra Tavares também conferenciou sobre a guerra revolucionária. Explanando longamente sobre o pensamento de Mao, atribuiu ao líder chinês o objetivo comunista de “fazer a última guerra da humanidade, para acabar com todas as guerras”³⁵⁴. Nesta exposição, o general Tavares também temia os sucessos do comunismo que teriam sido indicados por Mao, entre os quais estavam “o desaparecimento da

351 FRAGOSO, Augusto. **A Guerra Revolucionária**. Rio de Janeiro: ESG, 1960 p.9-11

352 VALLE E SILVA, Murilo Vasco do. **Guerra revolucionária**. Rio de Janeiro: ESG, 1961 p4

353 Ibid p 12 e 13

354 TAVARES, Aurélio de Lyra. **A guerra revolucionária e a conjuntura brasileira**. Rio de Janeiro: ESG, 1961 p. 8

autoridade da família, da religião e do marido”³⁵⁵. Percebemos aqui o peso dos argumentos moralistas contra o comunismo e sua gravidade para as elites reunidas na ESG para pensar o futuro do Brasil.

Nos manuais do CAEM foram elencadas as contribuições de Marx, Lênin, Mao Tsé-Tung e Giap para a elaboração da “agressão comunista”. A Marx atribuíram a simplificação pragmática, comumente imputada a Maquiavel, de que “os fins justificam os meios” e que a “violência é a base da vida”, possivelmente uma interpretação muito particular sobre a luta de classes enquanto motor da história³⁵⁶. Mas, o manual destaca a contribuição de Mao à estratégia subversiva, pois ele teria agregado à guerra de guerrilhas a ideia do apoio popular massivo/exploração das vulnerabilidades sociais e formação de um exército popular.

Os militares do CAEM compararam as estratégias utilizadas por Mao àquelas utilizadas pelo general vietnamita Giap, identificando o que cada um agregou para a guerra subversiva³⁵⁷, especialmente para compreender a penetração destes “subversivos” entre as populações que lhes serviram de base³⁵⁸.

Após o sucesso da revolução em Cuba, o caráter camponês da distante revolução chinesa e do Vietnã provavelmente aumentou o alerta para movimentos de reivindicação agrária como as Ligas Camponesas no Brasil e a Federação Provincial (reunião de sindicatos rurais) no Peru, que estavam em plena atividade desde meados dos anos 1950.

Ao compararmos os argumentos que sustentavam o combate ao comunismo nos manuais dos dois países, verificamos que os peruanos não apelavam para argumentos amparados em valores familiares e morais para sustentarem a defesa do Estado-liberal, seu anticomunismo pautava-se mais na defesa do nacionalismo contra ideias estrangeiras.

3.1.6 As fases da guerra revolucionária e o “imperialismo comunista”

A ESG e o CAEM dividiam a guerra revolucionária em fases, de acordo com os ensinamentos franceses. A divisão apresentada pelas duas instituições era, grosso modo, a mesma, a saber: pré-revolucionária (organização de infraestrutura e difusão de ideias) e revolucionária (ações armadas para desacreditar o governo até a guerrilha propriamente), e

355 Ibid p.28

356 CAEM, **Teoria de la guerra contra la acción...** op cit p.10

357 No CAEM, em 1966, foram identificadas as seguintes contribuições de Mao na China de 1949: a mobilidade, surpresa, ação psicológica e apoio popular; e as de Giap no Vietnã de 1954 foram: preparação, tempo de espera e de fustigar o inimigo, de destruição e retirada. CAEM, **Teoria de la guerra contra la acción...** op cit p17.

358 Ibid. p14-16

estas podiam ter, de acordo com o conferencista, várias subdivisões. Nestas fases, havia dois tipos de ações: as destrutivas, que visariam minar a ordem vigente, e as construtivas, que consistiriam na introdução das ideias e da forma de organização comunista na sociedade; ambas as fases seriam perpassadas pela guerra psicológica, tratada pelos militares como sinônimo de propaganda e muitas vezes apontada como a mais perigosa forma de combate apresentada pelo comunismo³⁵⁹.

Segundo os ensinamentos do CAEM, a contrassubversão ou a luta contra o comunismo, tinha a especificidade de ser essencialmente uma guerra construtiva, diferente dos conflitos tradicionais que eram destrutivos, pois esta forma nova forma de enfrentamento seria composta por ações psicológicas, econômicas, políticas, cívicas, militares e paramilitares, que deveriam ser adotadas por todos os governos democráticos. A ordem em que estas ações aparecem no documento corresponde ao grau de avanço da subversão, de modo que as ações psicológicas ou de propaganda seriam as primeiras tomadas pelos governos legais, e apenas no caso de entrarem na fase armada os militares deveriam agir³⁶⁰. Aparentemente, os militares peruanos estavam dispostos a conviver num ambiente democrático desde que não houvesse ações violentas, mesmo após o enfrentamento com as guerrilhas em 1965.

Em 1960, o general Fragoso ainda muito pautado pelos manuais franceses, expôs na ESG o que seriam os três princípios da guerra revolucionária, a saber: economia de forças, concentração de esforços e unidade de ação. De modo que as primeiras fases da guerra seriam marcadas pela lentidão e as últimas pela impetuosidade, despertando a atenção de seu auditório para a periculosidade da fase que o Brasil atravessaria naquele instante, em que as ideias comunistas circulavam livremente³⁶¹.

Devido ao contexto da Guerra Fria, ambas as escolas em suas aulas sobre subversão, fizeram constantes referências sobre o papel da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) para a expansão internacional do comunismo e, conseqüentemente, para as tentativas revolucionárias em seus respectivos países. Ainda em 1959, na ESG, o tenente-coronel Theodorico Gahyva em sua exposição “a guerra revolucionária e a conjuntura brasileira”, afirmou que após a invenção da guerra nuclear, não convinha à URSS uma guerra global, pois aniquilaria o mundo existente. Por isso os comunistas estariam numa ofensiva sobre os países

359 FRAGOSO, *Introdução ao Estudo...* op cit p.17-25 e XIMENES, *La Guerra Revolucionária...* opcit p.4-12

360 CAEM, *Teoría de la guerra contra la acción...* op cit p19

361 FRAGOSO, *A Guerra Revolucionária* ..op cit p.13-16.

subdesenvolvidos para tirá-los da zona de influência do dólar, e assim enfraquecer os EUA³⁶². No mesmo ano, o general Fragoso apontou a guerra nuclear como responsável pelo equilíbrio do medo e, que ao mesmo tempo, aumentou a probabilidade das guerras revolucionárias, devido às contradições internas dos países ocidentais. Assim, as Forças Armadas deveriam ser reestruturadas para fortalecer a segurança interna³⁶³.

No ano seguinte, o mesmo conferencista, general Fragoso, mencionou a posição adotada do VI Congresso do Partido Comunista da URSS, em relação aos dois tipos de guerra então em curso: as guerras de libertação nacional (revoluções) e as interimperialistas. Nas primeiras, caberia ficarem ao lado das forças revolucionárias e, na segunda, trabalhar para a derrota de todos os contenedores. O general Fragoso difundia esta informação provavelmente para “comprovar” a ligação entre os movimentos subversivos internos e os interesses de Moscou³⁶⁴.

Tanto no CAEM como na ESG, as conferências sobre subversão contavam com um trecho dedicado à história do expansionismo comunista pelo mundo, tal parte visava claramente alertar as plateias em relação a um perigo aparentemente distante. O general Aurélio de Lyra Tavares, por exemplo, afirmou que a “Rússia Soviética” havia logrado implantar a mais completa forma de colonialismo, ao mesmo tempo em que os Estados capitalistas acabavam com o colonialismo, por sua própria iniciativa em certos casos³⁶⁵. Em 1962, na ESG, o contra-almirante Murillo Valle e Silva contou que Stalin, continuador de Lênin, colocara em marcha o plano de expansão comunista pelo mundo³⁶⁶.

No ano do golpe no Brasil, 1964, a conferência sobre guerra revolucionária na ESG foi ministrada por uma equipe do departamento de estudos e apontava o governo da URSS como matriz do expansionismo comunista, reforçando o argumento a partir de declarações de Krushev sobre as guerras de libertação coloniais em 1961³⁶⁷.

No manual do CAEM de 1966, a expansão comunista foi explicada desde o fim da Segunda Guerra e, em 1950, teria sido implementada uma política policentrista, cujo objetivo seria estabelecer núcleos para expansão em várias regiões do mundo, sendo Cuba o núcleo da América Latina. Assim, a missão de Fidel Castro seria expandir sua revolução para vários

362 GAHYVA, Theodorico. **A guerra revolucionária e a conjuntura brasileira**. Rio de Janeiro: ESG, 1959 p.15

363 FRAGOSO, **Introdução ao Estudo...** op cit p. 8 e 45

364 Idem, **A Guerra Revolucionária** ..op cit p8

365 TAVARES, **A guerra revolucionária...** op cit p23

366 VALLE E SILVA, Murillo Vasco do. **Guerra Revolucionária**. Rio de Janeiro: ESG, 1962. p2-5

367 CARDOSO, Alberto de Assumpção, et. Alli. **A Guerra revolucionária**. Rio de Janeiro: ESG, 1964. p4

países³⁶⁸. Nesta exposição, nada consta sobre a Emenda Platt ou a relação entre Cuba e os EUA antes da revolução. O mesmo manual explicou o surgimento das guerrilhas no Peru em 1965 também pela ação expansionista do comunismo, que acarretou em algumas ações terroristas em Lima e nas guerrilhas instaladas no centro-sul dos Andes. Segundo o conferencista, que não foi identificado, vários dos participantes da turma de 1966 atuaram no combate àquelas guerrilhas no ano anterior³⁶⁹.

3.1.7 As condições de vida da população na América Latina e o comunismo

A América Latina aparece nos manuais sobre guerra revolucionária na ESG e no CAEM como um continente suscetível ao comunismo. Na escola militar brasileira há o agravante de colocar os países vizinhos como ameaças à estabilidade da política interna. Ainda em 1959, o tenente-coronel Theodorico Gahyva afirmou que “o sentimento antiamericanista” era maior na “América espanhola” – a escolha do termo, ao tratá-las como se ainda fossem colônias, demonstra a distância que o oficial brasileiro tinha em conta nossos vizinhos –; inclusive afirma que o crescente clima de insatisfação popular com os governos locais poderia resultar num movimento que ultrapassasse as fronteiras nacionais, a partir da formação de uma “frente de salvação popular sul-americana”³⁷⁰.

Este militar temia o “inimigo interno continental”, pois uma revolução em qualquer país do Cone Sul teria potencial para arrastar o Brasil ao comunismo; os países com maior movimentação “subversiva” naquele momento eram, para o oficial Gahyva, Bolívia, Argentina e Uruguai, o que era, para ele, um indício que havia um plano orquestrado de fora para subverter o continente³⁷¹.

No ano seguinte, o general Augusto Fragoso denunciou a vulnerabilidade da América Latina à subversão comunista, e para embasar sua tese listou os seguintes casos de subversão interna, sem analisá-los ou até mesmo descrevê-los minimamente: Colômbia (1948), Chile (1948-49), Bolívia (1952), Guatemala (1954) e novamente Cuba (1953 e 1956-1959). Os casos que mais o preocupavam eram o cubano – pelo fato de Fidel ter sido heroicizado em 1959 por conferencistas renomados como Tristão de Ataíde e Gustavo Corção (este, depois que a Revolução adotou o socialismo em 1962, chegou a defender a invasão de Cuba pelos demais exércitos do continente) – e o argentino, cujos efeitos da mobilização popular

368 CAEM, *Teoria de la guerra contra la acción...* op cit p 2-3

369 Ibid p. 3

370 GAHYVA, *A guerra revolucionária...* op cit p. 13-16

371 Ibid p.17

incentivada pelo peronismo ainda eram fortes, ao ponto do general Fragoso citar um discurso no qual um oficial explica o uso de leis marciais para conter a subversão que julgava estar em marcha em seu país³⁷².

No ano seguinte, o general Aurélio de Lyra Tavares apontou a América Latina como foco de interesse da guerra revolucionária, pois o objetivo principal dos comunistas seria tomar o “bastião 'imperialista'” dos EUA.

Segundo a avaliação do general Tavares, a América do Sul ofereceria condições de penetração, ainda que a “dominação” em seu conjunto fosse mais complexa devido à diversidade e o tamanho dos países. E, a América Central, por se encontrar em situação “semicolonial”, ofereceria menor resistência à subversão³⁷³. O desejo de espalhar o temor do comunismo na audiência eram tamanho que o general Tavares chegou a afirmar que o exército cubano era o segundo maior das Américas!³⁷⁴.

No Peru, o CAEM também alertava quanto à conjuntura revolucionária latino-americana, contudo de modo mais comedido. Ali era explicado que tal conjuntura somente existia por conta do desejo de melhorias dos povos onde o processo de modernização era lento ou incompatível com as realidades nacionais³⁷⁵.

Em seu manual de 1967, diferente da ESG, colocam-se como parte do continente em perigo e não como se os demais países representassem uma ameaça para o Peru. Também denunciam a estratégia de expansão comunista a partir de Cuba, que se apoiaria em diversos grupos internos (políticos, trabalhadores etc.), pois a subversão atuaria em diversos níveis (geral, continental e local/ nacional)³⁷⁶.

O destacado teórico da geopolítica peruana, o general Edgardo Mercado Jarrín, participante do CAEM na turma de 1963, ofereceu em 1967 uma conferência intitulada *La política, la estrategia militar em la guerra contra-subversiva em America Latina* à Escola de Inteligência do *Fort Holabird* a convite do exército estadunidense³⁷⁷.

Nesta conferência, o general Mercado Jarrín dividiu os países da América Latina em três categorias, de acordo com sua condição de desenvolvimento econômico e solidez de suas instituições políticas; entre os mais desenvolvidos e sólidos estariam Brasil, Argentina e

372 FRAGOSO, **A guerra revolucionária...** op cit p. 39-45

373 TAVARES, **A guerra revolucionária...** op cit. p 53-54

374 Ibid. p 69

375 CAEM, **Teoria de la guerra contra la acción...** op cit p 18

376 CAEM – CENTRO DE ALTOS ESTUDIOS MILITARES. **Guerra Contrasubversiva- plan de leccion XVII Promocion.** Lima: CAEM, 1967 p.2

377 MERCADO JARRÍN, Edgardo. **La política y la estrategia militar em la guerra contrasubversiva em America Latina.** Lima, 1967.

México, a meio caminho e em desenvolvimento estariam Chile, Colômbia, Peru, Venezuela e Uruguai, e o terceiro grupo seria formado pelos países mais suscetíveis às ideias revolucionárias, para o autor seria o caso dos países da América Central, Bolívia, Equador e Paraguai.

Naquele momento, Mercado Jarrín apontava a OLAS (Organização Latino-americana de Solidariedade) instalada em Havana, como tentativa de desestabilizar as políticas de desenvolvimento implantadas no continente, que deveriam resolver os graves problemas decorrentes da miséria e acabariam com o combustível da subversão. O general peruano defendeu veementemente a reforma agrária, a qualificação profissional e a integração nacional como medidas mais eficazes contra a disseminação das ideias subversivas³⁷⁸.

Na ESG a reforma agrária não apareceu diretamente vinculada ao combate à subversão, mas como tema abordado pela Divisão de Assuntos Econômicos da instituição. Encontramos sua defesa em uma única oportunidade: em 1962 o engenheiro agrônomo Thiago Ferreira da Cunha, ex-estagiário da escola e com longa carreira vinculada aos tema da agricultura proferiu a conferência “Problemas de abastecimento de gêneros alimentícios”, na qual defendeu a reforma agrária como medida de distribuição de renda, redistribuição demográfica da população e meio de ampliação do acesso da população ao Estado via educação, saneamento, créditos e assistência técnica à produção³⁷⁹.

Noutro momento, a crítica à expropriação de terras particulares para reforma agrária foi o destaque da conferência “A Reforma Agrária”, proferida em 1963, no bojo das discussões na ESG sobre campanha das Reformas de Base encampadas pelo presidente João Goulart. O conferencista foi Edgard Teixeira Leite, então vice-presidente da Confederação Rural Brasileira. Em sua conferência o autor definiu a reforma agrária como:

“instrumento de modificação da estrutura social e econômica do nosso sistema agrário, sempre que possível através do acesso à terra própria, para o maior número de nossos rurícolas, objetivando o seu bem-estar social e com o aumento da produtividade.”³⁸⁰(grifo no original)

Para o autor o sucesso da reforma agrária dependia da relação entre o trabalhador e a terra e a possibilidade de torná-la produtiva, tendo acesso ao financiamento para máquinas e equipamentos e à formação técnica que aumentasse o rendimento de seu trabalho. Assim o autor diferencia o que seria uma “mera” reforma fundiária (divisão dos latifúndios), reinvidicada naquele momento, de uma reforma agrária que fomentasse o uso empresarial da

378 Ibid.

379 CUNHA, Thiago Ferreira. **Problemas de abastecimento de gêneros alimentícios**. Rio de Janeiro: ESG, 1962

380 LEITE, Edgard Teixeira. **A Reforma Agrária**. Rio de Janeiro: ESG, 1963 p.4

terra. O que o conferencista criticou era o fato de o governo, por meio de seus institutos não conseguir distribuir e tornar produtivas sequer as terras que já lhe pertencia, de modo que não teria legitimidade para expropriar mais terras.

Leite mencionou casos que considerou bem sucedidos de iniciativas privadas de ocupação e produção como a Cooperativa Agrícola de Cotia (Macaé-RJ) e a Colonizadora Norte-Matogrossense Comnomali (Cuiabá-MT). Nesta única conferência que encontramos na ESG exclusivamente sobre o tema da reforma agrária até 1964, em nenhum momento foi tomada enquanto medida relacionada à contenção à expansão do comunismo. Ao contrário do CAEM, onde a reforma agrária era vista como uma medida necessária para o fortalecimento do capitalismo e da produção no campo visando em primeiro lugar a contenção do comunismo.

Na ESG, as más condições de vida da população não seriam justificativas suficientes para adesão às ideias subversivas. Segundo o contra-almirante Valle e Silva, os comunistas focavam sua atenção nos países de Terceiro Mundo porque queriam privar os países centrais do capitalismo do acesso às suas principais matérias-primas, extraídas da América Latina, África e Ásia³⁸¹. O mesmo conferencista, interessado na manutenção do sistema capitalista, indicou as seis características constantes em todas as revoluções que triunfaram desde o ano 406 a.C. (Batalha naval de Arginusas na Guerra do Peloponeso!), a saber: começam pelo colapso financeiro do país, os revolucionários não encarnam a “escória” da sociedade (incluem elementos e todos os grupos sociais), as classes populares são manipuladas pela revolução (não a dominam), contradição entre pregação e ações dos líderes revolucionários, extremismo revolucionário não altera hábitos arraigados nas sociedades e, por fim, como as religiões, as revoluções aspirariam ao universalismo, mas seriam “na verdade” nacionalistas e exclusivistas³⁸². Curiosamente, justamente é este nacionalismo que aqui é apontado como pejorativo, era reivindicado por setores esquerdistas que, quando interessava aos militares desqualificá-los, acusava-lhes utilizar o nacionalismo para esconder o fato de serem instrumentos do imperialismo soviético.

Da mesma forma que na ESG, as características das revoluções vitoriosas foram listadas no CAEM, mas com outro olhar; ali, a ideia era verificar quais as razões do fracasso dos exércitos ao defenderem as instituições na Rússia, China, Filipinas, Vietnã e Cuba. Para os peruanos, o que estas experiências mostravam era que todas as vezes que se enfrentou uma

381 VALLE E SILVA, **Guerra Revolucionária...** op cit. p5

382 Ibid. p 8

revolução valendo-se apenas da força o Estado fracassou, uma vez que a razão comum a todas as vitórias era que os revolucionários contaram com decidido apoio popular³⁸³.

Portanto, para que os planos de combate à subversão funcionassem, segundo os manuais do CAEM, era preciso levar em conta a “realidade nacional”, se não a considerassem, fracassariam total ou parcialmente e, conseqüentemente, dariam mais argumentos aos subversivos, uma vez que seu objetivo seria ganhar e preservar a lealdade da população. A luta contra-subversiva deveria pautar-se em três frentes: desenvolvimento nacional (no sentido de crescimento econômico com geração de empregos e distribuição de renda), controle da população e recursos e, por último, se necessário, enfrentamento militar³⁸⁴.

Havia uma clara diferença entre as análises difundidas na ESG e no CAEM sobre os movimentos revolucionários. Enquanto na ESG a leitura priorizou a caracterização dos adeptos e os passos que seguiriam, no CAEM procuraram compreender as razões das derrotas dos exércitos nacionais. Esta diferença indica um olhar crítico dos peruanos para as instituições que poderiam ser causa de insatisfações populares, enquanto que na ESG tal possibilidade sequer foi aventada.

Segundo os manuais do CAEM, o combate à subversão era uma prerrogativa civil, que deveria começar pelas medidas preventivas, enquanto que os militares deveriam atuar apenas se as forças subversivas fizessem uso da violência.

Na ESG, por outro lado, desde 1959, os conferencistas denunciavam enfaticamente a fase “pré-revolucionária” na qual o país se encontrava, e se perguntavam se as Forças Armadas deveriam esperar a fase da luta armada para atuar, pois este tempo de espera poderia ser decisivo para o resultado do conflito já em andamento, segundo os esguianos.

A posição expressa nos manuais do CAEM, ao listarem pela ordem os meios de combate à subversão: órgãos de desenvolvimento, informação, organizações cívicas, religiosas, trabalho e comércio, bem-estar e políticos; apenas depois as organizações militares – FA e polícia, e, por último, os meios paramilitares de defesa local e depois defesa civil³⁸⁵. O manual deixa claro que o uso da força seria apenas nas últimas instâncias.

É importante destacar que, mesmo nos momentos em que as Forças Armadas deveriam intervir, segundo o manual do CAEM, tinham que instituir um *comité asesor cívico-militar*, que contaria com a participação de lideranças locais (que poderiam ser religiosas, sindicalistas, chefes de barriadas ou quaisquer pessoas influentes na comunidade onde a

383 CAEM, *Teoría de la guerra contra la acción...* op cit p4

384 Ibid p. 21

385 Ibid p. 28

subversão se instalasse). O papel deste comitê deveria ser de elo entre as Forças Armadas e os habitantes do local de conflito, ajudando a planejar e avaliar as repercussões das ações militares. No ano seguinte, o texto sobre subversão do CAEM afirmava que o combate seria pautado numa “estratégia mundial” orientada para o “alcance do bem comum”, conforme a própria realidade nacional, visando à neutralização ou destruição da “violência comunista”³⁸⁶.

Por outro lado, na ESG, em 1959, Theodorico Gahyva, colocava como questão ao seu auditório em que momento as Forças Armadas deveriam desempenhar papel ativo, uma vez que se encontravam em pleno período pré-revolucionário³⁸⁷. Na ESG, o general Augusto Fragoso colocava a defesa interna do Estado como responsabilidade de toda população³⁸⁸, sem se questionar se as condições de vida desta população justificariam que se dispusesse a defender a manutenção do Estado tal qual estava organizado, como fizera antes no CAEM o general peruano Marín. A despreocupação com as condições materiais de existência da população era tamanha que na mesma conferência o general Fragoso denunciou o nacionalismo e o desenvolvimentismo econômico como meros disfarces do comunismo.

Verificamos a grande diferença no olhar que os conferencistas do CAEM e da ESG dispensavam às populações do Peru e do Brasil, respectivamente, a partir do modo como elaboravam o combate à subversão. Para os peruanos do CAEM, eram as más condições de vida que faziam com que a população aderisse à propaganda comunista, para os brasileiros da ESG, até havia “contradições internas” a serem resolvidas, mas estas não eram determinantes para adesão ao comunismo.

3.1.8 O medo da penetração comunista nas Forças Armadas

Um importante aspecto comum às duas escolas militares era o receio da penetração das ideias comunistas nas Forças Armadas. Os trabalhos de Stepan & Einaudi e de Daniel Masterson³⁸⁹ afirmam que a luta antissubversiva para os militares era, em primeiro lugar, a luta por sua própria manutenção institucional, uma vez que a eliminação do exército cubano pelos revolucionários teria impactado fortemente militares brasileiros e peruanos, tornando o combate aos “inimigos internos” às próprias Forças Armadas uma prioridade, reforçando a preocupação com a uniformização institucional, conforme os estudiosos da linha organizacional.

386 CAEM, *Guerra Contrasubversiva- plan de leccion ...* op cit p.4

387 GAHYVA, *A guerra revolucionária...* op cit p. 2

388 FRAGOSO, *A guerra revolucionária...* op cit p36

389 EINAUDI& STEPAN, *Latin American Institutional Development...* op cit. e MASTERSON, *Fuerza Armada y sociedad...* op cit

Na ESG, são notórios os momentos das conferências em que o objetivo era assustar o auditório formado pelas “elites” brasileiras, com descrições de façanhas que comprovariam a altíssima periculosidade comunista dentro das Forças Armadas. Ainda em 1959, Theodorico Gahyva, mesmo afirmando a impossibilidade da situação, elucubrou sobre um desembarque da URSS em território brasileiro, partindo de qualquer país da África Ocidental; alertou também sobre o perigo da grande concentração de tropas em regiões afetadas pela propaganda comunista, pois esta poderia infiltrar-se nas Forças Armadas. Como medida preventiva, o autor propôs um trabalho de reeducação cívica moral dos quadros das Forças Armadas, pois estes seriam alvos privilegiados das investidas comunistas³⁹⁰.

Foi a partir de 1961 que o discurso do temor ao comunismo dentro das Forças Armadas ganhou força na ESG. Talvez isso se deva ao fato de que naquele ano a renúncia de Jânio Quadros e as negociações que antecederam a posse de João Goulart mostraram os esguianos impetuosamente no cenário político e, em meio a divisão das Forças Armadas, impuseram a mudança das regras no meio do jogo, ao obrigarem o Congresso a mudar o regime político para o parlamentarismo.

Na conferência do general Aurélio de Lyra Tavares, em diversos momentos transparece o temor da adesão das bases das Forças Armadas ao comunismo e sua consequência mais nefasta para os uniformizados: a subversão da hierarquia, principalmente ao descrever as Forças Armadas da URSS. Segundo o general Tavares, na pátria do comunismo havia uma unidade doutrinária entre o exército e o povo, os encargos dos oficiais teriam sido transferidos aos sargentos, e aqueles deveriam conviver com seus soldados para conhecê-los bem; a disciplina das tropas seria sustentada pela consciência política, de modo que todo não comunista era considerado um inimigo da pátria³⁹¹. Segundo o general Tavares, o proletariado somente provocaria a revolta do exército e empreenderia uma guerra civil com a ajuda dos camponeses quando a burguesia estivesse “aniquilada”³⁹², a força de tal expressão certamente deve ter calado a fundo os civis presentes na conferência. Aprofundando e dando o embasamento da memória ao seu discurso, o general Tavares lembrou da tentativa revolucionária de 1935 e, principalmente, da participação de “elementos da marinha”³⁹³. Mas, o ápice deste movimento de impactar o auditório quanto aos malefícios do comunismo, foi a longa e detalhada descrição das exortações de soldados comunistas na Ucrânia e na Polônia a

390 GAHYVA, *A guerra revolucionária...* op cit p 15-22

391 TAVARES, *A guerra revolucionária...* op cit. p 20

392 Ibid p.31

393 Ibid p51

matarem seus oficiais superiores e se unirem à URSS³⁹⁴. E, para alertar ainda mais a plateia, o general Tavares, denunciou a existência de centros clandestinos de preparação de guerrilheiros no Brasil³⁹⁵.

No mesmo ano, o contra-almirante Murillo Valle e Silva também dedicou parte de sua conferência sobre subversão para alertar o auditório sobre a periculosidade do comunismo para as Forças Armadas; valendo-se da obra de Mao Tsé-Tung como fonte, afirma que a intenção da penetração comunista nas Forças Armadas seria inutilizá-las na hora do confronto. E para reforçar seu argumento, pautou-se em outro autor chinês, desta vez Sun Tsé – viveu no século V a.C, autor do clássico *A arte da guerra*, do qual retira o argumento de importância de corromper o adversário e divulgar tal corrupção visando desmoralizá-lo.

No CAEM, não houve tamanho esforço por atemorizar os participantes quanto aos possíveis danos causados pelo comunismo. O que mais se aproximou neste sentido foi uma relação de objetivos do comunismo no manual de 1967, onde consta a substituição das Forças Armadas regulares por outra revolucionária³⁹⁶.

Para os militares do CAEM e da ESG, tanto o Brasil como o Peru apresentavam sintomas de instalação da subversão, sendo que os peruanos a enfrentaram com armas nas mãos nas serras andinas e apresentavam uma preocupação muito maior em combater suas causas antes do golpe de 1968; enquanto que os brasileiros apenas se defrontaram com grupos armados após o golpe de 1964. Em ambos os países, os militares reconheciam as “contradições internas” em suas estruturas e que estas eram, em maior ou menor grau, responsáveis pela adesão de setores da população ao comunismo. Na ESG, a virulência do discurso anticomunista era muito mais forte que no CAEM, o que pode indicar que os militares brasileiros temiam muito mais a revolução que seus pares peruanos. Para ambas as escolas o comunismo era mais ameaçador quando instalado no seio das Forças Armadas, pois eram as detentoras do monopólio sobre o uso da violência, sustentadas nos conceitos de hierarquia, obediência e meritocracia, todos em última instância, postos em xeque pelo comunismo. Vejamos agora como, na ESG e no CAEM, tais contradições eram vistas e como eram relacionadas à subversão da ordem.

394 Ibid p70-71

395 Ibid p. 76

396 CAEM, *Guerra Contrasubversiva- plan de leccion ...op cit p 2.*

3.2 Os movimentos nacionalistas e as reivindicações sociais

Além da definição de guerra revolucionária, a herança francesa também contribuiu para que os militares dos dois países identificassem movimentos ou reivindicações nacionalistas como abrigos para comunistas infiltrados na fase pré-revolucionária. As experiências da França em suas colônias, somadas aos embates da guerra civil espanhola (1936-39), do nacionalismo do Irã (1945/46/53) e da guerra civil na Grécia (1946-49) foram apresentadas nas duas instituições (mais detalhadamente no CAEM) para demonstrar como os movimentos nacionalistas poderiam ser utilizados pelos comunistas para propagarem primeiro a insatisfação com o governo vigente e depois rumarem ao comunismo³⁹⁷. Na ESG, o coronel Fragoso, em sua apresentação da guerra revolucionária em 1959, comentou os mesmos conflitos, pautado pelos mesmos manuais franceses que o CAEM³⁹⁸.

Nos textos de aula dos militares peruanos sobre a guerra revolucionária, escritos por franceses e traduzidos para o espanhol, há explicações sobre cada um dos processos revolucionários suprarreferidos, sempre enfatizando como o discurso nacionalista inicial (no caso do Vietnã antifascista) era aos poucos tomado por forças revolucionárias que levavam ao rompimento inicialmente com o governo colonial (ou protetor, nos termos dos militares) e em seguida com todo o sistema capitalista, adotando o comunismo. No modo como o processo revolucionário vietnamita era descrito aos peruanos, constavam duras críticas tecidas pelos oficiais franceses à atuação estadunidense na frente oriental da Segunda Guerra. Segundo os textos franceses, os yankees teriam armado os vietnamitas acreditando que estes combateriam apenas o fascismo japonês, armando assim aqueles que viriam a ser os vietkongs. Esta crítica aos estadunidenses pode ter contribuído para que os militares peruanos do CAEM assumissem uma postura mais independente, se comparada aos brasileiros da ESG, que apesar de terem lido os mesmos manuais, passaram pela Segunda Guerra sob mando estadunidense.

Os oficiais franceses reconheciam os méritos de seus adversários: realismo, capacidade de adaptação da luta à situação do país, valor intelectual, objetividade e hábito de autocrítica. Os oficiais franceses também expuseram algumas de suas falhas na condução do conflito, como subestimarem a capacidade de organização dos adversários, a dificuldade em identificar as mudanças na movimentação das aldeias, e o mais grave para eles, o tratamento duro dispensado aos camponeses devido à exasperação das tropas francesas com a cumplicidade destes com os subversivos. Fica em aberto se este “tratamento duro” seria um

397CARRERE, H.; D'ENCAUSE, H.G; LABIGNETTE e SOUYRIS, A. **La Guerra revolucionaria – casos concretos**. Lima: CAEM, 1959

398 FRAGOSO, **Introdução ao estudo...**op cit

eufemismo para tortura³⁹⁹. Deste modo, no CAEM, a experiência das derrotas francesas na guerras coloniais serviria para refletirem sobre as falhas e a partir delas, deveriam construir métodos de contenção à insurgência mais eficazes.

Ao comentar a mesma guerra de liberação do Vietnã, o coronel Fragoso mencionou o despreparo do exército francês para lidar com os adversários que, a partir dos ensinamentos de Lênin e de Mao Tsé-Tung, conseguiram unir o povo às Forças Armadas e promover uma “guerra total” contra os franceses. Aparece aqui uma possível influência estadunidense ao apontar o fracasso francês no Oriente, mas também, segundo Rodrigo Araújo fazia parte da própria doutrina francesa analisar os motivos de seu fracasso colonial⁴⁰⁰.

Deste modo, enquanto no Peru, manuais franceses criticavam a falta de perspicácia dos estadunidenses com os vietnamitas, no Brasil, Fragoso, tradutor dos franceses, lembrava o fracasso destes em manter suas colônias. Há nestes textos a diferença entre a potência francesa em decadência, que avalia seus erros e os dos demais para manter algum espaço, e a potência daquele momento, admirada pelo conferencista brasileiro. Com clara intenção de alarmar sua plateia, Fragoso referiu-se a um documento do Partido Comunista Brasileiro, no qual o partido afirmava a semelhança de sua orientação ao PC vietnamita⁴⁰¹. Logo, se o exército francês estava despreparado, segundo o militar brasileiro, sua instituição deveria mirar-se no que aconteceu e antecipar possíveis falhas para conter o avanço comunista.

Quanto à tentativa de uma revolução popular nacionalista na Grécia, entre 1946 e 1949, foram destacadas tanto no manual francês quanto na tradução de Fragoso a reorganização moral das tropas do exército grego e o entendimento dos militares que o desenvolvimento econômico e a luta contra a miséria eram importantes na contenção do comunismo. O destaque dado pelo general Fragoso ao papel do desenvolvimento na luta anticomunista na Grécia destoa do papel ocupado pelas “contradições internas” do Brasil em suas conferências sobre subversão (1959 e 1960)⁴⁰², pois seriam apenas instrumentos de propaganda comunista e não problemas reais a serem enfrentados.

Nas conferências da ESG de 1959, o nacionalismo também era colocado em suspeição como um meio de escamotear a militância comunista de uma “minoridade”, que se valia desse nacionalismo para manipular a “maioria” da população. Neste ponto, o general Fragoso denunciava a frente única nacionalista proposta pelo líder comunista Luís Carlos Prestes

399CARRERE et alli, **La Guerra revolucionaria...** op cit p.14-31

400 ARAUJO, **A influência francesa ...** op cit.

401 FRAGOSO, **Introdução ao estudo...**op cit p26

402 FRAGOSO, **Introdução ao estudo...**op cit e idem **A guerra revolucionária...**op cit

como um trampolim para a Revolução Comunista⁴⁰³. Tal aproximação entre comunismo e nacionalismo foi utilizada de duas formas pelos conferencistas da ESG que trataram da guerra revolucionária: ora acusavam os comunistas de se esconderem sob o nacionalismo, ora os acusavam de internacionalistas ou antipátria. Cabe lembrar que no Brasil daquele período esta disputa estava instalada no seio das Forças Armadas e que os próprios oficiais que apoiavam causas nacionalistas concentrados no Clube Militar eram taxados de comunistas pelo grupo fundador da ESG⁴⁰⁴.

Os manuais franceses, utilizados no CAEM mesmo denunciando o uso dos movimentos nacionalistas por comunistas, distinguiram os dois grupos. Neles, o nacionalismo não marxista poderia ser tão ou mais perigoso que o comunismo, pois os dirigentes nacionalistas, ao expor seu “anticomunismo”, poderiam atrair a simpatia dos EUA e conseguir apoio para a causa da independência, uma vez que a potência americana se dedicava a enfraquecer a presença europeia na África e no Oriente Médio⁴⁰⁵.

Na ESG, a relação entre nacionalismo e comunismo variou conforme o conferencista. O tenente-coronel Theodorico Gahyva, em 1959, denunciou que muitas vezes as bandeiras nacionalistas serviam para abrigar comunistas, logo, separava os dois grupos, embora os julgasse aliados ocasionais⁴⁰⁶. Dois anos depois, a conferência sobre guerra revolucionária foi ministrada pelo contra-almirante Valle e Silva, que afirmou que o comunismo se ocultava atrás de temas nacionalistas e patrióticos. Para ele, o marxismo se dissimularia, pois em caso de fracasso não sofreria desgaste; além disso, poderia atrair a cooperação de pessoas que inicialmente não adeririam ao comunismo; como exemplos de tal dissimulação, mencionou as revoluções de China, Argélia, Congo e Cuba. Pelos exemplos expostos, conclui-se que o militar brasileiro minimizou ou ignorou o peso do colonialismo ou a causa nacionalista como motor nestes casos⁴⁰⁷.

No ano seguinte, o mesmo conferencista afirmou que as greves, mesmo as justas e legais, eram um meio utilizado pelas lideranças revolucionárias para ganhar prestígio junto a população⁴⁰⁸. Embora não reconhecesse o peso das relações coloniais para os povos explorados, o contra-almirante Valle e Silva reconhecia a legitimidade de algumas

403 FRAGOSO, *Introdução ao estudo...* op cit p.30

404 MARTINS FILHO, *.Forças armadas e política ...* op cit

405 SOUYRIS, A. **Las condiciones de la parada y de la replica en la guerra revolucionaria. La guerra revolucionaria.** Lima: CAEM, 1959 p75

406 GAHYVA, **A guerra revolucionária...** op cit p 12

407VALLE E SILVA, **Guerra revolucionária...**1961 p14

408 Idem, op cit..1962 p 13

reivindicações e movimentos da classe trabalhadora.

A exposição do general Aurélio de Lyra Tavares foi mais agressiva ao afirmar que o nacionalismo dos grupos subversivos era falso, pois tais grupos eram antipatrióticos e apenas se colocavam como “paladinos dos interesses nacionais” para fins propagandísticos. Assim, os revolucionários sempre se apresentariam inicialmente como um movimento nacionalista lutando pela liberdade, e os exemplos do general Tavares são: Rússia na luta contra os czares, Ásia e o imperialismo japonês, na América o capitalismo estadunidense e na África o colonialismo europeu⁴⁰⁹; da mesma forma que seu antecessor Valle e Silva, aponta casos graves de manifestações de imperialismo e autoritarismo, como se não fossem problemas em si, mas apenas uma “desculpa” dada pelo comunismo internacional para promover o conflito e tomar o poder. O general Tavares censurou o que chamou de “falso nacionalismo dos movimentos populares”, manifesto no uso dos símbolos pátrios, que seriam apenas uma forma de provocar o uso da força no cumprimento da lei, para tomar tais símbolos dos manifestantes. Para o oficial, era apenas uma estratégia para confundir a opinião pública⁴¹⁰. O general Tavares, mais conservador que Valle e Silva, sequer coloca a hipótese de estes movimentos populares serem justos e legais.

3.2.1 O perfil do subversivo

Nestas conferências, os militares traçavam também um perfil dos subversivos e mais uma vez percebemos como os franceses estabeleceram um padrão reproduzido pela ESG e do qual o CAEM se afastou ao elaborar seu próprio material. No texto assinado pelos franceses utilizado no CAEM, os revolucionários são identificados como possuidores de diversos complexos: complexo reivindicatório ou econômico, complexo de promoção social, complexo xenófobo quanto à cultura ocidental, complexo de libertação (mesmo quando “beneficiados” pela tutela) e o complexo de igualdade étnica. O interessante é que o autor identifica justamente estes complexos como combustível para as revoltas, de modo que uma vez que o oprimido respondesse com violência, e a autoridade para impor-se aumentaria o grau de violência, os próprios oficiais franceses reconhecem que dificilmente o status quo se restabeleceria⁴¹¹.

No mesmo manual assinado pelo pseudônimo Ximenes, consta que a diferença entre os chefes de um exército revolucionário e o chefe de um exército clássico, estaria no fato de que para o primeiro o mais importante era a vontade de luta, enquanto que para o segundo, os

409 TAVARES, A **guerra revolucionária**...op cit. p 26

410 Ibid p 65

411 XIMENES, **La Guerra Revolucionária y sus antecedentes**...op cit p70-71

meios com os quais lutar eram mais importantes para vencer a guerra⁴¹². Deste modo, mesmo sem recursos, os chefes revolucionários seriam perigosos à medida que se engajavam com ardor que, conscientemente, transmitiam à população, fazendo com que pusessem toda sua criatividade a serviço de sua causa.

A conferência do gal. Frágoso de 1959 repete os mesmos complexos que os manuais franceses do CAEM, no entanto, não reconhece a adoção da violência pelos “complexados” como um caminho sem volta⁴¹³. O mesmo discurso foi reproduzido pelo gal. Lyra Tavares em 1961 e pela Equipe do Departamento de Ensino da ESG em 1964⁴¹⁴.

E nos manuais produzidos pelo próprio CAEM na segunda metade da década de 1960, nada há acerca dos complexos que mobilizariam as revoltas e revoluções; no entanto, há o elemento frustração. No manual de 1966, consta que todo líder comunista era frustrado em sua vida privada ou em sua primeira opção profissional, provocava a comoção popular, era inteligente e constante⁴¹⁵. Portanto era a frustração aliada à inteligência e à capacidade envolver o a população que teria levado tais líderes a enfrentarem o sistema.

Na ESG, o gal. Lyra Tavares, em 1961, afirmou que o combatente da guerra revolucionária não era necessariamente o uniformizado, mas poderia ser o guerrilheiro, o sabotador, o agente do sindicato, o trabalhador fabril, enfim, para o gal. Tavares a classe trabalhadora estava em suspeição, sendo o sindicato o principal local de ação da guerra revolucionária⁴¹⁶. Em 1964, ao conferenciar sobre a guerra revolucionária, a Equipe do Departamento de Estudos defendeu que qualquer tipo de associação da população era suspeita⁴¹⁷.

No CAEM, em 1966, não era muito diferente, havia uma listagem de indicadores de atividades subversivas muito vagos, pois quase todos os tipos de associações ou movimentações indicariam subversão: mobilidade linear – mudanças constantes, manifestações de queixas, reclamações ou expressão das mesmas necessidades em diferentes áreas, entre outros, de modo que qualquer demonstração de insatisfação poderia ser interpretada como sinal de subversão. Os próprios militares do CAEM reconhecem que os

412 Ibid p 63

413 FRAGOSO, *Introdução ao estudo...* op cit p.36

414 TAVARES, *A guerra revolucionária...* op cit. e CARDOSO *A Guerra revolucionária...* op cit

415 Os exemplos de comunistas frustrados em suas primeiras opções profissionais eram: Lênin, Stalin, Makarios, Grivas, Kenyhta, Mao Tsé-Tung, Ho Chi Min, Chimina e Fidel Castro. CAEM, *Teoria de la guerra contra la acción subversiva...* op cit p13.

416 TAVARES, *A guerra revolucionária...* op cit. p.6

417 CARDOSO et. alli, *A Guerra revolucionária...* op cit p19

indicadores eram “infinitos” e dependiam muito das particularidades da sociedade em questão⁴¹⁸.

Os manuais franceses utilizados no CAEM e traduzidos na ESG pelo gal. Fragoso, classificam como “paradoxal”, em relação ao materialismo marxista, o racionalismo da análise das “condições humanas” da sociedade; pois comunistas se interessariam pelos aspectos sociais e econômicos da população, além da conjuntura internacional que pudesse influir sobre a população onde atuariam⁴¹⁹. Sobre esta incompreensão do materialismo histórico e o papel das ciências humanas e seu uso para a subversão, em 1962, o contra-almirante Valle e Silva referiu-se aos estudos pautados pela obra de Trotsky (*A técnica do golpe de Estado*), nos quais pesquisadores em Antropologia, Economia, Ciência política, História, Sociologia, entre outras disciplinas, teriam estabelecido diretrizes para as ações revolucionárias em diversos países⁴²⁰.

3.2.2 Desigualdades sociais ou contradições internas

A desigualdade social, chamada de “contradições internas” ou “desequilíbrios internos”, era vista de maneira bem diferente nas duas escolas militares. No CAEM, era o principal fator que levaria à subversão, portanto, combatê-la era a melhor forma de lutar contra o comunismo. Por outro lado, na ESG, era reconhecida como problema nacional a ser resolvido, mas não justificaria a adesão ao comunismo, de modo que era vista como apenas uma desculpa para quem já possuía posicionamento político crítico. Para resolver esta questão dos desequilíbrios, a ação do Estado era fundamental para ambas as escolas, mas a grande diferença está no foco da ação estatal proposta nos textos elaborados pelo próprio CAEM para as turmas de 1966 e 1967, onde o desenvolvimento aparece como prioridade absoluta.

Nos primeiros manuais do CAEM – traduções para o espanhol de textos de militares franceses –, o fortalecimento do aparato administrativo público era central para resolver os desequilíbrios internos. Segundo o texto assinado por Ximenes – claro que pensando nas colônias francesas –, o autor aponta como fontes de desequilíbrios a distância entre a população e a autoridade constituída e a insuficiência da presença da burocracia colonial com uma administração de pura exploração dos territórios; assim, tamanho “desequilíbrio sociológico” manifesto na oposição entre as classes sociais ou entre colonizado e colonizador

418 CAEM, *Teoría de la guerra contra la acción subversiva...* op cit p30

419 XIMENES, *La Guerra Revolucionaria y sus antecedentes...* op cit p61 e FRAGOSO, *Introdução ao estudo...* op cit p 31

420 VALLE E SILVA, Murillo Vasco do. *Guerra revolucionária*. Rio de Janeiro: ESG, 1962 p7.

poderia culminar em guerra⁴²¹.

No mesmo manual, o capitão Souyris explicou que a solução para o problema da subversão exigia uma ação de conjunto em diversas frentes (política, econômica, social e psicológica) para eliminar os fatores favoráveis à subversão e restabelecer a confiança da população na ação estatal. Logo, ao assédio subversivo à população, o Estado deveria responder com ações administrativas que seriam eficazes à medida que permitissem reformas e a aprovação de leis de exceção⁴²². O mesmo capitão Souyris ensina que a primeira condição de uma parada eficiente, isto é, oposição à subversão no período pré-insurrecional, deveria ser instaurar uma “política de contato mais humano”, depois fazer uma análise crítica das queixas apresentadas e, por fim, empreender reformas que eliminassem ou atenuassem as contradições internas⁴²³. Esta metodologia de contenção da subversão foi traduzida no Brasil pelo contra-almirante Valle e Silva em 1962, porém não abria mão da ação policial mesmo antes que os subversivos usassem de violência.

No manual do CAEM de 1966 foram listados os fatores de vulnerabilidade social de acordo com as indicações de Mao Tse-Tung, pois os guerrilheiros explorariam tais vulnerabilidades para aproximarem-se da população e tomarem o poder. Assim, uma sociedade fragilizada apresentaria as seguintes características: linguagem diferente, cultura insuficiente, raça heterogênea, religião diferente ou rígida, saúde insuficiente, economia instável, estratificação social, distribuição de renda injusta, dependência econômica da agricultura, bases econômicas “frágeis”, incapacidade para absorver capital ou falta deste, objetivos nacionais antieconômicos, escassez/falta de desenvolvimento científico, conservadorismo e tradicionalismo e política inadequada⁴²⁴. Apresentadas nesta ordem, várias destas características podiam facilmente ser encontradas no Peru dos anos 1960: um país com diversas nações indígenas possuidoras de idiomas próprios, muitas das quais mal dominavam o espanhol, exportador de produtos agrícolas e minerais, que não contava com um parque industrial de base, possuidor de territórios onde o Estado mal estava presente. Logo, segundo esta leitura, o Peru se encontrava fragilizado diante do perigo da subversão comunista, de modo que os militares do CAEM avaliaram que seria preciso fortalecer suas bases para evitar a revolução.

Para os peruanos do CAEM, a estratificação social era um problema que pertencia ao

421 XIMENES, *La Guerra Revolucionária y sus antecedentes...* op cit p70

422 SOUYRIS, *Las condiciones de la parada y de la replica...* op cit p79

423Ibid. p80

424 CAEM, *Teoria de la guerra contra la acción subversiva...* op cit p11-12

mesmo tempo à esfera econômica e sociológica, e é apontada como resultado do crescimento demográfico⁴²⁵. Há outro fator de vulnerabilidade destacado pelos militares por influir em outras áreas como as relações internacionais, que chamam de “política inadequada”, que é definida como “obscura, imprecisa, instável, burocrática e isolada”. Fica evidente como era visto no CAEM o sistema político pelo qual funcionava o governo no Peru, sendo seu isolamento classista e geográfico (concentrado em Lima) o aspecto mais notório.

Diferente do CAEM, onde as contradições sociais eram entendidas como resultado da falta de desenvolvimento, na ESG alguns conferencistas entendiam como fruto do processo mesmo de desenvolvimento. Em 1959, o Ten. Coronel Theodorico Gahyva apontou como fonte da guerra revolucionária as contradições internas ou fatores de desequilíbrio presentes em qualquer sociedade, a partir dos quais os comunistas construiriam sua propaganda ou guerra psicológica contra o governo. Assim, no Brasil, as contradições internas indicariam o estágio de desenvolvimento da sociedade, que estaria em pleno progresso econômico graças à industrialização, contudo, para o tenente coronel Gahyva, tais contradições internas não se resumiam a um problema econômico, mas também cultural:

“Agora, a elevação do padrão das regiões mais pobres do país a um grau igual ou pouco distante das de nível mais alto, não é um problema só de simples equação econômica, como magistralmente fez-nos ver o professor GUSTAVO CORÇÃO (sic) e sim, também, um problema de educação de espiritualidade, enfim de aculturação do povo, quer da fração mais pobre, dando-lhe compreensão e condições técnicas para se alçar, quer da camada mais rica, infundindo-lhe a noção da necessidade de dar a mão ao irmão mais pobre, não como esmola, mas como cooperação, em benefício do conjunto. E essa compreensão mútua, traduz a CAPACIDADE (sic) do povo pela elevação da sua cultura, pela cristalização de uma espiritualidade, que junto com o PODER (sic), isto sim, vão concretizar o grau maior ou menor de desenvolvimento.”⁴²⁶(caixas altas e grifos no original)

Para o militar, o maior problema era a ignorância da população, que abria espaço para a propaganda comunista, assim, cabia à elite cuidar das condições materiais e educacionais da nação para evitar a adesão às ideias revolucionárias. Consequentemente, a pobreza não era o problema, mas o uso que se fazia dela. O oficial Gahyva colocou a dependência econômica como obstáculo a ser superado para que os brasileiros gozassem “do mínimo de bem-estar condizente com a dignidade humana e suficiente grau de segurança”⁴²⁷. A chave para tal superação era a industrialização, elevação da renda per capita, uma melhor distribuição regional deste progresso, pois as desigualdades regionais poderiam ter sérias repercussões. Para o militar, a população brasileira seria fácil de governar, sendo pouco suscetível a

425 Ibid. p12

426 GAHYVA, A guerra revolucionária...op cit p8

427 Ibid. p7

ideologias alógenas, seu problema era a insuficiência de bem-estar e educação, pois, em desespero, poderia dispor-se a seguir qualquer salvador que promettesse solucionar seus problemas⁴²⁸.

Na mesma direção do ten. coronel Gahyva, o general Lyra Tavares também via na miséria um ambiente fértil para a subversão. Para ele, as áreas mais vulneráveis eram aquelas onde haveria ignorância e pobreza, sendo que, nestes lugares, parlamentares e a imprensa utilizariam as liberdades democráticas para difundir ideias subversivas⁴²⁹. Para o general, as regiões mais suscetíveis à ações de guerrilhas no Brasil eram: o Nordeste (devido ao forte “contraste” entre sertão e cidade, agricultor e senhor de engenho); Oeste do Paraná, interior do Rio de Janeiro, região da fronteira entre Minas Gerais e Espírito Santo, triângulo mineiro e Vale do Rio Doce⁴³⁰. E para demonstrar a real periculosidade da subversão instalar-se naquelas regiões, indicou que nelas já atuavam e detinham bases organizações como Ligas Camponesas, Associação dos Trabalhadores Agrícolas e Rurais de Minas Gerais, sociedade civil de proteção aos lavradores do Rio de Janeiro. O militar sequer relacionou as reivindicações de tais grupos, o que demonstra que via a pobreza um problema apenas quando organizada, mas continuava a ignorar suas reivindicações.

Reiterando a linha da ESG de reconhecer apenas em parte as contradições sociais como explicação para expansão das ideias subversivas, o contra-almirante Valle e Silva afirma que a difusão de tais ideias dependiam sobretudo das condições morais da sociedade⁴³¹. Assim, para o contra-almirante, as “contradições internas” existiam em todas as sociedades e, se não existissem, os subversivos as criariam para lhes servir de base de atuação.

No ano do golpe no Brasil, a equipe do departamento de ensino responsável pela conferência sobre guerra revolucionária afirmava que esta era, antes de tudo, imperialista, pois visava submeter os países livres ao totalitarismo, assim era enganoso crer que ao “eliminar o pauperismo, a doença, a ignorância, as desigualdades sociais e regionais para extinguir-se a guerra revolucionária”⁴³². Para a equipe, era necessário destruir os órgãos disseminadores da revolução, pois tratava-se antes de tudo de impedir que os totalitários dominassem o mundo e, apenas depois, combater também as causas de sofrimento do povo⁴³³.

No CAEM, as ideias sobre como combater a subversão se concentravam em ações que

428 Ibid p16

429 TAVARES, A **guerra revolucionária**...op cit. p41

430 Ibid p. 58

431 VALLE E SILVA, Murillo Vasco do. **Guerra revolucionária**. Rio de Janeiro: ESG, 1961 p8

432 CARDOSO et. alli, **A Guerra revolucionária**...op cit p42

433 Ibid p43

visavam melhorar a qualidade de vida da população, inspirados conforme já nos referimos, em algumas técnicas colonialistas francesas. Ainda em 1958, o general Romero Pardo, segundo diretor do CAEM, foi enviado em missão para Argélia para observar como era conduzida a guerra antissubversiva. Quando retornou ao Peru, tornou-se um decidido defensor da doutrina antissubversiva francesa, especialmente devido às Ações Cívicas, que promoviam o bem-estar da população, tirando-a da órbita de influência dos guerrilheiros. Nenhum autor comentou as opiniões de Romero Pardo sobre o uso da tortura como método antissubversivo, largamente utilizada na Argélia, segundo os relatos sobre este conflito, o que pode dar a entender que a visita restringiu-se aos aspectos oficiais da luta antissubversiva francesa⁴³⁴.

Em 1962, os militares peruanos tomaram o poder por um ano sob a justificativa de defenderem a lisura do processo eleitoral. Durante este breve período que ocuparam o governo empreenderam uma série de reformas, entre as quais uma minirreforma agrária na região de Cuzco, como resposta a uma série de ocupações de fazendas organizadas pelo então recém-fundado sindicato dos camponeses da região. Houve ainda no Peru, em 1965, o enfrentamento entre os militares e dois grupos guerrilheiros que se instalaram próximos a mesma região de Cuzco⁴³⁵. Os militares creditaram sua vitória à Reforma Agrária implementada na região durante o governo militar de 1962-3 e às Ações Cívicas, que conseguiram afastar a população da esfera de influência dos guerrilheiros, mas não se pode ignorar o uso da violência contra a população⁴³⁶.

3.2.3 Ações Cívicas

No CAEM, fortemente influenciado pelas ideias francesas, foi muito defendida o tipo de intervenção conhecida como Ação Cívica, definida como:

*“toda acción que realiza la FA empleando su potencial militar y/o capacidad de trabajo, en cooperación con organos civiles responsables, a fin de mejorar las condiciones sociales o economicas de la nación o de la comunidad.”*⁴³⁷

O objetivo das Ações Cívicas era ganhar para o governo, via Forças Armadas, a confiança e o apoio da população, a partir do uso do trabalho das tropas em diversas atividades, especialmente na área de engenharia, em coordenação com autoridades e agências civis responsáveis, que deveriam melhorar as condições econômicas e sociais da população⁴³⁸.

434 RODRÍGUEZ BERUFF, **Los militares...** op cit p.118 e KRUIJT, **La revolución por decreto...**op cit p103

435 Sobre o contexto peruano deste período ver capítulo I.

436 RODRÍGUEZ BERUFF, **Los militares...** op cit .

437 CAEM, **Teoría de la guerra contra la acción subversiva...** op cit p22

438 Ibid. p44

As áreas de atuação dos militares nas ações cívicas deveriam ser agricultura, exploração dos recursos naturais, indústria e comunicações, transporte, salubridade e saneamento, educação, administração pública, desenvolvimento comunal e comunicação de massas⁴³⁹.

No texto do CAEM foram apontadas vantagens e desvantagens das ações cívicas. Entre as primeiras estavam a melhoria das relações entre civis e militares, o aprimoramento da administração e da mão de obra e, claro, a prevenção da subversão. Entre os possíveis problemas, a diminuição da eficácia militar das unidades, a duplicação de projetos e a invasão de esferas onde as empresas civis pudessem atuar de modo eficaz. Outras características das ações cívicas destacadas pelo CAEM eram o fortalecimento da unidade nacional, a satisfação de aspirações populares por meios realistas, que ao mesmo tempo que respeitariam a cultura e as tradições locais, estimulariam a empresa privada, à medida que ampliariam a infraestrutura e subordinaria-se às necessidades militares de defesa territorial⁴⁴⁰.

As ações cívicas eram divididas em nacionais - que consistiam em grandes obras, em locais onde as empresas civis não poderiam desenvolvê-las, como na região amazônica, por exemplo; e locais ou comunais, que eram de iniciativa do órgão militar local. Ambas esferas de ação deveriam ser subordinadas aos planos de desenvolvimento da esfera de poder correspondente. O pesquisador Rodríguez Beruff informa que os EUA destinaram verbas aos programas de ação cívica peruanos, pois era parte da Aliança para o Progresso promover a integração territorial do país, para possibilitar o controle sobre a população de longínquas regiões que até então era ignorada pelo governo central⁴⁴¹.

Havia duas preocupações dos peruanos do CAEM em relação às ações cívicas: que fossem contínuas e claramente comunicadas/explicadas à população. Quanto à continuidade, era necessária pois interrupções nas obras comprometiam a eficácia das ações empreendidas; e quanto à importância da comunicação, a ideia era que tais ações mudassem o olhar da população para as Forças Armadas. Mais que protetoras em caso de conflito, queriam ser vistas como benfeitoras dos peruanos, por isso as medidas desenvolvimentistas deveriam ser visíveis e compreensíveis para o povo, de modo que este valorizaria e defenderia o Estado-nação em caso de ameaça.

Diferente dos brasileiros da ESG, os militares peruanos do CAEM tinham a percepção de que a ameaça comunista não era apenas fruto da propaganda de uma ideia alógena à cultura nacional, mas resultado da insatisfação da população com governos que não atendiam

439 Ibid p46

440 Ibid p45

441 RODRÍGUEZ BERUFF, *Los militares...* op cit p.161

às suas necessidades básicas. As ações cívicas eram projetadas como um meio de luta contra-revolucionária, especialmente nas regiões que os militares julgavam mais suscetíveis às guerrilhas. Todavia, seriam ineficientes se não fossem conjugadas com ações de planejamento a médio e longo prazo para desenvolvimento nacional. Havia também a preocupação de que as Forças Armadas não comprometessem sua eficácia militar e tampouco atuassem em projetos onde houvesse a possibilidade de utilização de empresas civis, havia o cuidado de se preservar o espaço das empresas privadas.

Na ESG, na mesma época em que o general Romero Pardo defendia as Ações Cívicas, o tenente-coronel Gahyva reconheceu que as ações não violentas de combate ao comunismo pertenciam à esfera civil, enquanto as Forças Armadas deveriam priorizar o uso da violência. O que no CAEM eram chamadas Ações Cívicas, na ESG, o tenente coronel Gahyva chamou de “tarefas subsidiárias ou colaterais das Forças Armadas”, que tinham grande alcance na conjuntura brasileira, como os trabalhos de engenharia e o comando militar da Amazônia⁴⁴². Para o oficial brasileiro, as tarefas colaterais suscitavam conflitos, pois eram motivo de disputas entre políticos favoráveis e contrários à inserção das Forças Armadas em tarefas tradicionalmente civis; e quando os militares imbuídos nestes trabalhos criticavam os governos civis, automaticamente deixavam a esfera militar e passariam à esfera política, atributo civil.

Para o tenente coronel Gahyva, o melhor e mais adequado método de combate à subversão pelas Forças Armadas estava em seu tradicional meio de ação: o uso da força. Por isso, sugeriu mudanças na estrutura das Forças Armadas, antes pensadas para defender o território de ameaças externas, deveriam se reestruturar para combater os chamados inimigos internos, adotando unidades mais leves, com alto grau de mobilidade e automanutenção para aderir aos “princípios da luta de guerrilhas”, embora continuassem a ser a organização militar nacional, regular e legal⁴⁴³.

Entretanto, o oficial não mencionou que as Forças Armadas, por representarem a violência legítima do Estado, não poderiam aderir aos “princípios da guerrilha”, sem incorrerem em ilegalidade, pois este ato afrontaria uma das bases do estado de direito, isto é, a liberdade de expressão e o direito a um julgamento. E, seguindo a mesma linha do general Fragoso, o tenente coronel Gahyva concluiu que, naquele momento, em 1959, o Brasil atravessava o período pré-revolucionário e se indagou se não caberia às Forças Armadas

442 GAHYVA, A guerra revolucionária...op cit p11

443 Ibid p.20

tomarem a iniciativa, ou seja, iniciarem o combate à subversão, mas o oficial apontou para outra discussão sobre os meios e os processos de tal iniciativa que deveriam começar a serem organizados.

No ano seguinte, 1960, o general Fragoso referiu-se apenas de modo sumário às “ações em âmbito civil”, colocando-as apenas uma possibilidade para o Exército, automaticamente excluindo Marinha e a Força Aérea. Nos anos seguintes, as conferências sobre guerra revolucionária demonstram uma leve mudança de postura em relação à necessidade de apresentar soluções aos problemas sociais brasileiros a fim de evitar a organização de grupos comunistas. Em suas exposições, o contra-almirante Valle e Silva apontou, numa passagem, a necessidade de reformas que amenizassem os conflitos sociais como meio de prevenir a guerra revolucionária:

“(...) O conhecimento mais profundo dos diferentes meios administrativos permite uma análise crítica dos problemas sociais locais apontando os aspectos favoráveis de força, para a propaganda adversária, para em seguida desencadear uma série de reformas tendentes a suprimir ou reduzir as 'contradições internas' que constituem o caldo de cultura do germe revolucionário.”⁴⁴⁴

O oficial Valle e Silva apontou as contradições internas como o foco da propaganda antissistêmica, mais uma vez, os problemas sociais estavam submetidos à propaganda ou à guerra psicológica, não conformando um problema a ser resolvido por sua gravidade mesma, mas apenas para tirar argumentos do adversário.

Outro problema que levou os conferencistas da ESG a se preocuparem com a “ampliação do raio de atuação das Forças Armadas junto à população” era sua imagem perante a população. Para O general Lyra Tavares, os militares eram alvo de uma campanha difamatória cujos argumentos eram os altos salários e a “improdutividade” militar, e teria por objetivo afastar e abalar a confiança da população nas Forças Armadas, apesar da “origem popular das tropas”⁴⁴⁵. Para o oficial, tal campanha difamatória era promovida por parte da imprensa e movimentos populares⁴⁴⁶. E, na contramão de tal campanha difamatória, segundo o general Tavares, houve a ampliação das funções do Exército, em sentido muito próximo ao que os peruanos chamavam ações cívicas, por exemplo, no socorro às calamidades públicas, na alfabetização, nos empreendimentos e pesquisas técnicas. Para o oficial, as razões da ampliação destas tarefas eram as seguintes: aumento das “desordens” em regiões distantes, a relação entre grupos políticos internos e os movimentos internacionais, especialmente com a

444 VALLE E SILVA, Murilo Vasco do. **A guerra revolucionária**. Rio de Janeiro: ESG, 1961 p.26-27

445 TAVARES, **A guerra revolucionária**...op cit. p56

446 Ibid p. 64

mudança da capital para Brasília e o rápido crescimento demográfico.

As reformas aparecem nos textos do CAEM como o eixo da luta contrarrevolucionária, principalmente depois de combaterem as guerrilhas⁴⁴⁷. Os militares peruanos se deram conta da necessidade de reformas sociais que melhorassem as condições de vida da população camponesa, de tal modo que as operações para o desenvolvimento deveriam ser imediatas nas áreas onde a subversão estivesse ativa. Na lista de falhas estruturais a serem sanadas, elaborada pelo CAEM, aparecem nesta ordem: a distribuição de renda, da propriedade da terra e a dependência da agricultura, além dos problemas políticos e sociais, nos quais se destacavam a corrupção e a ausência de uma classe média⁴⁴⁸.

Por outro lado, para a ESG, os problemas sociais eram importantes apenas por fornecer argumentos para a propaganda comunista, de tal maneira que não colocam medidas de desenvolvimento e combate à pobreza como um ponto imprescindível da luta contrarrevolucionária, apesar das grandes mobilizações sociais das décadas de 1950 e 1960.

É importante salientar que tal posição do CAEM em fazer do desenvolvimento o eixo da luta antissubversiva foi uma originalidade peruana, pois mesmo nos manuais franceses que valorizavam as ações cívicas, as contradições internas não seriam a causa determinante das revoltas enfrentadas pelos franceses, mas sim as ações das organizações revolucionárias – da mesma forma que se difundia na ESG. Assim, para o capitão Souyris, surgiria o problema da “má consciência” da nação protetora, e esta logo se colocaria a empreender reformas que, para surpresa de muitos, seriam rechaçadas pelos grupos rebeldes, pois, se bem-sucedidas, acabariam com os “fatores favoráveis” que sustentariam a campanha rebelde⁴⁴⁹.

Dos elementos comuns presentes nos manuais sobre guerra revolucionária da ESG e do CAEM, a guerra psicológica ou de propaganda revolucionária era um dos mais constantemente referidos, pois nas duas instituições mas, especialmente na ESG, a propaganda seria o meio privilegiado de arregimentação e fidelidade de quadros às ideias subversivas. Vejamos qual o entendimento das escolas militares sobre a propaganda subversiva e como se preparavam para combatê-la.

3.3 A Guerra Psicológica ou de Propaganda na ESG e no CAEM

Segundo a ESG e o CAEM a grande dimensão da guerra psicológica era principal inovação da guerra revolucionária, pois era disputada sem deflagração ou alarde, enquanto os

447 Ver capítulo I p 37 e CapítuloII p. 94

448 CAEM, *Teoría de la guerra contra la acción subversiva...* op cit p 34

449 SOUYRIS, *Las condiciones de la parada y de la replica...* op cit p76

“subversivos” alimentariam as insatisfações da população com o governo, e no momento em que este se desse conta, já não mais teria anuência daquela, e pouco restaria a fazer.

Esta guerra psicológica, segundo os textos dos oficiais franceses que embasaram o CAEM e a ESG, foi o principal fator que levou à vitória dos vietnamitas sobre eles. Segundo os oficiais franceses, as técnicas de propaganda começaram com os revolucionários russos e chineses, até serem aprimoradas pelos vietnamitas. Lá na Indochina, especialistas teriam doutrinado multidões valendo-se de diversos meios, desde reuniões, rumores, obras teatrais, grupos folclóricos, transmissões de rádio, entre outros⁴⁵⁰. Além disso, as próprias tropas revolucionárias teriam sido veículos de propaganda “admiráveis”, na medida em que além de não importunarem os camponeses, ainda os ajudavam nas colheitas⁴⁵¹.

O capitão Souyris, em texto utilizado pelo CAEM e traduzido na ESG por Fragoso, afirmou que para enfrentar a propaganda subversiva, o governo deveria informar (prevenir contra a infiltração comunista) e formar a população (especialmente os mais jovens, priorizando aspectos morais e cívicos). Ao mesmo tempo, os militares deveriam atentar que as ações psicológicas não surtiriam efeito sozinhas, mas apenas em conjunto com medidas tomadas pelo governo⁴⁵².

Para os franceses, tanto a informação quanto a formação da população deveriam ter dois princípios mínimos: o primeiro de que a democracia ocidental protegia o indivíduo dos abusos do Estado e, o segundo, a obrigação do cidadão com o cumprimento de seus deveres⁴⁵³. O oficial francês também alertou quanto a preocupação de muitos exércitos em focar o combate à subversão no uso da violência (polícia e exército), enquanto que os subversivos não visavam o enfrentamento com o aparato repressivo, mas sim, ganhar ideologicamente a população, portanto, apenas atacariam as forças legais quando contassem com apoio popular⁴⁵⁴. Para o capitão Souyris, a propaganda era fundamental, pois a população não passaria de uma “massa amorfa” a quem subversivos inflariam com uma moral, assim, cabia ao governo apropriar-se de tais técnicas para impor seus valores à “massa amorfa”⁴⁵⁵.

Ao cotejar os ensinamentos dos militares franceses com o que era ensinado no CAEM e na ESG, verificamos que na ESG, apesar das recomendações francesas e da preocupação

450CARRERE et alli, **La Guerra revolucionaria...** op cit p.22

451Ibid p.29

452SOUYRIS, **Las condiciones de la parada y de la replica...** op cit p81 e FRAGOSO, **Introdução ao estudo...**op cit p.41

453SOUYRIS,op cit p 81

454 Ibid p 85

455 Ibid p88

com a propaganda, o foco foi a contenção pela violência, enquanto que no CAEM prevaleceu a ideia de conter a subversão com reformas.

3.3.1 A guerra psicológica na ESG

Na ESG, em 1959, Fragoso denunciava o andamento da guerra psicológica e a necessidade da organização da defesa do Estado:

“A Guerra Revolucionária é, antes de tudo, ideológica. Ela exclui, salvo caso de extrema necessidade, guerra militar clássica – atômica ou não – como fator principal da decisão, e reconhece a luta psicológica como modo essencial e permanente. As contradições internas dos meios sociais são a origem de todas as guerras revolucionárias (...). Pode-se considerar já existente no Brasil o estado pré-revolucionário. Entre as medidas a adotar, desde já, entre nós, para enfrentar cabalmente a guerra revolucionária, podem ser enumeradas as seguintes:

- organização da ação psicológica - aproveitando todas as iniciativas idôneas e sadias, tal como a campanha do rearmamento moral⁴⁵⁶;
- dotar o país de uma legislação adequada, que permita o eficiente combate à subversão, sobretudo nas primeiras fases;
- organizar um sistema de defesa do interior do Território;
- organizar as unidades das FA especialmente adestradas na luta antirrevolucionária.”⁴⁵⁷ (grifos no original)

A citação é longa mas fundamental para compreendermos cabalmente o espírito de guerra instalado na escola cuja proposta era formar as elites pensantes brasileiras. Em primeiro lugar, aparece a valorização da disputa ideológica e o reconhecimento do papel das condições de vida dos trabalhadores, ou melhor, “contradições internas” como fator para a adesão à revolução. No entanto, o militar em nada aprofunda a reflexão sobre o peso de tais contradições e a necessidade de resolvê-las como o primeiro passo para combater a subversão, diferente de seus pares do CAEM, onde este era o primordial para conter a subversão. De acordo com a fonte, a contenção da subversão deveria pautar-se, em primeiro lugar, na contrapropaganda e, depois, na repressão – amparada numa “legislação adequada”, logo sequer cogitava a solução das tais “contradições internas”.

Segundo o tenente coronel Gahyva, as características que indicariam que o Brasil se encontrava em plena “pré-revolução” em 1959 eram a intensa ação psicológica para difundir o ideal revolucionário e implantar uma infraestrutura – rede de revolucionários, mas sem o uso

456 A campanha de Rearmamento Moral (RAM) foi criada nos EUA pelo pastor luterano Frank Bushman em 1921 e, após a Segunda Guerra, transformou-se num vigoroso movimento anticomunista que se instalou no Brasil em 1961, vinculando-se ao IPES/IBAD e à ESG; foi muito ativo na campanha que culminou no golpe militar de 1964. Inclusive o general Juarez Távora era um adepto deste movimento. CUNHA, Luiz Antônio. *Confessionalismo versus laicidade na educação brasileira: ontem e hoje*. **Visioni LattinoAmericane** n°4, gennaio 2011. p4-17

457 FRAGOSO, **Introdução ao estudo...** op cit p.48-49.

da violência, amparando-se sobretudo nas vias legais⁴⁵⁸.

A guerra psicológica tinha como “objetivo e campo de batalha” o homem e suas convicções, assim, era reconhecida pelos conferencistas da ESG como uma guerra política e não militar, uma vez que seus objetivos eram políticos e a vitória militar seria apenas decorrência da vitória política. Daí a importância fundamental da propaganda como arma reconhecida nesta guerra para solidificar as ideias. Para o contra-almirante Valle e Silva⁴⁵⁹, a propaganda “dominava o mundo”, encontrando lugar em todos os Estados, e se pautava em fundamentos “biológicos”, tais como simbolismos, repetições e reuniões de massa, e contaria ainda com os seguintes meios ou “artilharias do pensamento”: imprensa, livros, rádio, televisão, cinema, mostruários e conferências; sendo que naquele momento o rádio era ainda destacado como o mais eficaz de todos, por sua linguagem acessível e pelo grande público em todas as classes sociais que atingia.

Segundo o general Lyra Tavares, os temas contidos nas propagandas subversivas inspirados pelo PCB eram: o antiamericanismo, o trabalhador como vítima do Estado, o estímulo à luta de classes e o menosprezo às Forças Armadas e, enfim, a incitação à greves e “desordens”⁴⁶⁰. A presença destes aspectos em diversos movimentos provaria a existência de uma coordenação superior ativa, inteligente e financeiramente bem-estruturada; e, para enfrentar tamanha ameaça, afirmou que a preparação do “espírito do povo” era mais importante que a capacidade militar, apesar desta ser indispensável.

Para preparar o “espírito do povo”, o general Lyra Tavares colocou como campos de atuação, nesta mesma ordem, “a educação, a cultura e a orientação dos instrumentos de publicidade e de intercâmbio social”⁴⁶¹. Assim, o sistema educativo tinha, para aquele oficial, em última instância, a mesma função que a publicidade: reforçar os valores do liberalismo e do capitalismo; sendo que a imprensa, sozinha, poderia criar o clima revolucionário. Para o general Tavares, o Partido Comunista poderia utilizar-se dos meios de comunicação a partir da infiltração de seus quadros, para influenciar a programação e enfraquecer os costumes da sociedade.

Para o contra-almirante Valle e Silva, as autoridades civis deveriam ser responsáveis pela contrapropaganda que deveria neutralizar os efeitos da propaganda comunista⁴⁶². Para o oficial, todas as associações civis, fossem esportivas, religiosas ou culturais, tinham a

458 GAHYVA, **A guerra revolucionária...** op cit p 2

459 VALLE E SILVA, Murillo Vasco do. **A guerra revolucionária**. Rio de Janeiro: ESG, 1961 p7

460 TAVARES, **A guerra revolucionária...** op cit. p52

461 Ibid p.22

462 VALLE E SILVA, op cit p.30

obrigação de se engajarem nesta empreitada, orientadas pelo governo, que por sua vez deveria organizar-se em todos os níveis (municipal, estadual e federal) para promover ações de contrapropaganda. E claro, as instituições educacionais, públicas e privadas, teriam destacada participação nesta missão, sendo os docentes atores centrais na disputa pelos ideais dos alunos.

Mesmo atribuindo a responsabilidade da contrapropaganda aos civis, o oficial Valle e Silva a praticou intensamente em sua exposição ao descrever ações “terroristas” de sequestros e expropriações contra banqueiros, industriais e latifundiários; somava a esses crimes por dinheiro, atentados contra “crianças inocentes” e assassinatos de professores, policiais, militares, juízes e suas famílias. Enfim, enquanto explicava à plateia o papel das ações psicológicas e de propaganda na guerra revolucionária, o oficial claramente as praticava espalhando o medo nos presentes em seu auditório para inflar ainda mais o anticomunismo naquele ambiente. E, apesar desta postura clara em sua conferência, ainda acusou os comunistas de promoverem uma verdadeira “lavagem cerebral” em seus adeptos, que mudariam de personalidade, tornariam-se fanáticos, prontos a empreender uma guerra pelo poder⁴⁶³. Este não é o único exemplo de panfletagem ideológica nas conferências sobre subversão na ESG, em 1959, o tenente-coronel Gahyva atribuiu aos revolucionários os seguintes adjetivos: “impiedosos, vingativos e desprezam as regras tradicionais de humanidade”⁴⁶⁴.

É preciso salientar que em nenhuma conferência encontrada no CAEM, por mais que insistissem no caráter “totalitário” do comunismo, não se valeram da caricaturização e da linguagem panfletária como os conferencistas da ESG.

Segundo o almirante Valle e Silva, a propaganda comunista era feita por pequenos grupos de agitadores, cujos membros eram indicados e apenas conheciam um círculo restrito de sua organização, com quem mantinham contato mínimo para suas missões. Os grupos funcionariam em duas dimensões: em superfície – cuja rede deveria abranger todo o território e em profundidade – onde deveria alcançar todos os meios, especialmente os de poder. Esta complexa rede de informações e propaganda era o partido revolucionário em ação. As propagandas deveriam causar “discussões e discórdias, explorar e agravar as contradições internas”⁴⁶⁵.

Verificamos assim, mais uma vez, que na ESG brasileira, diferentemente do CAEM,

463 Ibid p 14

464 GAHYVA, **A guerra revolucionária...** op cit p3

465 VALLE E SILVA, op cit p. 17-18

não era cogitada a resolução das contradições, mas o combate à propaganda, ou seja, não se resolve o problema, mas criminaliza-se comentá-lo, rotulando tais críticos de comunistas ou antipátria.

A equipe do Departamento de Ensino da ESG atribuía à propaganda comunista métodos mais ardilosos, nos quais os revolucionários se aproveitariam da ignorância e da boa vontade da população em promover melhorias no país. Deste modo, difundiriam versões deturpadas da ciência, emprestariam livros e convidariam a reuniões, seduziriam indivíduos insatisfeitos com suas condições de vida e incapazes de melhorá-las; e claro, a intimidação seria um meio de submeter aqueles que poderiam questioná-los ou denunciá-los⁴⁶⁶. Na mesma conferência, a equipe enfatiza o papel do patrocínio estrangeiro, através de agentes de países que apoiam a revolução responsáveis por treinar os brasileiros, e também pelo fornecimento de recursos financeiros e materiais para propaganda.

3.3.2 A guerra psicológica no CAEM

No Peru, ainda nos anos 1950, o general Marín apontava o comunismo como uma ameaça à soberania dos Estados-nacionais que atuava especialmente por meio da propaganda de seus sucessos para ganhar adeptos. De modo que a melhor forma de combatê-lo seria promover o bem-estar da população por meio do desenvolvimento⁴⁶⁷. Este método de combate tiraria dos subversivos os argumentos passíveis de mobilizar a população contra o Estado.

Para os peruanos do CAEM, as medidas de combate à subversão passaram pelo teste das guerrilhas do ELN e do MIR em 1965. Portanto, o manual elaborado pela turma de 1966 já carregava por um lado a experiência bem-sucedida de enfrentamento com os guerrilheiros e, por outro, a consciência de que se o governo não empreendesse profundas reformas, novos conflitos aconteceriam.

Para o CAEM, a eficiência da propaganda era medida pela estabilidade política e aceitação das medidas governamentais pelo povo, logo, os programas de informação deveriam ser planejados em conjunto com o “plano preventivo de contrassubversão”, de modo que deveriam atingir todas as classes sociais, em todo território⁴⁶⁸. Mais que a propaganda, o CAEM mirava o “efeito psicológico do desenvolvimento”, isto é, melhorar o ânimo e a vontade de cooperação na população, de modo que voluntariamente contribuiriam com a

466 CARDOSO et. alli, **A Guerra revolucionária...** op cit p18

467 MARÍN, **La defensa nacional: procesos fundamentales...** op cit p15 e IDEM, **La defensa nacional: conceptos básicos...** op cit p80

468 CAEM, **Teoria de la guerra contra la acción subversiva...** op cit p 21

contraguerrilha.

No Peru, o curso do CAEM referia-se às operações psicológicas, que incluíam a guerra psicológica e também ações múltiplas com a finalidade de incentivar grupos favoráveis ou no máximo neutros, em relação aos objetivos nacionais⁴⁶⁹. Estas operações psicológicas, alinhadas com a política nacional, deveriam complementar o desenvolvimento local e as operações de contraguerrilha, assim a propaganda seria um instrumento de divulgação de medidas mais concretas. Especificamente no contexto da luta contraguerrilha, as operações psicológicas tinham a finalidade de dividir os guerrilheiros e induzi-los à deserção, reduzir o apoio civil à guerrilha, tomando-o para si, e fazer com que aceitassem a “necessidade” das Forças Armadas em seu território, cooperando com elas.

Na conferência também consta que os comunistas utilizavam as operações psicológicas, mas para introduzir as ideias de seus principais teóricos entre a população.

Na instituição peruana, a guerra psicológica, era definida como:

*“empleo planejado de propaganda y outros medios de acción psicológicos com objetivo de influenciar opiniones, emociones, actitudes y conducta de grupos humanos adversos en el sentido que apoyen el logro de nuestros objetivos nacionales.”*⁴⁷⁰

Logo, no Peru, esta guerra não estava restrita à subversão, sendo mais ampla, pois se opunha não apenas aos comunistas, mas a todos os obstáculos ao alcance dos objetivos nacionais. Como vimos no capítulo anterior, no CAEM, considerava-se “objetivo nacional” um consenso mínimo que deveria garantir a convivência e o diálogo da comunidade política, e condições mínimas de bem-estar da população.

No CAEM, as propagandas eram classificadas de acordo com sua identificação⁴⁷¹. As “brancas” revelavam claramente sua origem e seus objetivos, as “negras” distorciam sua fonte de origem ou eram feitas sem o consentimento real da fonte que aparecia como sua, e as “cinzas” eram feitas sem consentimento e dificilmente se conseguia identificar sua fonte, por exemplo, os rumores.

No esquema da conferência há uma comparação entre as operações psicológicas utilizadas pelo comunismo e pelo que chamam “mundo livre”, marcadamente maniqueísta; coloca como um dos objetivos dos comunistas ganhar o apoio das Forças Armadas adversárias, transparecendo o medo da infiltração em suas fileiras e no extremo da dissolução

469Ibid p. 31

470Ibid

471Ibid p32

da instituição, como ocorrera após a revolução em Cuba. Os militares peruanos no CAEM diferenciavam os objetivos das operações psicológicas de contrassubversão de acordo com os distintos públicos-alvo: para as Forças Armadas, seria aproximar os soldados da população e da polícia; para os civis, convencê-los que o governo e as Forças Armadas serviriam a seus interesses e que os subversivos seriam agentes ou vítimas de estrangeiros; e aos subversivos, convencê-los da impossibilidade da vitória, de sua distância física e psicológica do povo e de que seus líderes seriam manipulados pelo exterior⁴⁷².

A instituição militar peruana, apesar da valorização da propaganda como arma na luta psicológica, afirma a necessidade de reformas para que a população não rompesse com o poder estabelecido apoiando mudanças radicais. Diferentemente dos peruanos do CAEM, na óptica dos conferencistas da ESG brasileira, as contradições internas não mobilizavam o desejo revolucionário, mas sim a propaganda de uma minoria; e reformas que resolveriam tais contradições não eram relacionadas como medidas prioritárias de contrarrevolução.

No CAEM e na ESG, este aspecto da guerra psicológica era visto como determinante para o resultado da disputa de poder com as forças subversivas. No CAEM, era a “diferença entre o êxito e o desastre”⁴⁷³; por sua vez, na ESG, enquanto a “alma” resistisse, imperaria a liberdade e a democracia⁴⁷⁴.

A difusão livre de ideias, desde que não impliquem em incitação à violência e difusão do ódio, é uma das características do regime democrático moderno. Logo, teoricamente, brasileiros e peruanos poderiam livremente difundir críticas aos regimes políticos nos quais viviam porque, pelo menos em uma parte dos anos 1950 e 1960, os dois países viviam sob regimes nominalmente democráticos, então a propaganda comunista não deveria, pelo menos em tese, ser motivo de preocupação governamental, menos ainda de seu braço armado. Vejamos agora como duas escolas militares para a formação de estadistas lidavam com o regime democrático, especialmente no que tange suas possibilidades e limites quanto ao combate à subversão.

3.4 As instituições democráticas e o combate à subversão

Conforme indicamos antes, o CAEM e a ESG contaram com as mesmas referências do exército francês no que tange aos conceitos da guerra revolucionária, e que, na ESG, as primeiras conferências sobre o tema eram traduções quase literais dos textos franceses, os

472 Ibid p33

473 Ibid p 41

474 CARDOSO et. alli, **A Guerra revolucionária...** op cit p44

mesmos utilizados no CAEM, lá assinados pelos militares francos. E, por isso, muitas das críticas quanto à ineficácia da democracia para a contenção da subversão que constam nos manuais da ESG, foram baseadas nos textos franceses. O trecho seguinte, retirado de um texto utilizado no CAEM, apareceu posteriormente em quase todas as apostilas da ESG sobre a guerra revolucionária até 1964:

*“Es cierto que el régimen democrático, que es el nuestro, y al cual, estamos profundamente adheridos, no favorece ni una parada preventiva ni una respuesta enérgica cuando la guerra revolucionaria ha alcanzado su período de violencia.”*⁴⁷⁵

Neste parágrafo, no qual o militar francês afirmou que a democracia não favorece a ação de contenção dos grupos revolucionários antes de iniciarem as ações armadas (parada) e tampouco depois de iniciado o embate armado (resposta). Colocava-se então o seguinte “problema”: de que o regime democrático não seria possível de ser mantido em caso de conflito. No entanto, são justamente as instituições democráticas que deveriam orientar a resolução dos conflitos, minimizando o recurso à violência.

Este trecho foi repetido pelo general Fragoso em 1959 e 1960, e pelo contra-almirante Valle e Silva em 1961 e 1962, o que indica que, interessava aos brasileiros enfatizar que a democracia poderia contribuir para o aumento da subversão. Na mesma lógica de que a democracia facilitaria a subversão, o oficial Valle e Silva afirmou que comícios seriam eventos para treinar oradores, ensaiar aliciadores e organizar agitadores, da mesma forma que as efemérides pátrias eram apropriadas para os mesmos fins⁴⁷⁶. Isto demonstra que qualquer forma de manifestação pública da classe trabalhadora era vista com suspeição, colocando como problema a própria liberdade de manifestação.

Em relação ao regime democrático nos manuais sobre guerra subversiva na ESG, destaca-se o perigo da infiltração comunista, que carregaria consigo a possibilidade de implantação do comunismo, mesmo sem o recurso da luta armada. Esta hipótese já constava nos textos franceses utilizados pelo CAEM entre 1959 e 1962.

Na ESG, este tema da infiltração dos comunistas nas instituições governamentais foi constantemente debatido até 1964. Diversamente, no CAEM, na segunda metade dos anos 1960, o cerne da contenção ao comunismo eram as reformas redistributivas.

Primeiramente, vejamos como a infiltração comunista nos aparatos burocráticos do Estado eram perturbadores segundo os ensinamentos franceses:

475 SOUYRIS, **Las condiciones de la parada y de la replica...** op cit p73

476 VALLE E SILVA, Murillo Vasco do. **A guerra revolucionária**. Rio de Janeiro: ESG, 1962 p13

“la experiencia nos demuestra que, en efecto, que en algunos países los partidos revolucionários han tenido éxito en conquistar el poder sin tener necesidad de recurrir a una fase de violencia. El país estaba – después de la fase preparatoria – en un grado tal de disgregación que el poder há podido pasar a las manos de los revolucionarios por los medios legales.”⁴⁷⁷

Os exemplos citados pelo capitão Souyris, em nota de rodapé, foram a Espanha em 1936 e países da Europa Central entre 1946 e 1948. O general Fragozo utilizou esta mesma frase, inclusive com os mesmos exemplos na ESG. E, no ano seguinte, o mesmo general enriqueceu seu argumento quanto a fragilidade da democracia perante a infiltração de comunistas, ao mostrar que o PCB passara a defender o caminho pacífico para a Revolução⁴⁷⁸.

Em 1961, o general Tavares e o contra-almirante Murillo Valle e Silva ao conferenciarem sobre guerra revolucionária, também se remeteram à possibilidade de infiltração comunista e tomada de poder sem enfrentamento armado. O primeiro lembrou das instituições “desvirtuadas” pelo comunismo (sindicatos, universidades, jornais) e acusou a “cegueira das elites” por tal penetração ideológica⁴⁷⁹. Para ele, esta infiltração seria mais fácil quanto menor fosse o discernimento e “mais deficiente a formação cívica da comunidade nacional”⁴⁸⁰.

As conferências sobre guerra revolucionária realizadas pelo oficial Valle e Silva em 1961 e 1962 pouco inovaram em relação ao que havia sido exposto antes. Em 1961, assim como o general Fragozo em 1960, afirmou ter se baseado no texto de Luís Carlos Prestes *Caminho pacífico da revolução* (1959). No ano seguinte – 1962 – o contra-almirante Valle e Silva, para reforçar a ideia da fragilidade da democracia e da periculosidade dos comunistas infiltrados no governo, narrou aos estagiários da ESG como os comunistas tomaram o poder na Tchecoslováquia, onde o então presidente, desejando promover uma aproximação entre Oriente e Ocidente, teria nomeado comunistas para alguns ministérios e acabou sofrendo um golpe⁴⁸¹. Tamanha preocupação com a infiltração dos comunistas no governo deve ser situada como parte do clima de radicalização política que antecedeu o golpe de 1964. Aos olhos daqueles que compartilhavam as posições veiculadas nestas conferências, o então presidente Goulart, cuja trajetória política estava vinculada ao sindicalismo getulista, era a própria imagem do comunista infiltrado nas instituições democráticas.

No ano do golpe, a conferência sobre guerra revolucionária foi elaborada pela equipe

477 SOUYRIS, *Las condiciones de la parada y de la replica...* op cit p82

478 FRAGOSO, *A guerra revolucionária...* op cit p29

479 TAVARES, *A guerra revolucionária...* op cit. p21

480 Ibid. p24

481 VALLE E SILVA, op cit p. 30

do Departamento de Estudos, segundo a qual o próprio Lênin orientara como deveriam agir os parlamentares comunistas para promoverem a revolução a partir da máquina do Estado, por isso criticaram existência de imunidades parlamentares. Listaram ainda os locais propícios à infiltração comunista no poder judiciário (a justiça do trabalho e a eleitoral) e no executivo (os setores de relações exteriores, economia e finanças, educação, ordem pública e previdência e assistência social)⁴⁸². Atentemos ao dado de que a justiça do trabalho fora um legado varguista e, desde o período de Quadros (1961), o Brasil caracterizava-se por uma política exterior independente, e os demais setores acusados de “fácil penetração comunista” eram todos parte da estrutura de assistência do Estado à população. No mesmo manual, colocavam a necessidade de “desenvolver-se uma verdadeira mística de fidelidade ao regime democrático”⁴⁸³ no campo militar, à medida que tratavam capitalismo como sinônimo de democracia e totalitarismo como sinônimo de comunismo.

Ainda nos textos referenciais para a ESG e utilizados pelo CAEM, em 1959, o capitão Souyris afirmou que a fragilidade da democracia nas colônias estava justamente nas garantias legais que proporcionava, assim conforme o exposto no CAEM:

*“Pero una observación se impone a propósito de la acción violenta algunas veces empleada por los revolucionarios, aún durante el período insurreccional. Mientras el poder ejecutivo dispone de medios tales como la policía y, si es necesario, el ejército, para oponerse a los métodos de violencia, por el contrario “el estado de paz” no permite al poder judicial actuar eficazmente. La organización revolucionaria explota esta debilidad “legal” yendo al límite de las interpretaciones posibles y proporcionando a los inculpadados, si el caso se presenta, abogados hábiles en explotar las menores fallas. Los “activistas” actúan con el menor riesgo y la organización revolucionaria puede así constituir en forma bien barata una legión de mártires, lo que es todavía un excelente medio de propaganda.”*⁴⁸⁴

Se, naquele contexto, o oficial francês criticava a justiça por proteger argelinos ou vietnamitas, quase que simultaneamente, na ESG, o general Fragoso, da mesma forma que o tenente coronel Gahyva, denunciou a situação pré-revolucionária do Brasil, caracterizada pela “intensa ação psicológica” para difusão das ideias comunistas. Mas, diferente de seu colega, o general Fragoso não relacionou os sinais que indicariam que o Brasil estaria na primeira e “mais intensa” fase da guerra revolucionária.

O temor dos conferencistas estava diretamente relacionado ao contexto da conferência: o período da campanha eleitoral de 1960, na qual a disputa pela presidência opôs os herdeiros do getulismo apoiados pelas esquerdas aos liberais unidos aos conservadores, tudo isso em

482 CARDOSO et. alli, **A Guerra revolucionária...** op cit p14-15

483 Ibid p. 40-41

484 SOUYRIS, **Las condiciones de la parada y de la replica...** op cit p80

meio à grandes mobilizações sindicais, estudantis e camponesas. Tamanha efervescência política pode ajudar a explicar a razão pela qual o então coronel Fragoso aponta a democracia e a legislação protetora das liberdades individuais como fatores que dificultariam o combate ao comunismo, apropriando-se da crítica de Souyris ao sistema legal e judiciário, em suas palavras:

“Nos limites da legislação corrente as autoridades responsáveis da polícia e os executantes não dispõem, em face do Direito, senão de um campo de iniciativa muito limitada quanto à escolha das técnicas e dos meios legais a aplicar, enquanto os revolucionários consideram válidos todos os meios de luta. (...)”

Urge, pois que se disponha, para combater a subversão, para enfrentar a guerra revolucionária, desde seu período clandestino, de uma legislação adequada. Não se pode manter em relação ao militante da guerra revolucionária, o respeito das liberdades individuais asseguradas aos demais cidadãos e as medidas de proteção que beneficiam, na ação judiciária, os delinquentes do direito comum.”⁴⁸⁵

O trecho da conferência ministrada em 1959 mostra um oficial das Forças Armadas reivindicando alterações na legislação para que melhor pudesse reprimir os revolucionários enquanto estes estivessem ainda apenas difundindo suas ideias. Como a legislação era incumbência do poder legislativo, então exercido por civis eleitos pela população, tal posicionamento do então coronel Fragoso consiste numa clara interferência da esfera militar na civil. Soma-se a isso a consideração de que o período “pré-revolucionário” era o mais perigoso, abre-se o problema de qual o momento adequado para o início da ação das Forças Armadas, pois a espera pela entrada na “fase revolucionária” propriamente poderia acontecer “tarde”, depois que os comunistas tivessem conquistado o apoio da população. Neste ponto percebemos que, declaradamente desde 1959, as liberdades democráticas estavam em sério risco.

É preciso esclarecer ainda que, ao se referir à validade de “todos os meios de luta”, o coronel Fragoso se apropriou enviesadamente de um debate do interior dos PC's.

Ao anunciar, desde os anos 1930 com o frentismo, que eram válidas todas as formas de luta, a Terceira Internacional justamente abria mão da luta armada para que os comunistas pudessem aliar-se a partidos burgueses progressistas contra o fascismo. Deste modo “todas as formas de luta” significava, ao fim e ao cabo, a aceitação da disputa eleitoral como legítima e válida pelos comunistas e, não como indicava o coronel Fragoso, a possibilidade da luta armada.

No mesmo ano, o tenente coronel Gahyva expôs o que seriam algumas orientações de Prestes interceptadas pelo governo, entre as quais alianças com partidos nacionalistas,

485 FRAGOSO, **Introdução ao estudo...** op cit p 22-3.

propaganda política e adoção da via eleitoral; e, diante de tais propostas, conclui que a guerra revolucionária estaria em curso, preocupando-se com o momento em que os militares deveriam agir⁴⁸⁶. Isto é, desacredita da linha pacifista do PCB e coloca a manutenção do capitalismo acima da escolha democrática da população.

Em 1961, o general Lyra Tavares seguiu colocando o capitalismo acima do jogo democrático, ao afirmar que a tarefa dos PC's nos estados capitalistas era educar os trabalhadores e acumular forças a partir das disputas legais prolongadas. Tais disputas seriam travadas principalmente no parlamento e nos sindicatos⁴⁸⁷. Mais uma vez, a referência à infiltração dos comunistas no aparato do Estado via eleições e o medo do fim do capitalismo, ao mesmo tempo que, a vontade cidadã expressa via eleições não era vista como um meio de legitimação suficiente se, porventura levasse os comunistas ao poder.

No manual do CAEM de 1967, os militares reconheciam que “os comunistas” - como chamavam toda a esquerda - se dividiam em duas estratégias, um grupo que almejava chegar ao poder pelas vias legais e outro que o buscava pela força e, era contra este último tipo, que os militares deveriam atuar⁴⁸⁸. No mesmo texto, atribuíam o trabalho de prevenção à subversão às autoridades políticas e reconheciam a delimitação de suas próprias funções à intervenção e consolidação em caso de luta armada. O que demonstra que os oficiais que encabeçavam o CAEM reconheciam e, diferentemente de seus pares da ESG brasileira, não criticavam as normas democráticas como inoperantes contra a subversão, pois sabiam que seu papel era restrito ao caso de uso da violência aberta pelos revolucionários.

Havia, porém, um tema nos manuais franceses que não foi discutido na ESG e que apenas foi aplicado no Peru muitos anos depois, por ocasião do combate ao Sendero Luminoso, este tema era a autodefesa popular. Segundo o oficial francês:

“En lugar de caer en la trampa que le tiene el adversario, un gobierno debe resistir al deseo de utilizar únicamente las fuerzas del orden – que permanecen, haga lo que haga, inadaptadas a los métodos clandestinos – y organizar la resistencia del pueblo contra las acciones del adversario. (...)

Para substraer a los habitantes de esta acción, el procedimiento de réplica mejor adaptado, y que por lo demás ha sido probado en muchos lugares, es la auto-defensa de las poblaciones.

Organizados bajo las autoridades responsables que disponen de grupos armados de auto-defensa, los habitantes pueden resistir eficazmente a los métodos del terror que buscan – por lo menos al principio – obtener su silencio y luego su cooperación.

La experiencia demuestra que el verdadero contraterrorismo y la verdadera contraguerrilla no pueden ser eficaces si no son efectuados por los mismos habitantes – organizados en districtos urbanos o em aldeas de autodefensa –

486 GAHYVA, A guerra revolucionária...op cit p 14

487 TAVARES, A guerra revolucionária...op cit. p31

488 CAEM, Guerra Contrasubversiva- plan de leccion ...op cit p 2.

apoyados por las unidades del ejercito.”⁴⁸⁹

Convém lembrar que em nenhum momento encontramos referências quanto ao uso do método da autodefesa dos camponeses em relação às guerrilhas de 1965, apenas mais de vinte anos depois no combate ao Sendero Luminoso⁴⁹⁰. É interessante notar que tal recomendação quanto à autodefesa dos camponeses não foi apropriada pelo CAEM em seus materiais próprios no final da década de 1960 e tampouco lembrada pela ESG nas traduções dos textos franceses. Muito possivelmente a derrota dos franceses por vietnamitas e argelinos em armas tenha condenado esta experiência da autodefesa naquele momento, pois assim como africanos e asiáticos, os camponeses puderiam fazer uso do armamento para aderirem à “subversão”.

Os militares franceses defenderam também o atendimento das reivindicações dos colonos, especialmente àquelas relacionadas à infraestrutura básica para qualidade de vida (saúde/saneamento, educação e transporte), de modo que os colonizados tivessem motivos para defenderem a colonização. Logo, a manutenção da população sob a autoridade estabelecida passaria, em primeiro lugar, por ações que corrigissem os “fatores favoráveis” à rebelião, aumentando a confiança do povo no Estado⁴⁹¹. No CAEM, os militares deram mais peso às orientações reformistas, enquanto que na ESG, a propaganda e a reformulação das FA para atuarem contra aparatos clandestinos ganharam mais destaque.

Em 1966, ano seguinte ao enfrentamento dos militares peruanos com as guerrilhas do ELN e do MIR, o CAEM definia a prevenção como o princípio básico de sua doutrina antissubversiva. Tal prevenção consistia na identificação e superação das causas de descontentamento popular, que poderiam motivar a população a aderir à subversão. Portanto, *“el énfasis de la prevención está en las reformas estructurales de largo alcance, tanto al nivel nacional como comunal”*⁴⁹².

A partir das reformas propostas pelo CAEM em 1966, percebe-se que ali também havia uma forte vontade de intervir em esferas de atuação civil, pois muitas das reformas propostas pouco se relacionavam com a esfera de atuação militar. Entretanto, conforme já demonstramos, depois da doutrina da guerra total, os militares passaram a considerar todas as esferas de dinâmica social de sua alçada. As reformas propostas no manual do CAEM foram,

489 SOUYRIS, *Las condiciones de la parada y de la replica...* op cit p 85-86

490 Mais informações sobre os Comitês de AutoDefesa Camponesa: RENIQUE, *A Revolução peruana...* op cit p158; TOCHE MEDRANO, *Guerra y Democracia...* op cit p 239; No início da década de 1970, e em contexto diverso Zilda Gricoli Iokoi tratou também das rondas camponesas em *Igreja e Camponeses. Teologia da Libertação e movimentos sociais no Campo no Brasil e no Peru 1964-1986*. São Paulo: Huitec/ Fapesp, 1996

491 SOUYRIS, *Las condiciones de la parada y de la replica...* op cit p79

492 CAEM, *Teoria de la guerra contra la acción subversiva...* op cit p20

nesta ordem:

- *reformas politicas sociales para eliminar causas estructurales*
- *acciones politica-economica para mejorar los sistemas de vida*
- *programas psicologicos y de información*
- *servicios de seguridad y policia eficiente*
- *identificar y neutralizar organismos clandestinos*
- *establecer comites civico-militar*
- *reestructurar las FFAA para operaciones subversivas* ⁴⁹³

Em primeiro lugar, os militares do CAEM propuseram reformas políticas e sociais e, apenas por último, a reestruturação das Forças Armadas, o que indica que a repressão não era vista pelos próprios militares como a resposta prioritária à subversão, mesmo depois de terem enfrentado movimentos guerrilheiros.

No ano seguinte, o CAEM indicava que a contrassubversão deveria ter objetivos políticos e econômicos, os primeiros seriam manter a democracia e as leis, enquanto os segundos seriam superar os desequilíbrios estruturais e as tensões socioeconômicas. Assim, mesmo tendo sido orientados pelos franceses que viam na legalidade um obstáculo ao combate à subversão, ao contrário da ESG que reproduziu esta ideia para criticar a democracia que possibilitava a infiltração comunista no Estado, no CAEM, quando passou a produzir seus próprios manuais, o aparato legal não era visto como um óbice à contenção do comunismo.

Houve também momentos em que militares da ESG — de maneira muito menos enfática — fizeram menção à necessidade de reformas como meio de contenção ao comunismo, tais menções foram feitas pelo general Lyra Tavares e pelo contra-almirante Valle e Silva. O general Lyra Tavares defendeu a apropriação dos valores democráticos pelos cidadãos como o melhor meio de defesa do Estado na guerra revolucionária, depois de afirmar que a fraqueza de um Estado era diretamente proporcional ao uso que este fazia da coerção para manter-se⁴⁹⁴. O militar reconheceu que a violência não corrigiria os “erros” e não resolvia as “vulnerabilidades internas”, e afirmou que durante a guerra revolucionária, o uso da força por parte dos militares aconteceria apenas na fase final, depois que os subversivos a utilizassem. Antes disso, o problema pertencia inteiramente à esfera do governo civil, responsável por medidas políticas, econômicas e sociais para combater a guerrilha; especialmente na área da Educação, visando “fortalecer a consciência cívica do povo”⁴⁹⁵.

Já o contra-almirante Valle e Silva, ao aproximar-se do tema das reformas como meio

493 Ibid p21

494 TAVARES, A **guerra revolucionária**...op cit. p46

495 Ibid p.34

de contenção ao comunismo, valeu-se da tradução não literal de um trecho do capitão Souyris, no qual afirmava que a condição fundamental para uma contenção eficaz da subversão seria a partir do contato humano e do conhecimento dos argumentos mais fortes da propaganda subversiva e, a partir de então, a promoção de reformas que solucionassem ou minimizassem as contradições internas utilizadas pela propaganda revolucionária⁴⁹⁶.

Aparece então outra diferença entre a instituição militar peruana e a brasileira: enquanto nesta pouco se referiu ao problema das desigualdades sociais como origem da luta subversiva e, quando o fez, a resolução deste problema não foi enfatizada como uma prioridade para combater a subversão. No CAEM, além de apontarem a desigualdade como causa da subversão, ainda colocavam sua superação como uma prioridade em seu combate.

No manual de 1967 do CAEM, as ações contrassubversivas eram situadas como uma parte das medidas de Defesa Interna do Território (DIT), que deveriam garantir a segurança interna do território, onde constavam também medidas preventivas em situações de ação de fenômenos naturais, tais como os terremotos. Assim, as DIT eram divididas em dois tipos de situações: as normais, nas quais a constituição continuaria em vigência, na qual deveriam ser tomadas medidas preventivas, fundamentalmente psicológicas (propaganda) e socioeconômicas. E as situações anormais, nas quais haveria decretação de estado de emergência e as garantias constitucionais seriam legalmente suspensas; nestes momentos, o governo cederia o poder momentaneamente às Forças Armadas para defender-se. Segundo o mesmo manual, o planejamento das DIT deveria ser integral e conjunto entre as autoridades civis e militares⁴⁹⁷. Assim, a responsabilidade por prevenir a subversão era claramente definida quanto pertencente às autoridades civis, e que os militares deveriam se encarregar apenas das situações classificadas pelo governo civil como emergenciais.

Enquanto os brasileiros alardeavam o perigo da fase pré-revolucionária, inclusive, preocupados com a hipótese de uma revolução mesmo sem luta armada, apenas com a infiltração de quadros no aparato do Estado, especulavam quanto ao momento adequado de agirem. No CAEM, em 1967, dois anos depois de enfrentarem as guerrilhas, tinham certo quando deveriam fazer uso da força: *“La intervención se inicia cuando el movimiento subversivo intensifica su acción terrorista, sabotaje y operaciones de guerrilla, esto es la violencia se há desatado.”*⁴⁹⁸

No manual do CAEM de 1966 ficou muito clara a opção pelo desenvolvimento

496 VALLE E SILVA, Murillo Vasco do. **A guerra revolucionária**. Rio de Janeiro: ESG, 1961 p26-27

497 CAEM, **Guerra Contrassubversiva- plan de leccion ...** op cit p 3

498 Ibid p5

nacional como principal método de combate à subversão. Os militares do CAEM entendiam o desenvolvimento como:

“se entiende por desarrollo un proceso po medio del cual se tranforma una economía cuyo ingreso por habitante tiene una tasa de crecimiento minima o negativa, em una economía em la cual el ingreso por persona tiene tasa significativa de crecimiento autosostenido como una característica permanente a largo plazo.”⁴⁹⁹

Percebemos as ideias nacionalistas e cepalinas – em manter um crescimento autossustentado a longo prazo, ou seja, fortalecer as estruturas produtivas do país. Os militares do CAEM listaram o que consideravam as “falhas nacionais” a serem combatidas, entre elas estavam a má distribuição de renda e da propriedade da terra, a dependência da agricultura, a instabilidade política, a corrupção e a falta de clareza da população sobre os Objetivos Nacionais, ausência de uma classe média, analfabetismo, entre outras. A partir do tipo de falhas constatadas, percebemos que os militares do CAEM se preocupavam não apenas com o crescimento no sentido de enriquecimento, aumento do PIB, mas com a promoção da qualidade de vida da população e com o enraizamento de valores promovidos pelo Estado.

Uma das reformas mais veementemente defendidas no manual do CAEM era a reforma agrária, colocada independentemente das reformas econômicas e sociais. Dentre seus pontos, estava a regulamentação da relação de arrendatários e proprietários, estabelecimento de programas de crédito e assistência técnica, divisão de latifúndios improdutivos entre outros⁵⁰⁰. A reforma agrária era basal para a criação de um mercado interno e integração do litoral com o interior do país, uma vez que, nas terras litorâneas, desde a colônia, se produzia para a exportação, desenvolvendo grande integração com o mercado externo, enquanto que no interior/altiplano prevalecia a extração de minérios em verdadeiros enclaves e a tradicional produção camponesa de subsistência era varrida pelo avanço dos latifundiários, resultando no crescimento dos rincões de pobreza nas cidades. Neste quadro, a reforma agrária empreendida pelo governo da Junta Militar em 1962-3 na região de Cuzco, segundo Daniel Masterson, foi um fator que contribuiu para que os camponeses não aderissem massivamente às guerrilhas em 1965⁵⁰¹.

A reforma agrária proposta estava profundamente relacionada à ideia de desenvolvimento comunal ou local. Este tipo de desenvolvimento deveria ser planejado e

499CAEM, *Teoría de la guerra contra la acción subversiva...* op cit p34

500 Ibid p.35

501 MASTERSON, *Fuerza Armada y sociedad* op cit... p.305

efetivado pelas autoridades locais e teria como meta integrar as comunidades camponesas indígenas à dinâmica nacional. De modo que as metas e iniciativas partiriam destas comunidades que deveriam se tornar protagonistas das transformações empreendidas a partir de suas constatações, reivindicações e também com seu esforço e trabalho. A ideia era que não identificassem o Estado como fonte de favores e tampouco um poder impositor e autoritário⁵⁰². Este plano desenvolvido no CAEM após a derrota das guerrilhas pode ser qualificado como ambicioso, pois consistia em mudar radicalmente a forma como o Estado se relacionava com as populações camponesas.

Tal proposta de mudança nas relações entre Estado e camponeses não implicaria no fim do aparato repressivo do Estado naquelas regiões. O “controle” ou manutenção da lei e da ordem deveria ser conduzido pela polícia, mais próxima dos *pueblos* e de suas atividades⁵⁰³; de modo que as Forças Armadas somente interviriam em casos concretos de presença subversiva, como chamavam os militares.

A subversão era um problema central tanto para a ESG no Brasil quanto para o CAEM no Peru e em ambas as escolas militares, na primeira em grau muito menor que na segunda; o desenvolvimento era visto como o principal meio de combate à subversão. Na ESG, o tema do desenvolvimento, também era muito importante, mas não como meio de combate à subversão, e sim como fortalecimento do “poder nacional”.

As doutrinas de segurança nacional também se caracterizaram pelo incentivo ao planejamento visando o desenvolvimento nacional, analisaremos agora como o planejamento e o desenvolvimento foram debatidos nas duas escolas militares desde seus inícios até os golpes.

502CAEM, *Teoria de la guerra contra la acción subversiva...* op cit p36

503 Ibid p37

Capítulo IV – Mobilização, Planejamento e Desenvolvimento

O desenvolvimento nacional foi a resposta privilegiada pelo CAEM ao problema da subversão comunista no Peru, enquanto que na ESG, o principal argumento de incentivo ao crescimento econômico era o fortalecimento do potencial nacional. Neste capítulo veremos como o planejamento para o desenvolvimento das nações foi tratado nas duas escolas militares.

Após o fim da Segunda Guerra, a América Latina passou a contar com os trabalhos da Comissão Econômica da América Latina (CEPAL) para propor estratégias de superação da pobreza no continente e os militares contavam com as novas doutrinas que legitimavam a ampliação de suas atuações para além da esfera puramente militar. Analisaremos os debates sobre planejamento e desenvolvimento nas escolas militares que vislumbravam a formação de quadros da burocracia, no caso do CAEM, e de elites dirigentes, no caso da ESG, até a tomada de poder pelos militares em 1964 no Brasil e 1968 no Peru.

4.1 Mobilização nacional – o elo entre a guerra e o desenvolvimento

O historiador Francisco César A. Ferraz mostrou que a mentalidade de mobilização nacional antecedeu e influenciou a criação da ESG no Brasil. Segundo Ferraz, os militares brasileiros já haviam experimentado situações de mobilização durante o movimento tenentista na década de 1920 e a revolução constitucionalista de 1932. Na segunda metade dos anos 1930, as divisas obtidas pelas exportações agrícolas serviram em parte para fomentar a industrialização e alimentar o sonho da autossuficiência nacional, inclusive militar⁵⁰⁴.

Com a eclosão da Segunda Guerra, o governo Vargas se esmerou para conseguir o máximo de proveito para o Brasil na disputa internacional e, com o engajamento brasileiro ao lado dos Aliados a partir de 1942, mais uma vez a mobilização nacional foi experimentada por aqui: desde os “soldados da borracha”, verdadeiros “exércitos” de migrantes nordestinos que se dirigiram aos rincões amazônicos para a extração do látex até os “pracinhas brasileiros” enviados à Itália sob ordens e patrocínio estadunidense, em troca de acordos e empréstimos que impulsionassem a industrialização.

Ainda segundo Ferraz, a Segunda Guerra introduziu a lógica da mobilização no Estado brasileiro; em 1939 foi implantado o Plano de Obras Públicas e Reaparelhamento da Defesa

504 FERRAZ, *À sombra...* op cit p79

Nacional, pouco tempo depois, com a declaração de guerra em 1942, foi criada a Coordenação de Mobilização Econômica, que colocava toda atividade produtiva em função do esforço de guerra. Este órgão reuniu economistas e empresários como Lucas Lopes, Octávio Bulhões, Valentim Bouças, Ary Frederico Torres – os mesmos classificados por Dreyfuss como tecno-burocratas, que formariam, anos depois, um grupo de conferencistas assíduos da ESG.

Francisco Ferraz indicou ainda que o governo estendeu o esforço de mobilização de guerra à sociedade, especialmente aos operários fabris, cujas reivindicações e contestações da exploração do trabalho passaram a ser perseguidas como “crimes de lesa-pátria”. Logo, a mobilização para a guerra serviu justamente para desmobilizar politicamente a classe trabalhadora.

Assim, a “mentalidade de mobilização” contou com dois motores, de um lado era um meio de alcançar o exemplo de modernização estadunidense, e, de outro, uma forma de contenção do “inimigo interno”. Na ESG, a mobilização nacional era discutida desde o início da instituição e chegou até mesmo a ter um curso exclusivo entre 1958 e 1959, no entanto, seus temas de estudo foram absorvidos por outros cursos; posteriormente, nos anos 1980, foi retomado como curso específico noutras circunstâncias. Assim, o historiador concluiu que a criação da Escola Superior de Guerra em 1949 e seu Curso Superior de Guerra para a difusão da doutrina de segurança nacional serviu como ponto de convergência e articulação de um grupo cujas ideias já estavam arraigadas⁵⁰⁵.

Diferentemente do Brasil, o Peru não se envolveu diretamente na Segunda Guerra, mas aderiu aos tratados de defesa continentais contra o totalitarismo para se beneficiar da lei estadunidense de empréstimos e arrendamentos de 1941, e de uma missão militar que esteve no Peru entre 1944 e 1969 auxiliando especialmente na divisão de blindados e na força aérea⁵⁰⁶. No entanto, segundo Eduardo Toche Medrano, quando eclodiu a Segunda Guerra, a ideia de mobilização nacional também já estava introjetada nas Forças Armadas e irradiada pela sociedade, pois, a partir da década de 1930, a ideia de mobilização no exército peruano, foi direcionada para um esforço da universalização do serviço militar, que visava fortalecer o patriotismo e evitar a adesão às “ideias estrangeiras” pela população, particularmente ao APRA, que surgira com muita força na década anterior⁵⁰⁷.

⁵⁰⁵ Ibid p86-87

⁵⁰⁶ COMISSIÓN PERMANENTE DE HISTÓRIA DEL EJÉRCITO. **Compendio de la história general del Ejército del Peru: 3000 años de Historia**. Vol2. Lima: Oficina de Información del Ejército, 2001. p 237-8 e KRUIJT, *La revolución...* op cit p 87

⁵⁰⁷ TOCHE MEDRANO, *Guerra y democracia...* op cit p83

Apesar dos conflitos fronteiriços com a Colômbia (1932) e com o Equador (1941), estes enfrentamentos não foram relacionados pela bibliografia e tampouco pela documentação ao conceito de mobilização. Talvez esta ausência de mobilização nos dois conflitos se deva ao fato de que os enfrentamentos não tenham alcançado o grau de guerra aberta ou porque tenham se dado em território amazônico, distante dos centros manufatureiros. Segundo Victor Villanueva, a derrota para a Colômbia e a vitória sobre o Equador tem raízes explicativas similares: no primeiro caso, a política adentrou os quartéis, no segundo caso, não; ou seja, para Villanueva, quando os militares tomaram decisões “técnicas” e não se deixaram envolver pelas disputas “políticas” foram bem-sucedidos⁵⁰⁸.

Segundo o mesmo autor, a vitória sobre o Equador credenciou as Forças Armadas perante a opinião pública, aumentou seu poder de pressão sobre o governo civil estabelecido e com isso suas verbas, especialmente para o aprimoramento de sua formação, daí também a abertura do CAEM em 1949. Outra importante consequência da vitória foi o aumento da coesão institucional, que para Villanueva não teria servido para distanciar a instituição militar da ditadura personalista do general Odría (1948-1956)⁵⁰⁹.

No Peru, a ideia de mobilização foi retomada por influência do conflito no velho mundo, mas esteve presente desde o final do XIX com a “missão” de civilizar a população indígena, e resultou na concepção de que a mobilização moral dos peruanos era “tão ou mais necessária que a material”⁵¹⁰. Os militares peruanos atrelaram o conceito de mobilização a um conjunto de valores que deveriam irradiar por toda a sociedade, entre os quais estava a meta de desenvolvimento nacional como único meio de conter uma previsível explosão de violência no campo, dado os levantes populares dos anos 1930 e o grave quadro social no campo⁵¹¹.

O principal efeito da Segunda Guerra sobre as Forças Armadas peruanas, para Toche Medrano, foi a elaboração de um discurso de “competência militar” que justificava a militarização do Estado e da sociedade⁵¹². E também se valendo da mobilização como motor na luta contra o “inimigo interno ou subversivo”, cuja condição se devia ao abandono em que o país fora deixado pelas oligarquias que detinham o poder no Peru. Assim, as Forças Armadas se transformaram, segundo Toche Medrano, “em um dos segmentos mais modernos

508VILLANUEVA, **100 años del ejercito peruano...** op cit

509 Ibid. p120

510CARMONA apud TOCHE MEDRANO, **Guerra y democracia...** op cit p84

511 Na década de 1940, 40% da população rural vivia em comunidades com menos de 1/4 das terras produtivas e 700 fazendeiros possuíam 1/3 das terras agricultáveis do país RENIQUE, **A Revolução peruana...**op cit p81.

512 TOCHE MEDRANO, **Guerra y democracia...** op cit p85

do Estado peruano”⁵¹³, talvez, o mais correto fosse afirmar que dentro do Estado peruano havia setores das Forças Armadas fortemente interessados no desenvolvimento do país, pois acreditavam que somente assim seria possível suplantar o perigo revolucionário.

4.1.2 A mobilização nacional: para o bem-estar geral ou para a segurança nacional?

Nos cursos oferecidos pelo CAEM, a ideia de mobilização nacional aparece fortemente vinculada à guerra, tratada de modo prioritariamente militar, ainda que relacionada ao bem-estar da população, objetivo supremo do Estado, segundo as fontes que conseguimos da instituição. Em 1967, a mobilização era definida nos seguintes termos: “preparação para a guerra ou outras emergências, mediante a reunião e organização dos recursos da nação”⁵¹⁴. Os recursos da nação deveriam ser disponibilizados para utilização em caso de conflito, porém, antes desta eventualidade, o conceito de potencial nacional – soma de recursos existentes e possíveis – deveria ser desenvolvido para a realização dos objetivos nacionais: bem-estar geral e, consequentemente, segurança integral.

Na ESG, a mobilização nacional era compreendida de modo mais direcionado para a segurança nacional, nas palavras do coronel Aguinaldo José Senna Campos:

“um conjunto de providências políticas, econômicas, psicossociais e militares, e dentro das possibilidades da nação, e firmadas, preparadas e executadas para os efeitos da guerra, segundo as exigências da própria Segurança Nacional, de modo a transformar, em ritmo acelerado, o Potencial Nacional em Poder Nacional.”⁵¹⁵

Nesta definição, percebemos que a ideia de mobilização nacional tinha como ator principal o governo e não as Forças Armadas, pois estas representariam apenas uma expressão do poder nacional sob a forma do exercício da violência. Além disso, diferentemente do CAEM, não há menção ao bem-estar da população civil, responsável por suportar a produção para mobilização militar.

Especificamente no campo econômico, na ESG, a segurança foi colocada acima e, no limite, contraposta a ideia de bem-estar, quando da necessidade do esforço de mobilização pelo Estado, segundo o professor Heitor Marçal, membro do corpo permanente da escola:

“E é essa compreensão que inaugura o primado da segurança sobre o bem-estar; que justifica e desenvolve as formas de intervenção estatal no campo econômico; que propugna por um processo de conciliação dos ideais de liberdade com os imperativos da segurança; que limita a ação individual às oportunidades que lhe são oferecidas pelas normas de planejamento que associa o Estado a uma área

513 Ibid p.99

514 CAEM–CENTRO DE ALTOS ESTUDIOS MILITARES. **Mobilización Integral: definiciones e conceptos.** XVII Promocion. Lima: CAEM, 1967 p.1

515 CAMPOS, Aguinaldo José Senna. **Mobilização Nacional.** Rio de Janeiro: ESG, 1954 p. 7

cada vez maior de responsabilidades, nas atividades econômicas.”⁵¹⁶

E eis que um conferencista permanente da ESG reconhece os limites do liberalismo econômico: a mobilização nacional para o esforço de guerra. Porém, antes mesmo do caso extremo da guerra, o governo era apontado como fonte necessária na formação de capital em qualquer economia, justamente pelo caráter estratégico das áreas que financiava, tais como transporte, energia, indústrias básicas e fomento agrícola etc⁵¹⁷. Assim, fica claro que mesmo numa instituição que reuniu críticos ferozes do varguismo, havia espaço para a constatação do papel fundamental do Estado para o desenvolvimento dos setores estratégicos.

Ou ainda:

“o que caracteriza a importância do campo econômico nos problemas de Segurança nacional é o antagonismo de duas necessidades básicas da sociedade moderna: proteção militar e bem-estar econômico.”⁵¹⁸

Aqui a relação entre o campo econômico e a SN revela o antagonismo entre bem-estar econômico e proteção militar, mesmo que reconheça a necessidade de certo desenvolvimento econômico (produção industrial, agrícola, etc.) para sustentar o esforço bélico. Isto mostra que este oficial brasileiro, diferentemente dos peruanos, não via o bem-estar da população como um fator imprescindível para que esta se engajasse pela pátria em caso de perigo, por exemplo.

A relação entre bem-estar e segurança nacional na ESG foi colocada da seguinte forma: o bem-estar era o objetivo supremo do Estado, tal qual no CAEM, porém, diferentemente deste, estava submetido às contingências da segurança nacional, ou seja, estava abaixo desta na ordem de prioridades. Ao contrário do CAEM, onde o bem-estar era justamente o principal fator de segurança integral.

Nas fontes da ESG, a relação entre bem-estar e segurança nacional foi discutida a partir dos dilemas metafóricos “canhões ou manteiga?”, “balas ou parafusos?” e “bicho-da-seda ou aranha?”⁵¹⁹. A estes dilemas, a opção da ESG era “pela sobrevivência”, portanto, pelo crescimento econômico direcionado ao fortalecimento do potencial nacional, em primeiro lugar, e, depois, ao bem-estar. Por esta razão, a mobilização econômica na ESG não correspondeu a uma priorização do bem-estar da população.

Na ESG, a mobilização econômica foi estudada sobretudo do ponto de vista das

516 MARÇAL, Heitor. **Mobilização no campo econômico**. Rio de Janeiro: ESG, 1958 p. 5.

517 CAMARA, Raul Valença. **Mobilização Econômica**. Rio de Janeiro: ESG, 1956 p10

518 SECCO, Vasco Alves. **A segurança nacional. Conceitos fundamentais: papel da ESG**. Rio de Janeiro: ESG, 1958 p11.

519 MURICY, Antonio Carlos da Silva. **Planejamento governamental**. Rio de Janeiro: ESG, 1956. p 19.

necessidades de planejamento dos diversos setores para um hipotético esforço de guerra. No entanto, é claro que deveriam existir recursos a serem mobilizados, daí a preocupação com a produção em tempos de paz.

Já na década de 1950 os conferencistas da ESG expressavam grande apreensão em relação aos gargalos do desenvolvimento industrial brasileiro, especialmente nos campos dos transportes e da energia, com destaque para eletricidade. Especificamente quanto ao setor industrial, seu crescimento, significativo para o fortalecimento do poder nacional, dependeria sobretudo da ampliação da capacidade de produção de eletricidade, que segundo os quadros previstos, mesmo com uma série de obras planejadas e em andamento, não seria suficiente dado o aumento de consumo projetado⁵²⁰.

Os militares do CAEM demonstravam preocupação com a promoção da industrialização nacional para fortalecer o potencial nacional e proporcionar o bem-estar da população. Em 1963, num documento intitulado *Proceso de Preparación y ejecucion de la movilización industrial: notas complementarias*, que foi utilizado até 1967, a instituição definia a mobilização industrial, parte fundamental da mobilização econômica, como planejamento da utilização de recursos para suprir as necessidades das Forças Armadas e da população civil⁵²¹. No documento, a mobilização industrial da paz para a guerra foi dividida em três momentos, a saber: preparação (paz), execução (guerra) e desmobilização (pós-guerra). A preparação – momento que expõe a preocupação dos militares com esferas do governo civil, especialmente com o tema do desenvolvimento – era pensada nos seguintes termos: determinação das necessidades; determinação dos recursos; balanço das necessidades x recursos; obtenção dos recursos e distribuição destes.

Noutro documento do CAEM de 1963, sobre mobilização integral, desta vez direcionado especificamente à industrialização, a preparação inclui aspectos como a formação da mão de obra e a planificação para corrigir debilidades. Nesta conferência, os militares peruanos expõem claramente que a preparação para a mobilização industrial de um país com indústria incipiente – que era o caso do Peru – seria um processo “longo, custoso e pesado”⁵²². Os membros do CAEM mostram a consciência da ausência de uma planta industrial de base em seu território, e isso os preocupava devido à vulnerabilidade às oscilações externas.

520 CAMARA, *Mobilização Econômica...* op cit p 44

521 CAEM – CENTRO DE ALTOS ESTUDIOS MILITARES. *Proceso de preparación y ejecucion de la movilización industrial – notas complementarias*. XIII Promoción. Lima:CAEM 1963. p.1

522 CAEM – CENTRO DE ALTOS ESTUDIOS MILITARES. *La política de seguridad integral-movilización integral. Movilización industrial, movilización de las finanzas e influencia del comercio sobre la movilización integral*. XIII Promoción. Lima:CAEM, 1963. p.2

No CAEM, foram listados dez obstáculos para a implementação de base industrial que sustentasse uma hipotética mobilização para a guerra, entre os quais se destacam: o baixo retorno do investimento em alguns setores, a dificuldade de aceitação de produtos nacionais no mercado já acostumado com os importados, a necessidade de subsídios estatais ou tarifas privilegiadas para a defesa e fomento da indústria nacional, os interesses internacionais em matérias-primas peruanas, entre outros. Assim, em nome da defesa nacional, o CAEM reconhecia a necessidade de uma política industrial assumida pelo Estado, uma vez que a iniciativa privada nacional não tinha condições de competir com o capital internacional até mesmo em seu mercado interno, deixando o país exposto aos interesses externos .

Aspectos da mobilização financeira também foram tratados no CAEM. A conferência *Proceso de preparación y ejecución de la movilización de las finanzas* de 1964 foi utilizada também até pelo menos 1967⁵²³. Nesta exposição, o problema posto era de como capacitar financeiramente o país para fazer a guerra, de acordo com as etapas preparatórias: determinação dos custos, inventário do patrimônio nacional, elaboração do balanço financeiro, obtenção de recursos e, por último, aplicação destes recursos. Nesta fase de preparação, especificamente no momento de elaboração do inventário do patrimônio nacional, por se tratar de uma ação “eminentemente técnica”, os militares reconhecem a necessidade de contar com profissionais e instituições especializadas como o Instituto Nacional de Planificação e o Banco Central de Reservas. A mobilização financeira foi tratada de modo simples, revelando se tratar de um público leigo em relação ao mundo da economia e finanças, pois ao final reconheciam que este era um aspecto a ser tratado sobretudo pelos especialistas.

4.1.3 Mobilização e projetos de sociedade

O CAEM destacou que três fatores incidiam sobre a mobilização integral: o potencial humano, os meios materiais e os recursos naturais. Por mais que não pudessem ser considerados isoladamente, o potencial humano era o fator cujo “planejamento para mobilização” seria o mais complexo. Deste modo, no manual do CAEM sobre Mobilização Humana utilizado em 1967, mas provavelmente elaborado entre 1963 e 1964, há diversos dados estatísticos sobre os peruanos, compondo um quadro panorâmico da população para os participantes do curso do CAEM, com vistas a conhecerem melhor o fator humano como

523 CAEM – CENTRO DE ALTOS ESTUDIOS MILITARES. **Proceso de preparación y ejecución de la movilización de las finanzas- notas complementarias**. XIV Promoción. Lima: CAEM, 1964

parte dos esforços econômico, industrial e militar⁵²⁴.

Depois de muitas tabelas e comparações com dados de outros países, há uma interpretação da sociedade peruana difundida pela instituição militar. O manual sobre mobilização humana afirma que:

*“El gran desarrollo industrial de algunos países se debe a una afortunada conjunción de recursos apropiados y aptitudes especiales para las actividades industriales. Podemos afirmar que la aptitud humana influye especialmente en el desarrollo industrial y es así como en algunos países, las industrias se desarrollan aunque la disponibilidad en materias primas propias sea pobre. En cambio, en otros lugares, la existencia de esas materias primas no ha provocado su industrialización, por no ser suficientemente apto en factor étnico para esas tareas.”*⁵²⁵

Desta forma, no CAEM creditava-se a uma ausência de “aptidão étnica” para a industrialização que impediu que este processo acontecesse no Peru. Todavia, era possível atuar sobre este fator, pois, por se tratar de um fator dinâmico, o potencial humano poderia ser “melhorado”, após um estudo profundo e detalhado de suas aptidões e da elaboração de objetivos realistas.

A análise da organização social peruana daquele momento qualifica como uma “imoralidade” o fato de que a revolução industrial não tivesse avançado e criado uma maior diversificação das classes sociais. O texto atribui a não industrialização do Peru ao fato do índio não ter se integrado à economia nacional, ao espírito “feudal-colonial” que manteve o país como produtor e exportador de matérias-primas, à topografia desfavorável e, por último, às práticas políticas marcadas por “demagogia, caudilhismo e ditaduras”⁵²⁶.

Nesta situação tão crítica, a sociedade peruana era dividida em três classes sociais: classe dominante, classe média e classe popular. No primeiro grupo estava a aristocracia – que descendia das elites do tempo do vice-reinado, que guardava distância da população e mantinha seus latifúndios, e um grupo detentor de poder econômico formado por manufactureiros, comerciantes e financistas. Este manual do CAEM utilizado pelo menos até 1967 critica duramente o grupo dominante por não ter formado uma classe dirigente, isto é, exploravam o trabalho dos demais e as riquezas da nação para benefícios particulares e não para o progresso coletivo, seria uma “classe exploradora sem consciência nacional”⁵²⁷.

As classes populares seriam formadas por indígenas, mestiços, zambos, camponeses, trabalhadores rurais e urbanos; esta população estava inserida numa imensa diversidade de

524 CAEM – CENTRO DE ALTOS ESTUDIOS MILITARES. **Movilización Humana**. Lima: CAEM, s/f

525 Ibid p 187

526 Ibid p.207

527 Ibid p208

situações: desde o indígena que vivia na Floresta Amazônica completamente “alheio à nação”, passando pelos camponeses dos *pueblos* resistentes nas altitudes andinas até os trabalhadores urbanos precários ou fortemente sindicalizados. E, por último, as classes médias, onde os militares se colocavam, formada por profissionais liberais, funcionários públicos, pequenos rentistas, intelectuais, artistas, entre outros. Segundo este balanço, não havia ainda uma clara consciência de classe no Peru, exceto pela aristocracia em decadência; as demais, ainda em formação, não teriam a “consciência de classe”.

Neste documento do CAEM, vislumbra-se um grupo – uma “elite capacitada” – que colocasse seus conhecimentos e pesquisas a serviço da nação e que formaria uma classe dirigente numa concepção “técnica” do termo. Os objetivos a serem alcançados pelo potencial humano seriam diminuir a distância entre as diferentes classes sociais, a renda per capita e integrar os diversos grupos num conjunto de valores que compusessem um “nacionalismo prático”, a partir do qual a produção de riquezas no país fosse um processo de integração social e não de exploração. Tal projeto revela uma leitura idealizada dos conflitos sociais e a crença de que o avanço do capitalismo com a diversificação de atividades pudesse contribuir para maior incorporação no processo produtivo, culminando, no fim da luta de classes, numa sociedade de trabalhadores do colarinho branco, conforme a tese do sociólogo estadunidense Wright Mills.

Na ESG, o tema da mobilização nacional era subdividido em política econômica psicossocial e militar; o que não os isolava, sendo que cada campo de mobilização exercia influência sobre outro; e, da mesma forma que no CAEM, deveriam ser desenvolvidos em tempos de paz para sua utilização no caso de conflito. Os aspectos da população brasileira, agregados sob o rótulo de psicossociais, eram os que mais influenciariam os demais campos da mobilização.

O campo das ações de mobilização psicossocial da ESG é muito amplo, abarcando áreas muito diferentes, desde o atendimento de necessidades primárias de saneamento e alimentação até a formação ideológica da população nas escolas, organizações comunitárias, culturais, religiosas, dos meios de comunicação e produção artística. O texto se detém nos aspectos da mobilização no setor ideológico, especialmente na propaganda para criação de clima favorável e difusão de mentalidade combatente em caso de conflito⁵²⁸.

No CAEM, o tema da mobilização colocou os participantes do curso diante de problemas que deveriam ser resolvidos não apenas para fortalecer o potencial nacional em

528 ESTUDOS SOBRE MOBILIZAÇÃO NACIONAL. Trabalho em Grupo. Rio de Janeiro: ESG, 1955

caso de um hipotético conflito, mas para evitar uma possível adesão à “subversão” por parte das populações, especialmente nas regiões da Serra e Selva, cujos padrões de vida estavam distantes de um mínimo de bem-estar e das instituições estatais promotoras das referências de segurança e nacionalidade.

No Brasil, o impulso da mobilização foi muito mais pela meta de fortalecimento do potencial nacional, visando em primeiro lugar a segurança nacional e, depois, o bem-estar da população. Portanto, conforme concluiu Ferraz, a mentalidade de mobilização no Brasil, que não contava com uma hipótese de guerra real em seu território, acabou sendo direcionada ao crescimento econômico, acarretando numa forte identificação entre mobilização e projeto de modernização. E, uma vez que o grupo fundador da ESG tinha uma trajetória de oposição ao varguismo, tal mentalidade de mobilização, segundo o autor, também se pautou pela valorização da empresa privada⁵²⁹.

Entretanto, nas conferências pronunciadas na ESG, percebemos que a ideia de mobilização para a guerra, um momento de exceção que exigia o planejamento e o controle da produção, acabava por mostrar a importância da preservação do papel do Estado como indutor de tal modernização, uma vez que havia setores estratégicos de infraestrutura como a produção de energia e construção de vias de transporte, cujo alto custo de investimento e grandes dimensões exigiam a presença da máquina do Estado.

Por outro lado, no CAEM, os militares percebiam a necessidade de ampliação do papel do Estado para fomentar uma indústria nacional e fortalecer o potencial nacional, em vista da dificuldade de competir no próprio mercado nacional com os produtos importados. E, paralelamente ao fomento à indústria, deveriam promover a mobilização humana, com vistas a integrar a população no processo de desenvolvimento nacional almejado.

4.2 Planejamento e desenvolvimento na ESG e no CAEM

O tema do desenvolvimento passou a ser fundamental para os militares brasileiros e peruanos pelo menos a partir dos anos 1950. Segundo as doutrinas militares então vigentes, as Forças Armadas teriam duas funções: a defesa, que se referia às ameaças externas às fronteiras, gradualmente relegada a uma questão hemisférica, ou seja, um problema sobretudo estadunidense, e, a segunda função, a segurança nacional, a nova prioridade que se referia aos inimigos internos – cidadãos interessados em desestabilizar o país para submetê-lo ao “comunismo internacional”.

529 FERRAZ, *À sombra...* op cit p. 95

Contudo, havia uma importante diferença entre as academias militares brasileira e peruana: os primeiros acreditavam que garantir a segurança nacional era o melhor meio de atingir o desenvolvimento, enquanto que seus pares peruanos, ao contrário, afirmavam que sem desenvolvimento era impossível garantir a segurança nacional⁵³⁰.

Durante os anos 1950 e 1960, o tema do planejamento ganhou destaque devido ao sucesso das políticas keynesianas aplicadas pós-crise de 1929, ao Plano Marshall para recuperação da Europa pós-Segunda Guerra e também pelo rápido progresso econômico da União Soviética⁵³¹. Por isso, tanto o CAEM peruano como a ESG brasileira foram instituições onde o planejamento estatal foi amplamente debatido, pois almejavam formar burocratas e elites capazes de articular desenvolvimento e segurança, de acordo com as prioridades em seus respectivos países. O tema do planejamento suscitou diferentes posições entre os conferencistas na ESG, enquanto que, no CAEM, era consenso, especialmente acerca do papel do Estado no planejamento e fomento do desenvolvimento.

O desenvolvimentismo foi o grande tema do pós-guerra no final da década de 1940 até a ascensão do neoliberalismo no fim da década de 1970; pensando especificamente o caso brasileiro, o economista Ricardo Bielschowsky o definiu da seguinte forma:

“ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais:

- a) industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro;
- b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas de mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje;
- c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e
- d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente.”⁵³²

Esta definição de desenvolvimentismo cabe também para o caso peruano, na medida em que a industrialização do país era vista como uma necessidade cada vez mais urgente para superação da pobreza por setores cada vez mais amplos da sociedade, principalmente pelos militares. Esta definição de Bielschowsky não significa que, no Brasil, os desenvolvimentistas formassem um grupo homogêneo, havia diferenças entre eles, destacadas pelo próprio autor, no que tange ao papel do capital externo e o papel do Estado. Tais diferenças apareceram,

530 TAVORA, A *Segurança Nacional e a ESG...* op cit p22 e MARÍN, *La defensa nacional: conceptos básicos...* op cit p 81.

531 FERRAZ, op cit p 77

532 BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento economico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004 p7

conforme veremos, inclusive nas conferências da ESG.

Após a Segunda Guerra a CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina da Organização das Nações Unidas foi uma das principais responsáveis pelo grande alcance das ideias desenvolvimentistas em nosso continente. A Comissão foi fundada em 1948 e tornada permanente em 1951, por pressões do Brasil, Chile e México⁵³³.

A CEPAL desenvolveu estudos sobre possíveis estratégias a serem adotadas pelos países latino-americanos para melhorarem seu desempenho econômico e, ao mesmo tempo, oferecerem melhor qualidade de vida a seus habitantes. A instituição promoveu uma série de pesquisas cujos resultados foram muito debatidos por intelectuais de todas as partes do continente.

As teses da CEPAL afirmavam que a diferença entre os termos de troca, isto é, a venda de produtos primários, cada vez mais baratos, pelos países da América Latina, enquanto compravam dos países mais desenvolvidos produtos com alto valor agregado, cada vez mais caros, dificultava a acumulação de capital nos países do Novo Mundo. Esta relação de troca tinha uma série de consequências, como a dificuldade de formação de mercado interno e de indústrias na América Latina que, por mais que crescesse “para fora” na medida em que aumentava suas exportações, não se desenvolvia “para dentro”, pois mantinha a mesma estrutura produtiva, não incorporava tecnologia, não melhorava a produtividade, não distribuía renda e, portanto, não melhorava a qualidade de vida de sua população.

Como saída possível deste ciclo, a instituição propunha a industrialização por substituição de importações, isto é, a instalação de indústrias nos territórios dos países latino-americanos para produção de itens antes importados. No entanto, para que esta industrialização acontecesse havia uma série de condições necessárias, como a instalação de infraestrutura, principalmente fontes energéticas e vias/meios de transporte para circulação de matérias-primas e mercadorias, além da formação e capacitação mão de obra técnica.

As consequências esperadas da industrialização eram, em primeiro lugar, a internalização dos centros decisórios – fortalecimento do poder de decisão dos países subdesenvolvidos sobre o investimento dos capitais –; em segundo lugar, a dinamização e aumento da produtividade interna; em terceiro lugar, a formação de um mercado consumidor (trabalhadores assalariados que pudessem consumir tais produtos); e, por último, maior integração territorial com novas vias e meios de transporte instalados, além da melhoria nos

533SILVA, Leandro Ribeiro da. **Os Ciclos Desenvolvimentistas Brasileiros (1930 – 2010): do nacional desenvolvimentismo ao novo desenvolvimentismo**. Tese de doutoramento em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de Campinas, Campinas, 2013.

termos de troca com os países produtores de tecnologia mais avançada⁵³⁴.

Portanto, a CEPAL era uma importante referência para os países latino-americanos que almejavam sair da condição de exportadores de produtos primários de baixo valor agregado.

4.2.1 O planejamento e o desenvolvimento no CAEM

Nesta perspectiva, em 1956, o governo peruano requisitou um estudo da CEPAL sobre as possibilidades para o desenvolvimento industrial. No ano seguinte, uma missão composta por engenheiros e economistas fez um longo estudo no Peru⁵³⁵. Segundo Rodríguez Beruff, representantes da CEPAL estiveram no CAEM em setembro de 1958 para palestrar e ministrar cursos sobre o desenvolvimento industrial peruano⁵³⁶.

Sobre esta passagem da missão cepalina pelo Peru em 1958, encontramos o relatório preliminar fruto dos trabalhos desta comissão, que foi discutido pelo economista chileno Pedro Vuskovic no Instituto de Estudos Econômicos em agosto daquele ano. Este relatório preliminar, que provavelmente foi o mesmo apresentado no mês seguinte ao CAEM, procurou responder a três questões-base sobre empecilhos e projeções para a industrialização do Peru; primeira: qual seria o ritmo de crescimento adequado para que a indústria impactasse positivamente nos demais setores da economia e na renda dos peruanos; segunda: quais mudanças seriam necessárias na estrutura produtiva do país para sustentar tal crescimento; e, por último, quais medidas e estímulos seriam necessários para promover as mudanças e o crescimento⁵³⁷.

Para responder tais questões, a CEPAL elaborou um panorama econômico do Peru desde a década de 1940 até aquele momento. O diagnóstico da CEPAL era que, no Peru, funcionavam duas economias essencialmente agrícolas e desvinculadas: uma na Serra (Andes), basicamente de subsistência, onde até 1955 vivia a maior parte da população, e outra na Costa (litoral) direcionada à exportação, de maior produtividade, mas que empregava menos e concentrava renda⁵³⁸. A industrialização por substituição de importações resolveria o problema de absorção de mão de obra e do déficit com importações de bens de consumo, uma vez que para instalar um parque industrial mais diversificado teriam que importar bens de

534 COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA. **El pensamiento de la CEPAL**. Santiago: Editorial Universitaria, 1969

535 VUSKOVIC, Pedro. **El informe preliminar de la CEPAL sobre el desarrollo industrial del Perú**. Instituto de Estudios Económicos. Lima, 12 de agosto 1958

536 RODRIGUEZ BERUFF, **Los militares...** op cit p 53-54

537 VUSKOVIC, **El informe preliminar...** op cit p 4

538 Ibid p6

capital e produzir internamente tais bens de consumo. O texto sugere que mudanças na política alfandegária e incentivos à reinversão de capital, além de investimentos públicos em infraestrutura poderiam contribuir para o crescimento do setor industrial no país.

No CAEM a ideia de desenvolvimento estava atrelada antes de tudo à luta antissubversiva, daí a maior urgência com que o projetavam. Para alguns autores, desde os anos 1930, especialmente após a repressão ao levante aprista em Trujillo, parte das Forças Armadas percebeu que sem uma vigorosa ação do Estado que desenvolvesse o país, tirando a população camponesa da miséria, sua adesão ao socialismo era quase certa⁵³⁹, por isso, no Peru, a discussão sobre planejamento econômico interessou de modo particular aos militares⁵⁴⁰.

O planejamento estatal esteve no centro das discussões que resultaram na fundação do Centro de Altos Estudos Militares do Peru. O general Jose del Carmen Marín, mentor e fundador daquela instituição, numa compilação de textos da década de 1950, *La Defensa Nacional*, definiu:

*“Podemos concluir que la Política General del Estado se sintetiza, em última instancia, em el desarrollo planificado de la potencialidad del País; pero desarrollo permanentemente condicionado por las necesidades de Bienestar y Seguridad de la Nacion.”*⁵⁴¹ [grifos no original]

Consequentemente, o planejamento estatal não era o principal, mas o único meio de desenvolver o país para acabar com o clima de subversão latente percebido pelos militares peruanos. Para o general Marín, o planejamento deveria transformar a realidade nacional, criando bases para o melhoramento contínuo das condições de existência humana. O militar apontou duas condições necessárias para um planejamento bem-sucedido: conhecimento profundo da realidade a transformar e a necessidade de decompor seus problemas em partes para atuar sobre eles. Outro aspecto interessante do planejamento estatal apontado pelo general Marín era a relação entre a situação a mudar e a técnica de planejamento: assim, a mesma técnica de planejamento poderia servir para melhorar as condições de vida de uma população ou agravá-las para “produzir distúrbios sociais”⁵⁴². Isto está claramente relacionado à necessidade imperante de distanciar-se do “totalitarismo comunista” ao definir planejamento, pois o oficial visava defender a técnica de planejamento, que nos anos 1950, estava fortemente atrelada ao comunismo, do qual marcava distanciamento. Especificamente

539 Ver capítulo 1

540 TOCHE MEDRANO, *Guerra y democracia...* op cit p 87-100.

541 MARIN ARISTA, *La defensa nacional: conceptos basicos...* op cit p87

542Ibid.

acerca da relação entre planejamento e comunismo, o general peruano acreditava que uma técnica não tinha por si mesma uma orientação política, mas que esta orientação dependia sobretudo da finalidade com que se aplicaria esta técnica.

A partir de 1957, sob a direção do general Romero Pardo Marcial, os estudos sobre desenvolvimento se tornaram um pilar institucional do CAEM. Em 1958, a comissão do Exército peruano, em sua participação na reunião da Junta Interamericana de Defesa, apresentou uma proposta elaborada com assessoria do CAEM na qual recomendava aos demais exércitos da América Latina o emprego de unidades em obras para desenvolvimento econômico⁵⁴³. Em 1959, o general Romero Pardo Marcial apresentou ao então presidente Manuel Prado um plano para o desenvolvimento da região amazônica, que foi recusado naquele momento.

Quando o general Ricardo Perez Godoy assumiu o poder executivo por meio de um golpe⁵⁴⁴, iniciando em 1962 o período no qual o Peru foi dirigido por uma Junta Militar de Governo (JMG) que durou até 1963; foi fundado o Instituto Nacional de Planificação (INP), órgão da burocracia que manteve proximidade com o CAEM pelo objetivo de planejar o desenvolvimento nacional. Segundo o sociólogo Jorge Rodríguez Beruff, havia dois projetos para a criação de um instituto de planificação: um do CAEM e outro da CEPAL, e o projeto implantado pela JMG foi o cepalino, porque permitia maior participação dos setores privados, em detrimento da proposta do CAEM, que dava mais poderes ao Estado. Esta opção demonstra que não havia consenso no meio militar peruano quanto à dimensão dos papéis reservados à iniciativa privada e ao Estado na economia, sendo o fortalecimento do poder estatal uma causa do grupo do CAEM⁵⁴⁵. O INP funcionou até 1992, quando o então presidente Alberto Fujimori o desativou.

O Instituto foi resultado de amplos esforços para fazer da planificação um método de organização não apenas do governo peruano, mas de toda a sociedade, especialmente durante os anos 1960 e início da década de 1970. O INP elaborou levantamentos estatísticos, planos para setores e regiões específicos do país, trabalhos de projeções para o Estado, além de ministrar conferências e capacitações para profissionais que almejassem se inserir na área de

543 CAEN, **50 años...** op cit p 49

544 A bibliografia distingue o regime da JMG (1962-1963) de outros governos militares anteriores como o de Odría (1948-1956) ou o de Sanchez Cerro (1931-1933), pois seria a primeira vez que a instituição militar tomava para si o governo, pois das outras vezes teriam sido ditaduras militares personalistas, sem um arranjo da alta cúpula das Forças Armadas. Ver MASTERSON, **Fuerza Armada...** op cit p 247

545 RODRIGUEZ BERUFF, **Los militares...** op cit p 152

planejamento⁵⁴⁶. A proximidade entre o INP e o CAEM dava-se por quadros comuns, como o engenheiro Jorge Bravo Bresani e o general Jorge Chavez Quelopana, ambos figuras de proa do INP e do CAEM, e também pela participação de ambas instituições em congressos como o *I Fórum nacional sobre el desarrollo industrial* (1967)⁵⁴⁷. Para o sociólogo Dirk Kruijt, instituições como o INP eram importantes locais para que os intelectuais militares latino-americanos formulassem suas próprias doutrinas de segurança⁵⁴⁸.

No decreto-lei de 19 de outubro de 1962, que criou o Sistema Nacional de Planificação e também o INP, consta que o objetivo do sistema era:

“acelerar el mejoramiento de las condiciones de vida del pueblo peruano, mediante la ejecucion de planes sistematicos de desarrollo economico y social;

*Que el proceso de planificación debe aprovechar y estimular la iniciativa y la capacidad creadora de los distintos sectores de la población, y asegurar especialmente la participación de las fuerzas activas de la economía, tanto de los empresarios como de lo trabajadores.”*⁵⁴⁹

O INP foi projetado para ser o principal órgão do sistema nacional de planificação e seu chefe tinha status de ministro. Entre seus objetivos destaca-se o fato de que os militares que o criaram previam a participação de empresários e trabalhadores para contribuírem na elaboração dos planos. Nisto aparece uma importante diferença das concepções de planejamento discutidas na ESG: os planos deveriam contar com a participação dos trabalhadores em sua elaboração. Entre os doze oficiais que assinaram o decreto de criação do INP, dois passaram pelos bancos do CAEM: em 1961, o general German Pagador Blondet, ministro de Governo e da Polícia e, em 1958, o general Máximo Verastegui Izurieta, então ministro de Fomento e Obras Públicas.

Um dos principais nomes do INP foi o engenheiro Jorge Bravo Bresani, membro do corpo docente do CAEM de 1962 a 1971. O momento em que o engenheiro Bravo Bresani entrou para o corpo docente do CAEM coincidiu com a ascensão da JMG em 1962, conjuntura na qual, segundo Rodríguez Beruff⁵⁵⁰, temas desenvolvimentistas ganharam maior fôlego no CAEM.

No texto de divulgação do INP, *Orientaciones necesarias para la planificación*

546 PLANIFICACIÓN Y DESARROLLO – organo del Instituto Nacional de Planificación, nº1, año1, Lima, diciembre 1965.

547 CONCLUSIONES DEL I FORUM NACIONAL SOBRE DESARROLLO INDUSTRIAL 1967/1968. Universidad Nacional de Ingenieria- Facultad de Ingenieria Industrial Lima, 1968

548 KRUIJT, *La revolución...* op cit p 93

549PERU. Decreto-lei 14220 de 19 de octubre de 1962. Creando un sistema nacional de planificación de desarrollo economico y social del país.disponível: <http://www.inei.gob.pe/historia/> acessado 20 de janeiro de 2015

550 RODRIGUEZ BERUFF, *Los militares ...* op cit p105

peruana, de 1966, Bravo Bresani fez uma veemente defesa da adoção das práticas de planejamento visando o desenvolvimento do Peru, propondo até mesmo mudança dos fins do sistema produtivo, que ao invés de enriquecimento e avanço tecnológico, deveria visar pleno emprego e investimentos massivos em educação⁵⁵¹. Propunha a construção de uma economia humana, que atendesse às necessidades da população antes do enriquecimento, de modo que o lucro não deveria tornar-se instrumental⁵⁵².

Para o engenheiro peruano, desenvolvimento significava mudança estrutural com garantias de segurança e bem-estar para toda população, e não poderia ser confundido com crescimento; enquanto que subdesenvolvimento era marcado por uma base econômica “pré-industrial” e por uma dupla inserção no sistema capitalista; de um lado presença das multinacionais e de outro pequeno grupos locais concentradores de renda.

Bravo Bresani assinalou quatro obstáculos no caminho do Peru rumo à superação do subdesenvolvimento: o sistema real de poder (poder econômico), as instituições, as relações econômicas com o exterior organizadas para dominação e o condicionamento psicológico da população. O primeiro obstáculo consistia nos grupos nacionais que controlavam as riquezas do país (poder econômico), para o autor o planejamento deveria situar o papel destas riquezas e de seus detentores no conjunto da sociedade e, se fosse de interesse nacional, sujeitá-los ao controle público, o que faz questão de diferenciar de controle estatal. O segundo obstáculo, as instituições, indica duas bases de legitimidade que deveriam ser transformadas: a propriedade privada e a livre iniciativa, que deveriam ter finalidade social. Para marcar a diferença entre sua proposta e o comunismo, o autor definiu o Estado como “integrador das instâncias de poder, limitados e sujeitos ao controle democrático”⁵⁵³. O controle público das instituições privadas defendido por Bravo Bresani está relacionado à transparência e publicidade das operações e não ao controle pelo Estado.

O terceiro obstáculo apontado pelo engenheiro – a dominação internacional, é a mesma ideia dos termos de troca apresentados pela CEPAL. O engenheiro peruano defendeu que os países exportadores de matérias-primas fizessem o possível para vendê-las com o máximo de valor e a todos os países que se dispusessem a pagar, sem “preconceitos ideológicos”, numa clara defesa à abertura de negociação com os países comunistas, a partir da liberdade de comércio dos países subdesenvolvidos. Além disso, defendeu que os países

551 BRAVO BRESANI, Jorge. **Orientaciones necesarias para la planificación peruana**. Cuadernillos de Divulgación del Instituto Nacional de Planificación. Lima: INP, Octubre 1966.

552Ibid p.19

553 Ibid. p32

subdesenvolvidos pactuassem uniões regionais e desenvolvessem parcerias para construção de infraestrutura comum para ser utilizada em conjunto.

O quarto e último óbice a ser superado era o condicionamento psicológico da população ao subdesenvolvimento, que consistia na resistência ao progresso, ao trabalho, à inovação, no egoísmo e no medo do poder. Para combater tal postura da população, o engenheiro propunha um processo intenso de educação intelectual e técnica, uma ampla reforma agrária que distribuisse terras e inserisse os camponeses no processo produtivo e, por fim, o fomento de polos regionais de desenvolvimento. Neste item, fica claro o desejo do engenheiro peruano de inserir as comunidades indígenas na lógica das relações contratuais e de produtividade capitalista do trabalho.

As orientações para a planificação peruana desenvolvidas por Jorge Bravo Bresani no INP e provavelmente também difundidas por ele no CAEM enquanto docente, estavam alinhadas com as propostas cepalinas, porém seu texto assertivo continha um tom direto de enfrentamento político com as tradições oligárquicas e as práticas imperialistas. O desejo de Bravo Bresani de criar caminhos para suprir as necessidades da população peruana dialogava com o imaginário revolucionário dos anos 1960, por mais que se manifestasse nas vias institucionais e legais a partir do CAEM e do INP.

O planejamento no CAEM foi o tema escolhido por Hércules Marthans Garro, inspetor-geral da polícia de investigação peruana e aluno do CAEM em 1960, para seu trabalho de conclusão do bacharelado em economia na Universidade de San Marcos em 1963, intitulado *El Centro de Altos Estudios Militares y la Planificación Nacional*⁵⁵⁴. Neste trabalho, Marthans Garro, ao mesmo tempo em que afirma a necessidade de ampliar o conhecimento da realidade peruana para a elaboração de um planejamento eficaz, relaciona uma série de dados (desde média de ingestão diárias de calorias, porcentagem de mão de obra empregada em cada setor produtivo, índice de analfabetismo etc.) que caracterizariam a situação da população de seu país como de “penúria extrema causada pela pobreza”; e tamanha pobreza poderia fomentar uma revolução social. De modo que, segundo o policial e bacharel em economia, cabia ao Estado:

*“... orientar, corregir, promover; debe asegurar el esfuerzo humano que respresenta el trabajo sea compensado con justicia y utilizado inteligentemente, dentro del marco de una economía nacional al servicio del bienestar del hombre.”*⁵⁵⁵

554 MARTHANS GARRO, Hércules. **El Centro de Altos Estudios Militares y la Planificación Nacional**. Tesis para optar el grado de bachiller en Economía. Facultad de Ciencias Economicas y Comerciales. Universidad Nacional Mayor de San Marcos. Lima, 1963

555 Ibid p. 52

Sempre enfatizando a necessidade e a urgência do planejamento nacional, Marthans Garro afirmou que o CAEM assumiu como missão a condução do pensamento sobre planejamento nacional no Peru e, como muitos, refutou a ligação entre planificação e comunismo feita pelos liberais, repetindo os argumentos do general Marín, segundo os quais era preciso demarcar a diferença entre meios e finalidades. Esta preocupação demonstra que, assim como no Brasil, havia aqueles que vinculavam planejamento ao comunismo fora do CAEM, no meio acadêmico, tendo em vista a instituição onde o autor procurava legitimar sua posição – a Faculdade de Economia da Universidade San Marcos.

Para Marthans Garro, planejar num contexto de economia capitalista, diferente da comunista, tinha como objetivo oferecer condições para fomentar a livre-iniciativa. Para ele, o problema que impedia o desenvolvimento do Peru era a ausência de um Estado que defendesse os interesses nacionais frente às empresas capitalistas, especialmente as internacionais, e não o capitalismo em si, que continuava associado à democracia; de modo que o liberalismo econômico seria o responsável pelas mazelas nacionais.

Marthans Garro informa que o CAEM juntamente com a Sociedade de Engenheiros do Peru fundou em 1956 o *Fórum de Desarrollo Económico*. Esta informação explica a proximidade dos quadros técnicos do INP ao CAEM, uma vez que os engenheiros peruanos se inseriram no debate sobre planejamento nacional, ao ponto de em junho de 1965, a Universidade Nacional de Engenharia ter um Instituto de estudos para o desenvolvimento nacional, que lançou uma proposta de doutrina de desenvolvimento nacional⁵⁵⁶.

O trabalho de Marthans Garro discutiu na Universidade San Marcos as concepções de planejamento que circulavam no CAEM, usando como base os textos do general Marín e o documento de abertura do *Instituto Nacional de Planificación*. Marthans Garro sustenta que o planejamento era o único meio de resolver as necessidades nacionais sem o recurso à violência e à violação de direitos; mais ainda: que se tratava de um movimento humanista, desprovido de ideologia. A posição do autor demonstra a visão salvacionista da economia e sua crença na neutralidade científica dos métodos, que poderia distanciar-se dos interesses políticos, do mesmo modo que o general Marín acreditou.

4.2.2 O debate sobre desenvolvimento na ESG

No Brasil, desde a chamada “Revolução de 30” até o golpe sofrido pelo governo Goulart (1964), houve um intenso debate sobre o papel do planejamento para o

556 PLANTEAMIENTO GENERAL PARA LA ELABORACIÓN DE UNA DOCTRINA DE DESARROLLO NACIONAL. Lima: Instituto de Estudios para el desarrollo nacional- Universidad Nacional de Ingeniería, junio 1965

desenvolvimento nacional, no qual a ESG era, ao lado do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), um dos principais centros para os debatedores.

Segundo Caio Navarro Toledo, os intelectuais do ISEB⁵⁵⁷, apesar de suas diferenças internas, acreditavam que havia duas burguesias: uma nacional e interessada no desenvolvimento nacional, com a qual o setor público poderia desenvolver parcerias; e outra vinculada ao capital internacional, cujos interesses iam de encontro à construção de um aparato produtivo independente, pois eram o próprio capital internacional imperialista⁵⁵⁸. Para alguns pesquisadores, como René A. Dreifuss, as concepções de planejamento estatal debatidas pelo ISEB eram muito diferentes daquelas expostas na ESG, pelos representantes do tecnopresariado das multinacionais⁵⁵⁹. E, ainda segundo Dreifuss, eram justamente as indicações no campo da economia da doutrina de segurança nacional articulada, difundida pela ESG, que promoveram o amálgama de interesses entre militares e setores civis que promoveram o golpe de 1964.

A socióloga Lígia Maria Osório Silva, em *Desenvolvimentismo e intervencionismo militar*, afirmou que a “ideologia desenvolvimentista” foi predominante nas Forças Armadas no período entre a redemocratização de 1945 e o golpe de 1964⁵⁶⁰. Neste interregno, mesmo as Forças Armadas brasileiras, divididas grosso modo entre nacionalistas e liberais, sendo a ESG o núcleo destes últimos, as ideias de planejamento econômico e da presença do Estado na economia eram aceitas pelos dois grupos. As diferenças entre os dois grupos estariam no papel dos investimentos estrangeiros e na política monetária a ser adotada⁵⁶¹.

Mais que assimilar interesses de empresários vinculados ao capital externo, o grupo da ESG construiu seu próprio plano de desenvolvimento a partir de sua posição institucional dentro do Estado. Para os militares brasileiros, o desenvolvimento econômico era fundamental para aumentar o poder nacional. Segundo Arruda, a definição básica de Poder Nacional na ESG foi dada pelo gal. Juarez Távora em 1953:

“... 'Poder Nacional', como a expressão integrada dos meios de toda a ordem de que a Nação efetivamente dispõe, no momento considerado, para promover, no campo internacional e no âmbito interno, a consecução e a salvaguarda dos objetivos nacionais, a despeito dos antagonismos existentes.”⁵⁶²

⁵⁵⁷Ver capítulo II página 102 nota 312

⁵⁵⁸ TOLEDO, ISEB: fábrica ... op cit p117-121

⁵⁵⁹ DREIFUSS, 1964: a conquista...op cit p73

⁵⁶⁰ SILVA, Lígia Osório. *Desenvolvimentismo e intervencionismo militar. E-premissas revista de Estudos Estratégicos*, nº 1 – dossiê Dreifuss, junho - dezembro de 2006 p.92-119 disponível em <http://www.unicamp.br/nee/epremissas/pdfs/01.07.pdf> acesso em 15 de janeiro de 2015

⁵⁶¹ Ibid p.101

⁵⁶² TÁVORA apud ARRUDA, *A Escola Superior...* op cit p.19-20

Desde então, segundo o autor, houve algumas mudanças, mas a ideia básica de Távora, que significa a capacidade que a nação tem de realizar seus objetivos, foi mantida. Cabe lembrar que os objetivos nacionais deveriam ser estabelecidos pela elite dirigente – público-alvo da ESG. O interesse dos militares em aumentar o poder nacional tinha como consequência direta sua preocupação com o desenvolvimento econômico, porém, segundo Arruda, nos primeiros anos da ESG, a tônica recaiu sobre o planejamento e a aplicação do poder nacional para a segurança, pois acreditava-se que esta levaria ao desenvolvimento, de modo que eram estudados em conjunto⁵⁶³. Segundo o mesmo autor, somente depois de 1969, ou seja, cinco anos depois que os militares tomaram o poder, é que o desenvolvimento tornou-se objeto de estudos específicos. No entanto, houve conferências sobre desenvolvimento anteriores ao golpe de 1964, especialmente em 1960; tais como: “desenvolvimento nacional e fortalecimento do potencial nacional”, do Capitão João Baptista Vianna, “desenvolvimento e segurança nacional – considerações gerais”, do gal. Edmundo de Macedo Soares e Silva e “desenvolvimento científico e tecnológico, e a segurança nacional”, do capitão José Claudio Beltrão Frederico⁵⁶⁴.

Durante a década de 1950, período em que o desenvolvimento era pensado em conjunto com a segurança, alguns militares realizaram conferências na ESG sobre questões de natureza econômica, relacionando-as, claro, à segurança nacional. Alguns exemplos: capitão Eurico Magno de Carvalho – “O poder nacional: seus fundamentos econômicos – a ação econômica”; general Anápio Gomes – “O problema da recuperação moral do país – os meios industriais e financeiros”⁵⁶⁵ e “Efeitos do intervencionismo estatal na economia brasileira; coronel José Sinval Monteiro Lindenberg – “A ação estratégica nos campos político, econômico e psicossocial – a estratégia no campo econômico” e general Mario Poppe Figueiredo – “Estratégia econômica”⁵⁶⁶.

563 Ibid p 84-85.

564 VIANNA, João Baptista. **Desenvolvimento nacional e fortalecimento do potencial nacional**. Rio de Janeiro: ESG, 1960; SILVA, Edmundo de Macedo Soares e. **Desenvolvimento e segurança nacional - considerações gerais**. Rio de Janeiro: ESG, 1960; FREDERICO, José Claudio Beltrão. **Desenvolvimento Científico e tecnológico e a segurança nacional**. Rio de Janeiro: ESG, 1960.

565 Cabe uma explicação sobre uma série de conferências a propósito da “recuperação moral do país”. Elas foram elaboradas a pedido da ADESG (associação de ex-estagiários da ESG) após o suicídio de Vargas em 1954 e visavam levantar propostas para reorientar os caminhos do país em diversos aspectos, especialmente no que tange à submissão da classe trabalhadora (agora sindicalizada) e diminuição do aparato de Estado. ROCHA, **A evolução dos conceitos** ...op cit. p44.

566 CARVALHO, Eurico Magno de. **O poder nacional: seus fundamentos econômicos – a ação econômica**. Rio de Janeiro: ESG, 1955; GOMES, Anápio. **O problema da recuperação moral do país – os meios industriais e financeiros**. Rio de Janeiro: ESG, 1955. e Idem **Efeitos do intervencionismo estatal na economia brasileira**. Rio de Janeiro: ESG, 1959. LINDENBERG, José Sinval Monteiro. **A ação estratégica nos campos político, econômico e psicossocial – a estratégia no campo econômico**. Rio de Janeiro: ESG, 1958

a) A defesa do planejamento na ESG

Havia conferencistas na ESG que defenderam o planejamento, inclusive reservando um papel decisivo e necessário ao Estado, como meio de colocar o Brasil no caminho do desenvolvimento, tais como: os civis Celso Furtado, Américo Barbosa de Oliveira, Benedicto Silva, Plínio de Arruda Sampaio, Themistocles Brandão Cavalcanti e Omar Gonçalves da Mota; e os militares cel. Antonio Carlos da Silva Muricy, gal. Edmundo de Macedo Soares e Silva, ten. Cel. Geraldo Menezes Cortes e capitão João Baptista Vianna. O que indica que havia conferencistas na ESG que destoavam do ideário liberal, segundo o qual a mão invisível tudo poderia resolver e o Estado teria um papel limitado.

A defesa do planejamento estatal como melhor caminho para o crescimento brasileiro foi feita com argumentos prioritariamente técnicos pelo economista Celso Furtado que, durante a década de 1950, ministrou conferências sobre o tema do planejamento econômico na ESG. Celso Monteiro Furtado foi dos mais importantes intelectuais brasileiros do século XX, sua atuação em defesa de um projeto de país cujo desenvolvimento econômico acarretasse em melhoria da qualidade de vida da população foi reconhecida internacionalmente. Furtado era um dos principais intelectuais da já referida CEPAL e suas conferências na ESG aconteceram em 1954 – ano marcado pelo suicídio de Vargas – durante o qual esteve à frente de um convênio entre a CEPAL e o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), e em 1958, ocasião que foi nomeado pelo presidente Kubitschek para alavancar o desenvolvimento do Nordeste à frente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), projetada pelo próprio Furtado.

Em 1954, na conferência “O planejamento econômico nos países subdesenvolvidos – características e fundamentos”⁵⁶⁷, Furtado argumentou que o crescimento deveria ser mensurado por três fatores: produção, renda e oferta de bens e serviços; e que o Brasil atravessara entre 1939 e 1952 um momento muito favorável ao crescimento, devido à valorização de seus produtos de exportação e, ao mesmo tempo, desvalorização dos insumos que importava. A inconstância do crescimento brasileiro era explicada pela infraestrutura deficitária (estradas, portos etc.) que formava “gargalos” à continuidade do crescimento.

O economista indicou que o Brasil atravessava um momento de certa estabilidade e que deveria se planejar para crescer e, para tanto, seria muito importante ampliar o foco da política econômica para além da contenção inflacionária, grande tema daquele momento, que

e FIGUEIREDO, Mario Poppe. **A estratégia econômica**. Rio de Janeiro: ESG, 1959

567 FURTADO, Celso Monteiro. **O planejamento econômico nos países subdesenvolvidos – características e fundamentos**. Rio de Janeiro: ESG, 1954

deveria ser alvo de políticas de curto prazo, independentes do planejamento de longo prazo.

Furtado desconstruiu ainda o lugar-comum de culpar os altos gastos governamentais com a manutenção de uma pesada burocracia pela inflação ao explicar o cerne do fenômeno inflacionário, os desequilíbrios do sistema fiscal e de créditos: os preços subiam, mas a receita (impostos) não, logo, o Estado recorria aos bancos para financiar-se, emitindo títulos da dívida pública em moeda estrangeira e os bancos revendiam estes títulos colocando mais dinheiro em circulação. Logo, a inflação aumentava por desequilíbrios estruturais do sistema fiscal e de créditos. Furtado foi muito cauteloso ao concluir que o planejamento exigia “certo grau de comando sobre o sistema econômico”, porém deveríamos “evitar quaisquer reformas desses sistemas (fiscal e monetário) com vistas a torná-los mais rígidos”⁵⁶⁸. Portanto, a política de desenvolvimento deveria ser formulada e as reformas necessárias realizadas para adequar o sistema fiscal e monetário aos fins do crescimento.

Furtado era um intelectual inserido em instituições como a CEPAL ou a SUDENE, expôs na ESG uma defesa do planejamento e do fortalecimento estatal com um horizonte de transformação da sociedade, mas sem mirar o socialismo e em termos muito didáticos. No entanto, naquele contexto de luta pelo poder no Brasil entre herdeiros e críticos do desenvolvimentismo capitaneado pelo Estado, optou em suas exposições por uma argumentação amparada em argumentos técnicos, embasados em muitos dados, talvez pela consciência da possível oposição da plateia às suas ideias.

b) Os liberais na ESG

Na ESG, houve conferencistas que criticaram a ideia de planejamento estatal, tais como Otávio Bulhões, David Carneiro, João Paulo de Almeida Magalhães e os militares general Anápio Gomes e coronel Alberto Ribeiro Paz. Estas ideias mais próximas ao liberalismo que circularam na instituição, críticas ao varguismo e ao que chamavam intervencionismo estatal “típico” das ditaduras, são as que mais se destacam na bibliografia referente à ESG.

Alguns conferencistas como Octávio Gouvêia de Bulhões tinham uma longa trajetória na alta burocracia estatal na área econômica e, após o golpe, continuaram a ocupar importantes cargos. Bulhões expôs na ESG, em 1957, a conferência “Planejamento econômico para o Brasil”, na qual explicou o porquê de desacreditar no sucesso de um planejamento, mas na “coordenação” de esforços para o crescimento⁵⁶⁹. Sua explicação sobre

⁵⁶⁸ Ibid p.14

⁵⁶⁹ Bulhões, Octávio Gouvêa. **Planejamento econômico para o Brasil**. Rio de Janeiro: ESG, 1957 p. 3-4.

a ineficácia do planejamento estatal pautou-se no exemplo do plano Monnet, aplicado na França após a Segunda Guerra, que tinha como carro-chefe da recuperação da infraestrutura nacional o desenvolvimento da indústria de base; e que fracassara, ao seu ver, devido às mudanças no cenário interno. Assim, para Bulhões, o planejamento dependia de uma estabilidade impossível de ser garantida, inclusive em relação às tecnologias empregadas na produção e, portanto, “desmantela-se ante acontecimentos inesperados”⁵⁷⁰.

Para Bulhões, economista de orientação liberal, crescimento significava aumento da produtividade de todos os fatores envolvidos na produção de um país (trabalhadores e tecnologia empregada), que seria alcançado via medidas monetárias e fiscais. Propunha a utilização do sistema tributário como meio de disciplinar e impulsionar a expansão econômica para promover o crescimento. Sua lógica era a seguinte: um produto agrícola abruptamente valorizado deveria ser taxado, não com vistas a transferir este lucro extra para o Estado, mas para que a terra, meio desta produção, não sofresse aumento de valor e a produção pudesse se expandir. O conferencista acreditava que deste modo inibiria os lucros advindos do aumento de valor de produtos escassos e incentivaria aqueles oriundos do aumento da produtividade. Quanto à inflação, creditou-a aos investimentos públicos em infraestrutura mal planejados, por isso, Bulhões propôs que os investimentos econômicos do Estado fossem direcionados para a formação de técnicos para a incrementação da tecnologia e aumento da produtividade, e que, serviços públicos (fornecimento de energia e vias de transportes, por exemplo) poderiam ser orientados e regulados pelo Estado, mas financiados e administrados por particulares, colocando em pauta, ainda que de maneira tímida, a privatização⁵⁷¹.

c) Os liberais defensores do planejamento

Outro destacado economista da virada da década de 1940 para os anos 1950 que palestrou na ESG sobre planejamento brasileiro foi Roberto de Oliveira Campos. Segundo Ricardo Bielschowsky, “de todos os economistas brasileiros mais ativos, [Roberto Campos] foi aquele cujo projeto desenvolvimentista esteve mais próximo da política de investimentos efetivamente realizada”⁵⁷². Em 1953, Campos foi à ESG conferenciar sobre planejamento para o desenvolvimento econômico brasileiro e, naquele momento, defendeu o papel do Estado

570 Ibid p. 12

571 Naquele período, Bulhões se projetara no grupo de pensadores liberais críticos às ideias de Roberto Simonsen (1898-1948), segundo as quais o atraso estrutural brasileiro seria superado a partir da ação estatal que deveria fomentar o empresariado brasileiro. Simonsen propôs o planejamento estatal no lugar do simples protecionismo. Ver BIELSCHOWSKY, **Pensamento economico brasileiro...** op cit. e SILVA, **Os Ciclos Desenvolvimentistas Brasileiros...** op cit.

572 BIELSCHOWSKY, op cit p. 105

como indutor do desenvolvimento, pois havia no Brasil uma “insuficiente propensão ao investimento das classes produtoras e exagerada atração mimética de padrões de consumo externo”⁵⁷³.

Assim, o planejamento de Estado deveria exercer um papel germinativo, focando-se em setores de alto investimento, estratégicos para fomentar a economia, de acordo com as recomendações da Comissão Brasil - EUA, o país deveria focar-se nos setores de transporte ferroviário, navegação e energia elétrica, pois eram a base da cadeia produtiva e incentivariam a continuidade do processo de industrialização.

Para Campos, o planejamento germinativo era uma alternativa para o Brasil porque aqui, como em todos os países subdesenvolvidos, havia pouca capacidade técnica e humana para fazê-lo, sem contar a baixa capacidade da burocracia estatal para coordenar e executar planos, por isso a estratégia de focalizar a capacidade de planejamento do Estado em setores específicos era fundamental. Os riscos apontados pelo economista a este tipo de escolha eram: possível desperdício de recursos pela má coordenação de projetos e o possível crescimento inflacionário, tendo em vista que governo não controlava todos os setores da economia. Contudo, segundo Campos, ainda com tais riscos, o Brasil não poderia deixar de investir em tais setores, sob pena de permanecer subdesenvolvido, e a solução passava pelo direcionamento de capitais do consumo para o investimento. A defesa de um planejamento concentrado em alguns setores estratégicos da economia foi importante na medida em que corroborou para a preservação do papel do Estado para o crescimento econômico, ao mesmo tempo em que preservou o papel da iniciativa privada.

Em 1960, o deputado federal pela UDN (União Democrática Nacional) e advogado Oscar Dias Correa foi o responsável pela conferência “Aspectos doutrinários contemporâneos e a segurança nacional no campo econômico”, na qual criticou com veemência o intervencionismo estatal na economia (planificação), apropriado apenas a situações de preparação para guerra, como seria o caso da União Soviética. Entretanto, afirma que o Estado, em países democráticos, pode coordenar as atividades econômicas para evitar a formação de monopólios, atuando de forma compatível à iniciativa privada. Nesta situação, para o autor, a descentralização econômica seria também uma característica dos Estados democráticos em situação de paz, e apenas a preparação para um conflito justificaria a centralização⁵⁷⁴.

573 CAMPOS, Roberto de Oliveira. **Observações sobre a teoria do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: ESG, 1953 p12.

574 CORREA, Oscar Dias. **Aspectos doutrinários contemporâneos e a segurança nacional, no campo**

No mesmo ano, Heitor Marçal, membro do corpo docente permanente da escola, expôs “Bases para o desenvolvimento de uma política de segurança nacional para o Brasil – aspectos financeiros”, na qual o autor defendeu a responsabilidade do Estado pela redistribuição de renda (mesmo que de modo limitado), apontou a rápida descapitalização dos menos favorecidos devido ao sistema de arrecadação focado no consumo e o perigo representado pelos cartéis e *trusts* internacionais na manipulação monetária⁵⁷⁵. Portanto, podemos inferir que, apesar da instituição ter reunido militares críticos ao intervencionismo varguista, alguns conferencistas defendiam a centralidade do papel do Estado no desenvolvimento econômico brasileiro. Marçal conclui que a democracia naquele momento era o palco da disputa entre privatistas e estatistas, na qual os ortodoxos de ambos os lados pereceriam. A posição de Marçal indica que nem todos os esguianos eram militantes de um liberalismo descontrolado influenciados por interesses de empresas multinacionais.

d) Os militares e o planejamento na ESG

Na ESG havia também militares que conferenciaram sobre o planejamento. Alguns de orientação liberal, mas que, por serem parte do Estado, especificamente, seu braço armado, respeitavam o ideal de fortalecimento do potencial nacional posto por Juarez Távora, de modo a valorizarem a ação estatal via planejamento. O que explicaria seu esforço para preservar o poder do Estado e, ao mesmo tempo, criticarem o intervencionismo varguista e defenderem a livre iniciativa contemplando o treinamento e aproximação com o ideário estadunidense. Verifica-se então que a ideia de planejamento para setores específicos defendida por Campos em muito atendia a necessidade dos militares de preservar e aumentar o potencial nacional a partir do Estado.

Entre conferencistas militares que tocaram no tema do planejamento estava o general Anápio Gomes. Este militar presidira o Banco do Brasil e chefiara a delegação brasileira na Conferência da CEPAL realizada em Montevideu; o exercício de tais funções possivelmente adensou suas posições acerca de temas econômicos como o planejamento diante de seus colegas fardados. O sociólogo Leandro Ribeiro Silva classificou Anápio Gomes como um dos “desenvolvimentistas nacionalistas do setor público”⁵⁷⁶, mas em suas conferências na ESG, o general expôs posições mais liberais, apesar de considerar as estatais e autarquias do Estado importantes para o andamento da economia.

economico. Rio de Janeiro: ESG, 1960.

575 MARÇAL, Heitor. **Bases para o desenvolvimento de uma política de segurança nacional para o Brasil -aspectos financeiros**. Rio de Janeiro: ESG, 1960

576 SILVA, Os Ciclos Desenvolvimentistas Brasileiros... op cit p46

Em 1955, o gal. Anápio Gomes pronunciou a conferência intitulada “O problema da recuperação moral do país – os meios industriais e financeiros”⁵⁷⁷. Mesmo o tema da “recuperação moral” significando claramente necessidade de regeneração em relação ao período varguista, o general Gomes reconheceu a importância do Estado na industrialização brasileira, especialmente através da política cambial adotada (leilões periódicos de divisas) e das importações seletivas que visavam promover o consumo de produtos nacionais. No entanto, segundo o gal. Gomes, havia problemas decorrentes da política industrialista, como a inflação e o endividamento: o primeiro, decorrente do excesso de emissão de papel moeda e o segundo devido à compra de equipamentos necessários para a industrialização. Além destes problemas, o general criticou os poderes “quase ditatoriais” do Executivo no tocante à gestão econômica e financeira defendendo o estímulo à iniciativa privada.

Anos mais tarde, em 1959, o mesmo general Anápio Gomes, numa conferência intitulada “efeitos do intervencionismo estatal na economia brasileira”, criticou politicamente o planejamento estatal, como tributário dos “totalitarismos”, mas reconheceu sua eficácia, especialmente na ação de empresas como a Petrobrás, Cia. Nacional de Motores, Vale do Rio Doce, Banco do Brasil, entre outras. Para o autor, o planejamento era consequência da tendência intervencionista do governo brasileiro e de sua opção por uma técnica de desenvolvimento oriunda dos estados totalitários, logo o problema seria relacionar esta “mecânica econômica” com os “postulados fundamentais da livre iniciativa”⁵⁷⁸.

O general Gomes elencou as experiências brasileiras de planejamento: o SALTE de Dutra, as Metas de JK (em andamento no momento da conferência) e os planos regionais, especialmente para o Norte e Nordeste do país, e os que chamou de parciais, referentes a produtos específicos como o petróleo ou o açúcar. Para o conferencista, todos estes planos baseavam-se apenas em dois mecanismos: investimentos públicos diretos ou estímulos (como isenções fiscais e tarifas protecionistas). Em suas conclusões, o general Gomes defendeu o fim dos controles de preços, liberação do câmbio e reconheceu o sucesso das empresas estatais mistas.

Outro militar que se debruçou sobre o tema do desenvolvimento econômico na ESG foi o capitão de Ar e Guerra Eurico Magno de Carvalho, em sua conferência “O poder nacional: seus fundamentos econômicos - a ação econômica”, pronunciada em 1955. O militar reforçou a importância dos recursos econômicos para a guerra e destacou a necessidade de

577 GOMES, Anápio. **O problema da recuperação moral do país – os meios industriais e financeiros**. Rio de Janeiro: ESG, 1955

578 Idem. **Efeitos do intervencionismo estatal na economia brasileira**. Rio de Janeiro: ESG, 1959 p55

“*rentabilidade*” (grifo no original) dos programas de assistência social”, pois teria como consequência a valorização do capital humano nacional. Outro posicionamento interessante do autor diz respeito à “caracterização da origem instintiva da propriedade privada” acompanhada da defesa de uma “justiça distributiva” que fizesse “dos pobres menos pobres” e “dos ricos menos ricos”⁵⁷⁹.

Em plena Guerra Fria, o militar brasileiro defendeu na ESG que “nenhuma doutrina ainda conseguiu se impor como a que realmente melhor resolverá o problema econômico da humanidade” e, a seguir, negou a existência de uma economia comunista, pois, segundo ele, o que existia era “na realidade ditaduras imperialistas de tipo nazista”⁵⁸⁰. Igualar comunismo soviético ao nazismo representava naquele contexto uma forma de equiparar os “inimigos”, o que no caso do pronunciamento de um ex-combatente da FEB, significava ocultar o fato de que, sob comando estadunidense, lutaram do mesmo lado que os comunistas contra o nazismo. Ao criticar tanto o liberalismo por concentrar renda quanto o estatismo por resultar em corrupção, o capitão Carvalho reconheceu a necessidade de tolerância no caso dos dois princípios, portanto seu posicionamento destoa da imagem do militar ex-febiano e esguiano completamente alinhado ao liberalismo estadunidense.

Quanto ao tema do planejamento, o capitão Carvalho afirmou que era uma necessidade dos países pobres devido à escassez de capitais, deixando claro que se tratava de um “planejamento científico”⁵⁸¹; obviamente que a função do adjetivo aqui visa afastar o planejamento do estatismo e do exercício da política. E junto a este planejamento, a austeridade para que a aplicação dos poucos recursos existentes pudesse acarretar no máximo de benefícios para a sociedade.

Quanto à função do planejamento estatal, a posição do oficial Magno de Carvalho destoa mais daquela do economista civil Bulhões, do que seu colega de farda Anápio Gomes. Embora os três de alguma forma sejam favoráveis ao fortalecimento da iniciativa privada, os militares preservam algum poder para o Estado e, neste caso, o capitão Carvalho mais que o general Gomes.

Para aqueles que defendiam a ação estatal para o desenvolvimento do país na ESG, havia o exercício constante de distinguir entre planejamento e comunismo, devido ao alinhamento aos estadunidenses. Pois havia uma associação quase automática entre

579 CARVALHO, Eurico Magno de. **O poder nacional: seus fundamentos econômicos – a ação econômica**. Rio de Janeiro: ESG, 1955 p7- 17

580 Ibid p 15

581 Ibid p13

democracia, capitalismo e liberalismo, contrapostos à ditadura totalitária, comunismo e intervenção estatal – e qualquer ideia de planejamento governamental prima por ações estatais.

Na ESG havia também militares que defenderam abertamente o planejamento para o desenvolvimento nacional. O tenente coronel Geraldo Menezes Cortes era um entusiasta do planejamento, mesmo apresentando em currículo passagens por *Departament of Army, Fort Leavenworth* e *Key Field* nos EUA. Para o militar:

“O planejamento econômico não é incompatível, como alguns julgam, com o sistema de governo democrático, do bloco ocidental a que pertencemos. (...)”

A intervenção do Estado, o dirigismo estatal e o planejamento mais ou menos parcial da economia vêm correspondendo, nos países democráticos, a práticas e tentativas diversas, para resolver os principais problemas ou as graves crises que ameaçavam ou ameaçam a própria sobrevivência de cada povo.”⁵⁸²

Para fortalecer sua defesa do planejamento estatal, o tenente coronel Cortes recorreu aos exemplos de países bem-sucedidos como Inglaterra, Países Baixos, Noruega e Suécia. Este mesmo militar, ao referir-se às medidas necessárias para o planejamento psicossocial, isto é, que teria como meta específica o bem-estar da nação, elencou a “repartição da propriedade rural”, o que pode parecer destoar do discurso liberal esguiano, mas estava alinhado ao ideário de promoção do potencial nacional. O tenente coronel Cortes identificou como o maior obstáculo à elaboração do planejamento nacional a opinião pública contrária, muitas vezes alimentada pelo medo.

Assim, verificamos que na ESG o planejamento estatal era foco de discordância entre os conferencistas civis, mas que os militares, por mais que discordassem das dimensões, concordavam em preservar o espaço de ação estatal.

4.2.3 Semelhanças e diferenças nos debates das duas instituições

Em primeiro lugar devemos esclarecer que muitas das ideias desenvolvidas nas conferencias tomadas como fontes especialmente neste capítulo eram repetidas por anos, para as turmas que se seguiam nas instituições. Na ESG, as conferências ministradas sobre os mesmos temas para diferentes turmas do Curso de Segurança Nacional geralmente repetiam o mesmo conteúdo. No CAEM, por sua vez, utilizava-se o mesmo texto-base por vários anos. O que demonstra que havia pouca preocupação em atualizar informações, bibliografia, referências e, enfim, construir uma reflexão pautada em tendências dinâmicas, mas sim em reforçar ideias já expostas e defendidas. Exemplos desta prática na ESG são as conferências

582 CORTES, Geraldo de Menezes. **Introdução à técnica de planejamento para a segurança nacional: planejamento governamental**. Rio de Janeiro, 1954 p8.

ministradas pelo cel. José Sinval Monteiro Lindemberg (1958) e por Mario Poppe Figueiredo (1959) citadas acima, que são praticamente o mesmo texto. E no CAEM, nos materiais da turma de 1967, encontramos textos elaborados por e para turmas anteriores, sendo os mais antigos de 1959.

Verificamos uma importante diferença entre a ESG e o CAEM quanto aos debates sobre o planejamento estatal: na ESG não era uma unanimidade e aqueles que o defendiam tinham que demarcar claramente a distância entre planejamento e comunismo; enquanto que no CAEM, mesmo também tendo que marcar distância do comunismo, era claramente defendido, desde seu idealizador, general Marín, para quem o planejamento não estava atrelado a qualquer regime político, pois era apenas um meio de aumentar a eficácia da ação estatal⁵⁸³.

A existência de distintas posições na ESG e a unanimidade alcançada no CAEM quanto o planejamento estatal pode ser explicada pelas tradições políticas que disputavam o poder nos dois países e como influíram na montagem dos dois aparatos de Estado. No Brasil das décadas de 1950 e 1960 havia o legado varguista de fortalecimento do poder federal, das instituições que serviriam para regulamentar as relações entre indivíduos, empresas e Estado. Era a lógica das relações contratuais sendo imposta pelo Estado centralizado, de maneira autoritária, contra o qual se batiam de um lado oligarquias regionais e de outro as esquerdas.

No Peru, ordem liberal que vigorava desde o final do século XIX, explica a debilidade do Estado e as relações pouco regulamentadas entre indivíduos, comunidades, empresas e Estado, ademais havia ainda o problema da centralização do Estado em Lima e o abandono ao que eram relegadas as demais regiões do país.

Ao compararmos a radicalidade e a profundidade dos objetivos dos defensores do planejamento na ESG e no CAEM, percebemos que no Peru, aqueles que defenderam esta prática na instituição militar, foram mais arrojados no sentido de defenderem a democracia e criticarem veementemente o liberalismo como responsável pelo subdesenvolvimento e a política das duas potências que disputavam a hegemonia mundial (EUA e URSS) com os países subdesenvolvidos. Há aí uma provável relação com a política externa independente promovida pelo governo militar de Velasco Alvarado a partir de 1968.

Tanto no CAEM quanto na ESG, aqueles que defenderam o planejamento se

583 Há um importante debate acerca das possibilidades de atuação do Estado para desenvolver o capitalismo, especialmente após a crise de 1929. Neste sentido ver IANNI, Otavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009 e WISE, Carol. **Reinventando el Estado: estrategia económica y cambio institucional en el Perú**. Lima: Universidad Del Pacifico, 2003

amparam na obra *Liberdade, poder e planificação democrática* (postumamente publicado em 1950), do sociólogo Karl Mannheim (1893-1947). Nesta obra, o sociólogo húngaro propõe um esforço intelectual dos homens de ciência para a construção de uma sociedade mais racional, que preservasse as liberdades democráticas e, ao mesmo tempo, se propusesse a abolir a desigualdade econômica. A ideia era que as sociedades desenvolvessem mecanismos de planejamento econômico e instituições democráticas a fim de evitar que a miséria e a falta de perspectivas levassem as pessoas a apoiarem regimes como o nazismo e o stalinismo. Portanto, o trabalho intelectual de planejamento e elaboração de proposições era uma importante forma de intervenção social, a qual os intelectuais não podiam se omitir, sob o pretexto de cederem o espaço público à ação de demagogos⁵⁸⁴.

No CAEM, havia ainda a forte influência do padre Louis Joseph Lebret (1897-1966). O religioso franco-belga, que tinha formação na escola naval e chegou a participar da Primeira Guerra, também se graduou em Economia e fez parte da ordem dos dominicanos; em 1942, fundou o grupo Economia e Humanismo, que tinha uma influente publicação com o mesmo nome. O pensamento de Lebret critica tanto o liberalismo quanto o comunismo, baseando-se sobretudo na doutrina social cristã e no universalismo iluminista. O problema do Ocidente, para Lebret, seria o acúmulo de poder e riquezas à custa da exploração dos povos do então chamado Terceiro Mundo, enquanto no Oriente, a supressão das liberdades visando a exploração do homem pelo Estado soberano. Sua proposta mais ampla visa uma refundação da civilização sobre os valores do altruísmo e da solidariedade; numa perspectiva mais local, Lebret promovia estudos sobre estratégias de desenvolvimento regional, visando a geração de emprego e renda para comunidades carentes em diversas partes do globo⁵⁸⁵.

Percebe-se que na ESG, a defesa do planejamento estatal encontrava críticos como Bulhões e Dias Correia, ambos civis; os militares que expuseram sobre temas econômicos, por mais defensores da livre iniciativa que fossem, como o general Anápio Gomes, guardavam um papel de ação do Estado, tendo em vista a preservação do Poder Nacional.

No CAEM, a defesa do papel do Estado para o planejamento e execução de ações para o desenvolvimento era unânime; a oposição a esta ideia no período estudado, aparece ao terem que negociar com poderes externos ao Centro, como no caso da fundação do INP,

584 REZENDE, José Maria. Celso Furtado e Karl Mannheim: uma discussão acerca do papel dos intelectuais nos processos de mudança social. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*. Maringá, v. 26, nº2, 2004 p239-250

585 BOSI, Alfredo. Economia e humanismo. *Estudos avançados*, v. 26, nº75, 2012 p. 249-266 Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142012000200017&script=sci_arttext&tlng=es Acesso em 10 de julho de 2015.

aberto à participação de empresários, mas também de trabalhadores. Tais caminhos se explicam, em parte, pelos grupos sociais em disputa pelo poder, com os quais ambos os institutos dialogavam: no Peru, o Estado era hegemonizado por liberais, sendo que as poucas políticas em atenção à população foram de caráter assistencialista e promovidas por Odría (1948-1956) para contenção da população das barriadas.

Por outro lado, no Brasil, Vargas e seus aliados empreenderam a montagem de um aparato de Estado, que permitia ao governo federal levar a cabo políticas econômicas de longo prazo, contra as quais se insurgiram de um lado as oligarquias e o capital financeiro e, de outro, setores populares que queriam participação política. Na ESG, onde os primeiros grupos se encontravam com os oficiais, defender o planejamento significava uma defesa do poder do Estado descolando-o do legado varguista e valorizando-o como uma conquista da modernização. Neste ponto, analisaremos como o desenvolvimento regional foi apresentado nas duas escolas militares.

Nos dois países, as diferenças regionais pesaram para a elaboração dos planos de desenvolvimento debatidos nas escolas militares. No Brasil, o Norte e o Nordeste seriam os locais cujo desenvolvimento deveria alcançar, no Peru, a integração territorial era uma tarefa considerada incompleta pelos militares que viam a Serra e a Selva como locais onde a presença no Estado deixava muito a desejar.

4.3 As questões do desenvolvimento regional na ESG e no CAEM

As duas escolas militares discutiram também o planejamento para o desenvolvimento regional em seus países. No Brasil, tais planos foram decorrência das desigualdades regionais e da dimensão continental de seu território. No Peru, apesar da menor extensão territorial, o desafio era promover o planejamento de modo a desenvolver e integrar realidades completamente distintas como a amazônica e a andina, pois neste país o tema da integração nacional era também uma pauta importante. No CAEM e na ESG, o planejamento regional foi pensado a partir do conceito de regiões geoeconômicas⁵⁸⁶.

⁵⁸⁶Os debates sobre regionalização são concomitantes aos processos de centralização política dos Estados e se amparam necessariamente num conceito geográfico e das políticas propostas e/ou impostas à população por conta dos recursos de um determinado local. CUNHA, Alexandre Mendes; PAULA, João Antônio de; SIMÕES, Rodrigo Ferreira;. **Regionalização e história: uma contribuição introdutória ao debate teórico-metodológico..** Belo Horizonte: UFMG, Cedeplar, 2005 disponível: <http://core.ac.uk/download/pdf/6520065.pdf> acesso 10 de maio de 2015 ; VIEIRA, Flávio Lúcio R. Estado e questão regional: por uma Economia Política da região. **Saeculum–Revista de História**, v. 14, 2006. disponível em <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/viewFile/11347/6461> acesso em 10 de maio de 2015. E no Peru: CÓRDOVA AGUILAR, Hildegardo. El proceso de regionalización en el Perú: ¿una solución para el desarrollo?. **Espacio y Desarrollo**, n. 6, p. 31-51, 2014. Disponível em

4.3.1 Planejamento regional na ESG

Na ESG, em 1958, o engenheiro e economista Américo Barbosa de Oliveira, consultor da CEPAL, fez um histórico das formações geoeconômicas brasileiras, mais detalhadamente das questões referentes ao Nordeste⁵⁸⁷. Para o engenheiro, a promoção de uma política de desenvolvimento equilibrado entre as diversas regiões do Brasil era uma necessidade devido ao tamanho continental do país e às graves consequências que as disparidades econômicas entre regiões industrializadas como Sudeste e os estados das regiões Norte ou Nordeste poderiam trazer para a manutenção da federação. Oliveira dividiu o Brasil em quatro grandes regiões geoeconômicas, de acordo com o clima, características da população e da produção⁵⁸⁸.

Para Américo B. Oliveira, o planejamento era extremamente necessário, apesar da forte oposição que encontrava, pois, se deixada à vontade, a atividade econômica tendia à concentração de renda, inclusive geograficamente, nas regiões mais industrializadas. Especificamente sobre o Nordeste brasileiro, informou que era composto por duas regiões geoeconômicas: as Lavouras Tropicais e as Pastagens Tropicais. Para ele, o maior problema do Nordeste era a má distribuição de renda, resultado de diversos fatores interligados como a mão-de-obra excedente, baixos salários e a má utilização do maior recurso da região: a terra. Na opinião do engenheiro cepalino, o auxílio para o desenvolvimento da região era imprescindível, pois a poupança interna era muito pequena e, mais importante que dinheiro, seria uma investigação técnica séria para a elaboração de projetos para a região, além de sua efetiva concretização.

O perigo que as desigualdades regionais representavam para a unidade nacional apareceu com muita clareza na exposição do general Anápio Gomes “Efeitos do intervencionismo estatal na economia brasileira”⁵⁸⁹. Naquela ocasião, o general apontou a

<http://repositorio.pucp.edu.pe/index/handle/123456789/34086> acessado 11 de maio de 2015.

587 OLIVEIRA, Américo Barbosa. **Regiões geo-econômicas brasileiras: características e possibilidades**. Rio de Janeiro: ESG, 1958

588 A primeira denominou de Região das Florestas Equatoriais, situada no norte do país, era a que menos progredira devido à dificuldade de sua exploração, o que influenciou sua baixa densidade demográfica; foi chamada de “imenso deserto verde”. O autor indicou que após o declínio da extração de látex, pouco foi investido na região, mas o Instituto Agrônomo do Norte pesquisava o desenvolvimento da agricultura nas várzeas dos rios; e, além disso, apontou outros dois caminhos: a criação de animais nos campos e a exploração, em bases modernas da floresta (silvicultura). A segunda região geoeconômica era a Região das Pastagens Tropicais, identificada com o cerrado. Seria a maior região do continente e, historicamente, menos desigual internamente devido à utilização da mão de obra do indígena livre, principalmente na atividade pastoril. A terceira região geoeconômica, Oliveira chamou de Região das Lavouras Tropicais, identificando com a floresta tropical, região “especializada” desde o período colonial no sistema de *plantation* para exportação (cana-de-açúcar, café, cacau, algodão etc.). A última região identificada foi chamada de Subtemperada, marcada pela implantação do *farm system* com imigrantes europeus desde o fim do XIX. Ibid p 4-8

589 GOMES, Anápio. **Efeitos do intervencionismo estatal na economia brasileira**. Rio de Janeiro: ESG, 1959

“tendência socializante das elites” das regiões mais pobres do país, que acarretaria na “crescente simpatia pelo intervencionismo estatal no campo econômico” como um problema, pois se os desequilíbrios regionais não fossem ao menos amenizados, os ressentimentos regionais poderiam ter sérias consequências⁵⁹⁰.

Ainda em 1960, o oficial da marinha Carlos Arthur da Silva Moura pronunciou na ESG a conferência “Bases para o desenvolvimento de uma política de segurança nacional para o Brasil”, que tratava especificamente do “campo econômico”⁵⁹¹. Nesta exposição, destacou as desigualdades regionais (Sul, Sudeste X Norte, Nordeste) e entre setores (agricultura X indústria) como problemas para a política de segurança nacional, uma vez que prejudicavam o pacto da federação e, para resolvê-los, indicou a aceleração do desenvolvimento econômico através da atração de capitais internacionais e promoção do bem-estar –estritamente dentro dos limites “impostos” pela segurança. O trecho abaixo expõe suas propostas para solucionar as desigualdades regionais e entre alguns setores econômicos:

“acelerar o fortalecimento equilibrado do potencial nacional acorde com as normas seguintes:

- racionalizar a organização político-administrativa do país;
- incrementar o potencial econômico mediante o desenvolvimento racional e coordenado da produção, a expansão e a melhoria das condições de circulação, a simplificação do mecanismo de distribuição e o estímulo à cooperação do capital e da técnica estrangeira, visando a:
- assegurar melhor nivelamento econômico entre as populações regionais e a todos proporcionar melhores condições de saúde e bem-estar.”⁵⁹²

Fica latente no pensamento do oficial que a solução para os problemas decorrentes da desigualdade encontra-se na atração de capitais estrangeiros, contudo, o que expõe claramente, é que a atração de tais capitais depende da segurança e lucratividade das inversões, o que não necessariamente resulta no aumento do bem-estar das populações que trabalham e/ou vivem em áreas receptoras de investimentos estrangeiros. O militar colocou a desigualdade social como um problema a ser resolvido com o aumento de inversões estrangeiras, não com ações do Estado. De modo que os problemas internos seriam solucionados com ajuda externa, e não com mudanças dirigidas internamente.

4.3.2 Planejamento regional no CAEM

No CAEM, as zonas geoeconômicas eram conceituadas como “*sub-unidades de un Potencial Nacional*” definidas em sua “*relación de del binomio producción-consumo, en una*

⁵⁹⁰Ibid p. 9

⁵⁹¹ MOURA, Carlos Arthur da Silva. **Bases para o desenvolvimento de uma política de Segurança Nacional para o Brasil- campo econômico**. Rio de Janeiro: ESG, 1960.

⁵⁹²Ibid p 20-21

zona determinada del territorio de un país”⁵⁹³. Assim, a regionalização do planejamento ou a determinação de zonas geoeconômicas se dividia em cinco tipos de fatores:

*“zonas homogêneas: áreas territoriales continuas en las cuales por razones físicas, económicas e humanas el problema del desarrollo se plantea de forma uniforme (...) zonas coherentes aquellas en las cuales el factor determinante (...) es la complementación cohesionada (...) las diversas actividades se organizan para servirse mutuamente (...) zonas técnicas onde se cumplen actos concretos de desarrollo con control centralizado (...) campo de acción de corporaciones de desarrollo polos de desarrollo son los centros de organización del espacio y pueden ser de dos naturalezas polos funcionales (grandes empresas o recursos vitales para el país) o nucleos complejos de cohesión (mercados importantes, ciudades industriales o sede de servicios concentrados) esfera de influencia territorial de los polos (...) puede coincidir o no con determinadas regiones y generalmente cabalgan sobre regiones y sobre naciones y sobre continentes.”*⁵⁹⁴

Assim, segundo o manual peruano, a determinação das zonas geoeconômicas era fundamental para a elaboração de planos de desenvolvimento. O texto explica ainda que, no caso de países subdesenvolvidos, a falta de informações sobre as regiões levaria os planejadores a elaborarem inicialmente um “modelo ideal” de zonas geoeconômicas com base em dados mais gerais, que aos poucos seria alterado para um “modelo real” conforme tivessem acesso a mais e melhores dados. O texto indica ainda que, na América do Sul, o Brasil e o Chile já organizavam suas economias com base no reconhecimento de zonas geoeconômicas, enquanto que a Venezuela estaria, naquele momento, estruturando seu zoneamento geoeconômico.

Também em 1964, o Dr. Rodolfo Leon Carrera, membro da equipe de direção do Banco Central de Reserva do Peru, conferenciou sobre o conceito de região econômica, com foco sobre possíveis estratégias para o desenvolvimento regional⁵⁹⁵. Para o autor, o método de elaboração consiste basicamente em analisar meios disponíveis (condições humanas, climáticas, geográficas etc.) com vistas a atingir determinado fim, ou seja, estabelecer uma zona geoeconômica onde as relações produtivas resultem em geração de valor e consequente bem-estar da população. Leon Carrera apresentou ainda aos participantes do CAEM instrumentos quantitativos (preços, créditos, tarifas) e qualitativos (nacionalizações, monopólios) de política econômica que contribuiriam para a melhor compreensão e manejo de um quadro econômico regional.

Para o economista, as políticas de desenvolvimento não deveriam se basear em

593CAEM – CENTRO DE ALTOS ESTUDIOS MILITARES. **Las zonas geo-economicas del Perú**. XIV Promoción. Lima: CAEM, 1964 p.1

594Ibid . p1-2

595LEON CARRERA, Rodolfo. **Concepto de región económica**. XIV Promoción. Lima: CAEM, 1964.

subvenções ou investimentos nas regiões mais pobres, mas sim na identificação e escolha de possíveis polos de desenvolvimento nas diversas partes do país que pudessem ser estimulados, de modo a criar um mercado interno. Esta estratégia visava proteger o país da vulnerabilidade externa e, ao mesmo tempo, desenvolver a infraestrutura⁵⁹⁶. Fica clara aqui a influência cepalina no ideal de introjetar os centros decisórios sobre os investimentos de capitais, diminuindo a vulnerabilidade do país.

Para concluir sua exposição, Leon Carrera enfatizou a diferença fundamental entre o que chamou de “*crecimiento a ciegas*” e “*progreso*”, especialmente no que tange a infraestrutura que deveria acompanhar a quantidade de habitantes. Por trás do alerta do conferencista, estava um tema que era a grande preocupação dos governos peruanos desde os anos 1940: o aumento do êxodo rural da Serra (Andes) para as cidades litorâneas, especialmente Lima, que resultou no fenômeno do surgimento das *barriadas* e consequente deterioração das condições de vida da população, que alimentava os protestos e as reivindicações sociais.

O CAEM apresentou uma conferência intitulada “*Las unidades sócio-econômicas*” no *II Congreso Nacional de Geografía*, que entrou para os materiais de estudos da turma da XIV Promoção de 1964⁵⁹⁷. Esta apresentação indica mais um ponto de contato entre os militares do CAEM e as universidades peruanas. Neste texto foram destacados o dualismo Serra x Costa que dividia o país e dificultando sua completa integração e a importância da qualificação da mão de obra, pois estava diretamente relacionada à qualidade de vida dos trabalhadores e às possibilidades econômicas de uma região.

Nesta exposição, os representantes do CAEM indicaram três eixos geoeconômicos nacionais cujo desenvolvimento deveria alavancar outros ao redor, fomentando as atividades econômicas pelo país: no Norte Chinclayo-Olmos-Bagua-San Jeronimo; no Centro Lima-Oxapampa-Atalaya-Pucallpa; e no Sul Matarani-Arequipa-Cuzco. A metodologia para pesquisa das unidades geoeconômicas apresentadas nesta conferência consistia na análise de dados referentes à macro e à microeconomia da região, de modo a estabelecer critérios técnicos para a definição de políticas capazes de promover o desenvolvimento de forma equilibrada e integrada em todo o território nacional.

As desigualdades regionais eram encaradas nas escolas de formação de civis e

596 Ibid

597 CAEM – CENTRO DE ALTOS ESTUDIOS MILITARES. **Las unidades socio-económicas- ensayo de una metodología para el estudio micro-económico y micro-social del país**. Ponencia presentada por el CAEM al II Congreso Nacional de Geografía. Lima: CAEM, 1964

militares um problema a ser enfrentado nos dois países, no limite, por questões de segurança. Enquanto no Brasil, a barata e desqualificada mão de obra nordestina, segundo Oliveira, ao mesmo tempo em que dificultava a retenção de capitais do Nordeste pelo pouco que recebia, ainda migrava a outras regiões do país, barateando os salários. No Peru, segundo a exposição do CAEM para o congresso de geografia, era a população andina que ocupava este papel, com algumas diferenças importantes que devem ser frisadas: em primeiro lugar, o Peru não contava com um complexo industrial em progresso como no Brasil, lá a agricultura para exportação estava mais próxima aos centros manufatureiros, da faixa litorânea do país, enquanto no Brasil, as *plantations* já faziam parte da dinâmica econômica nordestina e, por último, mas não menos importante, o peso maior da permanência da etnicidade indígena (adensada por fatores como a língua, hábitos etc.) quanto elemento ainda a ser integrado na formação nacional no Peru, enquanto no Brasil, por maiores que fossem as diferenças regionais, a integração nacional das identidades regionais estava mais acomodada que no país andino.

4.3.3 Duas experiências de planejamento regional

Na ESG e no CAEM foram proferidas conferências sobre experiências de planejamento regional nas quais seus expositores defenderam os projetos que elaboraram e implementaram. Tais projetos apresentaram grandes dificuldades também descritas pelos expositores, mas justamente por tê-las superado, em partes, e pelos avanços para a integração às dinâmicas nacionais que representaram para as longínquas regiões onde foram implementados, foram defendidos.

Na ESG a experiência de planejamento regional a que nos referimos foi apresentada em 1954 numa conferência do advogado e economista Arthur Cezar Ferreira Reis, especialista na região amazônica, que naquela ocasião, estava à frente da Superintendência para a Valorização Econômica da Amazônia⁵⁹⁸. Sua conferência “Experiências do Planejamento Regional no Brasil” consistia numa clara defesa do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (1954-1960).

Sua exposição começou por defender a prática do planejamento e sua compatibilidade com os regimes democráticos e a economia de mercado, exemplificando com o Plano Monnet (França) e o Plano do Vale do Tennessee (EUA). Reis defendeu ainda a continuidade dos

598 REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Experiências do planejamento regional no Brasil**. Rio de Janeiro: ESG, 1954

investimentos do governo federal na região para a manutenção da estabilidade política e da ainda parca infraestrutura local. O autor informou sobre andamento do Plano de Valorização Econômica da Amazônia relacionando uma série de trabalhos realizados, tais como: beneficiamento de castanha, babaçu, usina de juta e instalação de termoelétricas. Embora tenha relatado também graves problemas decorrentes do atraso e, em alguns casos, da falta de verbas, que impossibilitava a continuidade de alguns projetos. Reclamou ainda do desconhecimento das altas esferas do governo central sobre o funcionamento da região.

Um dos maiores desafios comentados por Reis para implantação do projeto de desenvolvimento regional era a ignorância do caboclo, acostumado ao extrativismo, e sugeriu o incentivo à formação de colônias agrícolas na região⁵⁹⁹. Todavia, isso significava que o caboclo deveria ser chamado a cooperar, a sedentarizar-se e incorporar-se ao trabalho produtivo para alcançar a vida digna a que tinha direito. O superintendente apresentou então o plano de zoneamento e colonização que deveria estabilizar e qualificar a mão de obra, aumentando a produção da região. Nesta exposição, aparece o descompasso entre a burocracia do Estado e a organização da população amazônica: a formalidade requerida para a aplicação das verbas, a organização do trabalho e as metas a serem cumpridas estavam distantes das práticas das populações locais.

No CAEM também houve debates sobre experiências de planejamento regional. No material de estudos dos participantes de 1967 havia uma exposição que o arquiteto Luis Vier fez em 1965, intitulada *Cooperación Popular – dimensión peruana del desarrollo*, na *II reunión del grupo regional de los países bolivarianos sobre el desarrollo comunal*⁶⁰⁰. O arquiteto começa explicando o fracasso das políticas aplicadas ao longo das décadas de 1940 e 1950 por terem tomado como eixo o indigenismo, segregando etnicamente a população que vivia nas “comunidades indígenas” daqueles outros indígenas, mestiços e criollos daquela mesma região. De modo que as novas políticas de desenvolvimento aplicadas desde a eleição de Belaúnde Terry em 1963 estabeleceram as regiões como foco das políticas públicas, contribuindo assim a integração das ações socioeconômicas e culturais⁶⁰¹.

Vier destacou como resultado positivo das ações realizadas até aquele momento a formação de uma consciência nacional, a partir da valorização das experiências e do trabalho das comunidades para a elaboração e realização dos trabalhos, e da presença de universitários

599 Ibid p. 37

600 VIER, Luis. **La cooperación popular: dimension peruana del desarrollo**. Conferencia en la Segunda Reunión del grupo regional de los países bolivarianos sobre el desarrollo comunal. Lima, 1º julio de 1965

601 Ibid p.6

voluntários regiões andinas. O arquiteto explica que havia uma integração entre as duas pontas do processo: as juntas locais de desenvolvimento de um lado e, de outro, o Instituto Nacional de Planificação (INP). A relação funcionava da seguinte forma: enquanto o INP – representante do governo central – fornecia ferramentas, máquinas e treinamento técnico, as juntas locais discutiam suas necessidades e entravam com o trabalho.

Para o arquiteto, a desigualdade social herdada do colonialismo espanhol não podia ser compensada por uma postura paternalista do Estado, que reduzia a população à “passividade irresponsável”⁶⁰². Assim o “investimento-trabalho”, além de economizar os recursos do Estado, ainda aumentaria a autonomia da população. Os dados apresentados são significativos do início do programa, em maio, até dezembro de 1964; teriam sido realizados 2600 km de estradas, 250 obras de irrigação, 450 obras de saneamento, entre outros. Claro que também havia problemas na operação dos programas de cooperação popular, tais como: a dificuldade em implantar a infraestrutura do desenvolvimento (entendidas por condições mínimas de saneamento), universalizar a alfabetização e com ela os direitos políticos, enfim, o maior problema era compor o andamento das obras “físicas” planejadas, com seus cronogramas e prestações de contas e, ao mesmo tempo, as atividades de educação e diálogo com as comunidades e populações locais.

Um dos problemas mais graves apontados por Vier a ser superado era o caciquismo, a liderança individual que não se integrava aos trabalhos coletivos e, à medida que ascendia individualmente, distanciava-se do grupo. Esta lógica mantinha a desvalorização do trabalho braçal e das comunidades indígenas, uma vez que o sinal de melhoria era o abandono do local. Assim, o grande desafio era a formação de lideranças que participassem dos trabalhos e integrassem toda a comunidade no processo de discussão das juntas locais, pois a formação política e qualificação técnica deveriam alcançar a todos os envolvidos do projeto regional, superando rivalidades ancestrais. Havia também as dificuldades com verbas e as oposições políticas. Por isso, Vier não julgava possível alcançar a formação das 144 juntas provinciais projetadas pelo governo do também arquiteto Belaúnde Terry (1963-1968), ainda que avaliasse o programa de Cooperação Popular um sucesso por todas as dificuldades que superou⁶⁰³.

Ao compararmos os programas de desenvolvimento apresentados na ESG e no CAEM verificamos algumas semelhanças importantes, apesar dos dez anos e da distância física que

602Ibid p.11

603Ibid p.17

separam as duas experiências. Em primeiro lugar, a preocupação com a valorização do trabalho e a qualificação e autonomização dos trabalhadores. Também devemos destacar o fato das duas experiências terem como objetivo combate à pobreza incrementando a infraestrutura e os aparatos produtivos locais.

Ao cotejar o Plano de Valorização Econômica da Amazônia apresentado na ESG e com Plano de Cooperação Popular apresentado no CAEM, evidencia-se que, no Peru, o fracasso das políticas etnocêntricas dos anos 1940 e 1950 foram fundamentais para a elaboração de planos mais focados na integração regional. Enquanto que para o superintendente do plano amazônico brasileiro, a colonização da região, com a transformação do caboclo em agricultor sedentarizado era meta. No Peru, o planejamento pensado para populações que resistiam há séculos cujo vínculo deveria ser considerado, mas não ser o eixo do planejamento; e, sim, a integração de todos os habitantes de uma região; a ideia era combater a segregação existente entre as comunidades e a população que vivia fora delas. Enquanto que, no Brasil, o planejamento amazônico visava justamente o estabelecimento de laços comunitários entre os caboclos para o desenvolvimento local.

Apesar de ambos demonstrarem o cuidado em poupar recursos do Estado, no caso brasileiro, havia uma preocupação maior com a implantação de projetos elaborados por técnicos, e não necessariamente em debater com os habitantes da região, enquanto que o programa de Vier partia, necessariamente, das juntas locais. Os problemas destas duas práticas do planejamento regional comunicados nas Escolas Militares contribuíam para reforçar certas ideias que já circulavam nas duas instituições: na ESG, problemas de continuidade dos planos, por conta das disputas políticas, reforçava a ideia de que o exercício da política era “o” problema do país; enquanto que no CAEM, era reforçada a ideia da organização da população e que a consciência nacional muito realizava quando devidamente encaminhada.

Nos dois casos, destaca-se a imensa distância entre a realidade onde fizeram suas exposições e àquela nas quais trabalhavam. Numa ponta instituições próximas ao poder, localizadas em regiões que contavam com toda infra-estrutura e na outra lugares distantes, dentro dos estados nacionais, mas desprovidas do mínimo infra-estrutura.

4.3.4 A região amazônica no CAEM e na ESG

Os territórios do Brasil e do Peru contêm partes integrantes da Floresta Amazônica, aproximadamente 40% e 60% de suas superfícies, respectivamente. Nos dois países, a área de floresta apresentava baixa densidade demográfica, com forte presença de população indígena, que nos anos 1950 e 1960 eram vistos como alheios ao Estado-nação, altos índices de pobreza

e complicações para o controle das fronteiras.

Assim, aquela região foi uma constante presença no pensamento militar por representar um território cuja dificuldade de ocupação efetiva o colocava frequentemente ameaçado; no caso peruano, o perigo era representado por países vizinhos como a Colômbia e o Equador. E, no caso do Brasil, ameaça era a perda de territórios pouco ocupados.

Para além do pensamento desenvolvimentista, havia também uma preocupação geopolítica com as fronteiras e afirmação dos “poderes nacionais”, que focou o olhar dos dois países para seus rincões. A geopolítica consiste na concepção de que o espaço é um determinante fundamental para as relações de poder entre as nações; esta escola de pensamento foi muito influente desde a segunda metade do XIX, nas duas Guerras Mundiais e também durante a Guerra Fria, e ainda hoje tem peso no meio militar⁶⁰⁴.

O economista Ricardo Zortéa Vieira estudou a relação entre o pensamento geopolítico militar e o estado desenvolvimentista no Brasil desde a fundação da revista Defesa Nacional, em 1913, até o golpe de 1964⁶⁰⁵. Para Vieira, o desenvolvimentismo autárquico foi resultado de uma elaboração do pensamento militar brasileiro, com raízes no início do século XIX e sua concretização na modernização conservadora pós-1964.

Portanto, o tema do desenvolvimento regional no Brasil teria sido influenciado também pela concepção geopolítica do gal. Golbery do Couto e Silva, segundo a qual o território brasileiro estava dividido em “ilhas” que precisavam ser integradas entre si, para que o Brasil aproveitasse plenamente sua continentalidade, pois até então ocupava melhor seu espaço Atlântico. A região amazônica era vista como um deserto a ser ocupado, de modo que o movimento proposto era o “tamponamento das fronteiras abertas”⁶⁰⁶.

Quanto ao Peru, o tema da integração nacional em termos geopolíticos foi tratado pelo coronel Victor Sánchez Marín em 1964 na *Revista Militar del Perú*⁶⁰⁷. O coronel, participante do CAEM em 1969, propôs a redivisão regional do país com o objetivo de integrar as três regiões: Costa, Serra e Selva, para que o Peru assumisse um papel mais ativo na posição istimica, de ligação Pacífico-Atlântico, pois o Brasil, desde a inauguração de Brasília, em 1960, e da construção da estrada Brasília (DF) - Cruzeiro do Sul (AC), dava sinais de

604 Os principais nomes de referência da geopolítica são: Halford Mackinder; Friedrich Ratzel e Karl Ritter ver SANCHEZ MARÍN, Victor. La geopolítica y el zoneamento transversal del território peruano. **Revista Militar del Peru** nº 683. Lima – julho-agosto de 1964. p13-16

605 VIEIRA, Ricardo Zortéa. **Lembra-vos da Guerra. Ameaça Geopolítica, Organização do Estado e Desenvolvimento Econômico no Pensamento Militar Brasileiro (1913 – 1964)**. Dissertação de Mestrado em Economia Política, Instituto de Economia, Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

606 SILVA, **Conjuntura política nacional...** op cit p55.

607 SANCHEZ MARÍN, La geopolítica y el zoneamento... op cit

“bandeirantismo”, procurando aproximar-se do Pacífico. Ao final, a proposta do coronel Sánchez Marín não teve repercussão e as divisões regionais anteriores permaneceram. Mais influente sobre as ações de governo foi o general Edgardo Mercado Jarrín, participante do CAEM em 1963, cuja concepção geopolítica foi mais direcionada aos problemas externos, no sentido de colocar o Peru como um dos países protagonistas da Terceira Via dos países não alinhados após 1968, e em relação aos problemas internos, valorizou o papel do Estado no sentido de promover o desenvolvimento no combate à subversão⁶⁰⁸.

Nas escolas militares para a formação dirigentes brasileiros e peruanos – ESG e CAEM –, houve discussões acerca da região amazônica à medida que projetos para o desenvolvimento e integração daquela região eram postos em discussão pública em cada um dos países.

Na ESG, em 1950, a primeira conferência relacionada à região Amazônica foi ministrada pelo engenheiro químico Dr. Paulo Estevão de Berrêdo Carneiro e consistia na defesa do projeto de criação do Instituto Internacional da Hileia Amazônica⁶⁰⁹. A ideia da criação deste instituto fora lançada por ele quatro anos antes (1946) durante a Primeira Conferência da então recém-fundada UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), mas foi fortemente combatida no Brasil pelo grupo nacionalista, que identificou o projeto como uma tentativa imperialista de utilizar o discurso científico para explorar os recursos amazônicos. O conferencista sustentou sua defesa do IIHA a partir dos valores democráticos e dos organismos internacionais de cooperação criados na ONU no pós-guerra. E, além dos argumentos ecológicos e científicos, denunciou os interesses comunistas contrários à criação do Instituto, que contara com parecer favorável do Estado Maior das Forças Armadas⁶¹⁰.

O governo peruano na época apoiou a criação do IIHA, inclusive abrigou reunião que elaborou a proposta mais completa do instituto na cidade de Iquitos, no departamento amazônico de Loreto, entre abril e maio de 1948. Naquele momento, o CAEM ainda era apenas um projeto do gal. Jose del Carmen Marín, e a repercussão oficial peruana encontrada

608 MERCADO JARRIN, Edgardo . **Geopolítica**. Lima: Escuela Superior de Guerra, 1979

609 O projeto consistia num instituto multilateral, ou seja, que contasse com cientistas e apoio financeiro de todos os países com territórios amazônicos (Brasil, Peru, Equador, Colômbia, Bolívia, Venezuela, França, Inglaterra e Holanda) que promovesse a pesquisa científica na região com objetivo de apontar caminhos para o desenvolvimento e aproveitamento racional dos recursos da floresta. As disputas que envolveram a concepção do IIHA e seu fracasso foram detalhadas na pesquisa de mestrado de MAGALHÃES, Rodrigo César da Silva. **Desenvolvimento, Ciência e Política: O Caso Do Instituto Internacional Da Hileia Amazônica (1946-1951)**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2006.

610 CARNEIRO, Paulo E de Berrêdo. **O instituto internacional da Hileia Amazônica e a cooperação internacional**. Rio de Janeiro: ESG, 1950.

sobre este projeto consiste na mensagem anual que o então presidente Bustamente y Riveros enviou ao Congresso por ocasião das festas pátrias (28 de julho), recomendando fortemente a aprovação e o apoio à criação do instituto. Mesmo com seu arquivamento, o IIHA teve o mérito de colocar na pauta de discussão internacional os problemas amazônicos⁶¹¹.

A segunda exposição sobre o tema da Amazônia desenvolvida na ESG foi a já referida conferência de Arthur Cesar Ferreira Reis em defesa do Plano de Valorização Econômica da Amazônia em 1954.

Poucos anos depois, no Peru, os participantes do CAEM da turma de 1959 elaboraram um plano de desenvolvimento regional para a Amazônia peruana, focado especialmente na abertura de caminhos entre a Serra e a Selva. Naquele momento, o Peru era governado por um grupo de liberais, à frente dos quais estava o presidente Manuel Prado. O CAEM era então dirigido pelo gal. Romero Pardo, que apresentou ao presidente em 1959 o *Plan de Desarrollo de la Selva* (Amazônia peruana), que consistia numa série de sugestões detalhadas ao presidente para desenvolver economicamente a região mais pobre do país de modo integrado aos objetivos de defesa. Segundo o general Pardo, a recusa do presidente em aplicar o plano se deu porque o governo temia delegar demasiados poderes aos militares⁶¹².

Naquele momento, o projeto de desenvolvimento regional elaborado pelo diretor do CAEM entrou em conflito com o grupo civil no poder. De um lado, os militares almejavam um governo mais presente e ativo numa região longínqua e de difícil acesso, onde o crescimento econômico integraria as populações alijadas da presença do Estado e contribuiria para conter o grande êxodo do altiplano rumo ao litoral. Por outro lado, o governo civil temia que a ingerência militar em assuntos que aparentemente não competiam aos uniformizados acarretasse num golpe. Assim, no Peru, o poder executivo engavetou um plano de desenvolvimento regional que fortaleceria seu poder de ação para manter seus compromissos com setores exportadores a quem não interessava um um Estado interventor, e também por encarar os militares como ameaça aos seus interesses.

Em 1966, já sob o governo de Belaúnde Terry, apoiado pelos setores progressistas das Forças Armadas e com uma proposta modernizadora, foi desenvolvido o projeto (estudo de viabilidade técnica e econômica) da *Carretera marginal de la Selva tramo Villa Rica-Puerto Pachitea*, elaborado pela empresa estadunidense Tippetts-Abbett McCarthy-Stratton

611 BUSTAMANTE Y RIVERO, Jose Luis. **Mensaje del Presidente constitucional del Perú, doctor José Luis Bustamante y Rivero, ante el Congreso Nacional, el 28 de julio de 1948.** disponível <http://www4.congreso.gob.pe/museo/mensajes/Mensaje-1948-3.pdf> acessado 20 de janeiro de 2015.

612 RODRIGUEZ BERUFF, **Los militares...** op cit p 57

Corporation, ou simplesmente TAMS American Corporation⁶¹³. Este projeto apresenta alternativas de desenvolvimento por meio da colonização agrícola ao longo da estrada a ser construída, que forneceria produtos que naquele momento o Peru importava, contribuindo para a melhoria da balança comercial do país.

O órgão do governo peruano que contratou este estudo de viabilidade foi o INP, muito próximo ao CAEM. Devemos lembrar ainda que este projeto de ligação entre a Serra e a Selva, com sua proposta de colonização agrícola, se encaixa no perfil das Ações Cívicas propostas pelos militares peruanos e também da Aliança para o Progresso estadunidense.

Para que as turmas tanto do CAEM como da ESG pudessem elaborar projetos de desenvolvimento viáveis para seus países, fazia parte da formação viagens para o melhor conhecimento de suas respectivas realidades nacionais. Assim, os participantes do CAEM e os estagiários da ESG tiveram a oportunidade de conhecer estes locais distantes dos grandes centros urbanos, objeto das políticas de planejamento expostas nas instituições.

Na ESG, encontramos as orientações para viagem de campo da turma de 1956 e o relatório do tenente coronel Tasso Villar de Aquino do mesmo ano⁶¹⁴. Os dois textos contêm informações sobre clima, solo, vegetação, população e produção econômica e frisam que os dados sobre a região estavam sendo aprofundados devido ao trabalho da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia.

O texto do coronel Aquino relata a ocupação da região desde o século XVI, descreve os dados de exploração econômica da região e as dificuldades em estabelecer atividades econômicas que fixassem a população nas regiões mais ermas e também as que enfrentavam os programas de assistência ao indígena. A finalização do relato consiste numa série de sugestões para dar ao serviço militar na fronteira “condições compatíveis com a vida”⁶¹⁵, no entanto, apesar da precariedade descrita (falta de saneamento básico, assistência médica, escolas primárias etc.), o autor reconhece que, naquele momento, algumas melhorias estavam em andamento, especialmente depois da criação da SPVEA.

Quanto ao CAEM, não encontramos os materiais das viagens de campo das turmas que por lá passaram no período abarcado por esta pesquisa, apenas o livro *Los Rios de la amazonia peruana* (1965) do capitão de navio Guillermo Faura Gaig, que participou do

613 LA CARRETERA MARGINAL DE LA SELVA – VILLA RICA-PUERTO PACHITEA. **Estudio de factibilidad Técnica y economica**. Lima: INP/ New York: TAMS american corporation, 1966

614 VIAGEM DE ESTUDOS- **informações sobre a Amazônia**. Rio de Janeiro: ESG, 1956 e AQUINO, Tasso Villar. **Viagem de estudos. A realidade amazônica e o exército**. Rio de Janeiro: ESG, 1956

615 AQUINO, **Viagem de estudos...** op cit p17

CAEM na turma de 1966⁶¹⁶. A obra consiste numa descrição detalhada sobre os rios da região e suas possibilidades de integração com estradas nos trechos não navegáveis para a melhoria dos transportes e da integração nacional. O autor denuncia que o maior problema da população era a desnutrição e defendia a ocupação e a colonização da região com base na implementação de uma política agrícola

Um sinal de fortalecimento da atenção interna de cada um dos países, com suas parcelas no “deserto verde” amazônico, aconteceu apenas em 1976 com o encontro entre os então generais-presidentes Ernesto Geisel e Morales Bermúdez, ambos egressos da ESG e do CAEM, respectivamente⁶¹⁷. Naquela ocasião, o discurso anti-imperialista dos regimes militares fortaleceu a expectativa de promover uma maior circulação de mercadorias e desenvolver aquela região dos dois lados da fronteira, contudo, os sucessos posteriores demonstraram a distância entre planos e práticas.

Verificamos que, na Escola Superior de Guerra brasileira, o planejamento estatal era tema de debates sobre sua necessidade e eficácia entre militares e economistas de posições diversas; sendo que havia ainda aqueles que identificavam planejamento ao intervencionismo e, no limite, comunismo, daí uma necessidade maior de a todo momento demarcar que o planejamento poderia e deveria acontecer numa democracia capitalista. No Peru, no CAEM, a defesa do planejamento estatal visando o desenvolvimento do país era mais forte, mas nem por isso os conferencistas deixaram de, a todo momento, apontar a diferença entre planificação e comunismo, aparentemente temendo serem identificados como comunistas por elementos externos ao CAEM.

As fontes peruanas são mais claras em relação ao papel do Estado: ele era considerado o único ator capaz de planejar e executar políticas voltadas para a segurança e desenvolvimento nacional, razão pela qual reivindicavam seu fortalecimento. A orientação estatista do CAEM era marcada pelo pensamento de seus primeiros diretores, os generais Marín e Marcial Prado, e também dos civis que lecionaram na instituição, como o engenheiro civil Jorge Bravo Bresani.

Na ESG, a necessidade do planejamento para o desenvolvimento nacional não era relacionada ao combate ao comunismo, no sentido de distribuir renda e combater a pobreza, mas ao fortalecimento do poder econômico do país. E o poder destinado ao Estado era o alvo

616 FAURA GAIG,Guillermo. **Los rios de la amazonia peruana**. Callao: Colegio Militar Leoncio Prado: 1965.

617 MURGUÍA BENVENUTO, Luis. **El panorama mundial visto desde la perspectiva de la Amazonia peruano-brasileña**. Separata de Estudio para el CAEM. XXVII Promoción, Lima: 1977

das discordâncias: enquanto os militares, como membros da máquina estatal, defendiam de algum modo a preservação do papel do Estado; os conferencistas civis defenderam posições diversas, que certamente influenciaram de algum modo a elaboração do plano de governo levado a cabo pós-1964.

Conclusão

Os últimos anos da década de 1940 foram marcados pelo início da Guerra Fria, conflito que mobilizou em alguma instância as Forças Armadas de todo continente americano e um dos fatores que influíram na abertura do CAEM no Peru e da ESG no Brasil. E, após a Revolução Cubana, a possibilidade da instalação do socialismo se tornou mais real para os militares que temiam um novo regime baseado no ideal de igualdade que atingiria um dos pilares da instituição militar: a hierarquia.

No Brasil, a ESG e, no Peru, o CAEM, foram novas instituições militares abertas no movimento de uniformizar e aumentar a coesão do oficialato que antes, nos dois países, havia imergido nas convulsões políticas e sociais nos anos 1920-1930, e também colocá-los em contato com grupos de civis. Aqui aparecem diferenças importantes entre as duas escolas: no Brasil, os civis que tinham acesso à formação da ESG eram selecionados de acordo com sua capacidade de liderança e influência, e eram indicados por instituições/órgãos governamentais previamente autorizados pelo Estado Maior das Forças Armadas; mais ainda: deveriam enquadrar-se no conceito de “elite” dos esguianos. No Peru, o CAEM não foi inicialmente projetado pelo general Marín para reunir militares e civis, estes foram incorporados posteriormente, quatro anos depois da abertura da instituição; eram sobretudo funcionários públicos e o epíteto de elite para os participantes não era recorrente. Entretanto, as duas escolas selecionavam os civis que delas participavam, fosse na função de docentes ou na de estagiários/participantes, de modo que, dificilmente, alguém com ideias e propósitos muito discrepantes dos que eram defendidos nas instituições poderia acessá-las.

Em relação aos pontos de contato entre militares e civis, ao longo da tese mostramos que no CAEM estavam mais próximos às universidades que na ESG. O próprio fundador da instituição peruana, general Marín, era doutor em Matemática pela *Univesidad Mayor de San Marcos*, onde também lecionou; ademais, houve o fato do policial civil e ex-aluno do CAEM Hércules Mathans Garro, que graduou-se em Economia pela mesma universidade; o próprio CAEM apresentou um trabalho no II Congresso Nacional de Geografia e por último a criação de um *Instituto de Estudios para el Desarrollo Nacional* pela *Universidad Nacional de Ingenieria*, que até mesmo elaborou uma proposta de doutrina de desenvolvimento. Na ESG, prevalecia um distanciamento das universidades explicitado na crença no ineditismo do método de pesquisa em grupo, mas nem por isso o contato foi inexistente, pois, as conferências sobre “recuperação moral do país” foram frutos de conversações entre a ADESG

e membros da Faculdade de Direito do Largo São Francisco⁶¹⁸.

As duas escolas militares foram locais privilegiados de atuação de intelectuais militares, conforme Kruijt⁶¹⁹, que elaboraram doutrinas de segurança nacional para seus países. Em ambos os casos, as doutrinas foram influenciadas pela conjuntura internacional e pelas potências militares internacionais França e EUA e, ao mesmo tempo, pretendiam responder aos problemas internos de cada um dos países. Desta forma, as influências comuns foram as doutrinas da guerra total e da guerra revolucionária ensinadas por franceses e estadunidenses, e apropriadas conforme os problemas conjunturais aos quais os oficiais brasileiros e peruanos julgavam ter que responder.

Nos dois países, os militares avaliaram estar na eminência da revolução comunista, contudo, no Brasil, visto como um combate sobretudo ideológico, no qual a propaganda comunista era o principal problema a ser combatido e as “contradições internas” argumentos utilizados pelos “subversivos” para seduzir a população. Por mais que reconhecessem a desigualdade da sociedade brasileira, a guerra revolucionária deveria ser disputada em primeiro lugar na frente propaganda/repressão e, depois, na frente das reformas. No Peru, o CAEM identificava o principal método de combate ao comunismo a implementação de reformas econômicas e sociais, pois acrescentava-se ao tema da incorporação da população ao Estado nacional que, na metade do século XX, os oficiais julgavam incompleta. Assim, principalmente as populações andinas e amazônicas estariam suscetíveis à propaganda comunista, porque o Estado não lhes alcançava sequer com uma infraestrutura mínima de sistema sanitário, educação e justiça.

Ainda em relação à população civil, o olhar das duas escolas se aproximavam: ambas não viam brasileiros e peruanos como sujeitos capazes de escolher outra organização política para seus países, eram vítimas ou coniventes com comunistas portadores de uma ideologia alógena a nação. A diferença entre o CAEM e ESG neste ponto é que a primeira avaliava como urgente a melhoria das condições de vida da população para impedir tal aliciamento enquanto a precaução primeira da ESG era contra os que se identificavam com tal ideologia.

A doutrina de segurança integral forjada no CAEM e a doutrina de segurança nacional elaborada na ESG tinham também a função de fortalecer a coesão institucional, neste aspecto, a instituição brasileira teve mais sucesso que a peruana à medida que a ESG tornou-se passagem obrigatória para quem desejava acesso aos principais cargos nas Forças Armadas e

618 ROCHA, **A evolução...** op cit p.46

619 KRUIJT, **La revolución...** op cit p92

para os civis que queriam influenciar de alguma forma os militares. O CAEM, por sua vez, foi pensado inicialmente para a formação do alto comando militar e transformou-se num centro que reuniu militares e civis – majoritariamente burocratas – dispostos a discutir planejamento de Estado, mas não uma passagem obrigatória àqueles dispostos a acessar altos cargos nas Forças Armadas ou no Estado peruano, o que decorre no seu menor poder e influência se comparado à ESG. O fato do curso do CAEM ser prescindível para acessar altos cargos nas Forças Armadas ajuda a explicar inclusive as mudanças na instituição ao longo dos anos que culminaram na sua completa descaracterização como formador de um grupo para planejar o desenvolvimento nacional, talvez tais mudanças tenham sido empreendidas para dificultar a formação de um novo grupo de “oficiais radicais”, como os que estiveram à frente do governo peruano junto com o general Velasco Alvarado.

Em ambas as escolas militares havia uma associação entre capitalismo e democracia, mas reconheciam a necessidade de planejamento de Estado, fosse para desenvolver o potencial nacional, no caso da ESG, fosse para garantir o bem-estar social, no caso do CAEM. No entanto, havia conferencistas na ESG que discordavam desta necessidade, defendendo uma menor participação do Estado; no CAEM, o papel do Estado no direcionamento de políticas econômicas e sociais era consensual, uma vez que os setores mais poderosos da iniciativa privada estavam baseados na exportação de produtos primários, o que elucidaria a indiferença destes setores quanto ao “resto” do país e o distanciamento do CAEM em relação a eles.

Uma diferença fundamental quanto às doutrinas de segurança elaboradas pelas instituições militares, é quanto à meta que perseguiram: enquanto no CAEM era o bem-estar da população a condição *sine qua non* para a segurança, o contrário acontecia na ESG, onde a segurança deveria garantir o bem-estar. Esta inversão aparentemente simples foi determinante para a elaboração das diferentes estratégias de combate à subversão, enquanto na ESG o problema a ser atacado, em primeiro lugar, era o comunismo; no CAEM, primeiro deveriam enfrentar a incapacidade do Estado em fomentar minimamente a produção.

As influências estrangeiras tiveram pesos diferentes nas duas escolas. Os brasileiros receberam a missão francesa no início do XX e, anos depois, lutaram sob comando americano na Segunda Guerra, experiência que lhes entusiasmou e impactou com o peso da tecnologia industrial e do poder econômico para o enfrentamento bélico. Deste modo, as elaborações teóricas francesas continuaram importantes, prova disso é que foram a matriz da ideia de guerra revolucionária, porém, tão importante quanto, era a capacidade econômica e industrial

estadunidense, que os militares brasileiros queriam seguir. No Peru, a longa formação francesa contribuiu para uma maior capacidade crítica dos oficiais que, assim como os franceses foram capazes de avaliar seus erros na Indochina, os peruanos consideravam os erros de seu Estado no acesso à população. No bojo das mobilizações da Segunda Guerra, os peruanos igualmente se aproximaram dos estadunidenses via acordos de treinamento e fornecimento de algum material, todavia, guardaram distância quando tiveram suas ambições freadas, como no caso do fornecimento de *napalm* para o combate às guerrilhas de 1965. Logo, o poderio econômico, industrial e bélico estadunidense era um referencial fundamental e igualmente uma ameaça. Tais influências levaram os peruanos do CAEM a terem uma maior preocupação que os brasileiros da ESG, para que sua doutrina respondesse às especificidades culturais, históricas, geográficas e econômicas de seu país.

Verifica-se no CAEM uma abertura entre as primeiras elaborações doutrinárias de Marín na década de 1950 e àquelas expostas na conferência sobre objetivos nacionais de Bravo Bresani em 1962. Enquanto Marín colocava que os planos de desenvolvimento deveriam ser elaborados por um Grupo de Alto Nível, cuja composição não passava por nenhum tipo de legitimação popular, apenas por sua capacidade técnica, anos depois, Bravo Bresani mostrava a importância da disputa política entre os diversos grupos da sociedade para a definição dos objetivos nacionais a serem incorporados pelo Estado. Aparentemente, esta posição arrojada foi possível num determinado momento da instituição na década de 1960; posteriormente, depois que o grupo que lá estava chegou ao poder, o perfil da instituição tornou-se mais conservador, a ponto de, segundo o sociólogo Monteforte Toledo, que esteve no Peru no início dos anos 1970, alguns ministros de Velasco pensavam que “*el CAEM ha sesgado a la derecha*”⁶²⁰. A ESG não demonstrou tamanha abertura e, ao longo do período pesquisado, as conferências sobre os temas doutrinários se remeteram sempre aos textos “canônicos” de Távora e Golbery.

Na ESG, a doutrina militar visava promover a segurança nacional contendo as forças populares insatisfeitas. Parte de tal trabalho de contenção passava pelo atendimento de demandas que colocavam em risco a integridade nacional, como era o caso das desigualdades regionais, especialmente no Norte e Nordeste. Tal percepção, somada às influências francesas e estadunidenses, resultaram numa concepção de desenvolvimento que preservava um espaço de ação e poder para o Estado e, ao mesmo tempo, afirmava a indispensabilidade dos investimentos estrangeiros.

620 MONTEFORTE TOLEDO, *La solución militar...* op cit p 43

No CAEM, as ações cívicas eram vistas como um meio eficaz que os militares, em particular aqueles da área de engenharia, tinham de contribuir para a integração nacional. Esta integração era tanto territorial, à medida que consideravam que as instituições de governo não abarcavam completamente nem a Serra e menos ainda a Selva, quanto cultural, pois cabia a eles construir também o sentimento de nacionalidade. Esta elaboração de uma identidade nacional foi apresentada como uma das maiores contribuições da experiência de *cooperación popular* exposta no CAEM em 1966. Enquanto que na ESG, a experiência da Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia demonstrou a dificuldade de institucionalização das relações e implantação da burocracia de Estado nas longínquas regiões do país se repetia.

No Peru, entre 1948 e 1968, ou da abertura do CAEM ao golpe de Velasco Alvarado, houve o governo ditatorial de Odría e a Junta Militar de Governo, totalizando apenas onze anos de governo eleito e submetido às constituições promulgadas, que seriam os governos de Manuel Prado (1956-1962) e Belaúnde Terry (1964-1968). No Brasil, da abertura da ESG em 1949 até o golpe militar de 1964, foram 14 anos sob governos eleitos que funcionaram com bases legais: Eurico Dutra (1946-50), Getúlio Vargas (1951-1954), Kubitschek (1956-1960), Quadros (1961) e Goulart (1963-64); neste período, foram duas tentativas de golpe (contra Vargas e Kubitschek) e dois golpes efetivos contra Goulart, uma vez que a mudança de sistema de governo, desrespeitando o que era previsto em lei, pode ser considerada uma arbitrariedade. Tal quadro de disputas políticas acirradas e mobilizações públicas era lido pelos militares como a marcha da guerra psicológica pelos comunistas.

No Brasil, a partir de 1959, os conferencistas na ESG ao abordarem o tema da guerra revolucionária, indicavam a permissividade do Estado liberal e sugeriam mudanças na legislação para aumentar a eficácia do combate à subversão. No CAEM, na mesma época, além do revide propagandístico, discutiam reformas para que a população julgasse o governo útil e vantajoso. Entre as reformas propostas, a reforma agrária aparece como uma prioridade tanto econômica como social. Aqui, a conjuntura dos dois países é fundamental para a compreensão das diferenças: enquanto no Peru os militares identificavam uma ausência de classe média e iniciaram o combate às guerrilhas sob o governo de Belaúnde Terry, civil eleito, o qual os militares pressionavam por reformas; no Brasil, segundo as conferências sobre combate à subversão, as reformas não apareciam imediatamente como meios de combate à subversão, entendida muito mais como uma questão ideológica do que pautada na miséria real.

Os debates sobre projetos de desenvolvimento nas duas escolas não foram motivadores únicos para os golpes, mas indicavam a prioridade dada nas instituições militares aos problemas de Estado em suas diversas áreas de atuação. Estas discussões das questões de Estado jamais os credenciaria ao exercício do governo sem respaldo popular, porém, trata-se de uma atividade necessária, cada vez menos praticada nas instituições públicas, onde pautas cada vez mais sectárias e segmentadas, acabam por fragmentar, enfraquecer e esvaziar o espaço público.

Em suma, a maior diferença entre as duas instituições estava na prioridade que deram para a solução dos problemas conjunturais de suas sociedades: se para os peruanos o planejamento e o desenvolvimento eram a prioridade do combate à subversão, para os brasileiros o problema era a legislação que impedia as Forças Armadas de intervir ostensivamente contra os subversivos, e os temas planejamento/desenvolvimento estavam mais ligados ao problema do fortalecimento nacional que ao combate à subversão.

Bibliografia:

ADERALDO, Vanda Maria Costa. **A Escola Superior de Guerra: um estudo de currículos e programas**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. IUPERJ, Rio de Janeiro, 1978

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. Regimes Militares e a Segurança Nacional no Cone Sul. In: **Militares e Política**, n.º 9. jul.-dez. 2011. p. 64- 82

AGUIRRE GAMIO, Hernando. **El proceso peruano:¿ como? ¿Por que? ¿Hacia donde?** Mexico DF: Ediciones del Caballito, 1974

AMAYO, Enrique. La Amazonia y el Pacífico: la problemática de su vinculación através de una carretera. In: PAVAN, Crodovaldo (org) **Uma estratégia latino-americana para a Amazônia**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal; São Paulo: Memorial, 1996 p142-151.

ANDRADE, Regis de Castro. **The economics of underdevelopment, the state and politics in ECLA's doctrine (1949-1964)**. Institute of Latin American Studies. Occasional papers n° 29University of Glasgow. Glasgow, 1979.

ARAUJO, Rodrigo Nabuco. A influência francesa dentro do Exército brasileiro (1930–1964): declínio ou permanência?.**Esboços-Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC**, v. 15, n. 20, p. 245-273, 2009.

BARROS, José D'Assunção. **História Comparada**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BASTOS, Pedro Paulo Z., FONSECA, Pedro Cezar D. (orgs) **A Era Vargas: desenvolvimento, economia e sociedade**. São Paulo: UNESP, 2012

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976

BERUFF RODRÍGUEZ, Jorge. **Los militares y el poder: un ensayo sobre la doctrina militar en el Perú: 1948- 1968**. Lima: Mosca Azul Editores, 1983

BLOCH, Marc Por una historia comparada de las sociedades europeas. In: **Una historia viva**. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1992 p. 63 – 98.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento economico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004

BOSI, Alfredo. Economia e humanismo. **Estudos avançados**, v. 26, nº75, 2012 p. 249-266
Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142012000200017&script=sci_arttext&tlng=es Acesso em 10 de julho de 2015.

CANO, Wilson. A crise de 1929, soberania na política econômica e industrialização. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth e FONSECA, Pedro Cezar Dutra (orgs.) **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: UNESP, 2012 p. 121-157

CARDOSO, Míriam Limoeiro. **A ideologia do desenvolvimento. Brasil: JK e JQ.** (2ª edição). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978

CARONE, Edgard. **A Quarta República (1945-1964).** São Paulo: Difel, 1980.

CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e política no Brasil.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005

CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Victor e KRAAY(orgs.) **Nova Historia Militar Brasileira.** Rio de Janeiro: FGV/ Bom Texto, 2004

CASTRO, Celso. **Exército e nação: estudos sobre a história do exército brasileiro.** Rio de Janeiro: FGV, 2012

COBAS, Efraín. **Fuerza Armada: misiones militares y dependencia en el Perú.** Lima: Editorial Horizonte, 1982

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira.** (2ªed.) Rio de Janeiro: Record, 2000.

COMBLIN, Joseph. **A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980 trad. Veiga Fialho

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA. **El pensamiento de la CEPAL.** Santiago: Editorial Universitaria, 1969

CONTRERAS, Carlos; CUETO, Marcos. **Historia del Perú Contemporáneo.** 4ªed. Lima: IEP, 2007

CÓRDOVA AGUILAR, Hildegardo. El proceso de regionalización en el Perú: ¿una solución para el desarrollo?. **Espacio y Desarrollo**, n. 6, p. 31-51, 2014. Disponível em <http://repositorio.pucp.edu.pe/index/handle/123456789/34086> acesado 11 de maio de 2015.

COTLER, Julio. **Peru: classes, Estado e Nação.** Brasília: FUNAG, 2006. trad. Sérgio Bath.

CUNHA, Alexandre Mendes; PAULA, João Antônio de; SIMÕES, Rodrigo Ferreira;. **Regionalização e história: uma contribuição introdutória ao debate teórico-metodológico..** Belo Horizonte: UFMG, Cedeplar, 2005. Disponível: <http://core.ac.uk/download/pdf/6520065.pdf> acesso 10 de maio de 2015

CUNHA, Luiz Antônio. *Confessionalismo versus laicidade na educação brasileira: ontem e hoje.* **Visioni LattinoAmericane** nº4, gennaio 2011.p4-17

DEVES, Eduardo. **El pensamiento latinoamericano em el siglo XX** Tomo II. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2003.

DOMINGOS, Manuel. A disputa pela missão que mudou o Exército.In:**Estudos de História.** Franca, vol8 nº1 2001 p197- 216

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado.** 3ªed. Petrópolis: Vozes, 1981 Trad.

Else Ribeiro Pires Vieira et alli

EINAUDI, Luigi. R. **The peruvian military: a summary political analysis**. Santa Monica: Rand Corporation, 1969

EINAUDI, Luigi STEPAN, Alfred. **Latin American Institutional Development: Changing Military Perspectives in Peru and Brazil**. Santa Mônica: Rand, 1971

ESPAGNE, Michel. Sur les limites du comparatisme en histoire culturelle. In **Genèses**. Paris, n.17, septembre 1994.

FERNADES, Heloísa. **Os militares como categoria social**. São Paulo, Global Ed., 1979.

FERRAZ, Cesar Francisco Alves. **À sombra dos Carvalhos. A Escola Superior de Guerra e política no Brasil: 1948-1955**. Londrina: Editora da UEL, 1997.

FERRAZ, Francisco PINTO, Surama C.S e RODRIGUES, Fernando S. (orgs) **História Militar: novos caminhos e novas abordagens**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

FIGUEREDO FILHO, Celso Ramos. **A Escola Superior de Guerra e o jornal “O Estado de São Paulo” na passagem do regime democrático para o regime militar: afinidades e discordâncias (1963-1965)**. Dissertação de Mestrado em História Social/FFLCH. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FIORI, José Luís. **História, Estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014

GONZALES SILVA, Luis. **La Comisión economica para América Latina (Cepal) y su labor em el Perú**. Tesis para el gardo de bachiller. Facultad de Ciencias Económicas y comerciales Universidad Nacional Mayor de San Marcos. Lima, 1963

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

GREW, Raymond. The Case for Comparing Histories. In: **The American Historical Review**, vol. 85, nº4 Oct., 1980 p. 763-778

GRIFFITHS SPIELMAN, Jonh E. **Teoría de la seguridad y defensa en el Continente Americano**. Santiago: RIL, 2011.

HUNTINGTON, Samuel P. Political development and political decay. **World Politics**, v. 17, n. 03, 1965 p. 386-430.

_____. **O soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996. Tradução José Lívio Dantas.

IANNI, Otavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009

IOKOI, Zilda Grícoli. **Igreja e Camponeses. Teologia da Libertação e movimentos sociais no Campo no Brasil e no Peru 1964-1986**. São Paulo: Huitec/ Fapesp, 1996

JANOWITZ, Morris. **The military in the political development of New Nations: an essay**

in comparative analysis. (4th impression) Chicago: The University of Chicago Press, 1971

KOCHER, Bernardo. De Bandung a Bagdá: cinquenta anos de história e economia política do Terceiro Mundo. Anais Eletrônicos do XI Encontro Regional de História. Rio de Janeiro, ANPUH - RJ, 2004 disponível em: <http://www.hri.uff.br/textos/terceiro%20mundo/bernardo2.pdf> acesso 20 de setembro de 2013

KOROVKIN, Tanya NORTH, Liisa. **The peruvian revolution and the officers in power 1967-1976.** Montreal: Centre for Developing-Area Studies McGill University, 1981.

KRUIJT, Dirk. **La revolución por decreto: el Perú durante el gobierno militar.** 2ª edición. Lima: INP, 2008.

LEAL BUITRAGO, Francisco. La doctrina de Seguridad Nacional: materialización de la Guerra Fría em America del Sur. **Revista de Estudios Sociales.** Nº15 junio de 2003 p74-87

LOWENTHAL, Abraham.(Ed.) **The peruvian experiment: continuity and change under military rule.** New Jersey: Princeton University Press, 1975.

MAGALHÃES, Rodrigo César da Silva. **Desenvolvimento, Ciência e Política: O Caso Do Instituto Internacional Da Hiléia Amazônica (1946-1951).** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2006.

MARTIN SANCHÉZ, Juan. **La revolución peruana: ideología y práctica política de un gobierno militar 1968-1975.** Sevilla: Universidad de Sevilla, 2002

MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** v. 23, nº 67, 2008 p. 39-50.

_____. *Forças armadas e política 1945-1964: a antessala do golpe* In FERREIRA, Jorge DELGADO, Lucilia A.N. (orgs.) **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. O Brasil Republicano vol3.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p.97-126

MASTERSON, Daniel. **Fuerza Armada y sociedad en el Perú moderno: um estudio sobre relaciones civiles y militares 1930-2000.** Lima: Instituto de Estudios Políticos y Estratégicos, 2001

MCCANN, Frank. D. **Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro, 1889-1937.** São Paulo: Cia das Letras, 2007 trad. Laura Teixeira Motta.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Escola Superior de Guerra: mito e realidade. **Revista de Ciências Sociais.** Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS. Porto Alegre v 2, nº1 p.3-29 1988

MONCLOA, Francisco. **Perú: ¿que pasó? 1968-1976.** Lima: Editorial Horizonte, 1977

MONTEFORTE TOLEDO, Mário. **La solución militar a la peruana 1968-1970.** México D.F: Instituto de Investigaciones Sociales UNAM, 1973

MORAES, João Quartim de. Desenvolvimento e legitimidade na ideologia dos militares no Brasil e no Peru. In _____ **Liberalismo e Ditadura no Cone Sul**. Campinas: Unicamp/IFCH, 2001 p. 17-56

MORAES, Reginaldo Carmello Corrêa. Ordem no progresso: flagrantes do debate sobre intervenção estatal e planejamento econômico no Brasil (1937-1955). **Perspectivas** – Revista de Ciências Sociais, UNESP. São Paulo. v17-18, p 97-121, 1994/1995

NUNN, Frederick. M. Professional Militarism in Twentieth-Century Peru: Historical and Theoretical Background to the Golpe de Estado of 1968. **The Hispanic American Historical Review**, vol. 59, nº3 August, 1979, p. 391-417

OLIVEIRA, Eliezér Rizzo. **As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)**. Petrópolis: Vozes, 1976

_____. A Doutrina de Segurança Nacional: pensamento político e projeto estratégico. In _____ (org) **Militares: pensamento e ação política**. Campinas: Papirus, 1987.

OLIVEIRA, Nilo Dias de. Os primórdios da Doutrina de Segurança Nacional: a Escola Superior de Guerra. **História (São Paulo)**, v. 29, n. 2, 2010 p. 135-157.

PHILIP, George. **The rise and fall of the peruvian military radicals 1968-1976**. London: The Athlone Press, 1978.

PINTO, Sergio Murillo. A doutrina Góis: síntese do pensamento militar no Estado Novo. In PANDOLFI, Dulci (org) **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p 291-307

PINZAS GARCIA, Teobaldo. **La economia peruana 1950-1978: ensayo bibliografico**. Lima: IEP, 1981

PRADO, Maria Lígia Coelho. Repensando a História Comparada da América Latina. **Revista de História** - Depto. de História da Universidade de São Paulo nº153, 2º semestre de 2005. São Paulo: Humanitas. P .11-33

QUIJANO OBREGÓN, Aníbal. **Nacionalismo, neoimperialismo y militararismo en Perú**. Buenos Aires: Ediciones Periferia, 1971

RENIQUE, Jose Luis. **A Revolução peruana**. São Paulo: Unesp, 2009. Trad. Magda Lopes.

REZENDE, José Maria. Celso Furtado e Karl Mannheim: uma discussão acerca do papel dos intelectuais nos processos de mudança social. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**. Maringá, v. 26, nº2, 2004 p239-250

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. Fazendas e quartéis a questão agrária sob ótica militar no Brasil e no Peru:(1961-1988). **Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, Rio de Janeiro: vol. 2 no.4, maio-agosto 2010, p. 94-129

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. Das áreas de ocupação tradicional à Amazônia: os caminhos das organizações camponesas no Brasil e no Peru (1964-2009). **Revista EDUCAmazônia - Educação, Sociedade e Meio Ambiente**, 2014.

ROCHA, Maria Selma de Moraes. **A evolução dos conceitos da doutrina da Escola Superior de Guerra nos anos 70**. Dissertação de Mestrado em História Social/FFLCH. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

RODRIGUEZ BERUFF, Jorge. **Los militares y el poder: un ensayo sobre la doctrina militar em el Peru: 1948-1968**. Lima: Mosca Azul Editores, 1983

ROUQUIÉ, Alain. **O Estado militar na América Latina**. São Paulo: Alfa- Ômega, 1984. Tradução Leda Rita Cintra Ferraz

SAID, Edward. **Representações do Intelectual: as conferências de Reich de 1993**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2005 trad. Milton Hatoum.

SANTOS FILHO, José Luiz Niemeyer. **Ideologia de segurança vs política de defesa: uma análise histórica e conceitual**. Tese de doutorado em Ciência Política/FFLCH. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SANTOS, Miriam de Oliveira. **Berços de heróis: o papel das escolas militares na formação de “salvadores da pátria”**. São Paulo: Annablume, 2004.

SCHOULTZ, Lars. **National Security and United States Policy toward Latin America**. New Jersey: Princeton University Press. 1987

SILVA, Leandro Ribeiro da. **Os Ciclos Desenvolvimentistas Brasileiros (1930 – 2010): do nacional desenvolvimentismo ao novo desenvolvimentismo**. Tese de doutoramento em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de Campinas, Campinas, 2013.

SILVA, Lúcia Osório. Desenvolvimentismo e intervencionismo militar. **E-premissas revista de Estudos Estratégicos**, nº 1 – dossiê Dreifuss, junho - dezembro de 2006 p92-119 disponível em <http://www.unicamp.br/nec/epremissas/pdfs/01.07.pdf> acesso em 15 de janeiro de 2015

SIRINELLI, Jean François. Os Intelectuais. In REMOND, René.(org) **Por uma História Política**. 2º ed Rio de Janeiro: FGV, 2003. p.231-269 Tradução Dora Rocha

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. 14ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007 Trad. Ismênia Tunes Dantas.

SOARES, Gabriela Pellegrino. **Projetos Políticos de Modernização e Reforma no Peru:1950-1975**. São Paulo: Annablume/ Fapesp, 2000.

_____. “História das idéias e mediações culturais: breves apontamentos” In FRANCO, Stela Maris Scartena JUNQUEIRA, Mary Anne (orgs.) **Cadernos de Seminário de Pesquisa**. São Paulo. Depto de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP/ Humanitas, 2011 Volume2. p.87- 97

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. 2ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

STEPAN, Alfred. **Brasil: los militares y la política**. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1974 trad. Inés Pardo

STEPAN, Alfred. **Estado, corporativismo e autoritarismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. trad. Marina L. Teixeira e Viriato de Medeiros

TANTALEÁN ARBULÚ, Javier. Análisis del proceso nacionalitarista peruano: 1968-1975. In _____ **Poder y servidumbre. Ensayo de historia, economía y política**. Lima: Kabia Cobaya editores, 2001 p.431-487.

TAPIA VALDÉS, Jorge A. **El terrorismo de Estado: la doctrina de la Seguridad Nacional en el Cono Sur**. México DF: Nueva Imagen, 1980.

TOCHE MEDRANO, Eduardo. **Guerra y Democracia – los militares peruanos y la construcción nacional**. Lima: CLACSO/ DESCO, 2008.

TOLEDO, Caio Navarro. **ISEB: fábrica de ideología**. 2ªed. São Paulo: Ed Ática, 1978.

TRIMBERGER, Ellen Kay. **Revolution from above: military bureaucrats and development in Japan, Turkey, Egypt and Peru**. New Jersey: Transaction Books, 1978

VIEIRA, Flávio Lúcio R. Estado e questão regional: por uma Economia Política da região. **Sæculum–Revista de História**, v. 14, 2006. disponível em <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/viewFile/11347/6461> acesso em 10 de maio de 2015.

VIEIRA, Ricardo Zortéa. **Lembra-vos da Guerra. Ameaça Geopolítica, Organização do Estado e Desenvolvimento Econômico no Pensamento Militar Brasileiro (1913 – 1964)**. Dissertação de Mestrado em Economia Política, Instituto de Economia, Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

WINOCK, Michel. As ideias políticas. In REMOND, René. (org) **Por uma História Política**. 2º ed Rio de Janeiro: FGV, 2003. p 271-291 Tradução Dora Rocha

WISE, Carol. **Reinventando el Estado: estrategia económica y cambio institucional en el Perú**. Lima: Universidad Del Pacifico, 2003

Fontes:Brasil

AQUINO, Tasso Villar **Viagem de estudos. A realidade amazônica e o exército.** Rio de Janeiro: ESG, 1956

ARAÚJO, Ernesto de. **A Segurança Nacional e a ESG.** Rio de Janeiro: ESG, 1955.

ARRUDA, Antonio de. **A Escola Superior de Guerra** 2ª ed. São Paulo/ Brasília: GRD/Instituto nacional do livro, 1983.

BRASIL. Decreto -lei nº 785 de 20 de agosto de 1949. Cria a Escola Superior de Guerra e da outras providências. **Diário Oficial da União.** Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1949. disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L785.htm acesso em 15 de janeiro de 2015

BRASIL. Decreto lei nº 27 264 de 28 de setembro de 1949. Aprova e manda executar o regulamento da Escola Superior de Guerra. **Diário Oficial da União.** Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1949, Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-27264-28-setembro-1949-452591-publicacaooriginal-1-pe.html> acesso em 15 de janeiro de 2015

BRASIL, Luiz Octávio. **Segurança Nacional- conceitos e elementos fundamentais.** Rio de Janeiro: ESG, 1960

BULHÕES, Octávio Gouvêia. **Renda Nacional e investimentos.** Rio de Janeiro: ESG, 1955
_____. **Planejamento econômico para o Brasil.** Rio de Janeiro: ESG, 1957

CAMARA, Raul Valença. **Mobilização Econômica.** Rio de Janeiro: ESG, 1956.
_____. **Mobilização Nacional.** Rio de Janeiro: ESG, 1956.

CAMPOS, Aguinaldo José Senna. **Mobilização Nacional.** Rio de Janeiro: ESG, 1954

CAMPOS, Roberto de Oliveira. **Observações sobre a teoria do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: ESG, 1953.

CARDOSO, Alberto de Assumpção, et. Alli. **A Guerra revolucionária.** Rio de Janeiro: ESG, 1964.

CARNEIRO, David. **Planejamento econômico- estudos prévios.** Rio de Janeiro: ESG, 1958

CARNEIRO, Paulo E. B. **O Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e a cooperação internacional.** Rio de Janeiro: ESG, 1950.

CARVALHO, Eurico Magno de. **O poder nacional: seus fundamentos econômicos – a ação econômica.** Rio de Janeiro: ESG, 1955.

CAVALCANTI, Themistocles Brandão. **Evolução das doutrinas políticas.** Rio de Janeiro:

ESG, 1955.

CAVALCANTI, Themistocles Brandão. **Desenvolvimento e Segurança Nacional: aspectos políticos**. Rio de Janeiro: ESG, 1960.

CONTREIRAS, Hélio. Militares rejeitam antiga doutrina da ESG. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 9 de fevereiro de 1986. disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R09612.pdf> acesso em 15 de setembro de 2012

CORREIA, Oscar Dias. **Aspectos doutrinários contemporâneos e a segurança nacional no campo econômico**. Rio de Janeiro: ESG, 1960

CORTES, Geraldo de Menezes. **Introdução à técnica de planejamento para a segurança nacional: planejamento governamental**. Rio de Janeiro, 1954.

CUNHA, Thiago Ferreira. **Problemas de abastecimento de gêneros alimentícios**. Rio de Janeiro: ESG, 1962

DANTAS, Francisco Clementino San Thiago. **A cultura política como fator de poder nacional**. Rio de Janeiro: ESG, 1956.

DINIZ, Carlos Chagas. **Planejamento da mobilização nacional**. Rio de Janeiro: ESG, 1959
ESTUDOS SOBRE MOBILIZAÇÃO NACIONAL. Trabalho em Grupo. Rio de Janeiro: ESG, 1955

FALCÃO, Christovão L. Barros. **Mobilização no Campo econômico**. Rio de Janeiro: ESG, 1959

FARIAS, Osvaldo Cordeiro de. **Escola Superior de Guerra**. Palestra sobre a organização da Escola Superior de Guerra realizada na Escola de Estado Maior. Rio de Janeiro, 18 de maio de 1949.

_____. **Meio Século de Combate: diálogo com Cordeiro de Farias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981. Entrevista concedida a Aspásia Camargo e Walter de Góes.

_____. **A segurança nacional no panorama mundial da atualidade**. Rio de Janeiro: ESG, 1961

FIGUEIREDO, Mario Poppe. **A estratégia econômica**. Rio de Janeiro: ESG, 1959

FRAGOSO, Augusto. **Introdução ao Estudo da Guerra Revolucionária**. Rio de Janeiro: ESG, 1959

_____. **A Guerra Revolucionária**. Rio de Janeiro: ESG, 1960

FREDERICO, José Claudio Beltrão. **Desenvolvimento Científico e tecnológico e a segurança nacional**. Rio de Janeiro: ESG, 1960

FREITAS, Jorge Emílio de Sousa. **O poder nacional: seus fundamentos políticos: a ação política**. Rio de Janeiro: ESG, 1955

FURTADO, Celso Monteiro. **O planejamento econômico nos países subdesenvolvidos – características e fundamentos**. Rio de Janeiro: ESG, 1954

_____. **Planejamento econômico: fundamentos**. Rio de Janeiro: ESG,

1954.

_____. **Planejamento econômico: bases de planejamento.** Rio de Janeiro: ESG, 1958

_____. **O planejamento econômico em caso de mobilização.** Rio de Janeiro: ESG, 1958

GAHYVA, Theodorico. **A Guerra Revolucionária e a conjuntura brasileira.** Rio de Janeiro: ESG, 1959

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada.** São Paulo: Cia das Letras, 2004

GOMES, Anápio. **O problema da recuperação moral do país – os meios industriais e financeiros.** Rio de Janeiro: ESG, 1955

_____. **Perspectivas sobre o desenvolvimento econômico do Brasil- tendências.** Rio de Janeiro: ESG, 1958

_____. **Efeitos do intervencionismo estatal na economia brasileira.** Rio de Janeiro: ESG, 1959

KUBITSCHKE, Juscelino. **Discurso proferido pelo Exmo. Sr. Presidente da República, Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, por ocasião da abertura dos cursos da ESG.** Rio de Janeiro: ESG, 1958

LAMY FILHO, Alfredo. **Capitalismo, comunismo e doutrinas sociais modernas.** Rio de Janeiro: ESG, 1962

LEITE, Edgard Teixeira. **A Reforma Agrária.** Rio de Janeiro: ESG, 1963

LIMA, Hermes. **Estado e governo. Regimes políticos e relações com a segurança nacional- o poder do Estado.** Rio de Janeiro: ESG, 1959

LINDENBERG, José Sinval Monteiro. **A ação estratégica nos campos político, econômico e psicossocial – a estratégia no campo econômico.** Rio de Janeiro: ESG, 1958

_____. **Planejamento do Fortalecimento do Potencial Nacional.** Rio de Janeiro: ESG, 1959 .

MARÇAL, Heitor. **Planejamento econômico: métodos, processos e técnicas.** Rio de Janeiro: ESG, 1957

_____. **Mobilização no campo econômico.** Rio de Janeiro: ESG, 1958.

_____. **Bases para o desenvolvimento de uma política de segurança nacional para o Brasil -aspectos financeiros.** Rio de Janeiro: ESG, 1960

MARQUES, Eglon. **A ESG: finalidade, organizações, atividades e cursos.** Rio de Janeiro: ESG, 1962

MASCARENHAS, Ajalmar Vieira. **A ESG e a organização da Segurança Nacional.** Rio de Janeiro: ESG, 1956.

MELLO, Marcio de Souza e. **Abertura do curso.** Rio de Janeiro: ESG, 1959

MONTEIRO, Pedro Aurélio de Goes. **Coordenação das Forças Armadas.** Rio de Janeiro:

ESG, 1952

MOTTA, Omar Gonçalves. **Introdução ao estudo da Segurança Nacional: política nacional, política de desenvolvimento**. Rio de Janeiro, 1964

MOURA, Carlos Arthur da Silva. **Bases para o desenvolvimento de uma política de Segurança Nacional para o Brasil- campo econômico**. Rio de Janeiro: ESG, 1960.

_____. **Síntese da conjuntura nacional: campo economico desequilíbrios econômicos, regionais e setoriais**. Rio de Janeiro: ESG, 1962

MURICY, Antonio Carlos da Silva. **Planejamento governamental**. Rio de Janeiro: ESG, 1956.

OLIVEIRA, Américo Barbosa de. **Técnica do planejamento econômico**. Rio de Janeiro: ESG, 1955

_____. **Planejamento econômico: particularidades para o caso do Brasil**. Rio de Janeiro: ESG, 1958

_____. **Regiões geo-econômicas brasileiras: características e possibilidades**. Rio de Janeiro: ESG, 1958

PEDROSA, Mário. **A ideologia comunista**. Rio de Janeiro: ESG, 1954.

_____. **O Poder Nacional: as ideologias e sua significação para o poder nacional**. Rio de Janeiro: ESG, 1955.

PESSOA, Romero Estellita Cavalcanti. **Mobilização econômica**. Rio de Janeiro: ESG, 1954

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Experiências do planejamento regional no Brasil**. Rio de Janeiro: ESG, 1954

REIS, Lauro Moutinho dos. **Mobilização nacional**. Rio de Janeiro: ESG, 1961.

SAMPAIO, Nelson de Souza. **As doutrinas políticas contemporâneas e suas relações com a segurança nacional**. Rio de Janeiro: ESG, 1956

SAMPAIO, Plínio de Arruda. **Planejamento- noções fundamentais: planejamento governamental: características essenciais**. Rio de Janeiro: ESG, 1960

SANTOS, Genival de Almeida. **Situação econômica das regiões brasileiras: desequilíbrios regionais**. Rio de Janeiro: ESG, 1964.

SECCO, Vasco Alves. **A segurança nacional e a Escola Superior de Guerra**. Rio de Janeiro: ESG, 1957.

_____. **A segurança nacional. Conceitos fundamentais: papel da ESG**. Rio de Janeiro: ESG, 1958

SEGURANÇA NACIONAL: CONCEITOS FUNDAMENTAIS. Rio de Janeiro: ESG, 1963

SILVA, Benedicto. **O planejamento governamental no Brasil**. Rio de Janeiro: ESG, 1956.

SILVA, Edmundo de Macedo Soares e. **Desenvolvimento e segurança nacional-considerações gerais**. Rio de Janeiro: ESG, 1960

SILVA, Golbery do Couto e. **Planejamento Estratégico**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1955

_____. **Aspectos geopolíticos brasileiros**. Rio de Janeiro: ESG, 1959

_____. **Conjuntura política nacional: o poder executivo & Geopolítica do Brasil**. 3ªed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

TAVARES, Aurélio de Lyra. **A guerra revolucionária e a conjuntura brasileira**. Rio de Janeiro: ESG, 1961

TÁVORA, Juarez do Nascimento Fernandes. **A Segurança Nacional e a ESG**. Rio de Janeiro: ESG, 1954.

_____. **A Segurança Nacional: sua coceituação e seu estudo na ESG**. Rio de Janeiro, 1959

VIAGEM DE ESTUDOS- **informações sobre a Amazônia**. Rio de Janeiro: ESG, 1956

VALLE E SILVA, Murilo Vasco do. **Guerra revolucionária**. Rio de Janeiro: ESG, 1961

_____. **Guerra Revolucionária**. Rio de Janeiro: ESG, 1962

VIANNA, João Baptista. **Desenvolvimento nacional e fortalecimentodo potencial nacional**. Rio de Janeiro: ESG, 1960

Peru

ANUARIO DE LA ASOCIACIÓN DE EGRESADOS DEL CENTRO DE ALTOS ESTUDIOS MILITARES. **ADECAEM**. LIMA, 1976

BRAVO BRESANI, Jorge. **Principios y teoria para la determinación de objetivos nacionales de un Estado**. XII Promocion. Lima: CAEM, 1962

_____. **Orientaciones necesarias para la planificación peruana**. Cuadernillos de Divulgación del Instituto Nacional de Planificación. Lima: INP, Octubre 1966.

BUSTAMANTE Y RIVERO, Jose Luis. **Mensaje del Presidente constitucional del Perú, doctor José Luis Bustamante y Rivero, ante el Congreso Nacional, el 28 de julio de 1948**. disponible <http://www4.congreso.gob.pe/museo/mensajes/Mensaje-1948-3.pdf> acessado 20 de janeiro de 2015.

CAEM – CENTRO DE ALTOS ESTUDIOS MILITARES. **El Centro de Altos Estudios Militares**. Lima: CAEM, s/f.

CAEM – CENTRO DE ALTOS ESTUDIOS MILITARES. **Movilización Humana**. Lima: CAEM, s/f

CAEM – CENTRO DE ALTOS ESTUDIOS MILITARES. **Proceso de preparación y ejecucion de la movilización industrial – notas complementarias**. XIII Promoción. Lima:CAEM 1963.

CAEM – CENTRO DE ALTOS ESTUDIOS MILITARES. **La política de seguridad integral- movilización integral. Movilización industrial, movilización de las finanzas e influencia del comercio sobre la movilizacion integral**. XIII Promoción. Lima: CAEM, 1963.

CAEM – CENTRO DE ALTOS ESTUDIOS MILITARES. **Doctrina de Bienestar General**. Conferencia. XIII Promocion CAEM. Lima: CAEM,1963

CAEM – CENTRO DE ALTOS ESTUDIOS MILITARES. **Las zonas geo-economicas del Perú**. XIV Promoción. Lima: CAEM, 1964

CAEM – CENTRO DE ALTOS ESTUDIOS MILITARES. **Las unidades socio-económicas- ensayo de una metodología para el estudio micro-económico y micro-social del país**. Ponencia presentada por el CAEM al II Congreso Nacional de Geografia. Lima: CAEM, 1964

CAEM – CENTRO DE ALTOS ESTUDIOS MILITARES. **Proceso de preparación y ejecución de la movilización de las finanzas- notas complementarias**. XIV Promoción. Lima: CAEM, 1964.

CAEM – CENTRO DE ALTOS ESTUDIOS MILITARES. **Conceptos basicos sobre el potencial nacional**. XIV Promoción. Lima: CAEM, 1964

CAEM – CENTRO DE ALTOS ESTUDIOS MILITARES. **Reglamento de Servicios**

Cívicos. XV Promocion CAEM. Lima: CAEM, 1965

CAEM – CENTRO DE ALTOS ESTUDIOS MILITARES. Política de Seguridad Integral- La política de Seguridad interna y la defensa del frente interno. XV Promocion CAEM. Lima: CAEM, 1965

CAEM. CENTRO DE ALTOS ESTUDIOS MILITARES. Doctrina Política de Bienestar General. **Revista Militar del Perú.** n°690 año 62 Lima: enero - febrero 1966 p.37-44

CAEM – CENTRO DE ALTOS ESTUDIOS MILITARES. **Teoria de la guerra contra la acción subversiva - plan de leccion.** XVI Promocion CAEM. Lima: CAEM, 1966.

CAEM – CENTRO DE ALTOS ESTUDIOS MILITARES. **Guerra Contrasubversiva- plan de leccion** XVII Promocion. Lima: CAEM, 1967

CAEM – CENTRO DE ALTOS ESTUDIOS MILITARES. **Guerra Contrasubversiva y Guerra Revolucionaria.** Trabajo de investigación: guerra contrasubversiva. XVII Promocion. Lima: CAEM, 1967

CAEM–CENTRO DE ALTOS ESTUDIOS MILITARES. **Movilización Integral: definiciones e conceptos.** XVII Promocion. Lima: CAEM, 1967

CAEM – CENTRO DE ALTOS ESTUDIOS MILITARES. **Doctrina de la Fuerza Armada.** XVII Promoción CAEM. Lima: CAEM, 1967

CAEM – CENTRO DE ALTOS ESTUDIOS MILITARES. **Estrategia Nacional.** XVII Promocion CAEM. Lima: CAEM, 1967

CAEN – CENTRO DE ALTOS ESTUDIOS NACIONALES. **50 años del CAEN.** Lima: CAEN, 2000

CARRERE, H.; D'ENCAUSE, H.G; LABIGNETTE e SOUYRIS, A. **La Guerra revolucionaria – casos concretos.** Lima: CAEM, 1959

CASTRO HARRISON, Jorge. **La educación para el desarrollo nacional.** Lima: CAEM, 1966

CEBREROS RUEDA, Oscar. Problema agrícola no Perú. **Revista Militar del Perú.** n° 681 año 59. Lima. marzo- abril de 1964 p. 80-86

CHAVEZ QUELOPANA, Jorge. **Reflexiones sobre el CAEM. Objetivo político y estrategia.** XXIV Promoción. Lima: CAEM, 1974

COMISSIÓN PERMANENTE DE HISTÓRIA DEL EJÉRCITO. **Compendio de la história general del Ejército del Peru: 3000 años de Historia.** Vol2. Lima: Oficina de Información del Ejército, 2001.

CONCLUSIONES DEL I FORUM NACIONAL SOBRE DESARROLLO INDUSTRIAL 1967/1968. Universidad Nacional de Ingenieria- Facultad de Ingenieria Industrial Lima, 1968

CONSEJO NACIONAL DE DESARROLLO ECONOMICO Y SOCIAL. Estrategia del desarrollo nacional a largo plazo. Lima:INP, nov. 1968

COSTA LAURENT, Federico. **La integración nacional como objetivo del desarrollo.** Lima: CAEM, 1966.

Delegación del Centro de Altos Estudios Militares viajó a los Estados Unidos de N. A. Y a la Zona del Canal de Panamá. **Revista Militar del Perú**, año 57, nº667, Lima. Noviembre/diciembre 1961 p.160-161

FAURA GAIG,Guilhermo. **Los rios de la amazonia peruana.** Callao: Colegio Militar Leoncio Prado: 1965.

FERREIRO, Raul. **Teoria del Estado.** XVI Promoción. Lima: CAEM, 1966

GUTIERREZ CALLE, Pedro. El Potencial Nacional del Peru. Factor Humano: aspectos cualitativos y cuantitativos. XVI Promocion CAEM. Lima: CAEM, 1966

KENNEDY, John. Mensaje al Congreso de los Estados Unidos sobre el presupuesto de defensa. 28 de marzo de 1961

LA CARRETERA MARGINAL DE LA SELVA – VILLA RICA-PUERTO PACHITEA. **Estudio de factibilidad Tecnica y economica.** Lima: INP/ New York: TAMS american corporation, 1966

LA PLANIFICACIÓN EN EL PERÚ. **Instituto Nacional de Planificación.** Lima: INP, enero, 1963

LEON CARRERA, Rodolfo. **Concepto de región económica.** XIV Promoción. Lima: CAEM, 1964.

LYAUTEY, Hubert. Du rôle colonial de l'armée. **Revue de Deux Mondes.** Janvier, 1900 p.308-328

MARÍN ARISTA, José del Carmen. Nociones sobre las bases en que reposa el proceso preparación integral de las fuerzas vivas y las Fuerzas Armadas de la nación. In: **Ciclo de Conferencias en el Círculo Militar del Perú.** Lima, 1949

_____. Preparación para el Alto Mando. **Revista Militar del Perú.** Año 52 nº 628 marzo/abril de 1956 p.1-13

_____. Preparación para el Alto Mando II. **Revista Militar del Perú.** Año 52 nº 633-634 septiembre/octubre de 1956 p.1-16

_____. **La defensa nacional: procesos fundamentales.** Centro de Altos Estudios Militares. Lima: CAEM, 1972

_____. **La defensa nacional: conceptos básicos.** Centro de Altos Estudios Militares. Lima: CAEM, 1972

MARTHANS GARRO, Hércules. **El Centro de Altos Estudios Militares y la Planificación Nacional.** Tesis para optar el grado de bachiller en Economía. Facultad de Ciencias Economicas y Comerciales. Universidad Nacional Mayor de San Marcos. Lima, 1963

MERCADO JARRÍN, Edgardo. **La política y la estrategia militar en la guerra contrasubversiva em America Latina**. Lima, 1967.

_____. **Geopolítica**. Lima: Escuela Superior de Guerra, 1979

MIRO QUESADA URETA, Victor. La Acción Cívica Militar. **Revista Militar del Peru**. Año63. N° 698. mayo/junio 1967 p. 36-42

MORALES BERMUDEZ, Francisco. El relevo de Pachia. In: TELLO, Maria del Pilar. **¿Golpe o Revolución?** Lima: Sagsa, 1983 p11-63. Entrevista a Maria del Pilar Tello

MURGUÍA BENVENUTO, Luis. **El panorama mundial visto desde la perspectiva de la Amazonia peruano-brasileña**. Separata de Estudio para el CAEM. XXVII Promoción, Lima: 1977

PERU. **Decreto-lei 14220 de 19 de octubre de 1962**. Creando un sistema nacional de planificación de desarrollo economico y social del país. disponible: <http://www.inei.gob.pe/historia/> acessado 20 de janeiro de 2015

PLANIFICACIÓN Y DESARROLLO – organo del Instituto Nacional de Planificación, n°1, año1, Lima, diciembre 1965.

PLANTEAMIENTO GENERAL PARA LA ELABORACIÓN DE UNA DOCTRINA DE DESARROLLO NACIONAL. Lima: Instituto de Estudios para el desarrollo nacional-Universidad Nacional de Ingenieria, junio 1965

PARDO MARCIAL, Romero. **La Guerra Total**. Lima: Imprensa de la Escuela Militar de Chorrillos, 1944

RODRÍGUEZ RIVAS, Miguel Angel. **Objetivos nacionales: teoria y metodologia para su determinacion**. XV Promoción CAEM. Lima: CAEM, 1965.

_____. **Integración de los factores del Potencial Nacional**. XVI Promoción CAEM. Lima: CAEM, 1966.

SANCHEZ MARÍN, Victor. La geopolítica y el zoneamento transversal del território peruano. **Revista Militar del Peru n° 683**. Lima – julio-agosto de 1964. p13-16

SOUYRIS, A. **Las condiciones de la parada y de la replica em la guerra revolucionaria. La guerra revolucionaria**. Lima: CAEM, 1959

VIER, Luis. **La cooperación popular: dimension peruana del desarrollo**. Conferencia en la Segunda Reunión del grupo regional de los países bolivarianos sobre el desarrollo comunal. Lima, 1° julio de 1965

_____. La cooperación popular: programa de desarrollo. Informe sobre la actividad de la institución desde sus inicios hasta mediados de 1966 y perspectivas para el futuro.Lima: 1966

_____. Las Zonas de acción pre-extensiva. Lima: 1966

VILLANUEVA, Victor. **O golpe de 1968 no Peru: do caudilhismo ao nacionalismo?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969 Trad. Álvaro Cabral

_____. **100 años del ejercito peruano: frustraciones y cambios**. Lima: Editorial Juan Mejia Baca, 1971.

_____. **El CAEM y la revolución de la Fuerza Armada**. Lima: IEP, 1972

VUSKOVIC, Pedro. **El informe preliminar de la CEPAL sobre el desarrollo industrial del Perú**. Instituto de Estudios Económicos. Lima, 12 de agosto 1958

XIMENES. **La Guerra Revolucionaria y sus antecedentes fundamentales**. La Guerra Revolucionaria. IX Promoción CAEM. Lima: CAEM, 1959.

_____. **Metodo de razonamiento del jefe revolcuionario**. La Guerra Revolucionaria CAEM. Lima: CAEM, 1959

ZEGARRA VILLAR, Jesús. Organización Institucional del Perú. XVI Promoción CAEM. Lima: CAEM, 1966